

3. Evolução urbana da cidade medieval



Figura 94 – Imagem área do centro urbano da cidade de Braga onde se observam os contornos da muralha medieval e do castelo

3.1 Introdução histórica

A Idade Média constitui um longo período da história da Europa, durante o qual, uma parte muito significativa das actuais cidades europeias teve a sua origem, ou ressurgiu a partir das estruturas urbanas anteriores, conhecendo, desde então, uma ocupação sem interrupções até à actualidade. Esta circunstância permitiu a fossilização de algumas das características morfológicas da cidade medieval no tecido urbano posterior, facto que tem permitido o seu estudo, assim

como a compreensão e caracterização do processo de transformação das cidades de origem romana.

O processo histórico da estratificação da topografia dos centros urbanos medievais é um tema com algum peso na bibliografia histórica, muito embora, o estudo das formas urbanas medievais, a partir das estruturas actuais, não seja uma questão linear, tornando-se cada vez mais difícil à medida que retrocedemos no tempo.

O urbanismo medieval tem vindo a ser paulatinamente analisado e interpretado, demonstrando que existem diferenças específicas que distinguem as cidades entre si. Todavia, os aspectos relacionados com a sua origem, desenvolvimento e transformação são comuns a um certo número de núcleos, facto que permite analisar, contextualizar e compreender as características particulares da topografia dos espaços urbanos medievais.

A cidade medieval, à semelhança das que caracterizam outros períodos históricos, encontra-se igualmente relacionada com o processo histórico que a fez nascer ou revigorar e com os vários agentes que actuaram e condicionaram a sua morfologia¹¹³¹.

Actualmente é consensual que a origem dos centros urbanos medievais foi distinta, facto que originou diferentes formas dos mesmos. Na verdade, eles podem ter tido origem nas antigas estruturas das cidades romanas, em pequenos núcleos de aldeias ou em burgos, podendo igualmente ter nascido de forma natural em terrenos desocupados. Neste sentido, encontramos núcleos urbanos que cresceram de forma espontânea e, por isso, conheceram um plano irregular que se adaptou ao traçado dos caminhos antigos, às condições topográficas do relevo ou a agregados populacionais preexistentes, e núcleos criados *ex novo*, de planta nova, tendo conhecido uma planificação de raiz, possuindo, por isso, uma malha urbana regular.

Apesar de uma parte significativa das cidades de fundação romana ter sido abandonada ou arrasada nos primeiros séculos da Idade Média, é ainda elevado o número daquelas que sobreviveram, quase sempre por desempenharem funções eclesiásticas importantes. Estas cidades conservaram o seu estatuto de *civitates*, ao longo da Alta Idade Média, ainda que possam ter conhecido uma eventual

¹¹³¹ Arizaga Bolumburu 1990; Jehel & Racinet 1999.

diminuição do espaço urbano, ou um abandono temporário com posterior reocupação¹¹³².

No entanto, para além das cidades de origem romana, muitas outras vão surgir durante a Idade Média, quer de traça irregular, quer planificada, em resultado da estabilidade política, da revitalização das trocas comerciais, do aumento demográfico e da alteração dos padrões sociais e culturais. De facto, este constitui o período da História europeia em que se regista maior incremento urbano, iniciado nos séculos X e XI, e significativamente desenvolvido a partir do século XIII¹¹³³.

A génese da cidade medieval de Braga encontra-se, em larga medida, sedimentada na planimetria da antiga cidade romana, muito embora venha a ocupar apenas uma parte reduzida da área da anterior cidade, correspondente ao seu quadrante nordeste.

A história da cidade de Braga entre os séculos VIII-XI irá conhecer uma sequência de períodos ocupacionais conturbados, documentados pelas fontes histórico-documentais, mas de difícil confirmação arqueológica, como sejam a dominação suevo-visigótica, a invasão muçulmana ou os processos associados à Reconquista Cristã, que terão determinado o abandono de uma área significativa da anterior cidade e uma concentração da população no quadrante NE da mesma. A área ocupada pela cidade a partir de então aproveita parte das estruturas defensivas romanas na parte norte, conserva os eixos viários anteriores e instala o seu edificado no espaço dos quarteirões romanos, agora subdivididos em múltiplas parcelas.

Organizado a sul da basílica paleo-cristã da Sé até ao século XI, o pequeno núcleo urbano conhece a partir de então uma importante revitalização.

Ao longo da Reconquista cristã, e mesmo antes da fundação da Monarquia portuguesa, a arquidiocese de Braga será restaurada, em 1071, cabendo ao bispo D. Pedro a árdua missão de a restabelecer, angariando para a cidade estatuto, poder e património, bem como as necessárias infra-estruturas que permitiram revigorar-se e engrandecer-se¹¹³⁴. Das iniciativas levadas a cabo por D. Pedro

¹¹³² Morris 1992.

¹¹³³ Jehel & Racinet 1999.

¹¹³⁴ Costa 1997-2000, vol. I.

destacam-se a construção da actual Sé Catedral de Braga¹¹³⁵, a fundação da Escola Capitular¹¹³⁶, a fundação ou reorganização do Cabido¹¹³⁷, o alargamento do património capitular¹¹³⁸ e a divisão administrativa da diocese, entre outras.

Paralelamente às actuações do bispo D. Pedro, também os fundadores do Condado Portucalense contribuíram de forma decisiva para a dignificação e engrandecimento do núcleo urbano. Entre as muitas “batalhas” ganhas pelo conde D. Henrique e pela sua esposa, D. Teresa, destacam-se, para o caso particular de Braga, o reforço do poder do seu bispo, face à diocese de Santiago de Compostela e a obtenção do estatuto de Sé metropolitana para a Igreja de Braga¹¹³⁹. Posteriormente, no ano de 1112, os mesmos soberanos acabariam por entregar o couto de Braga e o seu termo¹¹⁴⁰, com os respectivos direitos fiscais, à arquidiocese¹¹⁴¹.

A política desenvolvida pelos primeiros soberanos relativamente a Braga marcou os passos iniciais da urbanização do núcleo medieval. As suas disposições permitiram à Igreja local obter uma posição muito privilegiada na cidade, a qual ao longo dos tempos se traduziu num forte poder e influência, designadamente ao nível do urbanismo e arquitectura, como aliás ainda é actualmente perceptível no espaço urbano bracarense. Desta circunstância deriva igualmente o facto dos documentos escritos existentes e utilizados neste trabalho pertencerem à Igreja local, a principal detentora de bens e propriedades na cidade.

¹¹³⁵ A este propósito, Avelino Jesus da Costa refere que, segundo a Crónica de Braga, a construção da Sé Catedral teria sido iniciada pelos bispos de Lugo e Compostela, muito embora, devendo encontrar-se em estado muito incipiente à chegada de D. Pedro (Costa 1997-2000, vol. I).

¹¹³⁶ D. Pedro foi igualmente fundador da escola eclesiástica bracarense (ou Escola da Sé) que já existia em 1 de Maio de 1072 e que constituiu a primeira escola portuguesa de que há conhecimento, com um bom nível cultural, religioso e social, a ajuizar pelos documentos produzidos na época (Costa 1997-2000, vol. I).

¹¹³⁷ Uma das mais importantes intervenções no Cabido foi realizada, em 1145, pelo arcebispo D. João Peculiar (1138-1175) que concedeu a todos os cônegos carta de couto, para proteger as propriedades dos clérigos, tornando-as isentas de impostos. Também descentralizou a vida económica da diocese, dando autonomia administrativa e económica à corporação capitular. Estas medidas deram origem à sua divisão na Mesa episcopal e à Mesa capitular. Desta forma, a diocese de Braga foi a primeira portuguesa, a conhecer tal divisão, que havia sido decretado no concílio de Palência, em 1101 (Costa 1997-2000, vol. I).

¹¹³⁸ D. Pedro encarregou-se de reaver algumas das herdades que anteriormente haviam pertencido à Igreja de Braga, deixando um dote muito valioso à diocese, que contemplava as prestações pagas pelas freguesias e um extenso património fundiário (Costa 1997-2000, vol. I).

¹¹³⁹ O conde D. Henrique acompanhou, inclusivamente, a deslocação do arcebispo de então, S. Geraldo, a Roma para defender os interesses religiosos de Braga (Costa 1997-2000, vol. I).

¹¹⁴⁰ Os primeiros soberanos, o conde D. Henrique e a sua esposa D. Teresa tiveram Paços em Braga e foram senhores de Braga de 1096 até 1110-1112, altura em que doaram a cidade aos Arcebispos (Costa 1997-2000, vol. I).

¹¹⁴¹ A doação do couto de Braga, realizada em 12 de Abril de 1112, viria a ser confirmada e ampliada em 27 de Maio de 1128 pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques (Ferreira 1928-1934). A confirmação da carta de couto outorgada à Sé de Braga, também conhecido como o Documento da Fundação de Portugal, inclui novas doações e concessões, entre estas os direitos de capelanía e de escrivania e o de cunhar moeda. Este documento pertencente ao Arquivo Distrital de Braga, *Cartório do Cabido, Gaveta de Braga*, nº5 (Azevedo 1958) e disponível no site do Arquivo Distrital de Braga, já referido.

Os acontecimentos políticos ocorridos ao longo do século XI e a consagração da Catedral românica, em 1089, assinalam o nascimento e a organização urbana da Braga medieval.

A Sé Catedral mandada construir pelo arcebispo D. Pedro, vai exercer um papel destacado na organização do núcleo urbano. Paralelamente à sua construção, D. Pedro mandou edificar a Escola Episcopal¹¹⁴², bem como outros anexos que se destinavam ao bispo, ao cabido e serviços administrativos.

A realização de obras desta envergadura permite levantar um amplo conjunto de questões, entre as quais destacaríamos as que se relacionam com a selecção do local para a sua construção, com a mão-de-obra necessária à sua execução, com a proveniência dos materiais utilizados e com a origem da população envolvida na referida obra.

De facto, a construção da Sé parece, por si mesma, confirmar e justificar a existência de um núcleo populacional na cidade, senão mesmo, também, dos vários núcleos periféricos, distanciados da Sé entre 800 a 1200 metros¹¹⁴³.

Por outro lado, o local eleito para a construção da Sé foi estrategicamente seleccionado, encontrando-se protegido pela muralha romana tardia e reaproveitando os materiais da antiga basílica paleo-cristã, bem como outros procedentes da cidade anterior, designadamente elementos de arquitectura romanos, alguns dos quais integram, ainda hoje, as paredes da Catedral.

O local escolhido possuía ainda uma forte carga simbólica e histórica, em torno do qual os cristãos haviam podido praticar o seu culto e dar continuidade aos actos de fé e aos laços religiosos, que terão sustentado a coesão do pequeno núcleo populacional que aí se foi instalando, ao longo dos tempos mais conturbados da Alta Idade Média.

Neste sentido, a Sé Catedral constituiu-se como o epicentro do núcleo urbano medievo, impulsionando e ajudando a consolidar a progressiva urbanização do burgo canónico.

A partir do século XIII e até ao século XV o pequeno núcleo urbano de Braga parece conhecer contínuas ampliações para norte, pautadas pelo alargamento sucessivo do sistema defensivo anterior.

¹¹⁴² Num documento 1072 ficamos a saber que D. Pedro vivia na Sé e com ele alguns clérigos. A Escola da Sé terá continuado a existir com os seus sucessores, considerada por alguns historiadores estrangeiros como a mais célebre escola episcopal do século XIII (Costa 1997-2000, vol. I).

¹¹⁴³ Cálculo baseado na distância actual entre as igrejas construídas sob as basílicas paleo-cristãs e a Sé Catedral, efectuado em linha recta sobre a planta actual.

Este fenómeno de expansão urbana encontra-se bem documentado em várias cidades do Norte da Península Ibérica, designadamente, em Leão¹¹⁴⁴, Burgos¹¹⁴⁵, Zamora, mas, também, na zona da Estremadura espanhola, onde são construídas esplêndidas muralhas entre os finais do século XI e os inícios do XII, como em Segóvia, Ávila, Salamanca, entre outras¹¹⁴⁶.

Não temos dados concretos que nos permitam situar cronologicamente a construção da primitiva muralha medieval de Braga. Contudo, parece bastante plausível admitir que a cidade conheceu diferentes perímetros amuralhados, o primeiro dos quais aproveita parte do traçado norte da anterior muralha romana, conforme se ilustra na Planta 6, Apêndice II).

Deste modo, a génese de um pequeno núcleo fortificado encontra-se no quadrante NE da área da antiga cidade romana, localizado na intersecção da muralha baixo-imperial com uma nova cerca, construída a oeste e sul (Figura 95, p. 321).

Todavia, a cidade irá desenvolver-se igualmente para o território envolvente, em zonas que se encontravam fora da primitiva cerca defensiva medieval. Esta ocupação resultou de uma progressiva urbanização de algumas vias e caminhos pretéritos, situados extramuros, bem como do próprio traçado da muralha romana, em torno da qual se estruturam eixos viários, que acompanham o seu perímetro, e parcelas que se adaptam à própria muralha¹¹⁴⁷.

Na génese da cidade medieval incluem-se outros aglomerados populacionais localizados no eixo das anteriores vias romanas, desenvolvidos ao longo da Alta Idade Média, em torno de basílicas paleocristãs. Os casos mais expressivos encontram-se nas freguesias de Maximinos, S. Vicente e S. Vítor, respectivamente, em torno das igrejas de S. Pedro de Maximinos, de São Vicente e de S. Vítor. Merecem ainda destaque os caminhos que ligavam aqueles centros de culto à cidade, respectivamente, a Rua de Maximinos, a Rua dos Chãos e a Rua da Corredoira, actual Avenida Central.

¹¹⁴⁴ A cidade de Leão era nos inícios do século XI a capital e principal cidade do reino de Leão, conhecendo desde essa data uma grande vitalidade urbana que tende a concentrar-se no extremo sul e sudoeste do recinto amuralhado romano. No século XII conhece uma muralha que encerra o burgo, podendo ter conhecido um terceiro recinto intermédio, a sul do recinto romano (Benito Martín 2000).

¹¹⁴⁵ A cidade de Burgos, erigida sobre um castro, conheceu uma expansão urbana decorrente de cinco ampliações sucessivas dos recintos amuralhados, delimitados pelo castelo, como núcleo original, e pelas diversas ampliações até ao rio (Benito Martín 2000).

¹¹⁴⁶ Valdeón Baroque 1991.

¹¹⁴⁷ Refira-se, a título de exemplo, o eixo medieval constituído pela Rua de Maximinos, actual Rua da Cruz de Pedra.



Figura 95 – O perímetro amuralhado romano e da primitiva cerca medieval

De acordo com os autores que se têm debruçado sobre os núcleos urbanos medievais, Braga insere-se nos modelos canónicos do Ocidente europeu, apresentando como elementos definidores e estruturantes, a Sé Catedral, a muralha e o Castelo, o Paço Arquiepiscopal, os mercados, as ruas e as praças. De facto, apesar das cidades serem sempre únicas, existem traços morfológicos comuns em todas elas, como sejam, um sistema viário caracterizado por ruas irregulares, uma organização em bairros, a presença de espaços comerciais, a que

acrescem naturalmente os equipamentos de defesa e o edificado público ligado ao poder civil e religioso¹¹⁴⁸.

O crescimento dos centros urbanos registado a partir do século XIII favoreceu o aparecimento de novos bairros periféricos fora dos limites das muralhas existentes e, simultaneamente, o alargamento do perímetro defensivo para integrar esses bairros periféricos, tal como aconteceu em Braga.

Os núcleos urbanos medievais conheceram uma ocupação intensiva do seu primitivo núcleo urbano, realizada em espaços residenciais compactos, ocupados preferencialmente pelas classes mais abastadas, ou seja, pelos membros da burguesia, da nobreza ou do clero. As franjas mais pobres da população instalavam-se, tendencialmente, nos espaços periféricos. Porém, o natural crescimento demográfico decorrente dos períodos de prosperidade económica poderia levar à expansão construtiva para fora do núcleo protegido pela muralha, o que acabaria por determinar o alargamento do perímetro amuralhado. Esta é uma característica morfológica muito significativa das transformações e adaptações que tiveram lugar no tecido histórico da cidade de Braga.

O crescimento da Braga medieval faz-se sentir gradualmente a partir dos inícios do século XIII, conforme se pode deduzir do aumento das referências à Rua do Souto¹¹⁴⁹, Porta de S. João¹¹⁵⁰ e à Porta do Souto¹¹⁵¹, a partir de 1210. No entanto, actualmente os investigadores são unânimes em considerar que durante a Baixa Idade Média Braga terá estagnado no tempo¹¹⁵². De facto, não podemos considerar que a cidade tenha conhecido ao longo daquele período um forte incremento demográfico¹¹⁵³ e urbano, que só ocorrerá no século XVI, altura em que conhece a etapa de maior crescimento, graças à notável acção do Arcebispo D. Diogo de Sousa¹¹⁵⁴. Em virtude do aumento do próprio registo documental, este período encontra-se melhor retratado, situação que não se verifica para os séculos anteriores.

Contudo, o estudo da morfologia da cidade medieval beneficia de uma variedade de fontes de origem diversa que, uma vez conjugadas, permitem

¹¹⁴⁸ Como já analisamos no ponto 5.2.2 da parte II deste trabalho.

¹¹⁴⁹ *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. n.ºs 2, 3, 10, 28, 47, 51 (Marques 1982c).

¹¹⁵⁰ *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 2, de Novembro de 1210 (Marques 1982c: 105).

¹¹⁵¹ *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, doc. n.ºs 8 e 28 (Marques 1982c).

¹¹⁵² Marques 1983; Oliveira et al. 1982.

¹¹⁵³ Os dados apontam para uma população de 1745 habitantes para o ano de 1477, e mais do dobro para o ano de 1514, mais precisamente 3575 habitantes (Marques 1983).

¹¹⁵⁴ As obras realizadas na cidade por D. Diogo de Sousa encontram-se descritas num documento intitulado *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer (1532-1565)*, realizado pelo cônego Tristão Luís, pertencente ao A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fls. 329-334v. Este documento encontra-se publicado por Ferreira 1928-1934, vol. II; Costa 1993 e Maurício 2000, vol. II.

compreender o processo formativo que esteve na origem da cidade, bem como obter informações acerca da forma urbana ao longo da Idade Média, quer ao nível das permanências, quer ao nível das transformações morfológicas ocorridas.

Por conseguinte, os dados utilizados neste trabalho são de origem diversa. Referimo-nos aos vestígios arquitectónicos e arqueológicos, à iconografia e cartografia e aos documentos manuscritos e impressos.

Do conjunto dos vestígios arquitectónicos destacam-se alguns equipamentos de origem medieval, que sobreviveram ao desgaste físico e à acção humana, integrando-se ainda na paisagem urbana. Entre eles merecem especial destaque alguns edifícios, como a Sé Catedral, o Paço Arquiepiscopal, a Torre de Menagem do antigo Castelo, as torres da muralha medieval, designadamente as do Largo de Santiago, do Largo Paulo Orósio e do Largo da Porta Nova / Rua dos Biscainhos.

Este estudo socorre-se igualmente de um conjunto de dados que resultaram de um trabalho de prospecção e interpretação realizado em alguns quarteirões da cidade actual. Os referidos dados reportam-se ao traçado da muralha medieval, incorporado em alguns edifícios e logradouros das ruas de S. Marcos, do Anjo, do Alcaide, da Violinha, dos Biscainhos e do Castelo, bem como aos vestígios ainda conservados do Castelo e das torres da muralha medievais.

Contudo, também os vestígios materiais exumados nas escavações arqueológicas permitiram obter algumas informações sobre a Braga medieval. Neste domínio, destacam-se os dados obtidos em várias zonas arqueológicas. Entre outras podemos referir as da Sé Catedral¹¹⁵⁵, onde foram encontrados vestígios que permitem confirmar a existência de um edifício de culto cristão, entre os séculos V e XI, da Escola da Sé¹¹⁵⁶, onde foi exumado um troço e um torreão da muralha fernandina e da Casa Grande de Santo António das Travessas, no Ex-Albergue Distrital¹¹⁵⁷, onde foi identificado um troço da calçada da Rua Verde, de traça medieval. Existem, no entanto, outras intervenções que, apesar de não permitirem um elevado rigor topográfico, atestam a continuidade ocupacional de determinados espaços desde a época romana até à Idade Média¹¹⁵⁸. Tal situação pode ser observada nas zonas arqueológicas do Claustro do Largo do Paço¹¹⁵⁹, da

¹¹⁵⁵ Anexo I – ZA 55.

¹¹⁵⁶ Anexo I – ZA 23.

¹¹⁵⁷ Anexo I – ZA 18.

¹¹⁵⁸ Como se pode consultar no Anexo I deste trabalho.

¹¹⁵⁹ Lemos *et al.* 1988. Anexo I – ZA 40.

Rua da Nossa Senhora do Leite¹¹⁶⁰, do Largo de S. João do Souto¹¹⁶¹, da Rua D. Gualdim Pais, nº 28-38¹¹⁶², da Rua de S. Geraldo, nº 27-31¹¹⁶³ e da Rua de S. Geraldo, nº 34¹¹⁶⁴.

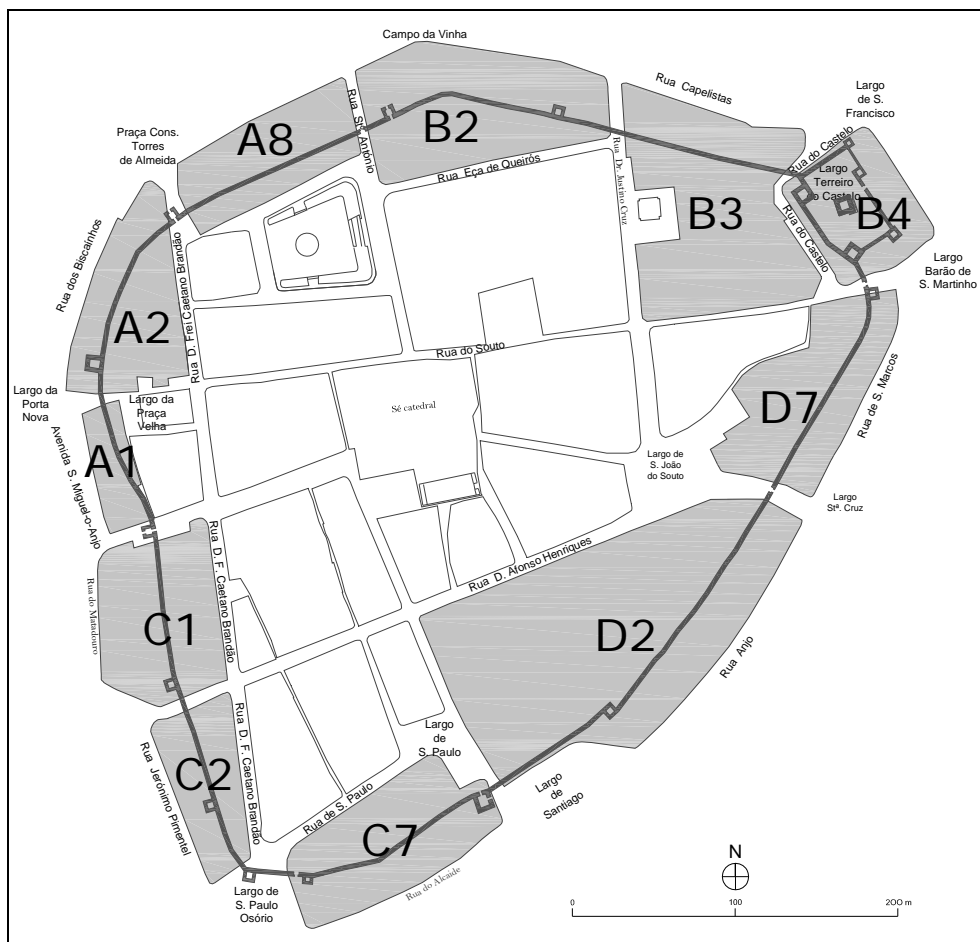


Figura 96 – Planta dos quarteirões actuais com a localização da muralha medieval fernandina

Por outro lado, outras fontes de informação, igualmente pertinentes, são as marcas físicas que se encontram fossilizadas na paisagem urbana actual, designadamente as curvas de nível ou as estruturas que servem de divisórias entre as propriedades. Estas marcas são ainda visíveis nos quintais e no interior de alguns quarteirões, tal como acontece nos identificados com as siglas D7, D2, C7, A1, A2 e B3, as quais permitiram a formulação de uma proposta para o perímetro da muralha medieval fernandina (Figura 33, p. 189).

¹¹⁶⁰ Anexo I – ZA 47.

1161 Anexo I – ZA 41.

1162 Anexo I – ZA 33.

¹¹⁶³ Anexo I – ZA 50.

1164 Anexo I – ZA 51.

Porém, a interpretação morfológica do plano da cidade medieval beneficiou igualmente da análise iconográfica e cartográfica e da fotografia aérea. De entre estas fontes destaca-se particularmente o *Mapa de Braunio*¹¹⁶⁵, pela imagem que nos proporciona da muralha e das suas portas, do Castelo, dos espaços religiosos, das ruas, dos quarteirões e das áreas edificadas na área intramuros, permitindo, igualmente, documentar alguns dos espaços extramuros, os caminhos rurais e o seu grau de urbanização. A referida fonte fornece ainda informações relativos aos núcleos populacionais periféricos, organizados em tornos das capelas ou igrejas e mesmo das zonas rurais imediatas. Igualmente, recorreremos à iconografia e cartografia dos séculos posteriores, designadamente à disponível para o século XIX, na exacta medida em que o plano da Braga medieval conheceu uma forte continuidade da sua estrutura até àquele século.

Por fim, para além das fontes já enunciadas, o estudo da morfologia urbana de Braga beneficia, ainda, das fontes escritas e manuscritas¹¹⁶⁶. A cidade possui neste apartado um acervo documental com alguma diversidade, reunido no Arquivo Distrital de Braga, no da Câmara Municipal e no Instituto Nacional de Arquivos, Torre do Tombo, em Lisboa. Porém, tal como já foi anteriormente referido, este trabalho fez uso dos documentos que, de forma mais expressiva, nos permitem interpretar o urbanismo medievo e aos quais foi possível ter acesso em tempo útil. Entre os documentos compulsados encontram-se alguns de particular importância, como o *Liber Fidei*¹¹⁶⁷, os *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*¹¹⁶⁸, o 1º *Livro do Tombo do Cabido*¹¹⁶⁹, o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*¹¹⁷⁰, os *Livros dos Prazos das Propriedades do Cabido*¹¹⁷¹, e as *Gavetas 1 e 2 das Propriedades do Cabido*¹¹⁷².

¹¹⁶⁵ Anexo III.

¹¹⁶⁶ As fontes histórico-documentais utilizadas neste trabalho constam do Anexo IV.

¹¹⁶⁷ Com datas extremadas entre o século VI e o século XIV (Costa 1978).

¹¹⁶⁸ Referentes ao período entre 1186 e 1545 (Marques 1982c; 1983).

¹¹⁶⁹ Este documento pertence ao Arquivo Distrital de Braga e foi criticamente datado entre 1369-1380 (Costa 1997-2000).

¹¹⁷⁰ Correspondente ao período entre 1406 a 1905, publicado conjuntamente com o 2º volume do Mapa das Ruas de Braga (AAVV 1989-91).

¹¹⁷¹ Pertencentes ao Arquivo Distrital de Braga, designadamente o Livro 1, 2, 3, 4, 5 e 6, referentes ao período entre 1465 e 1517 (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹¹⁷² Correspondentes ao período entre 1390 e 1496. Documentos pertencentes ao Arquivo Distrital de Braga. Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira

3.2 O sistema defensivo

3.2.1 Evolução do traçado da muralha

As muralhas tiveram uma importância determinante na organização do espaço urbano medieval, desde o século XI. Esse facto pode ser constatado em Braga, cidade que conheceu, desde a sua reorganização no século XI, diferentes perímetros amuralhados, em resultado de sucessivas reestruturações e ampliações, que ocorreram ao longo de vários séculos, até se confinar ao seu perímetro definitivo, estabelecido nos finais do século XIV, no reinado de D. Fernando I¹¹⁷³ (Apêndice II, Planta nº6). Este perímetro manteve-se durante a Idade Moderna e encontra-se hoje bem fossilizado na topografia urbana, delimitando a parte antiga do Centro Histórico da cidade.

Os dados escritos, os vestígios materiais e as fontes iconográficas constituem importantes indicadores das alterações morfológicas e ampliações conhecidas pela cerca medieval desde o século XI até ao século XIV, mas, também, da sua génese, atestando, desde logo, a existência de dois perímetros amuralhados.

A data exacta do início da construção da primeira cerca medieval não é bem conhecida, aparecendo referida documentalmente pela primeira vez em 1161¹¹⁷⁴, muito embora possa ter ocorrido logo após a doação da cidade aos arcebispos, feita por D. Henrique de Borgonha e D. Teresa, em 1112, ou ser mesmo anterior a esta data¹¹⁷⁵.

Tendo por base a documentação escrita, sabemos que a muralha medieval não conheceu sempre o mesmo traçado, nem perímetro e que, até aos séculos XII-XIII, reaproveita alguns segmentos da parte norte da muralha romana. A documentação arqueológica disponível permite igualmente confirmar os dados acima referidos. Com efeito, as informações provenientes das escavações realizadas no subsolo da capela da Nossa Senhora da Glória da Sé Catedral, atestam o desmantelamento do troço norte da muralha romana, situado junto à

¹¹⁷³ D. Fernando (1367-1383) viveu períodos conturbados de governação, onde a guerra esteve sempre muito presente, tendo tido a necessidade de providenciar a reparação de algumas muralhas e castelos do País (Moreno *et al.* 1995)

¹¹⁷⁴ A primeira referência documental à cerca medieval de Braga data de 1161 e encontra-se no *Liber Fidei*, doc. 486, fls. 131v e 132 onde se lê ... *ecclesia Sancti Iohannis que est iusta muros ipusius civitatis ad partem orientalem* ...”(Costa 1978, vol II, p. 230).

¹¹⁷⁵ Marques 1986.

Catedral, no século XIV, quando são construídas a dita capela e a sua torre¹¹⁷⁶, mandadas executar pelo então arcebispo D. Gonçalo Pereira, em 1332-34¹¹⁷⁷. Uma outra intervenção arqueológica, realizada no logradouro da Casa do nº 67/75, da actual Rua Paio Mendes, permitiu identificar um outro troço da muralha romana, utilizado muito provavelmente até ao século XIV, considerando que só a partir do século XV/XVI conheceu a construção de pavimentos e de edifícios¹¹⁷⁸.

A partir de um documento datado em 12 de Junho de 1161, que refere pela primeira vez a cerca medieval, ficamos a saber, indirectamente, qual o trajecto da mesma na sua parte oriental. Aquele documento, que descreve a doação da Igreja de S. João do Souto à Sé, localiza-a “*iusta muros ipsius civitatis ad partem orientalem*”¹¹⁷⁹, o que permite concluir que a muralha medieval terá igualmente reaproveitado a parte nordeste da fortificação romana¹¹⁸⁰.

Todavia, subsistem algumas dúvidas relativamente ao traçado da primitiva muralha medieval na parte sul e oeste da cidade que, segundo a generalidade dos autores, parece ser coincidente com o da muralha fernandina¹¹⁸¹, representado no *Mapa de Braunio*, de 1594.

Assim, o traçado do tramo sul da muralha poderá ter sido sempre o mesmo, facto que permite considerar a possibilidade do mesmo reutilizar o traçado de uma anterior estrutura urbana, eventualmente um aqueduto, que se supõe conduzir a água oriunda das Sete Fontes para o interior da antiga cidade romana¹¹⁸².

Relativamente ao traçado oeste da muralha possuímos os dados arqueológicos resultantes da escavação realizada na Escola da Sé, onde foi exumado um tramo da muralha medieval numa extensão de cerca de 12,5 m. A estrutura apresenta aqui uma largura máxima de 2,7 m, sendo definida por dois paramentos de aparelho de má qualidade. Por sua vez, o miolo é constituído por alguns blocos de pequena, média e grande dimensões reaproveitados, certamente da casa romana que foi cortada para a implementação da defesa. Embora esteja praticamente reduzida ao alicerce é de assinalar a precária qualidade da construção, que parece ajustar-se às descrições que dela são feitas nas fontes

¹¹⁷⁶ Fontes et al. 1997/98.

¹¹⁷⁷ Ferreira 1928-1934: 156.

¹¹⁷⁸ Confrontar com Anexo 1 – ZA 48.

¹¹⁷⁹ *Liber Fidei*, doc. 486, fls. 131v e 132, datado de 12 de Julho 1161 (Costa 1978: vol.II 230).

¹¹⁸⁰ Existem porém outras interpretações quanto ao traçado nascente da primitiva muralha medieval, as quais defendem que este acompanharia as antigas ruas Paio Manta e de Carrapata actualmente desaparecidas e incorporadas na Rua D. Afonso Henriques (Oliveira 1993).

¹¹⁸¹ Marques 1983.

¹¹⁸² Apesar de não ser uma informação publicada, esta hipótese tem sido defendida por Manuela Martins, responsável pelo projecto de Salvamento de Bracara Augusta.

escritas. A evidência física da primitiva cerca medieval disponível para este sector permite sugerir um traçado mais ou menos rectilíneo para a parte sudoeste da muralha.

No que se refere à parte noroeste da fortificação, apenas possuímos os dados iconográficos fornecidos pelo *Mapa de Braunio*, que configuravam já o traçado da muralha fernandina. No entanto, o traçado ocidental da cerca, construído de novo, teria que se articular nalgum ponto com o troço N/NE da muralha romana, que foi integrado na linha de defesa medieval. Uma possível solução seria o arredondamento da fortificação na zona correspondente ao início da Rua da Violinha, onde, ainda hoje, se podem observar vestígios que pensamos corresponderem ao embasamento da primitiva cerca medieval (Figura 150, p. 386).

Deste modo, o perímetro defensivo da cidade, entre os séculos XI e XII, seria bastante reduzido, correspondendo a cerca de metade daquele que será o perímetro da cidade fortificada dos finais do século XIV. Por outro lado, apresenta uma forma curvilínea que se adapta à topografia do terreno, à semelhança de outras cercas defensivas conhecidas para algumas cidades no mesmo período¹¹⁸³.

Na parte norte e nascente a muralha corresponderia ao traçado da muralha romana, passando a sul da actual Rua do Souto, a poucos metros da abside da catedral e junto à Igreja de S. João do Souto, mantendo-se esta fora do perímetro amuralhado. Na parte sul e poente o seu traçado corresponderia aproximadamente aos limites representados no *Mapa de Braunio*, ainda que seja de salvaguardar os elementos fornecidos pelas escavações da Escola da Sé, que nos posicionam com rigor um troço da muralha e a articulação com a muralha romana, que presumimos representada no quadrante noroeste da cerca (Apêndice II, Planta 6).

Entre os séculos XIII e XIV assistimos ao alargamento sucessivo da cerca medieval para norte e nascente, em resultado do aumento demográfico registado a partir do século XI¹¹⁸⁴, que terá implicado a urbanização das áreas periféricas à primitiva cerca.

Assim, logo nos inícios do século XIII a área fortificada passará a incluir a Porta de S. João¹¹⁸⁵, bem como a Rua do Souto e a Porta do Souto, referida pelas

¹¹⁸³ Como por exemplo a cidade de Leão, em Espanha (Benito Martín 2000).

¹¹⁸⁴ Marques 1988.

¹¹⁸⁵ *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 2, de Novembro de 1210 (Marques 1982c: 105).

fontes escritas em 1265¹¹⁸⁶. Assim, teremos que admitir que o primeiro alargamento da primitiva cintura defensiva medieval terá ocorrido entre finais do século XII/inícios do XIII, tendo que ser obrigatoriamente anterior a 1265, data do documento que refere a Porta do Souto. Nos inícios do século XIV multiplicam-se as referências às obras de alargamento da muralha¹¹⁸⁷. De facto, existem vários documentos que atestam que a Igreja de S. João do Souto e a área envolvente, assim como algumas casas na rua de Janes, localizadas na desembocadura da porta do Souto¹¹⁸⁸, já se encontravam incluídas dentro do perímetro amuralhado.

Os documentos atestam igualmente que, em 1315, o Castelo medieval já se encontrava construído, estando nele sediada a Confraria de S. João do Souto¹¹⁸⁹.

Deste modo, é possível admitir que o primitivo perímetro da muralha medieval terá sido paulatinamente desactivado ao longo dos séculos XIII e XIV, nas zonas norte e este, tendo sido substituído por um novo traçado que passará a incluir uma área urbana significativamente maior, para nordeste, em direcção à porta do Souto, já referida em 1265 e ao Castelo, e para norte, compreendendo parte da área que viria a ser ocupada pelo Paço Arquiepiscopal, datado dos inícios do século XIV¹¹⁹⁰. Trata-se deste modo de um crescimento setentrional da cidade, que se desloca ainda mais relativamente à cidade romana, passando a incluir a nova freguesia de S. João do Souto e a rua e porta do Souto, já existentes nos inícios do século XIII. A cidade teria, assim, adquirido a cidade uma forma elíptica com orientação SO/NE, no seu eixo maior (Apêndice II, planta 7).

Tendo em conta que o Castelo é já referido em documentos dos inícios do século XIV (1315) podemos admitir que a muralha terá merecido uma requalificação com a anexação, da estrutura castelar e respectiva torre de menagem, na primeira metade do século XIV.

A parte nova da cerca a nascente, situada a nascente passaria seguramente pelos quintais das casas da actual rua de S. Marcos, ligando-se ao Castelo, como aparece representado no *Mapa de Braunio*, circundando, a norte, o espaço que viria a ser ocupado pelo Paço Arquiepiscopal.

¹¹⁸⁶ Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto, doc. 8, de Setembro de 1265 (Marques 1982c: 110).

¹¹⁸⁷ Nomeadamente numa Constituição Sinodal aprovada e publicada no sínodo de 7 de Setembro de 1301 (Marques 1983; 1986).

¹¹⁸⁸ Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto, doc. 28, de 1313, relativo a uma carta de venda de parte de umas casas que afirma que estas se situavam ... *prope Januas sive portas muri de Souto Bracarense in parochia ecclesie Santi Johannis...* (Marques 1982c: 130).

¹¹⁸⁹ Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto, doc. 31, datado de 1315, que refere, a propósito de um prazo na Rua dos Chãos, que " ... *persone esse odedientes dicte conffrarie in novo castelum*" (Marques 1982c:134-135).

¹¹⁹⁰ Atribuído ao arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348) pelo facto de estar colocado o seu brasão, na porta da torre medieval (Marques 1983).

Porém, o local exacto por onde poderia passar, a norte e noroeste, este segundo traçado da muralha, na primeira metade do século XIV, é ambíguo e difícil de precisar com rigor, podendo não corresponder ao definido no *Mapa de Braunio*, mas, antes, a um perímetro intermédio.

A nossa proposta para a existência de um perímetro defensivo intermédio na parte norte e noroeste da cidade medieval, localizado entre a primitiva cerca e o traçado da muralha fernandina, sustenta-se nas informações fornecidas pelo 1º *Livro do Tombo do Cabido*, criticamente datado de 1369-1380, pela descrição feita pelo cronista Fernão Lopes, aquando da invasão de Braga por Henrique II de Castela¹¹⁹¹, mas, também, nas evidências fossilizadas na fotografia aérea e na linha de parcelamento que se localiza no quarteirão conformado pela actual Rua da Violinha, Praça Velha e Rua Frei Caetano Brandão, que identificámos como quarteirão A3 (Figura 33, p. 189).

Segundo o referido Tombo uma parte da Rua Nova, localizada entre a Rua do Souto e a vinha do Cabido, ou Cónega, encontrava-se “*fora de cerca*”¹¹⁹², apesar de se tratar de uma rua com bastantes construções. Segundo a mesma fonte, a outra parte da Rua Nova aparece incluída no rol dos arruamentos intramuros, sendo referida nos seguintes termos: “Rua que se começa na cruz da rua dos burgueses como vai com a Sapataria com toda a rua nova ataa porta do muro”¹¹⁹³. Estas informações permitem considerar que a Rua Nova seria interrompida pela muralha a meio do seu trajecto, fazendo-se a ligação entre os dois tramos da rua através de uma porta aí existente. Deste modo, é possível admitir que a parte localizada extramuros, a norte, correspondesse, aproximadamente, ao traçado da Rua do Campo¹¹⁹⁴, que já se encontrava incluída dentro do perímetro amuralhado fernandino, e a parte sul, dentro de muros, correspondesse à continuidade da Rua da Sapataria, prolongando-se até à porta do muro¹¹⁹⁵, igualmente integrada na Rua Frei Caetano Brandão.

Prova não menos importante é a descrição feita pelo cronista Fernão Lopes acerca do estado da cidade e do seu sistema defensivo. Segundo aquele cronista “*Chegou el-rei D. Henrique a Braga, como o logar era grande e mal cercado, sem*

¹¹⁹¹ Lopes 1895-1896.

¹¹⁹² A.D.B., 1º *Livro do Tombo do Cabido*, fl.133v.

¹¹⁹³ A.D.B., 1º *Livro do Tombo do Cabido*, fl. 122v.

¹¹⁹⁴ A Rua do Campo, mandada regularizar por D. Diogo de Sousa, no século XVI, encontra-se nos dias de hoje completamente alterada, integrando o troço norte da Rua Frei Caetano Brandão, que alargou e rectilinearizou a anterior artéria.

¹¹⁹⁵ A.D.B., 1º *Livro do Tombo do Cabido*, fl. 122v, onde se lê: “Rua que se começa na cruz da rua dos burguesas como vai com a sapataria com toda a rua nova até à porta do muro”.

*haver ali mais d'uma torre, em lugar ainda que não prestava, era bem azado para se tomar. ...o muro fosse baixo e os dentro mui mal armados ...”*¹¹⁹⁶.

Desta descrição podemos retirar duas importantes ilações. A primeira é que Braga deveria ter crescido bastante para além dos limites da muralha então existente, através dos caminhos que a ligavam à área rural, alguns dos quais antigas vias romanas. Esta afirmação encontra-se igualmente comprovada pelo 1º *Livro do Tombo do Cabido* que refere um grande número de destruições nas ruas extramuros, designadamente na rua dos Chãos¹¹⁹⁷, correspondente ao traçado da antiga via XVIII, na Rua da Corredoira¹¹⁹⁸, nas proximidades do traçado sugerido para a via XVII e na Rua de Maximinos¹¹⁹⁹, que acompanharia o perímetro da muralha romana tardia, mas que constitui, seguramente, um eixo suburbano de origem medieval, articulado com a porta oeste da cidade, no eixo da rua dos Burgueses, actual rua Paio Mendes. A segunda ilação relaciona-se com falta de qualidade construtiva da muralha, pouco adequada a uma defesa eficaz da cidade.

Perante este cenário o rei de Castela terá entrado facilmente em Braga, provocando inúmeras destruições, como atesta Fernão Lopes, ao longo do relato de “*Como el-rei D. Henrique cercou Braga*”¹²⁰⁰ mas, também, o 1º *Livro do Tombo do Cabido* (1369-1380).

Na verdade, apesar da permanência de D. Henrique de Castela na cidade se reduzir a seis dias¹²⁰¹, este acontecimento terá levado o rei de Portugal, D. Fernando I (1367-1383) a impulsionar a construção de uma muralha que defendesse a cidade de forma mais eficaz, a qual corresponderá ao terceiro perímetro da cerca medieval, tal como a conhecemos pela iconografia dos século XVI a XVIII.

Outro elemento é a própria morfologia da Rua da Sapataria, de cronologia medieval¹²⁰², cuja traça era muito idêntica à das ruas que surgem de forma espontânea em torno do perímetro das muralhas, assumindo a sua curvatura (Figura 98, p. 332).

¹¹⁹⁶ Lopes 1895-1896: capítulo XXXIII.

¹¹⁹⁷ A.D.B., 1º *Livro do Tombo do Cabido*, fl. 133 a 133v.

¹¹⁹⁸ A.D.B., 1º *Livro do Tombo do Cabido*, fl. 132v a 133.

¹¹⁹⁹ A.D.B., 1º *Livro do Tombo do Cabido*, fl. 134.

¹²⁰⁰ Lopes 1895-1896.

¹²⁰¹ Lopes 1895-1896.

¹²⁰² A rua medieval da Sapataria, sobre a qual falaremos mais à frente, foi completamente alterada no século XX e integrada num troço da rua Frei Caetano Brandão, entre a rua Paio Mendes e a rua D. Diogo de Sousa.



Figura 97 – Rua da Sapataria (Mapa do séc. XIX)



Figura 98 – Rua da Sapataria (Planta de 1883/84)

Deste modo, parece razoável aceitar que a muralha passasse pelas traseiras da Rua da Sapataria e daí se ligasse à zona do Paço Arquiepiscopal. A existência de uma torre no edifício do Paço, bem evidente no *Mapa de Braunio*, e da qual ainda restam evidências¹²⁰³, poderá estar associada a este perímetro intermédio da fortificação medieval. Sabemos, ainda, através de um brasão recuperado no edifício pertencente ao antigo Paço Arquiepiscopal¹²⁰⁴ que a construção da referida torre deverá ter sido iniciada no século XIV, pelo que poderia funcionar como um palácio fortificado, à semelhança dos castelos e encontrar-se anexado à muralha. De igual modo, é bastante sugestiva a torre da muralha fernandina que se localiza nas traseiras da área ocupada pelo Paço. De facto, ela poderá ter substituído funcionalmente a anterior, com o novo traçado da muralha fernandina (Figura 100, p. 335).

Todavia, existem outros dados mais subtis que permitem especular acerca da existência de um perímetro defensivo intermédio. Referimo-nos, concretamente, às marcas fossilizadas na fotografia aérea, que denunciam a existência uma estrutura

¹²⁰³ Confrontar com a Ficha 1, Apêndice I.

¹²⁰⁴ O Paço Arquiepiscopal será abordado no ponto 3.4.2, deste trabalho.

anterior que poderá corresponder ao referido perímetro intermédio, como se ilustra na Figura 99, p. 333.



Figura 99 – Perímetro intermédio da muralha medieval na fotografia aérea

Por fim, as fontes documentais informam que, a partir da invasão de Braga pelas tropas de Castela, na última metade do século XIV, terão sido tomadas providências para dotar a cidade de uma defesa eficaz¹²⁰⁵, através da construção de uma nova cintura defensiva, que aproveitará parte do traçado anterior, redefinindo o limite norte da área defendida.

De facto, as fontes documentais, as marcas fossilizadas e a fisionomia e parcelamento da Rua da Sapataria e da Rua Nova, bem evidentes no MRB e na planta topografia de 1883/84, permitem admitir que as mesmas acompanhassem uma cerca defensiva que teria substituído, na primeira metade do século XIV, a primitiva cerca que reaproveitava a parte norte da muralha romana, inutilizada naquele último século, segundo comprovação arqueológica¹²⁰⁶.

Todavia, a confirmação da existência de um perímetro defensivo intermédio carece de ser sustentada com um maior número de dados, só possíveis de obter

¹²⁰⁵ Marques 1986.

¹²⁰⁶ Obtida nas escavações realizadas na Rua Paio Mendes (Anexo I - ZA 58).

através da realização de escavações arqueológicas, designadamente nas zonas fossilizadas na fotografia aérea.

Aquela cerca seria seguramente bastante rudimentar mantendo a sul o primeiro traçado (Apêndice II, Planta 6).

Segundo alguns relatos do século XVIII, a muralha definitiva terá sido mandada executar pelo rei D. Fernando I, na segunda metade do século XIV. Assim, segundo a descrição feita pelo Frei Henrique Flores, no ano de 1378, o rei D. Fernando I terá mandado cercar a cidade “*la cercó y la hizo un muy buen muro*”, e que agora a cidade tem cinco torres “*muy grandes*” na parte traseira das Casas Arcebispais “*anuque ya muy maltratada*”. Este documento menciona ainda o castelo, que segundo o autor, era “*de muy buen parecer y fuerte para aquel tempo, com sua torre del homenaje*”¹²⁰⁷.

Por sua vez, João de Barros descreve a cidade de Braga do século XVI como tendo sido “*...., pouco ha, cercada em tempo dei Rey Dom Fernando e tem bom muro e cinco torres mui grandes, e tem hu Castello mui nobre e forte com hua torre de omenagem mui alta e fermosa*”¹²⁰⁸.

Apesar de podermos aceitar que o perímetro definitivo da muralha medieval, também chamada de muralha fernandina, tal como é representado no *Mapa de Braunio*, se encontra definitivamente estabelecido nos finais do século XIV (Figura 100, p. 335), as suas obras, bem como as do Castelo arrastar-se-ão durante o século XV, como é perceptível nas fontes documentais.

Vários documentos escritos comprovam que a muralha ainda não se encontrava definitivamente consolidada no século XV relatando inúmeras iniciativas levadas a cabo pelos arcebispos, pela câmara e pelos monarcas para providenciar pedra para a reparação e melhoramento da estrutura defensiva e do Castelo¹²⁰⁹. Um desses documentos, datado do ano de 1400, começa nos seguintes termos “Homens bons do cabido e colégio desta cidade, eu Vasco Anes vos faço saber que o arcebispo me disse que per quanto esta cidade era fraca e

¹²⁰⁷Flórez 1779: 181, lido em Marques 1986:47.

¹²⁰⁸ Esta cidade foi há pouco tempo cercada, no tempo do rei D. Fernando I, com bom muro, possuindo 5 torres muito grandes e um castelo muito nobre e forte com uma torre de homenagem muito alta e formosa (Barros 1919:56) *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, Biblioteca Pública), lido em Marques 1986.

¹²⁰⁹ Entre os inúmeros documentos que atestam esta circunstância refiram-se, a título de exemplo, o do ano de 1439, que assinala obras na cidade (IAN-TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.26, f. 165), o de 1445, que faz inclusivamente referência ao tesoureiro das ditas obras (IAN-TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.27, f. 58 v), o de 1450 que refere as obras nos muros e no castelo (IAN-TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.34, f. 114), mas, também, as obras nas torres da cidade (IAN-TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.4, f. 3v), entre outros (informação facultada por Maria da Conceição Falcão Ferreira).

não tinha barreira ... fazer vir toda a pedras que achassem nos arrabaldes como na dita cidade assim de pardieiros ... fazer a dita barreira que se ora faz”¹²¹⁰.



Figura 100 – A muralha medieval segundo o Mapa de Braunio

De facto, os documentos comprovam que deviam existir zonas da cidade onde a muralha definitiva ainda não se encontrava completamente acabada nos inícios do século XV. Esta situação é bastante compreensível se atendermos às diferenças entre o segundo perímetro e o terceiro. Na realidade, os documentos produzidos no século XV demonstram como o fim das obras na muralha representa uma preocupação constante e como estas se arrastaram por muito tempo¹²¹¹.

¹²¹⁰ A.D.B., Gaveta 2 das *Propriedades do Cabido*, nº16 (transcrição paleográfica M. Conceição Falcão Ferreira).

¹²¹¹ Em 1434, a 3 de Julho, pode ler-se numa carta régia de D. Duarte, que o rei se inteirava das despesas de há 2 anos, relativas às obras do muro da cidade e respectivas torres (IAN-TT, *Chancelarias de D. Duarte*, Livro 2, f. 8v (Chancelarias Portuguesas 1999: 37).

O perímetro da muralha fernandina passou agora a abranger uma área urbana bastante maior, sobretudo na parte norte (Planta 6, Apêndice II). Esse perímetro, tal como se assinala na Planta 7, Apêndice II, ligava o Castelo à Porta do Souto, junto da qual existiria uma torre (A), seguindo para sudeste, em direcção à porta B, sem torre, conhecida por porta de S. João, estando o seu trajecto fossilizado no interior do actual quarteirão delimitado pela Rua de S. Marcos (quarteirão D7). O tramo sudeste continuaria, a partir daí, ligando-se a uma torre (D), no Largo de Santiago, a qual permitia a entrada na cidade, conservando-se os seus vestígios nos fundos dos quintais dos edifícios da Rua do Anjo (quarteirão D2). Sensivelmente no limite nascente das propriedades do então Colégio de S. Paulo (actual Seminário de Santiago) existia uma pequena torre (C).

Na parte sul, a muralha ligava a torre de Santiago (C) a uma outra (E) encontrando-se o seu trajecto conservado nos fundos dos quintais dos edifícios com fachada para a actual Rua do Alcaide (quarteirão C7). Seguia, posteriormente, pelo actual Largo Paulo Orósio em direcção a um postigo (F) que permitia o acesso à Rua Verde, construída em época medieval sobre uma importante via romana de traçado NO/SE. Daí seguia, no seu tramo sudoeste, em direcção à porta de Maximinos (J) possuindo no seu trajecto duas torres (H, I), encontrando-se fossilizada nos fundos dos quintais dos edifícios da actual Rua Jerónimo Pimentel e do Largo das Carvalheiras (quarteirões C2 e C1). A torre J, que funcionava como porta, situava-se no eixo da Rua dos Burgueses, de traça medieval, permitindo o acesso à Rua de Maximinos, importante eixo suburbano da cidade. A partir daquela porta, a muralha ligava-se, no seu tramo poente, a uma outra torre (L), sendo o seu traçado perceptível nas paredes dos edifícios da actual Rua da Violinha e no fundo dos quintais da actual Avenida de S. Miguel-o-Anjo (quarteirão A1). Daí seguia, no seu tramo noroeste, em direcção a uma outra torre (M), que funcionava como porta, a qual permitia o acesso à Rua Nova, estando o seu trajecto fossilizado nos quintais e nas paredes traseiras dos edifícios das actuais ruas dos Biscainhos e Frei Caetano Brandão (quarteirão A2). A partir daí, o troço norte da muralha desenvolvia-se até ao postigo de Santo António (N), que permitia o acesso ao medieval Campo de Touros do Arcebispo, moderna Rua de Santo António, correndo pelo interior dos quintais dos edifícios com fachada para o Campo da Vinha (quarteirão A8). Mais à frente existia uma outra torre (O) que permitia o acesso aos terrenos afectos ao Paço Arquiepiscopal (quarteirão B2). A nordeste, a muralha

ligava-se ao Castelo, por um trajecto que passaria pelo interior do actual bairro delimitado a norte pela Rua dos Capelistas (bairro B3), no qual possuiria, segundo o *Mapa de Braunio*, uma pequena torre (P).

Neste sentido, a muralha fernandina terá possuído 9 grandes torres, mais 2 pequenos torreões, 3 postigos e 5 portas, 3 das quais se encontravam integradas em torres. As restantes seriam abertas na própria muralha, muito embora guarnecidas por torres.

As muralhas constituem equipamentos com forte incidência na estrutura urbana medieval, quer seja porque representam barreiras que limitam a sua expansão, quer seja porque orientam o desenvolvimento da cidade nos espaços intra e extramuros. Uma das componentes fundamentais para a compreensão da morfologia urbana medieval são as portas abertas nas muralhas, pois constituem elementos geradores e aglutinadores do edificado e estruturadores do sistema viário. Por outro lado, são elas que asseguram as ligações que sempre se estabelecem com os caminhos suburbanos, através dos quais os núcleos urbanos se ligam ao mundo rural, ou a pequenos agregados populacionais que se desenvolvem extramuros.

3.2.2 O Castelo

O Castelo medieval localizava-se na zona nordeste da cidade, na área actualmente correspondente ao bairro formado pelo Largo de S. Francisco, a norte, pela Praça da República, a nascente, pelo Largo Barão de S. Martinho, a sul e pela Rua do Castelo, a poente.

Actualmente são ainda visíveis neste bairro alguns dos vestígios e elementos arquitectónicos que integrariam o Castelo, como é o caso da imponente torre de menagem, ou de uma outra torre, utilizada como torre sineira. Porém, outros vestígios do Castelo encontram-se incorporados nas construções actuais, de forma mais ou menos dissimulada.

A primeira referência escrita conhecida ao Castelo data de 1315¹²¹², muito embora o ano exacto do início da sua construção seja desconhecido, sendo,

¹²¹² Documento já mencionado, *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. N.º31 (Marques 1982c:134-135).

igualmente, impossível de determinar se, naquela data, as obras já se encontrariam completamente ultimadas¹²¹³.

Na verdade, à semelhança do que se passou com a muralha defensiva medieval, são numerosas as referências escritas às obras do Castelo ao longo dos séculos XIV e XV¹²¹⁴, facto que nos indica que aquelas se arrastaram por muito tempo. A documentação disponível indica, igualmente, que, em 1380, a construção esteve a cargo de três mestres de arquitectura militar, de nome João Mouro, Pero Senascais e João Pedreiro¹²¹⁵.

Porém, a partir do século XVI e até ao século XIX, altura em que foi demolida grande parte do Castelo, este irá conhecer várias transformações morfológicas, intimamente relacionadas com a progressiva perda da função militar deste equipamento.

O Castelo situava-se numa zona plana da cidade, com cota máxima de 193 metros de altitude¹²¹⁶, possuindo, todavia, uma boa perspectiva sobre o território envolvente, sobretudo para norte, nordeste e sudeste. A sua construção terá resultado do alargamento da muralha para nordeste, articulando-se com aquele que sugerimos constituir o perímetro defensivo intermédio entre a primitiva cerca e a muralha fernandina, o qual pode ser datado entre finais do século XIII e inícios do XIV. Esta estrutura parece, assim, espelhar quer o crescimento demográfico da cidade, quer o crescente prestígio do senhorio dos arcebispos, responsáveis pela cidade, já que esta isenta de jurisdição real¹²¹⁷.

As referências escritas existentes são pouco esclarecedoras quanto à planta do primitivo Castelo, sobre a qual existem apenas indicações pontuais. Segundo os Estatutos da Confraria de S. João do Souto, no Castelo esteve sediada a referida Confraria, junto à “... *torre maior* ...”¹²¹⁸, espaço esse que viria a ser ocupando pelo novo aljube, em 1718, mandado edificar por D. Rodrigo de Moura Telles¹²¹⁹. Outras duas informações, aliás muito idênticas, descrevem a cidade medieval como tendo “... *hu Castello mui nobre e forte com hua torre de omenagem mui alta e fermosa*

¹²¹³ Marques 1983; 1986.

¹²¹⁴ Marques 1983; 1986.

¹²¹⁵ Marques 1983; 1986.

¹²¹⁶ Segundo a planta topográfica de 1883/84.

¹²¹⁷ A construção do Castelo poderá ter sido ordenada por D. Dinis, em 1300 (Ferreira 1928-1934). Todavia, em virtude do próprio estatuto de feudo eclesiástico de que Braga era detentora, bem como dos documentos que atestam as iniciativas e preocupações dos arcebispos com a construção do Castelo, este deve ter sido mandado erguer pelo arcebispado (Marques 1986).

¹²¹⁸ Marques 1986: 8.

¹²¹⁹ Bandeira 2000b.

“¹²²⁰, e como tendo em “ ...1378 ... un Castillo de muy buen parecer e fuerte para aquel tempo, com sua torre del homenaje”¹²²¹. Segundo um documento do ano de 1451 era também no castelo que funcionava a prisão¹²²².

Apesar dos reduzidos indicadores topográficos fornecidos pelas fontes sobre o Castelo, a reconstituição da sua planta é possível graças às fontes iconográficas antigas, bem como aos vestígios materiais que dele sobrevivem integrados nas construções actuais (Apêndice I, ficha1).

As fontes iconográficas mais importantes, que retratam o Castelo medieval, são o *Mapa de Braunio*, o mapa do século XVII, o *Mapa de Braga Primas*, o *Mapa das Ruas de Braga*, muito embora de forma muito parcial e, ainda, a Planta do século XIX da autoria de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel¹²²³.

Existem igualmente algumas imagens que documentam a demolição do Castelo no século XX, as quais facultam informações importantes para a reconstituição da sua planta (Apêndice I, ficha1).

Do mesmo modo, foi possível identificar algumas estruturas do Castelo que integram actualmente as construções anexas. Deste conjunto de vestígios fazem parte a, já referida, torre de menagem, a torre sineira da Igreja da Nossa Senhora da Lapa, bem como algumas estruturas integradas nos edifícios que compõem a Arcada e o restante quarteirão, identificado como B4, no qual se destacam os edifícios numerados por 2, 3, 4, 6, 7, 12, 17, e 18, conforme se apresenta e analisa no Apêndice I, ficha 1, deste trabalho (Figura 101, p. 340).

Através da conjugação deste diversificado conjunto de elementos foi possível propor uma planta para este importante equipamento medieval de Braga (Figura 103, p. 342).

Segundo os dados que conseguimos reunir, o Castelo possuiria uma planta rectangular, definida por uma muralha, reforçada nos seus quatro cantos por torres de planta quadrangular. No interior do recinto erguia-se uma torre de menagem quadrangular¹²²⁴ (Figura 102, p. 341).

A planta do primitivo Castelo inclui-se, assim, dentro da tipologia dos castelos urbanos construídos um pouco por toda a Europa, onde o elemento predominante

¹²²⁰ Barros 1919: 56, lido em Marques 1986: 11.

¹²²¹ Flórez 1779: 181, lido em Marques 1986:47.

¹²²² IAN-TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.37, f. 9 (informação facultada por Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹²²³ Confrontar com Anexo V, ficha 1.

¹²²⁴ Situação idêntica a muitos outros castelos (Châtelain 1988; Fournier 1978).

é a torre de menagem¹²²⁵. A de Braga¹²²⁶, também chamada de *torre maior*, conforme aparece descrita em 1315, é sem dúvida o elemento mais referenciado nas fontes e o mais emblemático da estrutura castelar.

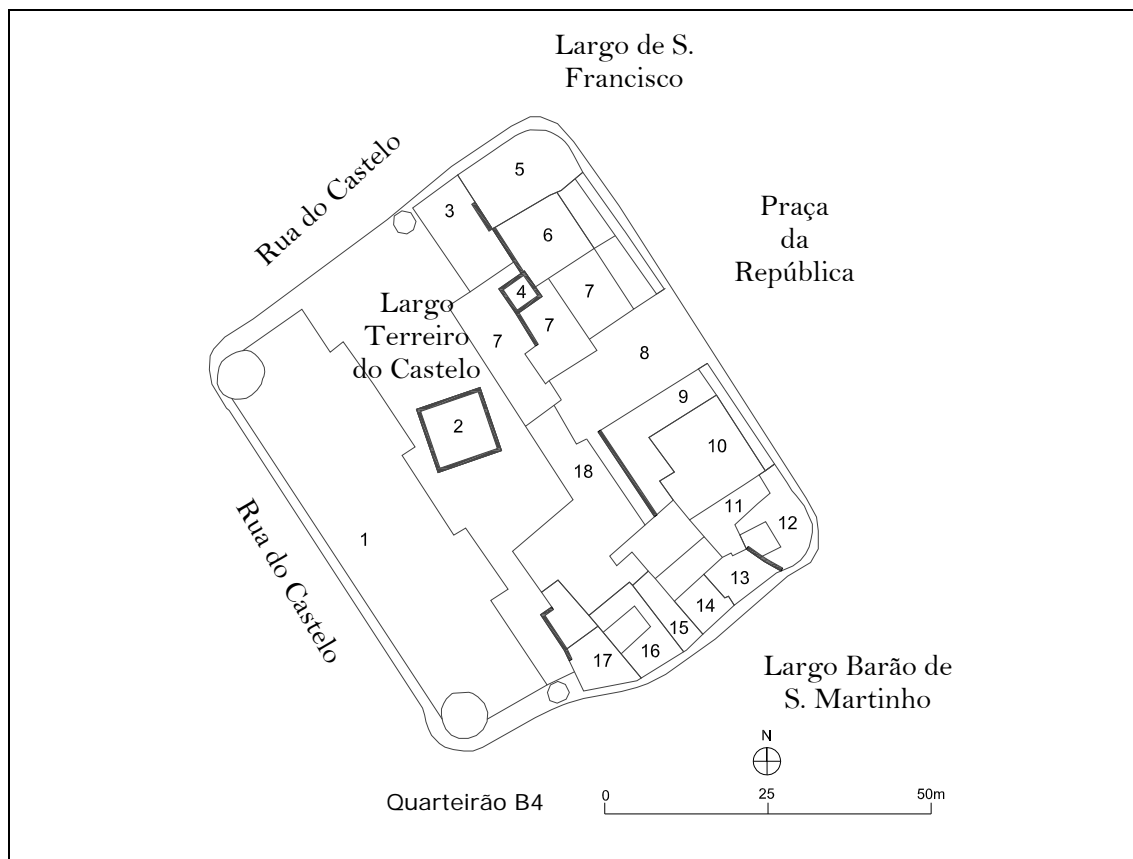


Figura 101 – Quarteirão do Castelo medieval

Esta torre, conservada ainda actualmente, possui planta quadrangular, cerca de 30 metros de altura e 10 metros de largura, encontrando-se dividida internamente em 3 pisos. O acesso ao primeiro piso era realizado por uma escada lateral. Na parte superior possui um terraço com adarve, com um parapeito composto por uma coroa de ameias e merlões¹²²⁷, que funcionam como reforço defensivo, deixando espaços livres entre as ameias para facilitar a vigilância e a defesa do castelo, bem como um remate de coruchéus cónicos¹²²⁸. Na parede lateral possui uma janela geminada gótica, situada no último piso, e pequenas

¹²²⁵ Barroca 1990-91; Almeida & Barroca 2002.

¹²²⁶ Classificada como monumento nacional (IPPAR 2001-2006).

¹²²⁷ Abertura no parapeito de uma muralha ou torre entre cada dois merlões, ou seja, entre cada dois blocos maciços de forma cúbica ou outra, por vezes de remate piramidal, situados no topo de um parapeito (Silva & Calado 2005).

¹²²⁸ Remate cónico ou piramidal das torres ou campanários (Silva & Calado 2005).

aberturas, estreitas e alongadas, as seteiras¹²²⁹. De facto, as torres possuíam igualmente aberturas estreitas e alongadas, rasgadas nos muros laterais, que permitiam a utilização de armas de arremesso, como as lanças. Na parte superior das quatros paredes encontram-se balcões com matacões, apoiados em mísulas e com uma abertura no chão¹²³⁰, que servia para o arremesso vertical (Figura 102, p. 341).



Figura 102 – Torre de menagem

Entre os séculos XIV e XV, tal como atestam os documentos, prosseguiram as obras no Castelo. Posteriormente à crise sentida aquando da invasão de Braga pelas tropas de Castela, nos finais do século XIV, a estrutura deve ter sido reforçado, tornando-se uma construção mais robusta, que pode ter incluído o reforço ou aumento dos torreões. O número máximo de torres parece ter sido seis, estando quatro colocadas nos cantos do recinto fortificado do Castelo, a torre

¹²²⁹ No século XIV as aberturas nas torres eram pequenas, não existindo ao nível térreo. No primeiro piso encontravam-se as seteiras, aberturas muito estreitas e, no segundo piso, eram mais alargadas (Dias 1994).

¹²³⁰ Dias 1994.

sineira situado ao lado da porta e a torre de menagem implantada aproximadamente no centro do recinto (Figura 103, p. 342).

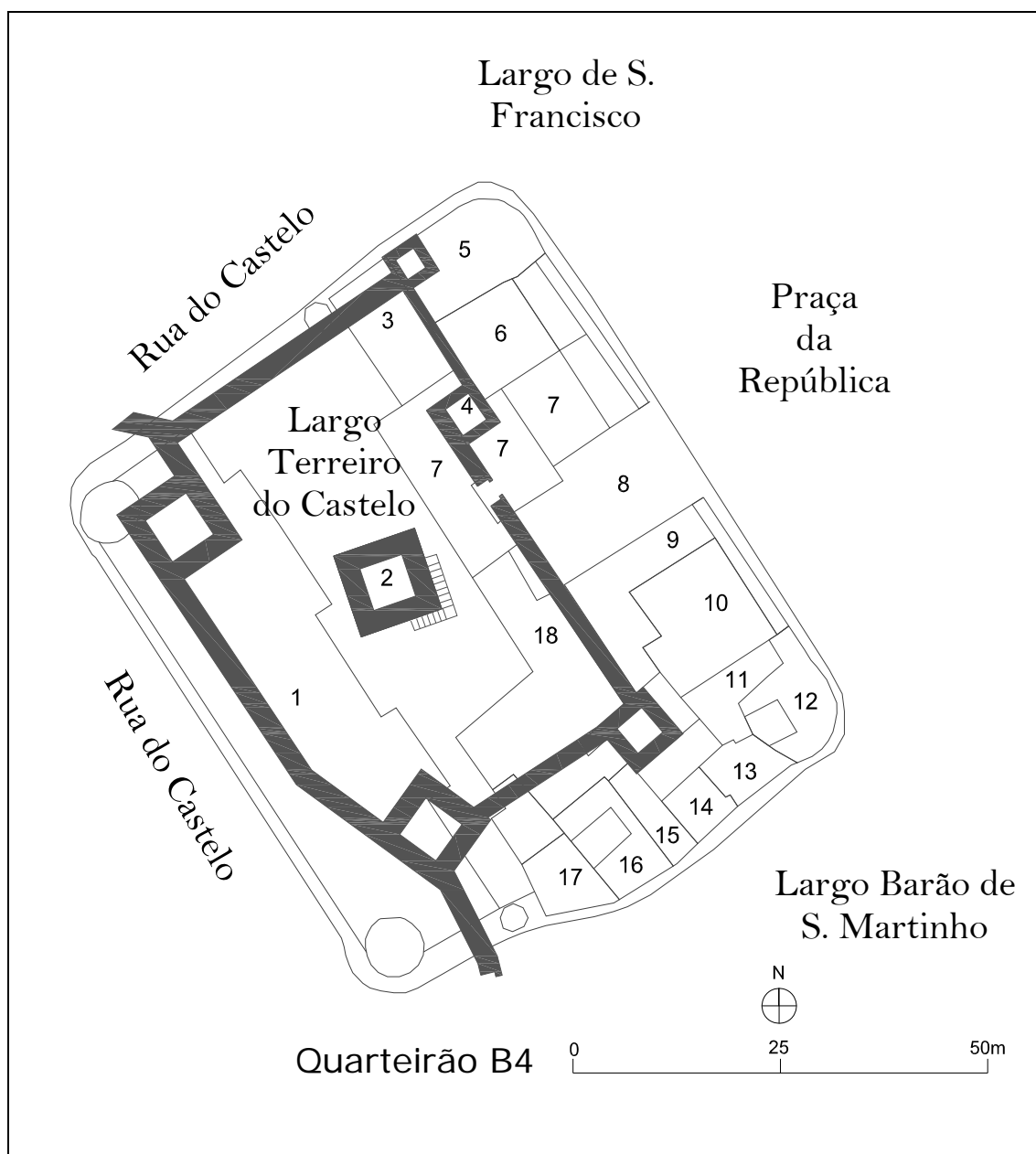


Figura 103 – Proposta de reconstituição do Castelo medieval

As plantas das torres que se encontram nos cantos do recinto amuralhado eram sensivelmente quadrangulares, muito embora exibam diferentes dimensões (Apêndice I, ficha 1).

A porta principal de entrada no Castelo estava localizada a nascente, na fachada principal, onde ainda actualmente sobrevive, integrada no edifício 2, do

quarteirão B3, local onde se encontra representada no *Mapa de Braga Primas*. Nesta gravura do século XVIII, são igualmente visíveis três torres, na fachada principal, duas de canto e uma que corresponderá à torre sineira da capela de Nossa Senhora da Lapa, que estaria associada à porta (ver Apêndice V, ficha 1).

A partir do século XVI o Castelo medieval irá sofrer novas alterações, que se encontram intimamente relacionadas com a sua inutilização enquanto parte do sistema defensivo da cidade, à semelhança do que ocorre com as muralhas. Desde então, o Castelo e a zona envolvente passam a constituir um pólo dinâmico na vida económica e social da cidade, albergando diferentes tipos de construções.

Nos inícios do século XVI, no arcebispado de D. Diogo de Sousa, toda a zona exterior ao Castelo foi revigorada através da abertura do Rossio de Santa Ana e da Rua de S. Marcos, passando esta área a constituir uma das zonas de entrada preferenciais na cidade. Junto à Porta do Souto o arcebispo terá mandado fazer uma “casa, estrebarias e alpendre com colunas para pousarem de graça os almocreves que trazem mantimentos a cidade ... a seu requerimento mandou ell rei dom Manuel fazer a barreira do castello de quantaria, a qual dantes era feia de pedra solta e derribada per muitos logares”¹²³¹.

Nos finais do século XVI, D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609) mandou construir uma alfândega¹²³², anexa à frontaria do Castelo, a qual integraria provavelmente as torres semicirculares¹²³³, representadas no *Mapa de Braunio*, datado de 1594 (Apêndice I, ficha 1).

No século XVIII, D. Rodrigo de Moura Telles mandou edificar na parte nascente do conjunto os arcos dos alpendres, sendo erguido um novo aljube (1718)¹²³⁴, na parte norte.

O Castelo terá sofrido nos séculos XVII e XVIII um acréscimo significativo no sentido nascente, através da criação da arcada que integra nas suas extremidades as duas torres semicirculares, construídas nos finais do século XVI, a qual se encontra bem representada no *Mapa das Ruas de Braga* (Apêndice I, ficha 1). Este conjunto transforma-se no século XVIII num dos espaços mais emblemáticos da Braga barroca.

¹²³¹ A.D.B., *Registo geral*, liv. 330, fl. 331v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 299.

¹²³² Bandeira 2000b.

¹²³³ A partir do século XV as torres redondas tornam-se mais frequentes, em consequência das alterações na nova arquitectura militar (Dias 1994).

¹²³⁴ Bandeira 2000b.

Em meados do século XVIII o *Mapa de Braga Primas* ilustra bem as inúmeras construções que se adossam ao Castelo, entre as quais se destaca a Igreja da Nossa Senhora da Lapa, começada a construir em 1771¹²³⁵. O Castelo albergou desde o século XVIII, na parte norte, a prisão de Braga, destruída nos princípios do século XX.

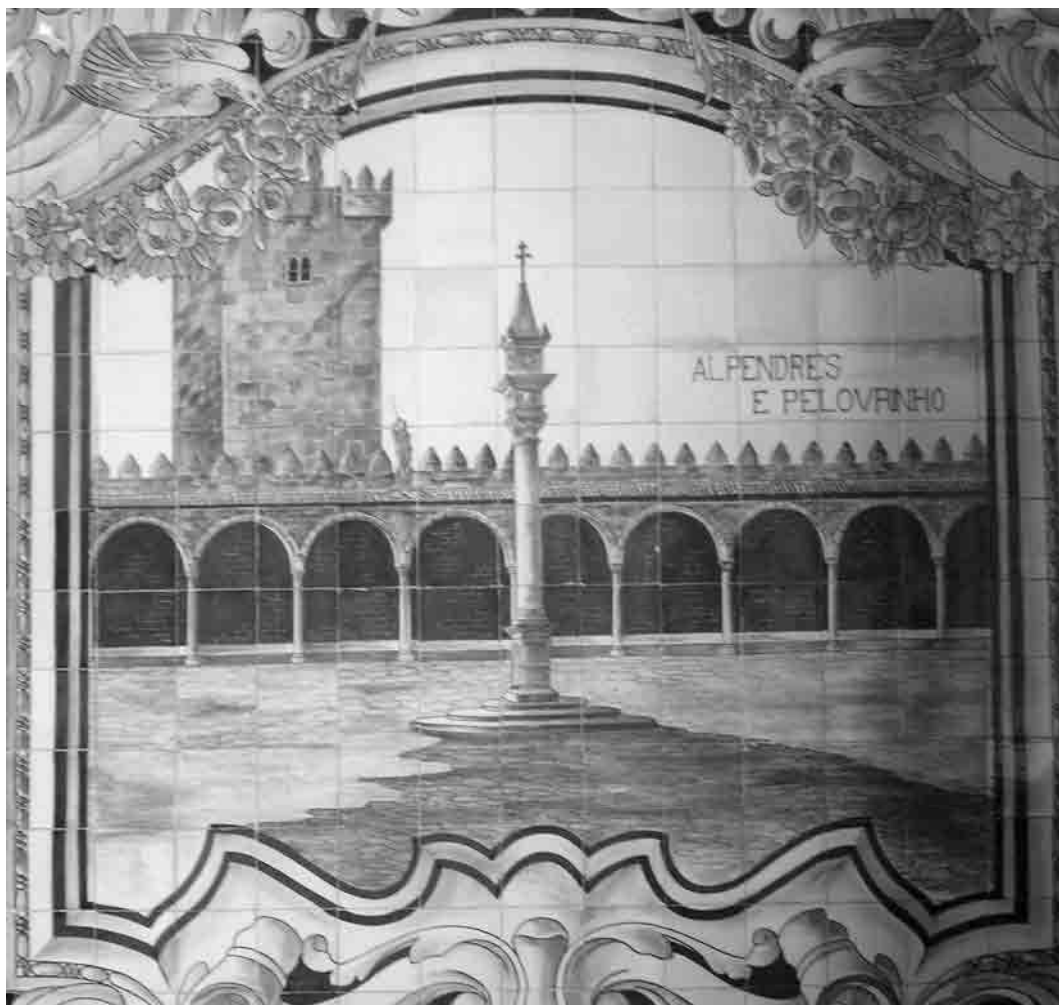


Figura 104 – Alpendres e pelourinho da fachada nascente do Castelo¹²³⁶

3.2.3 Portas e caminhos

As portas da cidade e os caminhos que a elas conduzem desempenham um importante papel na estrutura do espaço urbano medievo, pois constituem lugares de atracção, que tendem a aglutinar em seu redor, não só edifícios mas, também,

¹²³⁵ Freitas 1890.

¹²³⁶ Azulejo existente no interior do edifício da Câmara Municipal de Braga, instituição a quem agradecemos as facilidades concedidas na obtenção da sua fotografia.

actividades económicas importantes. De facto, os núcleos urbanos são sempre subsidiárias do campo, com o qual mantém uma relação de intercâmbio e reciprocidade, bem representada nas imediações das portas.

Ao longo da Idade Média, as portas e os caminhos periféricos relacionados, eram os locais da entrada de pessoas e bens, constituindo, por isso, um elemento de controlo social, económico e cultural, com significativas repercussões no plano urbanístico da cidade¹²³⁷.

No caso de Braga, a sucessiva ampliação do recinto protegido foi gerador de diferentes morfologias do tecido urbano, sobretudo na zona nordeste e norte da cidade. Neste processo, os núcleos habitacionais que se iam formando na periferia imediata do primeiro recinto amuralhado foram incorporados dentro do novo perímetro, adaptando-se as portas à organização dos elementos integrados, sejam eles ruas ou caminhos, pequenos núcleos residenciais ou parcelas rurais. Por sua vez, estas preexistências condicionaram a morfologia do novo recinto, bem como a localização das suas portas (Apêndice II, Planta 7).

A porta do Souto aparece referida nos documentos escritos, em 1265¹²³⁸, constituindo a segunda porta a ser aberta com o alargamento da cerca defensiva no século XIII (Apêndice II – Planta 7). O nome desta porta provém da natureza do local onde se implantou tratando-se, sem dúvida, de uma área onde existiria uma extensa área de castanheiros e carvalhos¹²³⁹.

Esta porta encontrava-se localizada na zona oriental da cidade medieval, no actual Largo Barão de S. Martinho, onde conflui a Rua do Souto.

A referência escrita a esta porta constitui um indicador inequívoco do alargamento da primitiva muralha medieval e, por conseguinte, da área urbana, que se estende para nordeste. As razões para este facto podem residir na preexistência nesta área de um maior desenvolvimento, associado à circulação e urbanização dos caminhos que seguiam os traçados das antigas vias XVII e XVIII que, desde a época romana ligavam a cidade à periferia. Estas artérias suburbanas mantiveram sempre uma intensa actividade pois, era através delas que a cidade se ligava aos aglomerados populacionais, que surgiram na Antiguidade Tardia, em torno das igrejas de S. Vicente e S. Vítor.

¹²³⁷ Benito Martín 2000.

¹²³⁸ Tal como já referido, *Pergaminhos da Confraria de São João ...*, nº 8 (Marques 1982c).

¹²³⁹ Cunha 1634-35.

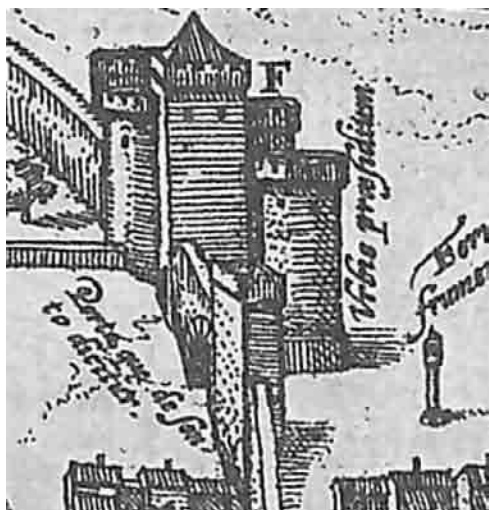


Figura 105 – Porta do Souto (Mapa de Braunio)



Figura 106 – Porta do Souto (MRB)

Os documentos medievais atestam que a Rua dos Chãos¹²⁴⁰, cujo traçado medieval coincidiria com o da via XVIII, bem como a Rua da Corredoiira¹²⁴¹, que ligaria a S. Vítor, detinham um papel importante no desenvolvimento periférico da cidade, desde o século XIII.

Com o alargamento da muralha para nascente duas novas ruas irão passar a integrar o espaço urbano intramuros: a Rua de Janes e a Rua do Souto. Esta última poderia corresponder a um antigo caminho que rodeava a muralha romana pelo lado exterior. Com a abertura da nova porta do Souto, este caminho passará a incluir-se dentro do recinto urbano, constituindo aliás, alguns séculos depois, uma das ruas mais importantes da cidade medieval.

De facto, o surgimento desta porta na muralha, bem como a posterior construção do Castelo, nas suas imediações, irão potenciar o progressivo desenvolvimento da zona nascente da cidade, que passará a constituir um importante centro económico de Braga, no século XVI e seguintes, manifestamente evidente na urbanização e nas lojas da Rua do Souto e da arcada do Castelo¹²⁴², bem como em toda a área extramuros. A abertura no século XVI do Rossio de Santa Ana e a sua consequente dinamização urbana constituem um outro testemunho da importância da Porta do Souto, na morfologia da cidade medieval e moderna. Esta porta, já integrada na muralha do século XIII, será alterada no século XIX, por

¹²⁴⁰ A primeira referência à Rua dos Chãos data de 1315 e encontra-se nos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 31 (Marques 1982c).

¹²⁴¹ A primeira referência ao topónimo Corredoiira, nos documentos consultados, data de 1161 (*Liber Fidei*, fólios 131v-132), falando de “vinea de Corredoiira” (Costa 1978). Posteriormente, a primeira referência explícita à rua da Corredoiira data de 1261 e encontra-se nos *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, nº7 (Marques 1982c).

¹²⁴² Como constitui um testemunho inequívoco o MRB, do século XVIII, bem como os *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (AAVV 1989-91).

determinação do arcebispo D. Gaspar de Bragança, por ser demasiado baixa e estreita para a passagem de alguns cortejos religiosos. Em 1853 foi totalmente alterada, quando foi destruído o arco da Porta do Souto¹²⁴³.

A muralha possuía uma outra porta (B) (Apêndice - II Planta 7), no tramo sudoeste, conhecida por Porta de S. João, muito embora em tempos mais antigos se tenha chamado *Porta Orienta*¹²⁴⁴. Esta porta é a primeira a ser referida na documentação, em 1210¹²⁴⁵, devendo o seu nome à proximidade da igreja de S. João do Souto, pelo menos desde o século XIII. A porta localizava-se nas proximidades do local onde hoje se encontra a Casa dos Coimbras e permitia a passagem da zona intramuros, actualmente designada de Largo de S. João, para o actual Largo Carlos Amarante.

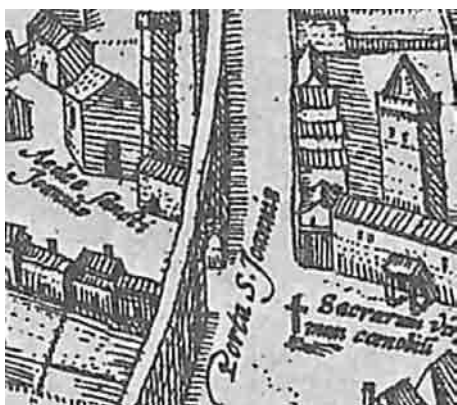


Figura 107 – Porta de S. João (Mapa de Braunio)



Figura 108 – Porta de S. João (Mapa de Braga Primaz)

Construída no século XIII, aquando da primeira ampliação da cerca medieval no sentido N e NE, a porta de S. João foi revalorizada no tempo de D. Diogo de Sousa, tal como aconteceu com toda a área envolvente¹²⁴⁶. As razões que podem justificar a existência desta porta, relacionam-se com a necessidade de uma passagem que permitisse o acesso ao caminho que existiria no eixo da via XVII, que conduzia a S. Vitor. Por outro lado, a sua importância vai aumentar, no século XVI, por se localizar numa zona de intervenção urbanística estratégica para o desenvolvimento da cidade. De facto, quando D. Diogo de Sousa mandou restaurar a capela-mor da Sé¹²⁴⁷ e abrir a Rua de S. João do Souto¹²⁴⁸ esta porta passou a

¹²⁴³ Freitas 1890.

¹²⁴⁴ Freitas 1890.

¹²⁴⁵ Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto, doc. 2, de Novembro de 1210 (Marques 1982c: 105).

¹²⁴⁶ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329v-332, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296-301.

¹²⁴⁷ AAVV 1989-91, vol. II.

desempenhar um lugar de destaque, permitindo a todos os que chegavam à cidade ver os melhoramentos mandados realizar pelo arcebispo na cabeceira da Sé Catedral.

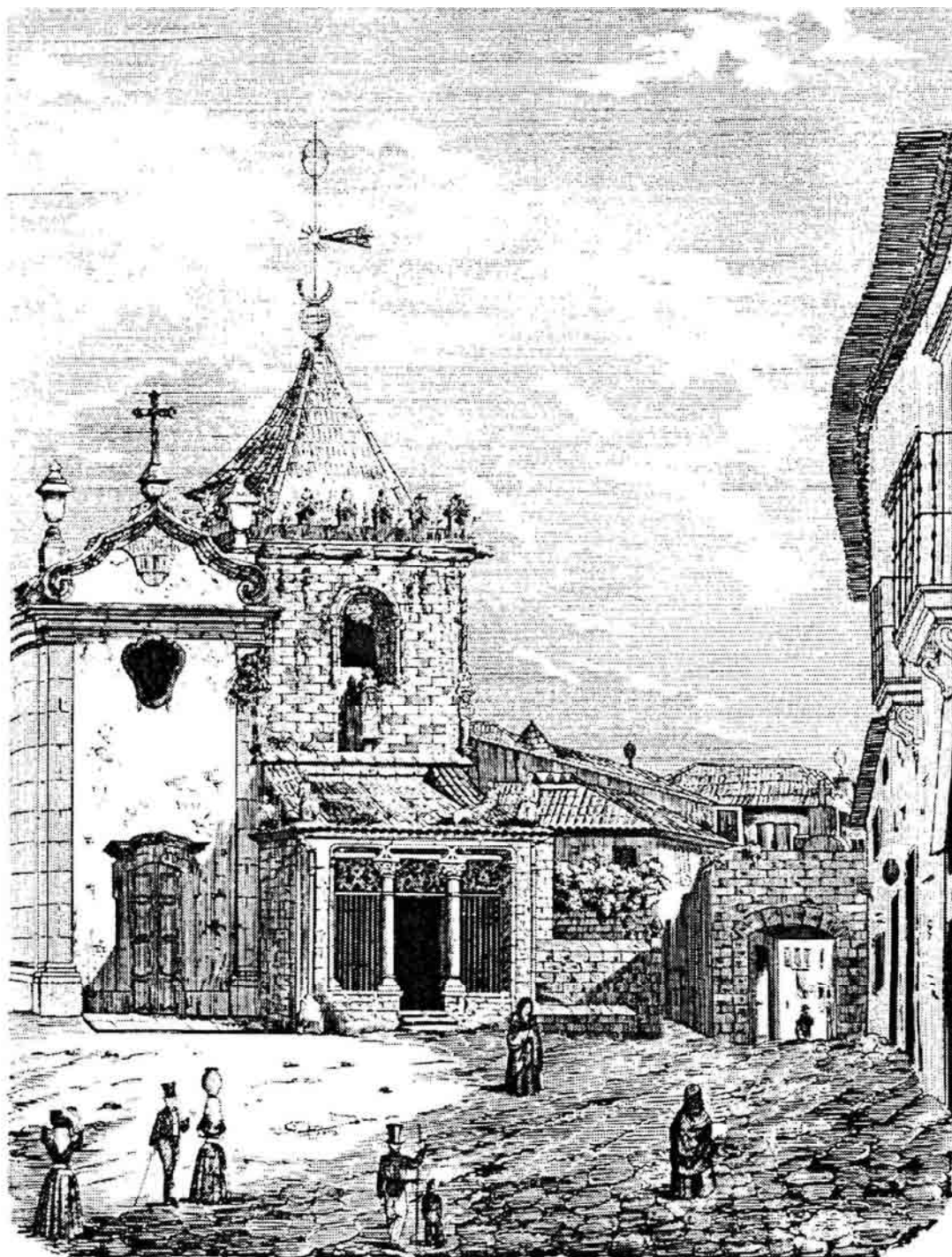


Figura 109 – Imagem da Capela dos Coimbras, onde se pode ver a porta de S. João¹²⁴⁹

¹²⁴⁸ A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 329v, onde se lê: *Fez a Rua de Sam Marcos, a qual he da capella major ataa a dita porta de Sam marcos e comprou muitas casas acerqua da See pera fazer a dita Rua e quintais atrás dellas porque tudo era cerrado de casas e quintais e nom avia hy rua nenhuã*, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

¹²⁴⁹ Nunes & Oliveira 1997: 41.

De igual modo, na zona extramuros, que lhe era contígua, o mesmo arcebispo, terá mandado abrir o Rossio de S. Marcos, actual Largo Carlos Amarante e a Rua dos Granjinhos de modo a permitir o crescimento da cidade para a zona sudeste¹²⁵⁰. Aliás, naquele Largo, terá existido uma ermida onde estiveram as relíquias de S. Marcos. A referida ermida será doada pelo arcebispo D. Paio Mendes (1118-1137) aos Templários, que aqui tiveram um convento até 1312¹²⁵¹. No século XVI D. Diogo de Sousa conclui as obras no hospital de S. Marcos, iniciadas no século anterior¹²⁵².

A abertura Rua de S. João do Souto conjuntamente com a reestruturação da área exterior à porta da muralha, veio alterar significativamente a organização urbana desta zona, acelerando a sua urbanização, bem como o seu embelezamento, por se tratar de uma das entradas mais emblemáticas na cidade, que permitia uma vista panorâmica sobre a cabeceira da Sé Catedral. De facto, esta zona torna-se numa das áreas privilegiadas da aplicação dos ideais renascentistas em Braga, da qual constituem igualmente expressão alguns exemplos de edifícios construídos nessa área, como sejam, a Casa e a Capela dos Coimbras¹²⁵³ (Figura 109, p. 348).

Actualmente não existem quaisquer vestígios da porta de S. João, tendo o arco, sobre o qual existia a imagem de Nossa Senhora, sido o último elemento a ser derrubado, em 1867, pela Câmara de Braga, a fim de proceder a obras de alargamento nesta zona¹²⁵⁴.

Na parte sul do traçado da muralha localizava-se uma outra porta, que se integrava na torre D (Apêndice II – Planta 7), designada de S. Jacob (*Jacobi*=Tiago), como ainda aparece referida no *Mapa de Braunio* (Figura 110, p. 350). O seu nome ficou a dever-se à sua proximidade com a Igreja de Santiago da Cividade, situada no largo contíguo intramuros. Posteriormente, o arco da porta da torre foi fechado pelos Jesuítas, responsáveis pelo Colégio de S. Paulo, que terão mandado abrir uma outra porta, no troço da muralha, entre a referida torre e o Seminário de Santiago. A nova entrada passou a designar-se de porta do Colégio, ou de Santiago,

¹²⁵⁰ A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 332, onde se lê: *fez da porta e Recjo do hospital de Sam Marcos novamente hum caminho que vem ter a estrada que vai da ponte de guimarães pêra a cidade o qual caminho nunca fora aberto e era cerrado de vinhas e ortas*, publicado por Maurício 2000, vol. II: 299.

¹²⁵¹ Freitas 1890.

¹²⁵² Freitas 1890; A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 331v, onde se lê: *fez nelle o hospital de S. Marcos o qual foi começado por hum Diogo guonçallvez conigo desta See e o dito Senhor Arcebispo o acabou na forma em que agora estaa*, publicado por Maurício 2000, vol. II: 299.

¹²⁵³ Vasconcelos 1995.

¹²⁵⁴ Freitas 1890.

devendo o seu nome ao facto de se encontrar edificada no Largo de Santiago e junto ao Seminário do mesmo nome¹²⁵⁵. Este foi mandado construir sob os auspícios do arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1560, para aí instalar o Colégio de S. Paulo¹²⁵⁶, ou Estudos Públicos, fundado por D. Diogo de Sousa, em 1531, ampliado pelo Infante D. Henrique e restaurado por Frei Baltasar Limpo, em 1553¹²⁵⁷.

Na parte inferior da torre da muralha passou a funcionar o Oratório de N. Sr.^a da Torre. Nela mandaram os Jesuítas instalar igualmente uma torre sineira¹²⁵⁸.

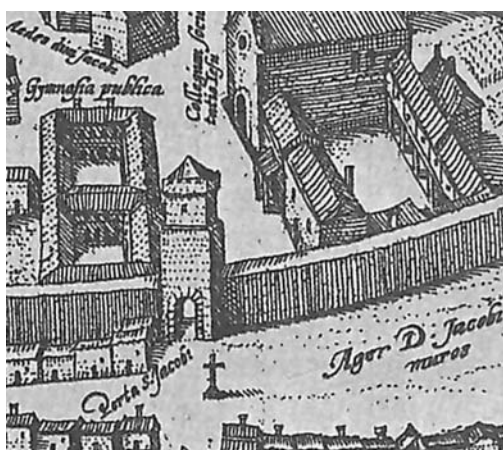


Figura 110 – Porta de S. Jacob (*Mapa de Braunio*)

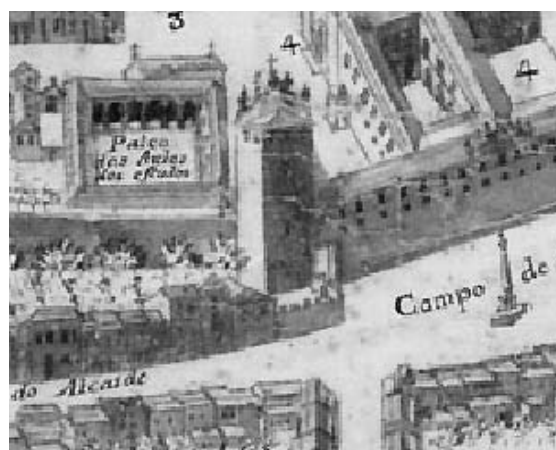


Figura 111 – Porta do Colégio (*Mapa de Braga Primas*)

Independentemente deste facto, esta entrada na cidade terá sido sempre importante, uma vez que, no largo intramuros, em frente à porta, se realizaria uma feira desde longa data¹²⁵⁹. De igual modo, a partir dela era possível aceder à Sé Catedral e ao seu largo, onde se realizava também a Feira da Olaria, através da Rua da Erva e da Rua Pequena¹²⁶⁰.

A torre onde se localizava a porta do Colégio, ou de Santiago, terá conhecido obras até ao século XV como atestam alguns documentos¹²⁶¹. Esta porta e a torre de Santiago constituem actualmente uma das poucas sobrevivências arquitectónicas da muralha medieval, que analisaremos adiante no ponto 3.2.4.

¹²⁵⁵ Este convento foi doado pelo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires aos Jesuítas que nele estiveram instalados até 1759, altura em que passa a ser ocupado pelas religiosas Ursulinas, servindo de colégio para meninas (Freitas 1890).

¹²⁵⁶ Rolo 1982.

¹²⁵⁷ Costa 1979.

¹²⁵⁸ Macedo 1993.

¹²⁵⁹ Oliveira et al. 1982.

¹²⁶⁰ Ver Rua da Olaria (ponto 3.3.7.).

¹²⁶¹ A.D.B., *Registo Geral*, doc. 330, fl. 446v, de 1477 (Marques 1986: 15).

A seguir à porta do Colégio, no sentido E/O, situava-se a porta ou postigo da Cidade, S. Sebastião ou de S. Bento (F) (Apêndice II – Planta 7), localizada no Largo de S. Sebastião, actual Largo Paulo Orósio. Esta porta permitia o acesso à Rua Verde localizada intramuros, a partir da Rua de S. Sebastião, localizada extramuros e de traça romana, correspondente, segundo o *Mapa de Braunio*, à via que saía para Lisboa, passando pelo Porto¹²⁶².

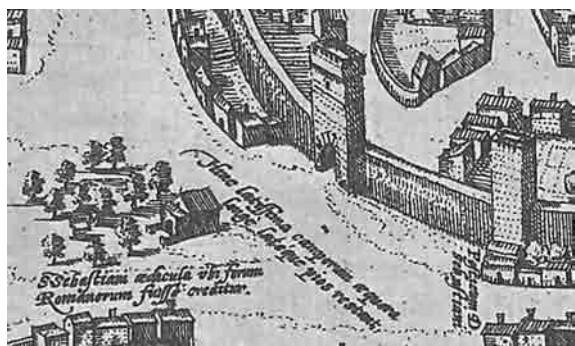


Figura 112 – Postigo da Cidade ... (Mapa de Braunio)



Figura 113 – Postigo da Cidade ... (Mapa de Braga Primas)

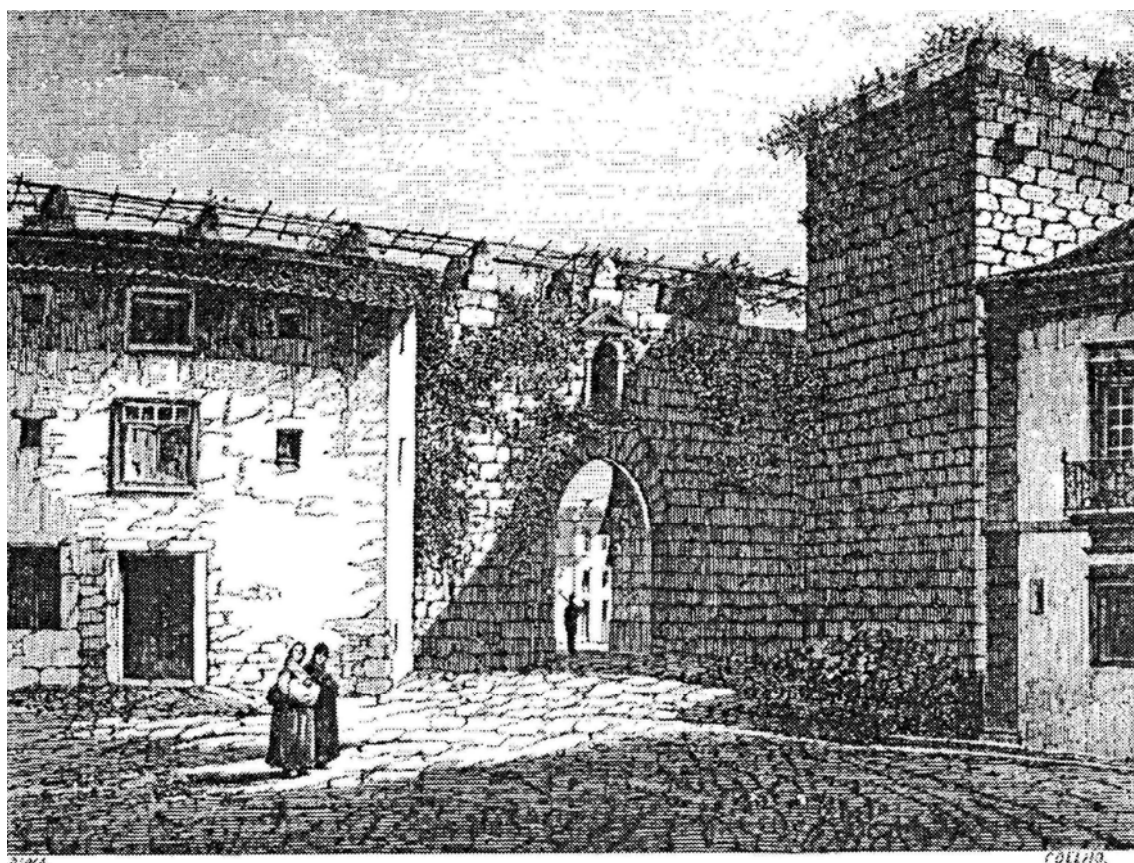


Figura 114 – Porta ou Postigo da Cidade, de S. Bento ou de S. Sebastião¹²⁶³

¹²⁶² Via XVI segundo o Itinerário de Anónimo, ver parte III, ponto 2.

¹²⁶³ Nunes & Oliveira 1997: 40.



Figura 115 – Arco do Postigo¹²⁶⁴

À semelhança da porta de Santiago, o postigo da Cividade, de S. Bento, ou de S. Sebastião, deveria existir já no primeiro perímetro amuralhado do século XI-XII.

O designativo de Postigo da Cividade aparece referido nos documentos medievais do século XIV¹²⁶⁵, talvez por se tratar de um topónimo que preserva a memória da anterior cidade romana. O de S. Bento advém do facto de possuir um nicho, com uma imagem de S. Bento, primitivamente localizado na parte de fora da muralha e posteriormente colocado da parte de interior da mesma¹²⁶⁶. Por sua vez,

¹²⁶⁴ Imagem existente no Salão Nobre da Câmara Municipal de Braga, instituição a que agradecemos a possibilidade de a fotografar.

¹²⁶⁵ A.D.B., 1º Livro do Tombo do Cabido, fl. 124.

¹²⁶⁶ Freitas 1890.

o designativo de porta de S. Sebastião ficou a dever-se ao facto de se situar no largo com o mesmo nome, local onde se situa a capela de S. Sebastião.

Através da confrontação das fontes iconográficas disponíveis para os séculos XVI e XVIII verificámos que esta zona sofreu algumas alterações posteriores à Idade Média. Assim, no *Mapa de Braunio*, a porta aparece integrada na torre, enquanto que no *Mapa de Braga Primas* surge rasgada na muralha, entre dois torreões, mandados demolir no século XIX¹²⁶⁷.

Na continuidade da muralha, encontrámos a porta de Maximinos ou da Senhora da Ajuda, integrada numa torre J (Apêndice II – Planta 7). O nome de Maximinos dever-se certamente ao facto da porta se situar no eixo da rua com o mesmo nome, que se localizava na parte exterior à muralha. Na parte intramuros esta porta ligava-se à rua dos Burgueses, mais tarde também ela designada de Maximinos. Por sua vez, o nome de Nossa Senhora da Ajuda, também atribuído a esta porta, decorre do facto de existir uma imagem da Virgem integrada numa capelinha, sobre o arco da porta¹²⁶⁸.

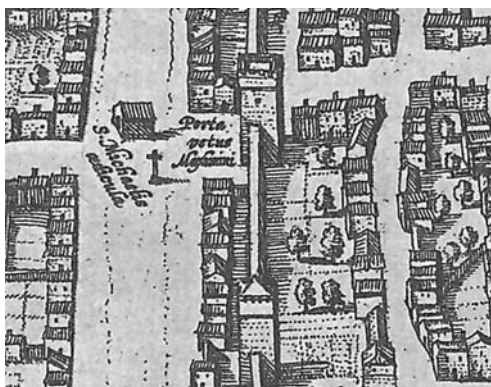


Figura 116 – Porta de Maximinos (*Mapa de Braunio*)¹²⁶⁹

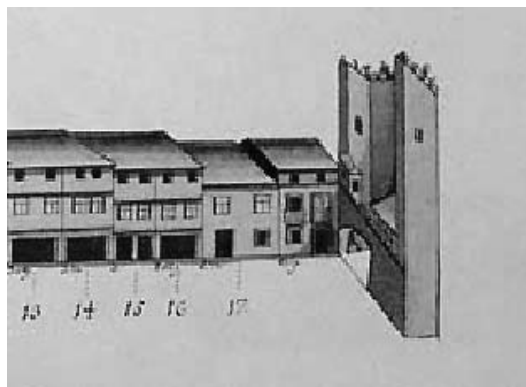


Figura 117 – Porta de Maximinos (MRB)

Esta porta terá tido grande importância na morfologia urbana medieval, constituindo o acesso mais directo à fachada da Sé Catedral, sendo a única entrada conhecida a poente na cidade. Durante grande parte da Idade Média permitia igualmente o acesso a uma das ruas mais ricas de Braga, a Rua dos Burgueses, onde se centrou, até ao século XV, uma parte importante da actividade económica da cidade. De igual modo, na parte extramuros, a Rua de Maximinos

¹²⁶⁷ Segundo Senna Freitas no Campo de S. Sebastião existiam no século XIX duas torres e um torreão, além de outro, que estava no Quintal do Guigra, mandado demolir a 2 de Fevereiro de 1890 para calçar a rua de S. Marcos (Freitas 1890).

¹²⁶⁸ Freitas 1890.

¹²⁶⁹ Na figura é igualmente perceptível a já demolida Igreja de S. Miguel-o-Anjo, localizada sobre o eixo viário extramuros

constituía uma das artérias medievais mais importantes, que resulta da construção adossada à muralha romana, prolongando-se na actual Rua da Cruz de Pedra. Esta rua era a artéria medieval que ligaria a porta da Nossa Senhora da Ajuda à Igreja de S. Pedro de Maximinos, acompanhando, pelo exterior, o traçado da muralha romana.



Figura 118 – Porta da Ajuda¹²⁷⁰

A partir do século XV a Rua dos Burgueses passará a ser designada de Rua de Maximinos¹²⁷¹, conhecendo uma forte ampliação, primeiramente no tempo de D.

¹²⁷⁰ Imagem existente no Salão Nobre da Câmara Municipal de Braga.

¹²⁷¹ *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (AAVV 1989-91, vol. II).

Diogo de Sousa¹²⁷² e, posteriormente, no século XIX, acabando a Torre de Nossa Senhora da Ajuda por ser demolida em 1831, em virtude do prolongamento da Rua de Maximinos até ao Campo das Carvalheiras.

Seguidamente, e no sector noroeste da muralha situava-se a Porta de S. Francisco, também designada de Porta Limpa ou Porta do Campo do Arcebispo, por permitir o acesso ao Campo de Touros dos Arcebispos (M, Apêndice II – Planta 7). Esta porta, actualmente demolida, encontrava-se localizada na desembocadura da Rua Nova, designada, no século XVI, de Rua do Campo, a qual corresponde a parte do traçado da actual Rua Frei Caetano Brandão. A zona exterior a esta porta é conhecida pelo nome actual de Praça Conselheiro Torres de Almeida. O nome desta porta fica a dever-se à existência de um nicho, em cima da mesma, com a imagem de S. Francisco¹²⁷³.

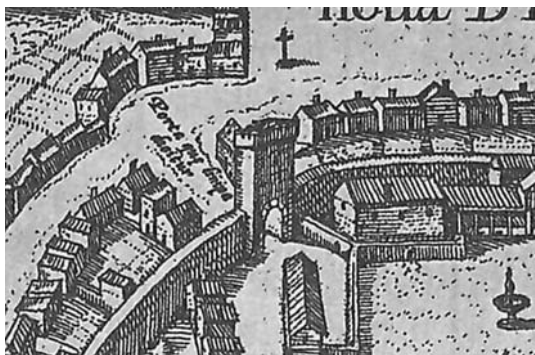


Figura 119 – Porta de S. Francisco (*Mapa de Braunio*)

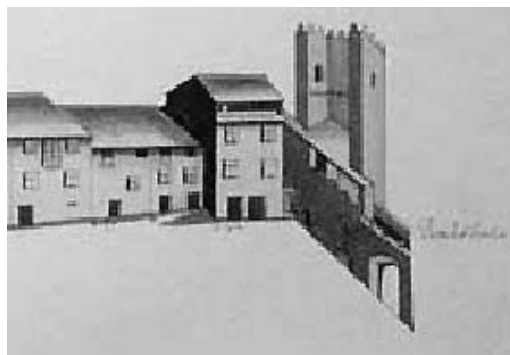


Figura 120 – Porta de S. Francisco (MRB)

À semelhança da Porta do Souto e da de S. João, a porta de S. Francisco resultou do alargamento da muralha medieval, realizado no século XIV, para a parte norte da cidade. O local onde foi aberta resulta da existência intramuros da Rua Nova, referida ainda como estando extramuros, na segunda metade do século XIV. Do lado de fora desta porta, e confluindo para ela, existiam importantes caminhos periféricos, que ligavam a cidade à Igreja de Dume, antiga basílica paleo-cristã e à Igreja de S. Frutuoso, onde no século VII foi erigida a capela sepulcral do então arcebispo de Braga e Dume, S. Frutuoso e, entre nos séculos XVI e XVIII, a Igreja e o Convento de S. Francisco. A estreita relação entre este último conjunto religioso e a

¹²⁷² A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 329v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

¹²⁷³ Freitas 1890.

referida porta terão motivado a designação que lhe foi atribuída de Porta de S. Francisco.

Esta porta encontra-se representada no *Mapa de Braunio*, integrada numa torre, surgindo na iconografia do século XVIII (*MRB, Mapa Braga Primas*), como uma porta integrada na muralha. A sua demolição deverá ter ocorrido na primeira metade do século XIX, uma vez que não se encontra já representada na cartografia daquele período.

Seguidamente, no tramo norte da muralha situava-se a Porta ou Postigo de Santo António (N) (Apêndice II – Planta 7) e, um pouco mais à frente, uma torre adjacente aos terrenos situados nas traseiras do Paço Arquiepiscopal.



Figura 121 – Postigo de S. António e porta da torre do Paço dos Arcebispos no *Mapa de Braunio*

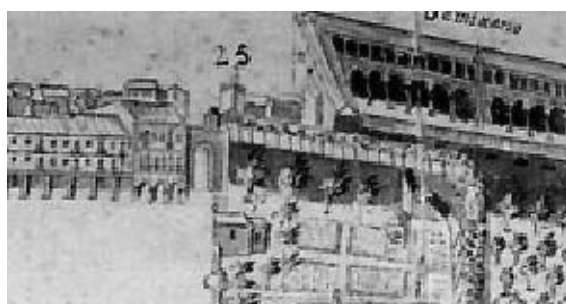


Figura 122 – Postigo de S. António no *Mapa de Braga Primas*



Figura 123 – Porta de S. António

O Postigo de S. António encontra-se localizado entre a Praça do Município e o Campo da Vinha, no eixo da actual Rua de S. António.

Esta abertura deve o seu nome à imagem de Santo António que nela terá existido¹²⁷⁴, certamente encimando o arco. À semelhança da Porta de S. Francisco, a porta de S. António, datará do século XIV, correspondendo à reforma da muralha fernandina. A data da sua demolição não é certa, muito embora possa situar-se nos inícios do século XIX à semelhança do que terá ocorrido com a Porta de S. Francisco.

A muralha medieval conheceu uma outra porta, aberta já no século XVI, no tempo de D. Diogo de Sousa, designada nas fontes documentais por porta Sousa¹²⁷⁵, que integra ainda a cidade actual, sendo designada de Porta Nova. A sua abertura terá resultado da necessidade de D. Diogo de Sousa regularizar o prolongamento da recém criada Rua de Sousa e projectar o desenvolvimento urbano e económico para os espaços extramuros, através da criação do Campo das Hortas¹²⁷⁶, onde fez, do lado de fora da Porta de Sousa “... huã estrebaria com suas manjadouras calçada e leitos pera os almocreves, onde pousão de graça como a outra da porta do Souto”¹²⁷⁷.

3.2.4 Levantamento e análise da muralha fernandina

Os vestígios da muralha fernandina encontram-se actualmente dispersos um pouco por toda a cidade, muito embora a constatação da sua existência nem sempre resulte imediata na morfologia urbana actual.

Com a perda da funcionalidade defensiva da muralha, a partir do século XVI, e sobretudo ao longo dos séculos seguintes, esta estrutura será progressivamente ofuscada pelas construções que vão sendo construídas à sua volta, por vezes adossadas, tendo sido, também, extensamente desmantelada, nalguns sectores, sendo os seus materiais de construção reaproveitados noutras obras.

Actualmente os restos sobreviventes da muralha podem ser agrupados em dois tipos. Uns, são os vestígios que se encontram nos quintais do interior dos

¹²⁷⁴ Freitas 1890.

¹²⁷⁵ A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 329, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

¹²⁷⁶ A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 332v, onde se lê: *Comprou todo o chão que estaa em Sam Miguel pera a porta de Sousa o qual era todo tapado e cemeado e fez delle o Recio que agora hy estaa*, publicado por Maurício 2000, vol. II: 300.

¹²⁷⁷ A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 332v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 300.

quarteirões da cidade actual, servindo como muros divisórios de propriedade, estando, por vezes, ou integrados nas paredes traseiras dos edifícios que se lhe encontram adossados. Os outros compreendem os três torreões que, de forma bem mais expressiva, ornamentam ainda o cenário arquitectónico do Centro Histórico, permitindo definir o perímetro e a estrutura da muralha fernandina.

Através da realização de trabalhos de prospecção sistemática de alguns quarteirões da cidade, foi possível identificar vários vestígios da muralha, bem como os locais por onde a mesma circulava. Posteriormente efectuou-se o levantamento dos vestígios e indícios, circunstância que nos permitiu definir com maior rigor o traçado da muralha fernandina, mas, também, perceber algumas das alterações morfológicas que decorreram da sua construção e consequente desactivação, ao longo do processo de desenvolvimento da cidade histórica.

Apesar de se tratar de uma metodologia que não foi aplicada de forma sistemática a todos os quarteirões, os resultados obtidos foram bastante satisfatórios e corroboram as vantagens da realização de levantamentos generalizados e sistemáticos dos vestígios materiais fossilizados das muralhas na topografia da cidade.

Os quarteirões analisados de forma mais exaustiva foram os D7, D2, C7, A1, A2 e B3 (Figura 33, p. 189). Os restantes, no interior dos quais passava a muralha fernandina, foram igualmente prospectados, muito embora não sejam analisados neste trabalho. De facto, por razões que se prendem com a parca sobrevivência dos de alguns troços da fortificação, a logística que envolve um trabalho desta natureza, bem como com a necessidade de obter um equilíbrio da informação apresentada, levou-nos a valorizar apenas parte da informação obtida, a qual constitui um exemplo da metodologia que pode ser utilizada em trabalhos desta natureza, cujo valor pode ser testado pelos dados que a seguir se apresentam.

3.2.4.1 Quarteirão D7

O quarteirão D7, localizado sensivelmente no quadrante nascente do centro urbano medieval, encontra-se delimitado, a norte, pelo Largo Barão de S. Martinho, a nascente, pela Rua de S. Marcos, a sul, pelo Largo de Santa Cruz e a oeste, pelo Largo de S. João do Souto e pela Rua de Janes (Figura 124, p. 360).

Até ao momento, e face aos dados disponíveis, podemos afirmar que a génese deste quarteirão se encontra na igreja de S. João do Souto, existente já no século XII. Por sua vez, a sua morfologia medieval encontra-se relacionada com o alargamento do perímetro da muralha, entre finais do século XII / inícios do século XIII, quando foram construídas as portas de S. João e do Souto, e se começou a estruturar a Rua de Janes. Tratava-se, portanto, de um quarteirão de menores dimensões, que possuía uma barreira física ao seu crescimento, determinada pela muralha e com um espaço exterior sem construções, reservado para o funcionamento do próprio sistema defensivo. Este último espaço, bem como o traçado da própria muralha, podem ter uma génese romana pois podem ter incorporado os vestígios de um possível aqueduto aéreo, ou o que dele tenha sobrevivido, reaproveitando também a traça da Via XVIII.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a perda da funcionalidade defensiva da muralha, mau grado a sua sobrevivência, vai consentir que todo este quarteirão cresça para o espaço extramuros, que será paulatinamente preenchido por construções que se encontram na génese morfológica do lado poente da Rua de S. Marcos.

Num primeiro momento as construções não se encontrariam todas adossadas à estrutura defensiva, como nos é permitido verificar pelo *Mapa de Braga Primas*, bem como por algumas construções actuais que mantêm ainda hoje um espaço livre entre o edifício e os troços conservados da muralha. Este espaço pode ser utilizado por quintais, ou estar ocupado com construções que prolongam o rés-do-chão das casas.

Contudo, alguns dos edifícios actuais da Rua de S. Marcos incorporam nas suas paredes traseiras ou restos da própria muralha, ou muros que reaproveitam pedra do seu desmonte. Noutros casos, encontramos ainda, paredes com aberturas, como portas e janelas, situadas na parte posterior das parcelas, as quais abrem para a face exterior da muralha.

Actualmente este quarteirão encontra-se completamente encerrado pelas construções que o bordejam, existindo apenas uma zona por edificar, junto à Capela dos Coimbras, composta por um muro, com um portão, por onde é permitido visitar o jardim da casa, sendo igualmente possível visualizar um pouco do interior do quarteirão. De outro modo, o quarteirão só pode ser observado a partir do interior de edifícios particulares (Figura 124, p. 360).

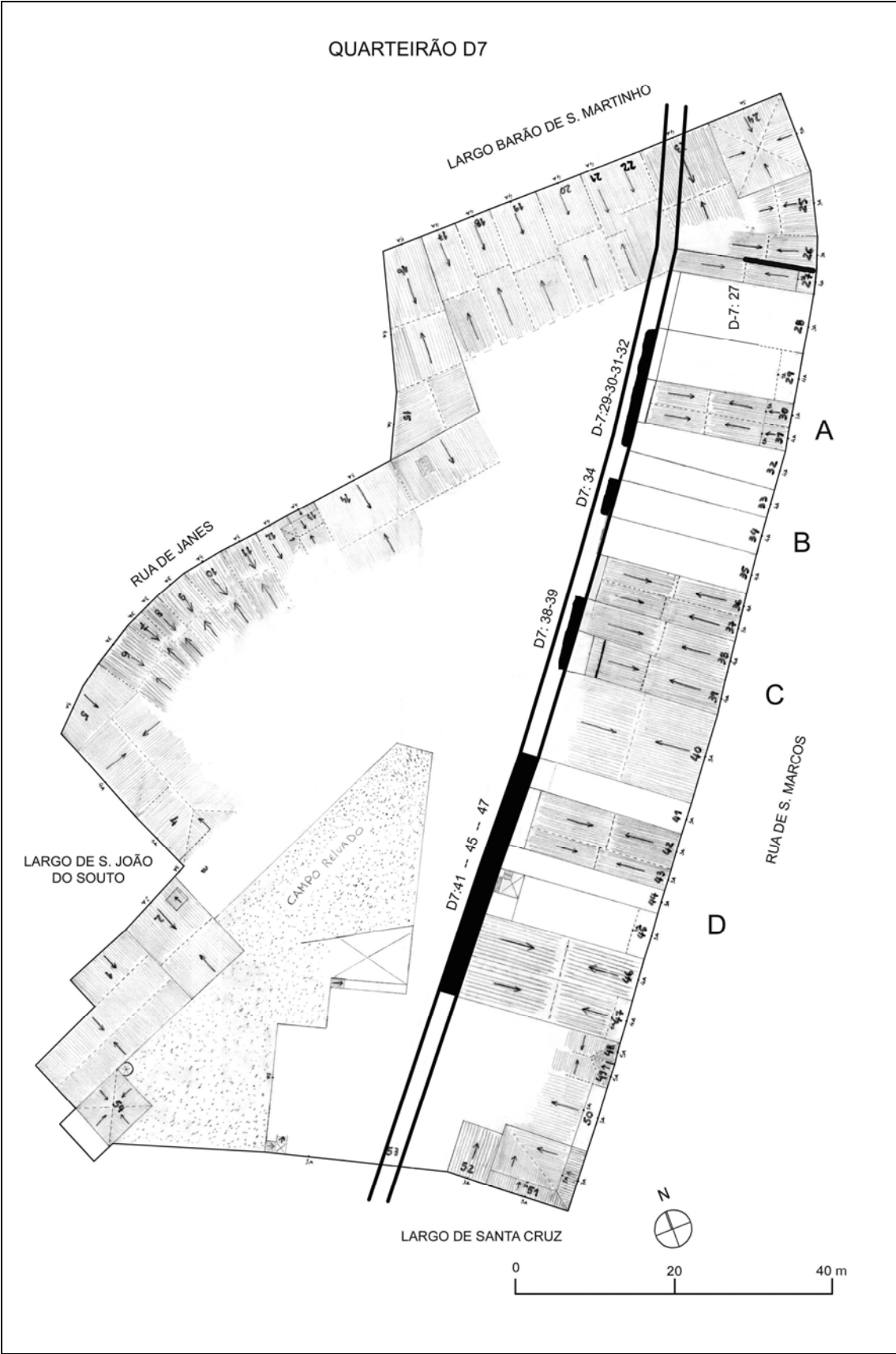


Figura 124 – Quarteirão D7

O miolo do quarteirão é composto, igualmente, pelos anexos dos edifícios da Rua de Janes, existindo, também, espaços por edificar, designadamente pequenos quintais e serventias e um jardim de proporções significativas, pertencente à conhecida Casa dos Coimbras, identificada no nosso trabalho como o edifício D7:53 (Figura 124, p. 360). Existe ainda um pequeno corredor que atravessa longitudinalmente todo o quarteirão, correndo nas traseiras dos lotes ligados à Rua de S. Marcos, que se encontra demarcado por dois muros, encontrando-se o seu interior numa situação que poderíamos considerar de abandono. Foi ao longo desse corredor que pudemos identificar vestígios conservados do miolo ou do traçado da muralha fernandina.



Figura 125 – Imagem das traseiras dos edifícios e quintais da Rua de S. Marcos¹²⁷⁸.

Um aspecto bastante curioso e significativo para o estudo desta estrutura reside no facto dos edifícios da Rua de S. Marcos e/ou dos seus pequenos quintais, não terem abertura para o interior do quarteirão, circunstância que se justifica por

¹²⁷⁸ Na imagem podemos observar, no lado direito, os pequenos quintais que intervalam as casas da face externa da muralha. Esta última passa a encontrar-se integrada nas paredes traseiras dos edifícios ao fundo da imagem. Do lado esquerdo da imagem observam-se as construções adossadas à face interna. A linha da muralha encontra-se interrompida pelo muro perpendicular que delimita uma parcela.

se encontrarem adossados à estrutura de pedra, ou a integrarem nas suas paredes traseiras, como se pode observar na Figura 125 (p. 361) e na Figura 126 (p. 362).



Figura 126 – Vista E/O do interior do quarteirão D7, acompanhando o traçado da muralha fernandina¹²⁷⁹

Estas figuras permitem verificar o traçado da muralha fernandina, cuja face externa deveria corresponder ao muro que delimita os quintais e os edifícios nesta zona do quarteirão. As figuras são igualmente bastante sugestivas, quanto ao modo

¹²⁷⁹ A fotografia, tirada do edifício D7:39, permite visualizar um corredor que permanece por construir, correspondente ao miolo da muralha. Este corredor encontra-se delimitado no início pelos muros das construções que o bordejam, que na parte final deixam de existir, sendo possível do lado direito observar a face interna da muralha. Este corredor desemboca ao fundo numa escada das traseiras da Casa dos Coimbras e possui uma altura de cerca de 1,5 metros

como alguns edifícios se encontram afastados da muralha, situação que cria entre eles, um pequeno espaço livre, como acontece no edifício D7:29 (Figura 125, p. 361).

Na verdade, esta circunstância decorre do facto da muralha ter funcionado como um muro divisório de propriedade, que se manteve até à actualidade de forma bastante persistente. O espaço correspondente ao traçado da muralha permanece ainda actualmente por edificar, formando uma espécie de corredor abandonado, qual “terra de ninguém”, como se pode verificar na Figura 126 (p. 362). Nesta figura é possível observar, de forma bastante nítida, o muro que deveria corresponder à face externa da muralha, situado no lado esquerdo da imagem, o qual delimita, actualmente, as parcelas construídas e os quintais da Rua de S. Marcos. Pode igualmente perceber-se a área que corresponderia ao miolo da muralha, actualmente preenchido por arbustos, bem como o limite do que seria a sua face interna, presentemente definida pela parede visível no lado direito da figura.



Figura 127 – Parede do fundo do edifício D7:31, correspondente à face externa da muralha

Porém, as evidências físicas da muralha medieval foram igualmente identificadas a partir da observação do interior das parcelas, designadamente nos fundos dos edifícios comerciais, com fachada para a Rua de S. Marcos. Para uma localização exacta do sítio onde esta situação se verifica, assinalámos as zonas com as letras de A a D, bem como o número das parcelas, elementos que podem ser vistos na Figura 124 (p. 360).



Figura 128 – Parede do fundo do edifício D7:32 correspondente à face externa da muralha

O local assinalado com a letra A corresponde aos edifícios numerados como D7: 29-30-31 e 32. Por sua vez, nos edifícios D7:29 e 30 pudemos registar o muro que delimita as parcelas no interior do quarteirão, que corresponderia à face exterior da muralha fernandina, representado na Figura 125 (p. 361)

Nos edifícios D7:31 e D7:32 foi igualmente possível identificar uma estrutura de pedra, que constitui actualmente a parede do fundo de ambos os edifícios, a

qual correspondia, certamente, à face externa da muralha¹²⁸⁰, como se pode observar na Figura 127 (p. 363) e na Figura 128 (p. 364).

A face externa da muralha foi igualmente identificada nos pontos B, C e D, assinalados na Figura 124 (p. 360).



Figura 129 – Traseiras do pátio do edifício D7: 34

Na zona B, correspondente ao edifício D7:34, é ainda visível uma robusta parede em pedra nos fundos dos quintais (Figura 129, p. 365), o mesmo acontecendo na zona C, nos edifícios D7:38 e D7:39, onde existe uma parede pétrea, semelhante às anteriores, preservada ao ar livre. Ainda na zona C, referente ao edifício D7:39¹²⁸¹, foi possível identificar um pequeno espaço por construir situado nas traseiras do edifício, cuja parede limite de propriedade parece

¹²⁸⁰ Nos fundos dos edifícios D7:31 e D7:32 a parede divisória é construída em pedra, facto que resulta, certamente, de um reaproveitamento de pedra da muralha. Sob esta parede existe um poço, partilhado pelos dois edifícios, sobre o qual existe uma abertura rectangular (Apêndice I, ficha 3).

¹²⁸¹ Este edifício é bastante peculiar na análise da morfologia da cidade histórica, possuindo no seu interior estruturas pertencentes a um anterior edifício, que analisaremos no Apêndice I, ficha 3.

corresponder à face exterior da muralha, como se pode observar na Figura 130 (p. 366). Esta situação é muito semelhante àquela que foi registada nos edifícios D7:29 e 30, da zona A.

Na zona D, que define o edifício D7:41, foi igualmente possível visualizar no fundo do estabelecimento uma parede em pedra, preservada ao ar livre, que corresponderia ao limite exterior da muralha, situação muito idêntica à que se verifica nos edifícios D7: 29 e 30, na zona A, no D7:34, na Zona B e no D7:39, na zona C. Esta situação volta a repetir-se na zona E, no edifício D7:45, onde localizámos mais um troço da face externa da muralha, num pequeno pátio das traseiras da casa, com 3,26 metros de largura, que define o limite da propriedade.



Figura 130 – Pátio dos fundos do edifício D7:39

Na verdade, o muro que serve de limite de propriedade e que acompanha de forma regular as traseiras dos edifícios entre D7:41 e D7:47 é bastante evidente quando observado a partir do interior do quarteirão, como se pode ver na Figura 131 (p. 367). Aliás, a partir dos jardins do edifício D7:53, foi possível visualizar, não só o que seria a parede exterior da muralha, como, também, a sua face interior e o respectivo miolo (Figura 94).

Um dado comprovativo de que estamos perante a muralha fernandina é a própria dimensão deste corredor e a sua cota de circulação. As dimensões até ao momento conhecidas para a muralha fernandina reportam-se ao troço exumado na zona arqueológica da Escola da Sé, onde foi registada uma largura de aproximadamente 2.5 metros. A largura do referido corredor existente no interior do quarteirão D7, possui o mesmo valor. Outro indicador é sugerido pela cota de circulação do mesmo, que se encontra elevada, aproximadamente 1,5 metros, relativamente à cota de circulação do espaço interior, correspondente ao jardim (Figura 131, p. 367).



Figura 131 – Corredor por construir no interior do quarteirão D7 correspondente à muralha fernandina¹²⁸²

Por fim, pudemos constatar que a muralha deveria ligar-se ao Castelo, na parte nascente do quarteirão D7, passando pelo edifício D7:23, que deveria igualmente corresponder ao local onde se localizava o torreão, junto à porta do Souto. No extremo oposto, na parte oeste do quarteirão, a muralha passaria pelo

¹²⁸² Como é visível na imagem, existe no lado direito, um muro que delimita as parcelas da Rua de S. Marcos, onde se adossam os quintais dos edifícios e que corresponderia ao limite externo da muralha fernandina. Do lado esquerdo, encontramos outro muro que integraria o limite interno da muralha. O espaço entre os dois muros corresponderia ao miolo da muralha.

local onde se encontra actualmente a Casa dos Coimbras¹²⁸³, ligando-se ao quarteirão D2 pelo edifício D2: 16 (Figura 124, p. 360).

3.2.4.2 Quarteirão D2

O quarteirão D2, localizado no quadrante sudeste do centro urbano medieval, encontra-se delimitado, a norte, pela Rua D. Afonso Henriques, a sul, pela Rua do Anjo e Largo de Santiago e, a oeste, pelo Largo de S. Paulo e Rua D. Gonçalo Pereira (Figura 134, p. 370).

A génese morfológica do quarteirão D2 encontra-se, necessariamente, na estrutura das *insulae* romanas que se localizavam na parte nordeste da cidade. Os restos romanos exumados neste quarteirão são bastante significativos, correspondendo às zonas arqueológicas da Cerca e do Claustro do Seminário de Santiago e da Rua Afonso Henriques. Porém, o plano urbano deste quarteirão irá conhecer, desde a época romana até à actualidade, inúmeras alterações e profundas adaptações. Relembremos que ainda durante a época romana a construção da muralha tardia que atravessava o quarteirão, na parte nascente, terá ocasionado, entre outras alterações, o encerramento do *decumanus* nesta zona da cidade. Todavia, será sobretudo a muralha medieval, com tudo o que implica uma estrutura desta natureza, bem como a própria noção medieval de espaço urbano, que irão provocar profundas transformações e readaptações nesta zona da cidade, relativamente ao plano anterior. Actualmente, os vestígios do plano romano apenas são visíveis na morfologia do Largo de S. Paulo que parece fossilizar uma rua romana.

Porém, o plano morfológico da cidade medieval, representado no *Mapa de Braunio*, permite verificar como o traçado de outras ruas que envolviam o espaço ocupado na época medieval pelo quarteirão D2 mantinham ainda algumas das características viárias do plano romano. Na realidade, a área a norte do referido quarteirão D2 era mais reduzida e encontrava-se definida pelas ruas medievais então existentes, designadamente pela Rua de Palhas, a noroeste, e pela Rua Paio Manta e a Rua da Carrapata, a norte. Estas duas últimas já não fazem parte do plano viário da cidade actual, tendo sido integradas na Rua D. Afonso Henriques e no Largo de S. João do Souto, no século XX. Ambas eram ruas muito estreitas e

¹²⁸³ A casa dos Coimbras será objecto de análise detalhada no Apêndice I, ficha 5.

tortuosos, ainda que a Rua Paio Manta, no seu trajecto inicial, pudesse manter alguma correspondência com o eixo de um decumano da cidade romana. Todavia, é a Rua de Palhas, que ligava o largo de S. Paulo à Rua Paio Manta, actual Afonso Henriques, nomeadamente no seu traço inicial, que decalca com maior fidelidade o sistema viário romano, como se pode observar no *Mapa de Braunio* (Figura 132, p. 369).

Actualmente esta rua encontra-se completamente integrada no interior do edificado do bairro, muito embora alguns espaços permaneçam parcialmente descobertos, como é o caso do pequeno troço anexo à Igreja de S. Paulo, do lado norte (Figura 133, p. 369).

Todavia, o elemento construído que imprimiu maiores alterações morfológicas nesta zona da cidade é a muralha medieval que terá mantido sempre o mesmo traçado neste sector da cidade.

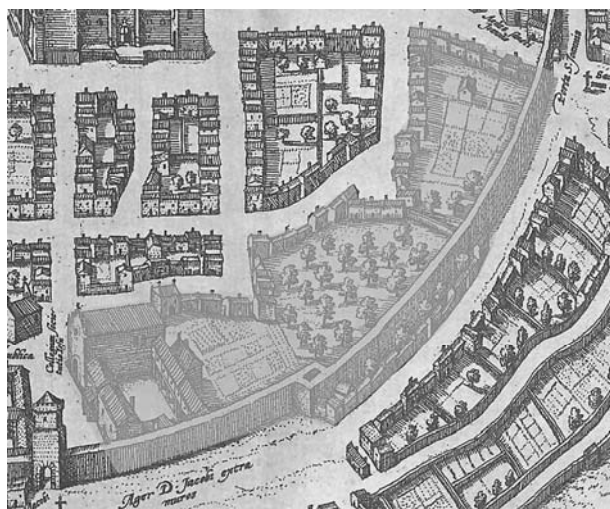


Figura 132 – Limites do bairro D2 representados no *Mapa de Braunio*



Figura 133 – Antiga Rua de Palhas, junto à Igreja de S. Paulo¹²⁸⁴

À semelhança do que se passa no bairro D7, também aqui a muralha poderá ter resultado da reutilização de um presumível aqueduto romano, ainda que seja impossível determinar até onde ele manteria uma estrutura aérea, podendo, por isso, ter sido integrado na estrutura da muralha.

Contudo, a morfologia deste bairro, será marcada, de forma muito evidente, pela muralha medieval que representou uma barreira poderosa ao

¹²⁸⁴ Na imagem é possível observar os vestígios fossilizados da Rua de Palhas, que corria junto da Igreja de S. Paulo, situada do lado direito na imagem.

crescimento da cidade, tendo, ao mesmo tempo, fixado uma área extramuros não edificada.

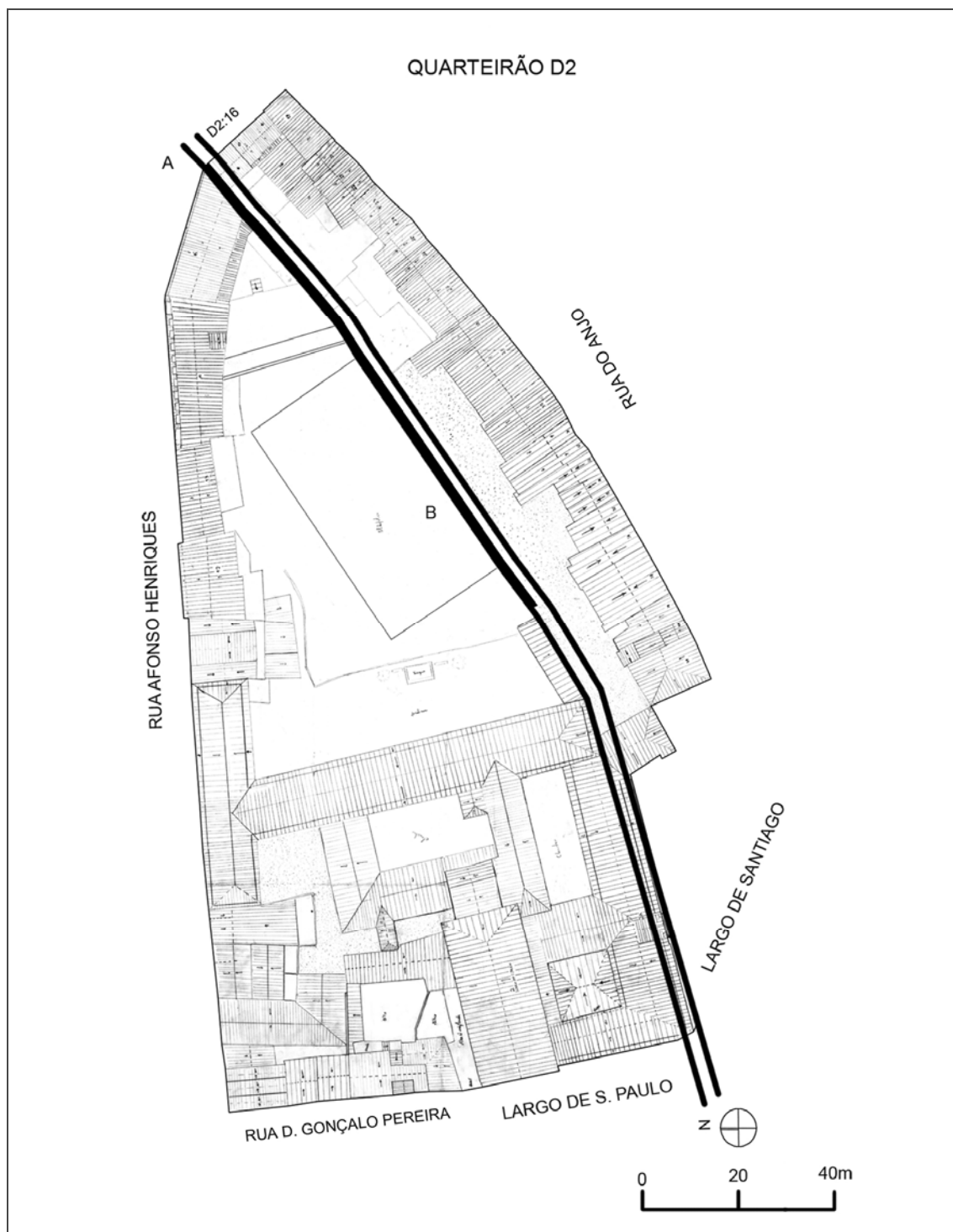


Figura 134 – Quarteirão D2

Na Idade Média, este bairro representava um dos maiores da cidade, muito embora a sua densidade construtiva seja, proporcionalmente, bastante reduzida, localizando-se preferencialmente nas margens das ruas a norte da muralha. Em quase todo o seu interior não existem edificações, como se observa no *Mapa de Braunio* (Figura 132, p. 369). Esta situação contribuiu para o desaparecimento total do traçado romano nesta área da cidade, tendo passado a existir espaços livres cultivados.

Outro elemento construído que ocupará um papel importante na morfologia desta área é o edifício do Seminário de Santiago, cuja história construtiva se inicia no século XVI e se desenrola até à actualidade, importando lembrar aqui que assenta sobre estruturas romanas¹²⁸⁵.

Logo no século XVI, como nos revela o *Mapa de Braunio* (Figura 132, p. 369) já existiam algumas construções, na zona extramuros imediata ao troço da muralha, junto ao Largo de Santiago. Porém, ao longo dos séculos XVII e XVIII, perdida a funcionalidade defensiva da muralha e com o conseqüente avolumar de construções na zona extramuros, este bairro foi sendo alargado, fixando os seus limites máximos para sudeste, originando a formação da fachada norte da Rua do Anjo, sensivelmente idêntica à que se mantém actualmente. O limite norte do bairro D2, situa-se na actual Rua D. Afonso Henriques, muito embora tenha sido alvo de alterações sucessivas, resultantes do alargamento e linearização daquela rua, facto que o fará afastar-se da sua primitiva traça medieval.

Actualmente o bairro D2 encontra-se completamente fechado pelos edifícios que compõem as ruas que o delimitam, existindo apenas uma zona de passagem, por construir, que permite aceder ao seu interior. Este último, conhecido vulgarmente por Cerca do Seminário de Santiago, por ser delimitado parcialmente por uma parte conservada da muralha fernandina, está presentemente ocupado por um parque de estacionamento construído nos anos 80 do século XX (Figura 134, p. 370). De facto, apesar de algumas construções recentes, é ainda possível acompanhar o trajecto da muralha fernandina ao longo de quase todo o bairro D2 (Figura 134, p. 370; Figura 135, p. 372, Figura 136, p. 372 e Figura 138, p. 374).

¹²⁸⁵ No Claustro do Seminário de Santiago foi descoberto parte do peristilo de uma *domus* romana (Anexo 1 - ZA 58).



Figura 135 – Cerca do Seminário de Santiago (interior do quarteirão D2)



Figura 136 – Cerca do Seminário de Santiago (Edifício D2: 16)

A ligação entre este troço da muralha e aquele que existe conservado no quarteirão D7, já analisado, far-se-ia pelo limite norte do edifício D2:16. Neste edifício, remodelado muito recentemente, foi possível identificar um muro que dá continuidade ao observado na cerca do Seminário de Santiago (Figura 136, p. 372).

A sobrevivência da muralha fernandina no quarteirão D2 beneficiou da sua reutilização ao longo dos séculos, enquanto muro divisório de propriedade da instituição religiosa, mas, também, da circunstância de poucos edifícios se terem adossado a ela. De facto, são escassas as construções da Rua do Anjo que possuem as suas traseiras adossadas à muralha, sendo, pelo contrário, muito mais frequente a existência de espaços livres entre aquela e a parte de trás das casas (Figura 134, p. 370).

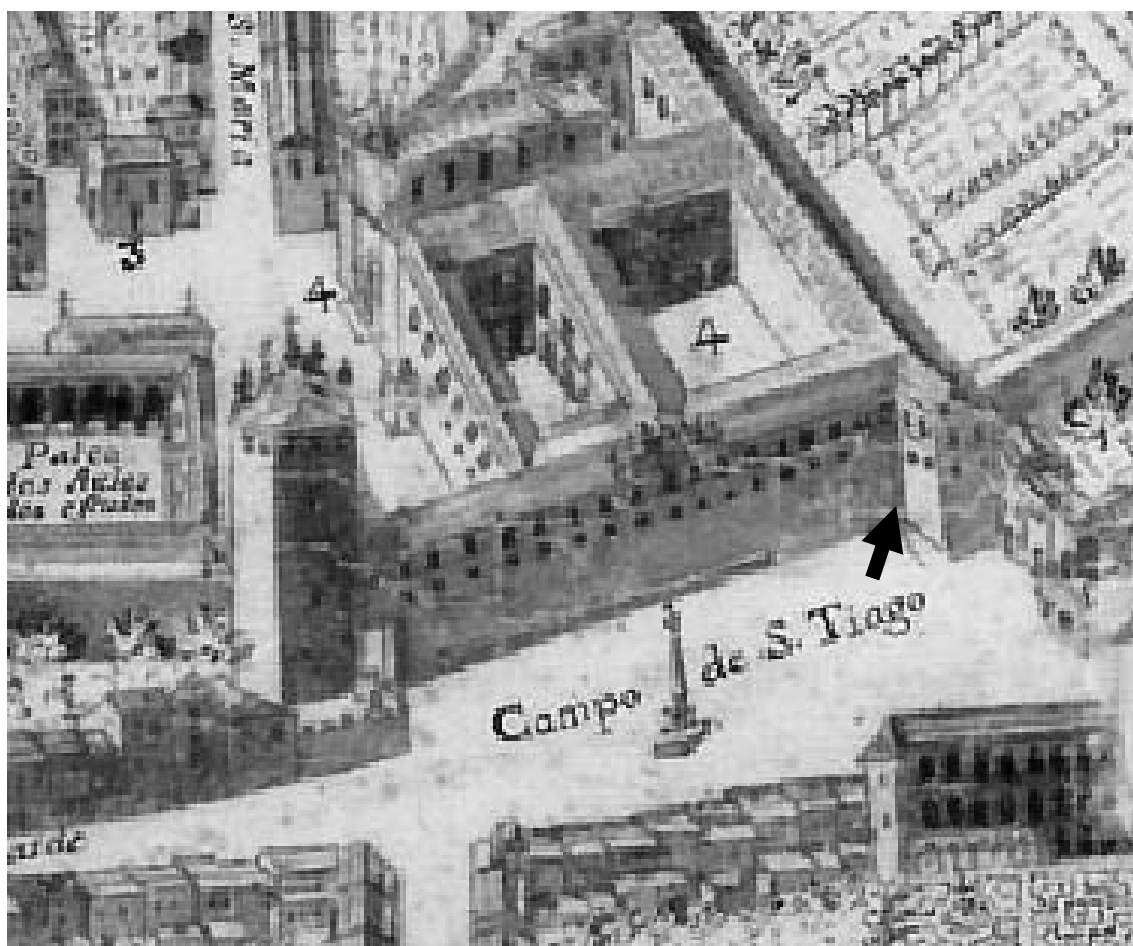


Figura 137 – Torre C, no lado nascente do Seminário de Santiago

Segundo a representação do *Mapa de Braunio*, a muralha fernandina possuiria neste tramo uma torre (C) (Apêndice II – Planta 7), aproximadamente no início do edifício do Seminário. Esta torre encontra-se ainda representada no *Mapa de Braga Primas*, (Figura 137, p. 373), muito embora, actualmente, esteja já completamente integrada no edifício do Seminário de Santiago (Figura 138, p. 374).

A muralha teria continuidade no lado oposto do quarteirão, seguindo sensivelmente a parede da fachada principal do Seminário de Santiago, virada para o largo com o mesmo nome (Figura 137, p. 373 e Figura 138, p. 374).



Figura 138 – Seminário de Santiago visto de cima¹²⁸⁶

A muralha ligar-se-ia através da porta e da torre do Largo de Santiago, conhecidas como Porta e Torre do Colégio ou de Santiago, ao quarteirão C7 (Figura 139, p. 376).

¹²⁸⁶ A imagem, retirada da Torre de Santiago, acompanha todo o corpo posterior do edifício do Seminário de Santiago, construído a partir do reaproveitamento da muralha medieval.

3.2.4.3 Quarteirão C7

O quarteirão C7, localizado a sul do centro urbano medieval, encontra-se actualmente delimitado, a norte, pela Rua de S. Paulo, a este, pelo Largo de S. Paulo, a sul, pela Rua do Alcaide e, a oeste, pelo Largo Paulo Orósio (Figura 139, p. 376).

A génese e morfologia deste quarteirão são historicamente muito semelhantes às do quarteirão D2. Trata-se de um quarteirão de matriz romana, muito embora as características sobreviventes do plano romano sejam já muito pontuais.

As escavações realizadas no seu interior, na área designada por Cardoso da Saudade (antiga fábrica)¹²⁸⁷, revelaram vestígios de ocupação romana relacionados com uma *domus*¹²⁸⁸, que se inserem na malha ortogonal característica de *Bracara Augusta*. Contudo, não foram identificados quaisquer vestígios pertencentes a construções na Idade Média. Tendo em conta a representação desta área no *Mapa de Braunio*, ela estaria ocupada por edificações, as quais definiam, no século XVI, o limite norte daquele quarteirão. É provável que as referidas construções tenham sido arrasadas, no século XX, para construir o edifício da fábrica do Cardoso da Saudade. Deste modo, o lado norte não conserva elementos nem do plano romano nem medieval.

Mais uma vez, e tal como foi observado nos quarteirões precedentes é a muralha medieval que se constitui como o elemento condicionador da morfologia deste quarteirão, visto que o seu traçado terá sido sempre o mesmo neste sector da cidade.

Na Idade Média, este quarteirão era de dimensões mais reduzidas, encontrando-se definido, a sul pela muralha, com as suas duas torres e, a norte, pela Rua do Postigo, funcionando o seu interior como logradouros.

Quando a muralha perde a sua função defensiva, o quarteirão irá crescer para sul, através das construções extramuros que passaram a formar a fachada norte da Rua do Alcaide. Esta situação aparece já bastante consolidada, no século XVI, como se pode verificar no *Mapa de Braunio* (Figura 140, p. 377). Porém, a maioria das construções não se adossa à muralha, situação que, de alguma forma, permitiu a conservação da mesma.

¹²⁸⁷ Anexo 1 – ZA 14.

¹²⁸⁸ Delgado et al. 1984.

Actualmente este quarteirão encontra-se praticamente encerrado pelas estruturas que o envolvem (Figura 139, p. 376).

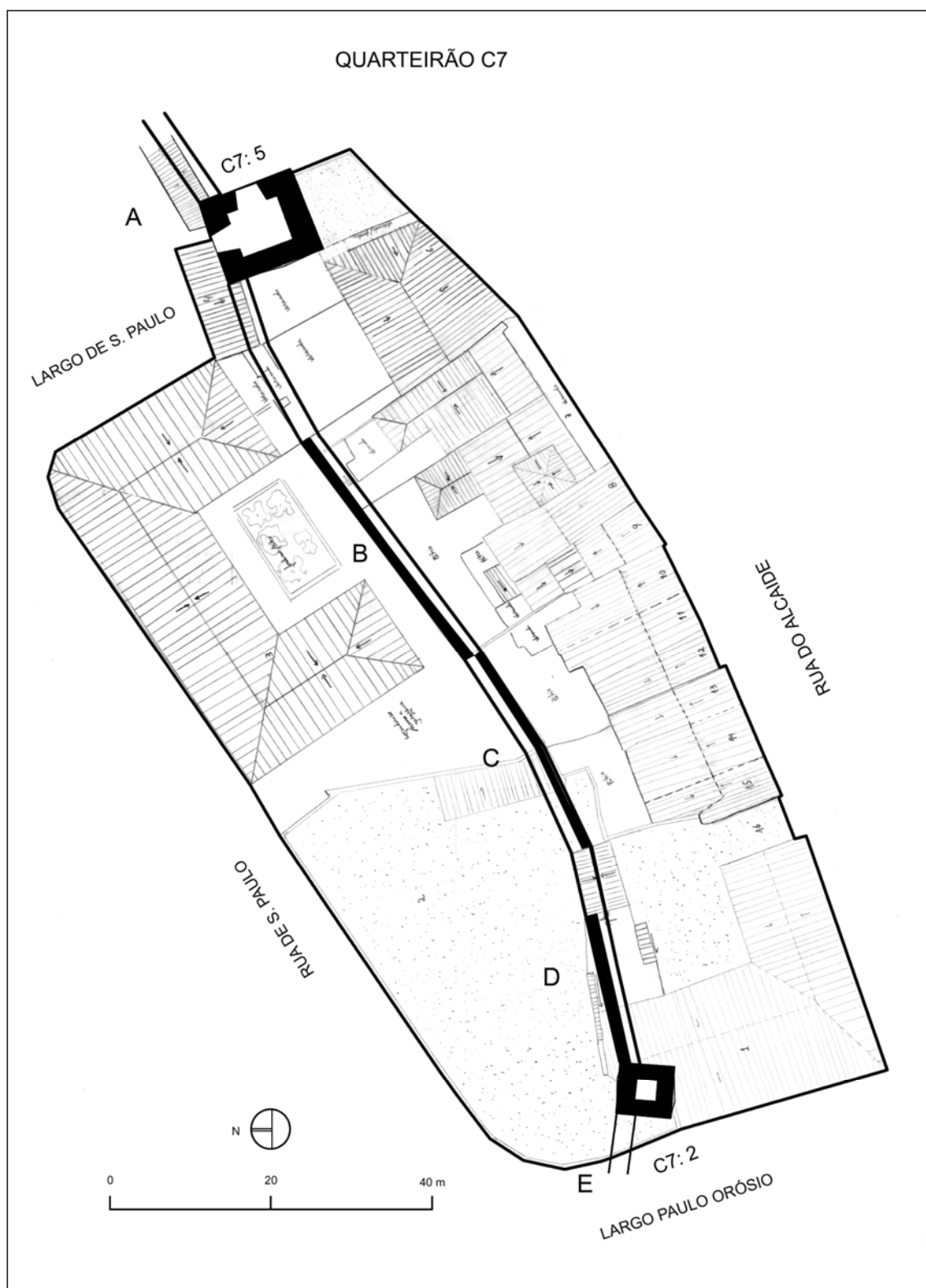


Figura 139 – Quarteirão C7

Tendo em conta o *Mapa de Braunio*, é possível considerar que o número de construções actuais será relativamente inferior às que existiriam no século XVI e, muito provavelmente, na Idade Média. Segundo a mesma fonte iconográfica este seria um quarteirão completamente fechado pela muralha e pelas edificações da Rua do Postigo, situação que se manterá até ao século XVIII, como aparece representado no *Mapa de Braga Primas* (Figura 141, p. 379). Para além das torres da muralha, o edifício de maiores dimensões, entre os séculos XVI e o XVIII, correspondia ao antigo Colégio de S. Paulo, mandado edificar por D. Diogo de Sousa.

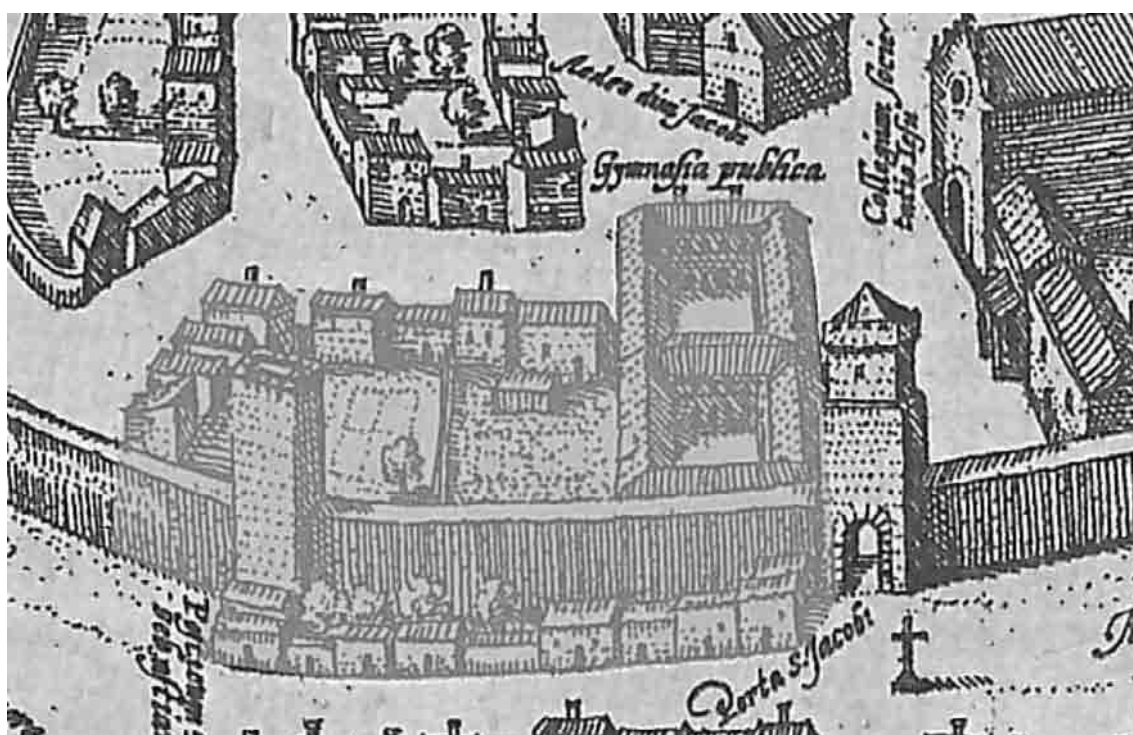


Figura 140 – Quarteirão C7 segundo a representação do *Mapa de Braunio*

Presentemente, uma área muito significativa da parte noroeste encontra-se por edificar. Esta área está delimitada por uma cerca que acompanha a Rua de S. Paulo, integrando parte da muralha medieval (Figura 139, p. 376, zona assinalada com a letra D) que se encontra ligada à torre assinalada como C7:2 na mesma figura¹²⁸⁹. Trata-se da cerca de uma propriedade eclesiástica¹²⁹⁰, que terá sido eventualmente formalizada aquando da destruição da muralha para a abertura do actual largo Paulo Orósio, que se encontra articulado com construção da Rua Frei

¹²⁸⁹ Esta torre corresponde à já referida torre E, representada na Planta 7, do Apêndice II.

¹²⁹⁰ Departamento Arquidiocesano de Acção Católica.

Caetano Brandão, conforme se encontra já representado na planta topográfica de 1883/484 (Figura 142, p. 379).

Não deixa de ser interessante observar que o muro exterior da cerca, que acompanha o Largo Paulo Orósio e a Rua de S. Paulo, é com ameias, circunstância que terá resultado do reaproveitamento da pedra da muralha medieval, como se pode ver na Figura 143 (p. 380) e na Figura 146 (p. 381).

Os restos conservados da muralha que correm no interior do quarteirão delimitam duas áreas diferenciadas do ponto de vista morfológico. A sul, o quarteirão encontra-se todo construído, sendo rematado a sudoeste pela Casa da Torre, mandada construir no século XVII, pertencente à família Feyo de Azevedo, cuja pedra de armas ainda se conserva no cunhal da casa¹²⁹¹, situada no actual Largo Paulo Orósio, fazendo esquina com a Rua do Alcaide (Figura 147, p. 382). A norte, o quarteirão não conserva quaisquer traços do edificado anterior, sendo ocupado, a noroeste, pela cerca já referida, e, a nordeste, por construções dos finais do século XX, que reaproveitaram o espaço da anterior fábrica da Cardoso da Saudade.

Nos extremos nascente e poente deste quarteirão situam-se duas torres da muralha medieval. No extremo oriental persiste a torre de Santiago (C7:5), que conserva ainda os vestígios da porta de entrada na torre, a partir da qual se faria a entrada na cidade, muito embora esta tenha sido fechada, fazendo-se actualmente a circulação pela porta que foi rasgada na muralha pelos jesuítas (Figura 144, p. 380). No extremo poente sobrevive uma outra torre (C7:2), já referida, encimada por ameias, que se integra na Casa da Torre (Figura 145, p. 380).

Os vestígios sobreviventes da muralha fernandina, conservados ao longo de todo o interior do quarteirão, servem actualmente como muros divisórios de propriedade entre as parcelas construídas na Rua do Alcaide e o interior do quarteirão (Figura 147, p. 382)

Na realidade, grande parte das parcelas deste quarteirão encontra-se dividida por muros que reutilizam materiais provenientes da muralha, ocorrendo o mesmo com o grande muro que compõe a cerca na sua parte noroeste (Figura 147, p. 382).

¹²⁹¹ Macedo 1993.

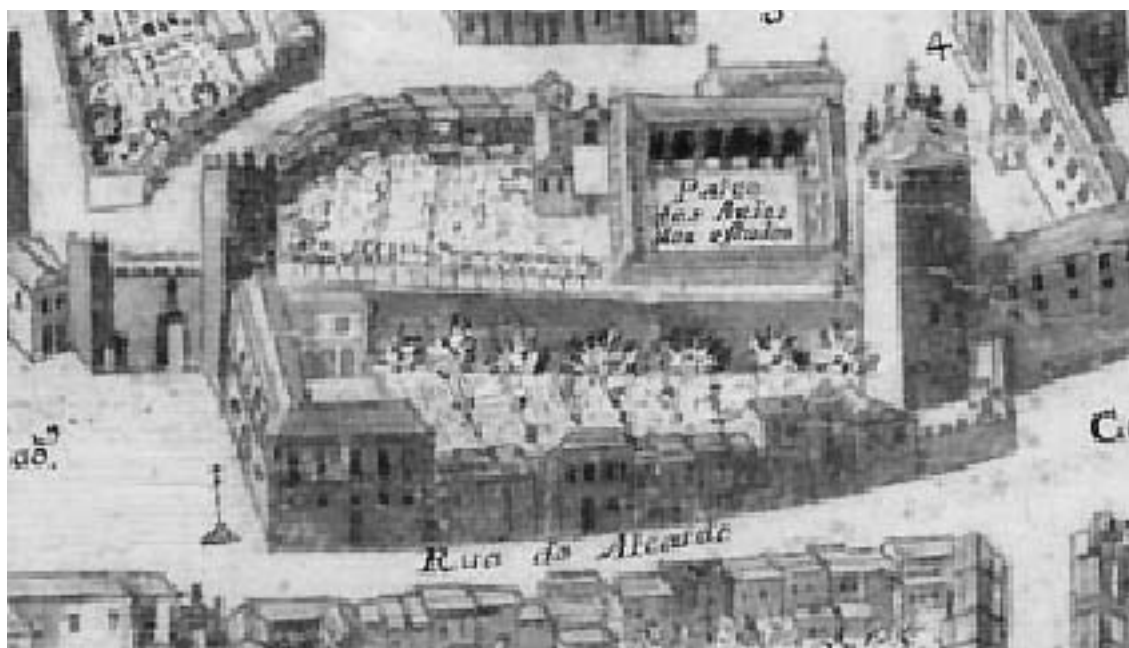


Figura 141 – Quarteirão C7 segundo a representação do *Mapa de Braga Primas*



Figura 142 – Quarteirão C7 (Planta de 1883/84)



Figura 143 – Torre e muro oeste do quartirão C7



Figura 144 – Torre de Santiago e Porta do Colégio¹²⁹²



Figura 145 – Torre do Largo Paulo Orósio

¹²⁹² Integrada na parede lateral da torre é ainda possível ver a antiga porta de entrada na cidade.



Figura 146 – vista do interior do quarteirão no sentido E/O

Apesar de não termos acesso à totalidade da largura da muralha, mas assumindo que a mesma seria de 2,5 metros¹²⁹³, podemos considerar que possuímos restos conservados das duas faces da estrutura, assinalados na Figura 139, p. 376, com as letras B, C e D.

Segundo as informações fornecidas pela iconografia e cartografia, a muralha possuiria neste quarteirão um traçado sensivelmente regular, ligando de forma bastante linear as duas torres.

Neste sentido, parece razoável admitir que o muro divisório de propriedade identificado, com a letra B, correspondesse sensivelmente à face interna da muralha. Porém, a fisionomia do muro assinalado com a letra C e sua largura sugerem que este troço, correspondia à parte externa da muralha, pois, caso se tratasse da mesma face a muralha teria que fazer neste ponto uma considerável inflexão. A iconografia do século XVIII, designadamente o *Mapa de Braga Primas*, permite atestar que nesta altura este troço da muralha ainda se mantinha bastante evidente e que as construções junto à torre oeste já se encostavam à mesma, bem como à muralha.

¹²⁹³ Esta medida foi possível de identificar, como já referido, no troço da muralha exumado nas escavações da Z.A. da Escola da Sé.



Figura 147 – Muralha no interior do quarteirão C7¹²⁹⁴

Na área assinalada entre as letras C e D existe uma pequena capela, que terá sido construída no século XIX, já sobre o pano da muralha. No ponto assinalado com a letra D, existe um muro que sustenta uma escadaria de acesso à torre oeste (Figura 146, p. 381).

3.2.4.4 Quarteirão A1

Os vestígios da muralha fernandina puderam ser igualmente identificados no quarteirão A1.

¹²⁹⁴ A imagem, tirada do cimo da torre de Santiago, permite ilustrar os restos conservados da muralha fernandina que ligam as duas torres da muralha medieval existentes no interior do quarteirão C7

O bairro A1, localizado na zona este do centro urbano medieval, encontra-se delimitado, a poente, pela Avenida de S. Miguel-o-Anjo, a norte, pelo Largo da Porta Nova, a nascente, pela Praça Velha e Rua da Violinha e, a sul, pela Rua Paio Mendes. Este bairro encontra-se ligado ao identificado por bairro A2 através do Arco da Porta Nova, porta mandada abrir na muralha, por D. Diogo de Sousa, no século XVI.

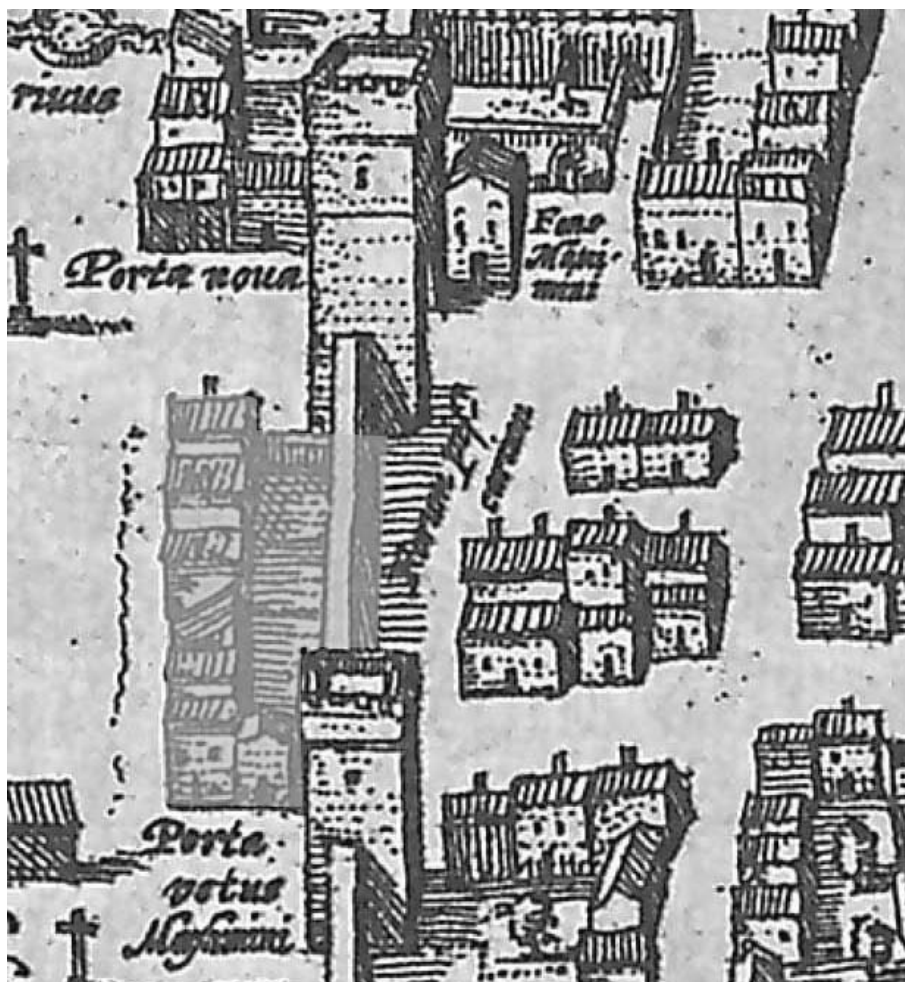


Figura 148 – Bairro A1 (Mapa de Braunio)

O bairro A1 terá conhecido uma ocupação anterior ao período medieval. Muito embora não tenham sido realizadas quaisquer escavações arqueológicas na sua área, pode conjecturar-se, neste local, a passagem da muralha romana, com base na proposta sugerida para o traçado da mesma, realizada no ponto 2.3.2. deste trabalho. De igual modo, este bairro poderá corresponder a uma das zonas onde os três perímetros da muralha medieval, o dos séculos XI-XII, o dos

século XIII/XIV e o fernandino, sofreram várias transformações, para se adaptarem às sucessivas alterações que a cerca conheceu até ao século XIV.

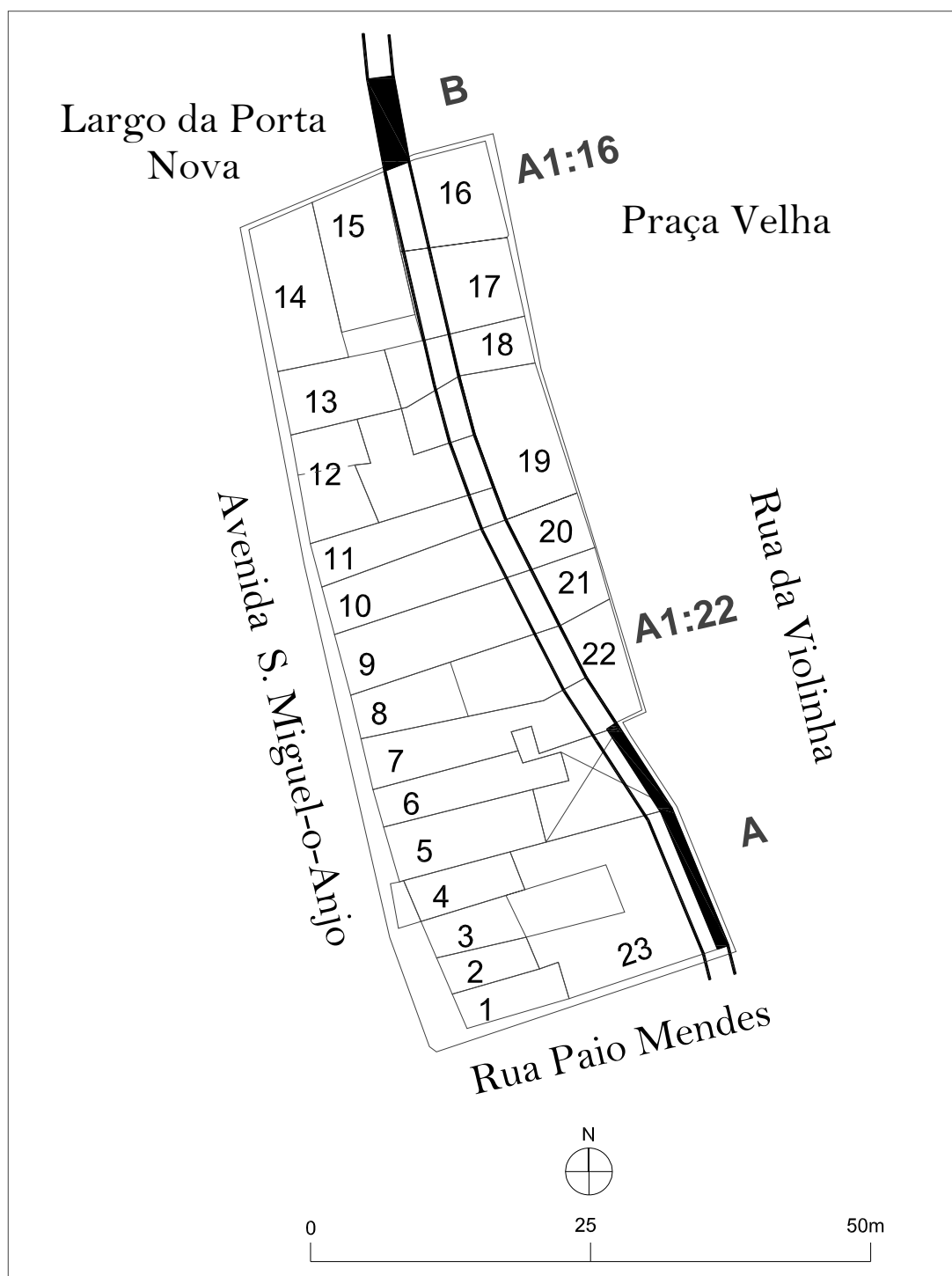


Figura 149 – Quarteirão A1

Todavia, a morfologia deste pequeno quarteirão resulta do processo de crescimento e edificação em redor da muralha fernandina.

Segundo a representação do *Mapa de Braunio* a muralha ter-se-ia mantido livre de construções, na sua parte interna, até ao século XVI. Todavia, segundo a mesma fonte iconográfica, o lado externo encontra-se já todo edificado, muito embora persistisse um espaço livre entre a parte construída das parcelas e a muralha (Figura 148, p. 383).

O processo de edificação e de delimitação da parte nascente do bairro A1 terá sido tardio, comparativamente aos já analisados, circunstância que justifica que a muralha tenha sido, em quase toda a sua extensão, absorvida pelo edificado.

Actualmente, o interior do bairro A1 encontra-se praticamente todo construído e os vestígios sobreviventes da muralha observam-se apenas nas suas extremidades (Figura 149, p. 384). Todavia, considerando a pequena extensão deste bairro, os restos da muralha fernandina são bastante expressivos quanto ao traçado da mesma. Deles fazem parte, um muro alto, assinalado com a letra A (Figura 149, p. 384), localizado na parte meridional do bairro, numa extensão de aproximadamente 22 metros (Figura 151, p. 387 e Figura 152, p. 387). Esta estrutura demarca parte do limite nascente do bairro e define o início do lado oeste da Rua da Violinha (Figura 150, p. 386). Apesar de sucessivamente restaurado, o referido muro conserva na base materiais que podemos considerar pertencerem à muralha fernandina, devendo, por conseguinte, definir o traçado da referida fortificação.

A continuidade do traçado da muralha pelo interior do bairro é possível de determinar através da configuração das parcelas existentes no seu lado nascente, pois, tendo sido as últimas a ser definidas, adossaram toda a sua parte edificada à muralha, revelando, por isso, o traçado da mesma. A pequena casa assinalada na Figura 152 (p. 387), como A1:22, constitui um exemplo peculiar desta situação.

Dos vestígios da muralha, actualmente ainda observáveis neste bairro, fazem parte os situados existentes na zona norte do mesmo, onde se regista um troço da fortificação que a liga ao Arco da Porta Nova, rasgada no século XVI (Figura 154, p. 387).



Figura 150 – Rua da Violinha

Através da observação dos pisos superiores e telhados dos edifícios da parte norte do bairro A1 podemos identificar marcas fossilizadas da muralha, integradas em construções que se sobrepõem e integram a totalidade do seu miolo. Esta situação é bem evidente no piso superior do edifício anexo ao assinalado na Figura 149 (p. 384), como A1: 16, onde se pode observar que toda a largura da muralha foi incluída no edifício (Figura 153, p. 387). Igualmente é possível verificar como, a partir daí, a muralha foi integrada no edifício posterior

(A1:16), até se ligar ao Arco da Porta Nova (Figura 153, p. 387 e Figura 154, p. 387).



Figura 151 – Restos da muralha medieval no quarteirão A1



Figura 152 – Restos da muralha medieval no quarteirão A1



Figura 153 – Edifício A1: 16¹²⁹⁵



Figura 154 – Arco da Porta Nova

¹²⁹⁵ A seta assinala os vestígios fossilizados da muralha medieval.

Tal como já foi referido, a ligação entre os quarteirões A1 ao A2 faz-se precisamente por um dos tramos sobreviventes da muralha, onde, no século XVI, foi rasgada a Porta Nova (Figura 154, p. 387).

3.2.4.5 Quarteirão A2

O quarteirão A2, localizado na zona noroeste da cidade medieval, encontra-se actualmente definido pela Rua dos Biscainhos, a poente, a Praça Conselheiro Torres de Almeida a norte, a Rua D. Frei Caetano Brandão, a nascente e a Rua D. Diogo de Sousa, a sul (Figura 155, p. 389).

A génese urbana deste quarteirão é predominantemente medieval, muito embora se admita a passagem nas suas proximidades da via romana XIX, circunstância que poderia constituir um importante indicador das alterações morfológicas desta área, não fosse a ausência das suas marcas, que acabaram por não se fossilizar na morfologia deste quarteirão. De igual modo, o traçado da muralha romana tardia deixou de fora a área correspondente a este quarteirão, situação que persiste até ao século XIV, uma vez que esta área se mantém extramuros, até à construção do perímetro fernandino.

Porém, apesar de localizada extramuros, esta zona já possuiria edifícios, que terão sido todos destruídos no século XIV, segundo informações recolhidas no 1º *Livro do Tombo do Cabido*. Entre eles poderá referir-se os que se localizavam na então Rua Nova, correspondente à moderna Rua do Campo Novo e actual Rua Frei Caetano Brandão¹²⁹⁶.

Com a construção da muralha fernandina, parte da área que corresponde actualmente ao quarteirão A2 será integrada dentro do recinto amuralhado da cidade, passando, desde então, a fortificação a constituir o elemento condicionador do seu desenvolvimento.

Quando foi construída a muralha esta área possuía já traços morfológicos com alguma consistência, visíveis na já referida Rua Nova, facto que pode justificar a precoce delimitação e urbanização da parte intramuros, à semelhança do que terá acontecido no quarteirão D7, já analisado. Porém, tendo em conta a representação do *Mapa de Braunio*, no caso do quarteirão A2, a edificação extramuros terá sido mais rápida e prematura do que no D7

¹²⁹⁶ A.D.B., 1º *Livro do Tombo do Cabido*, fl. 133.

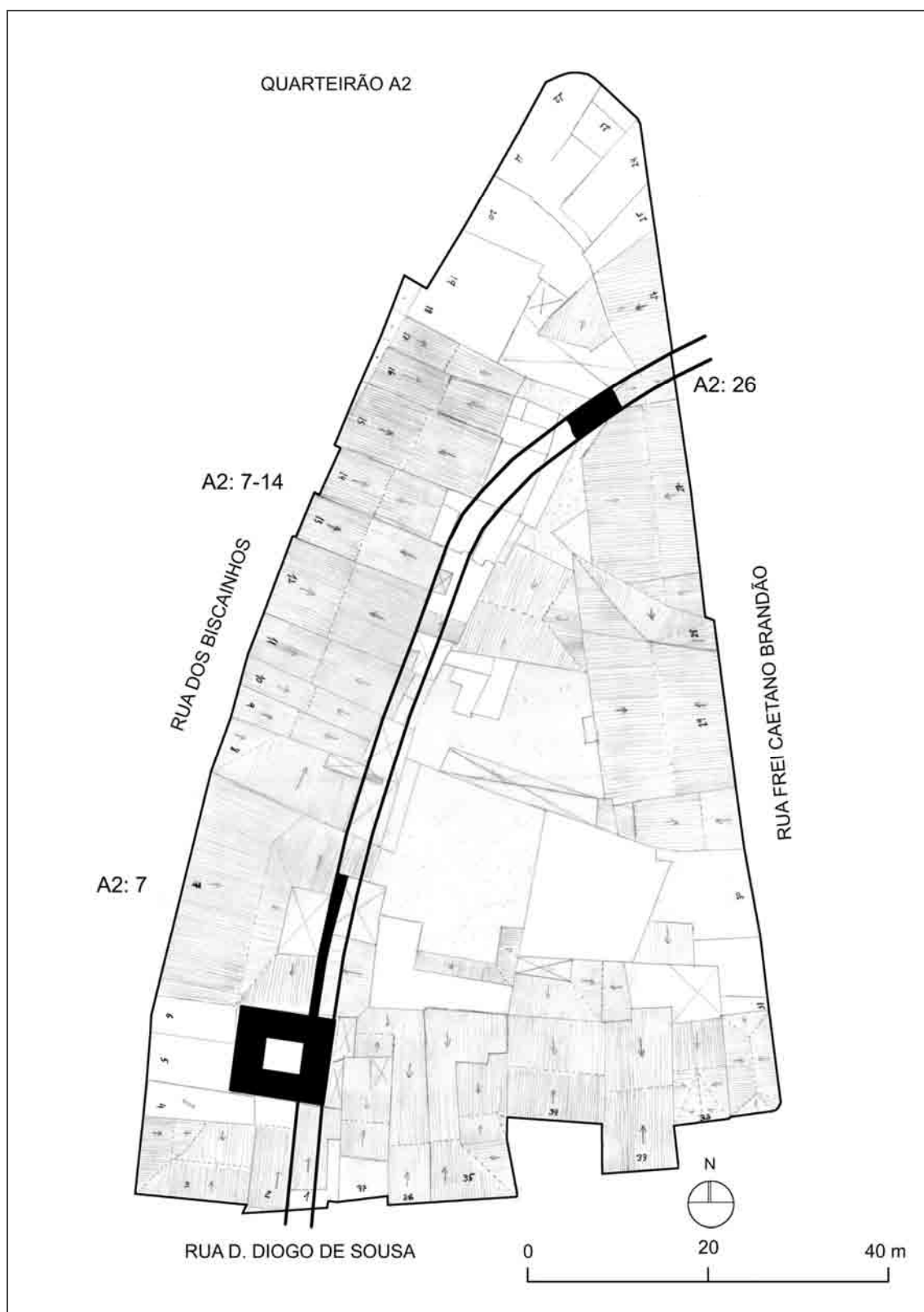


Figura 155 - Quarteirão A2

Paulatinamente, a área extramuros envolvente da muralha irá conhecer algumas construções, circunstância que terá levado D. Diogo de Sousa a mandar abrir a Rua dos Biscainhos, no século XVI. Os contornos urbanos desta rua encontram-se já bem representados no *Mapa de Braunio* (Figura 156, p. 390), muito embora, a generalidade do edificado não se adossa à muralha, servindo esta como limite aos logradouros das casas que aí foram construídas.

Será igualmente no século XVI que a morfologia do quarteirão A2, na zona intramuros, será redefinida, através das actuações urbanísticas de D. Diogo de Sousa. O arcebispo encarregou-se de proceder à regularização das ruas que o delimitavam, definindo de forma rigorosa os seus limites: a nascente, através da criação da Rua do Campo, antiga Rua Nova; a sul, com a criação da Rua Nova de Sousa, no enfiamento da Rua do Souto, que passa a desembocar na Porta Nova, também esta por ele mandada abrir. Na zona sul deste quarteirão, D. Diogo de Sousa mandou abrir uma praça, onde se localizava um mercado, cuja designação variou ao longo do tempo (Praça do pão, do peixe, etc.)¹²⁹⁷.

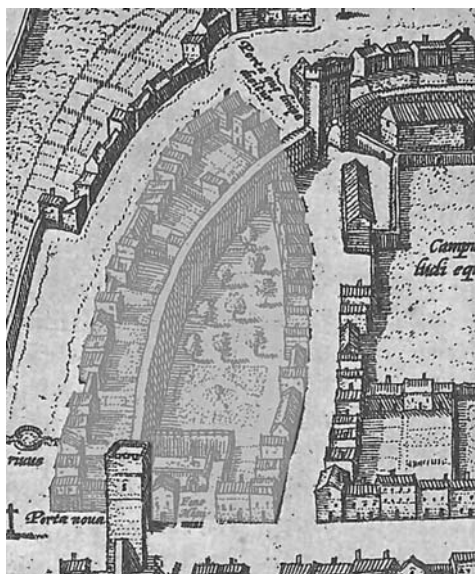


Figura 156 – Quarteirão A2 (*Mapa de Braunio*)



Figura 157 – Quarteirão A2 (*Mapa de Braga Primas*)

¹²⁹⁷ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fls 329v, onde se lê: “Fez novamente a Rua de Sousa da fonte de Sam Geraldo ata a porta de Sousa a qual era chão cerrado de quintais ... Fez a dita porta com sua saída e terreiro ... Mandou alargar e emdireitar a Rua Nova que dantes era muito mais estereita e mais torta ... Mandou fazer na praça que estaa a porta de Sousa huns asougues pera pescado de longo da rua muj compridos e anchos e anda-se todos d'arredor som madeirados sobre doze columnas com suas vazas e capiteis tem dentro quatro mesas grandes de pedra postas cada huã sobre dous pilares, ...” publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

O trajecto da muralha permitir distinguir duas zonas morfológicas distintas no quarteirão A2. Na parte poente, encontramos uma sucessão de edifícios que se constroem no lado exterior da muralha, acompanhando o seu traçado. A fiada de edifícios tem início no Arco da Porta Nova, anexando-se ao torreão ainda aí existente e terminando no extremo oposto do quarteirão, junto de uma outra torre que aí existiria, da qual não sobreviveram quaisquer vestígios, mas que se encontra perfeitamente assinalada nas fontes iconográficas (Figura 156, p. 390 e Figura 157, p. 390). Estas construções definem a Rua dos Biscainhos, a partir do século XVI, não se encontrando ainda nesse período adossadas ao perímetro da muralha (Figura 156, p. 390). No século XVIII, segundo a representação do *Mapa de Braga Primas*, a muralha ainda se mantinha bem visível neste sector (Figura 157, p. 390).

Na parte nascente, os edifícios que limitam o quarteirão encerram uma vasta área que se manteve por edificar, pelo menos até ao século XVIII, conforme representação na iconografia já referida, permitindo a própria preservação durante muitos séculos.

Este quarteirão ocupava uma área urbana considerável dentro do recinto amuralhado, tendo sido bastante alterado no século XX, com a rectilinearização da Rua do Campo Novo e a sua integração na Rua Frei Caetano Brandão. Tratava-se de um quarteirão maior, que foi rasgado, na sua parte nascente, aquando da abertura da Rua Frei Caetano Brandão. Esta fez recuar as fachadas do edificado, alinhando-as com as dos quarteirões A3 e C1. Deste modo, grande parte das construções que compunham a fachada oeste da antiga Rua do Campo foram destruídas, dando lugar aos novos edificados, que actualmente bordejam a Rua Frei Caetano Brandão. Esta nova rua destruiu, também, a muralha, a porta e o torreão que se localizavam a norte do quarteirão.

Os vestígios actualmente conservados da muralha encontram-se fossilizados nos muros divisórios de propriedade que delimitam interiormente algumas parcelas. Outros, encontram-se integrados nas paredes traseiras do edificado, sendo de destacar os troços da muralha ainda visíveis junto ao Arco da Porta Nova, que ligam ao torreão que aí sobreviveu, assinalado com a letra A, na Figura 155 (p. 389), bem como o muro anexo ao referido torreão, do lado norte (Figura 159, p. 393).

Assim, no seguimento do troço da muralha que passa pelo Arco da Porta Nova, encontra-se uma das torres sobreviventes, que alberga o actual Museu da

Imagem, à qual se encontram adossados vários edifícios. Presentemente é possível ver o alçado poente desta torre, graças à demolição dos edifícios que a ela se adossavam pelo lado poente (Figura 158, p. 392) ¹²⁹⁸.



Figura 158 – Alçado sul do torreão existente no quartirão A2

¹²⁹⁸ A demolição dos referidos elementos ocorreu no ano de 2007, tendo-se iniciado, em Junho daquele ano, uma intervenção arqueológica nos terrenos libertos pela construção, anexos à Torre. Os trabalhos foram interrompidos em Agosto e recomeçados em Setembro de 2007. Entre os dados relevantes até agora registados conta-se a presença de um fosso exterior ao circuito da muralha, e a existência de estacaria de madeira alinhada com o fosso. Estas informações, ainda inéditas, foram gentilmente fornecidas pelo Dr. Luís Fontes, arqueólogo da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, responsável pela escavação.



Figura 159 – Interior do edifício A2:7¹²⁹⁹



Figura 160 – Interior do quarteirão A2

¹²⁹⁹ Foto tirada do cimo do torreão da muralha, actual Museu da Imagem, onde se pode observar o muro correspondente à face externa da muralha medieval

O trajecto da muralha fernandina para norte pode ser seguido através da disposição das traseiras dos edifícios que foram ocupando os logradouros medievais e que actualmente fossilizam a muralha, assim como através de alguns muros que marcam o seu alinhamento e que limitam ainda alguns quintais. Esta situação é bastante recorrente na parte exterior da muralha e pode ser identificada ao longo das parcelas 7 a 14, identificadas, como A2: 7-14, na Figura 155, p. 389).



Figura 161 – Corredor de circulação nas traseiras do edifício A2: 26

Actualmente, na parte interior do quarteirão da zona intramuros, observam-se ainda quintais/logradouros por edificar. No extremo nordeste do quarteirão, nas traseiras do edifício assinalado na Figura 155 (p. 389), como A2: 26, encontramos

ainda, um muro alto, no cimo do qual funciona um corredor interno de circulação. À semelhança do que ocorre no quarteirão D7, já analisado, também aqui a muralha foi preservada na sua largura, mantendo-se visível a sua face externa (Figura 162, p. 393), numa altura aproximada de 3 metros, bem como o seu miolo, reaproveitado como corredor de ligação entre o piso superior do edifício e os anexos localizados nas traseiras (Figura 161, p. 394).



Figura 162 – Muro nas traseiras do edifício A2: 26

Finalmente, foram ainda identificados alguns poucos vestígios da muralha medieval no quarteirão B3

3.2.4.6 Quarteirão B3

O quarteirão B3 situa-se na área nordeste do centro urbano medieval, encontrando-se actualmente delimitado pela Rua Dr. Justino Cruz a poente, pela Rua dos Capelistas a norte, pela Rua do Castelo a nascente, e pela Rua do Souto a sul.

Este quarteirão tem uma génese predominantemente medieval, uma vez que a cidade romana não se estendia até esta zona, muito embora esta fosse uma área ocupada por necrópoles, localizadas entre as vias XIX e XVII.

Será só a partir do século XIV, quando ocorre o alargamento da muralha para norte, que esta zona passará a integrar o núcleo urbano amuralhado, permanecendo, mesmo assim, como uma área pouco construída, de acordo com a representada no *Mapa de Braunio* (Figura 163, p. 396). De facto, a zona norte extramuros só registará algum desenvolvimento a partir da abertura do Campo da Vinha, por ordem de D. Diogo de Sousa, no século XVI¹³⁰⁰, muito embora o número de construções adossadas à muralha seja muito reduzido, segundo representação do *Mapa de Braunio* (Figura 163, p. 396). De igual modo, o referido arcebispo ao regularizar toda a área situada entre a parte norte da Sé Catedral, o Paço Arquiepiscopal e a parte poente da Rua do Souto, irá interferir na estrutura deste quarteirão¹³⁰¹.

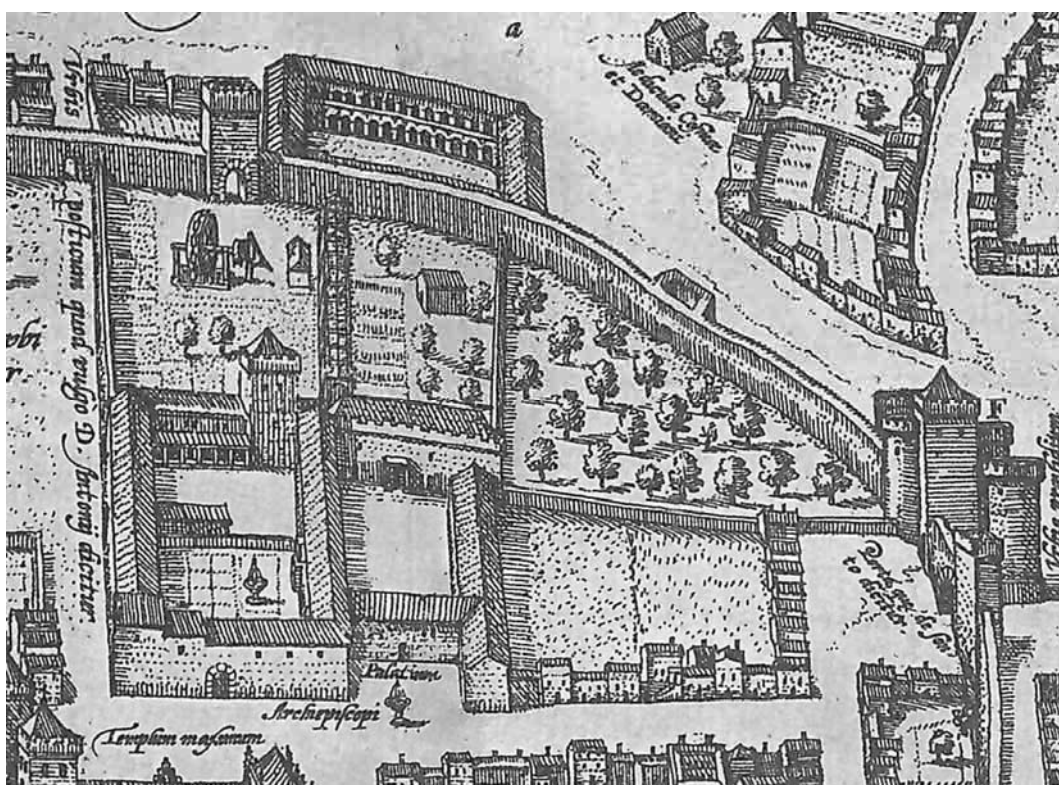


Figura 163 – Quarteirão B3 (*Mapa de Braunio*)

Todavia, o número de ruas do quadrante nordeste da cidade medieval foi até ao século XIX muito reduzido, circunstância que determinou a existência de uma vasta área que conformava apenas um quarteirão, limitado a norte pela muralha

¹³⁰⁰ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 332v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 301.

¹³⁰¹ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329 - 331, publicado por Maurício 2000, vol. II: 295-298.

fernandina, a nascente pelo castelo e Largo do Eirado¹³⁰², a sul pela Rua do Souto e a poente pelo edifício do Paço Arquiepiscopal e seus terrenos, até à Porta ou Postigo de Santo António.

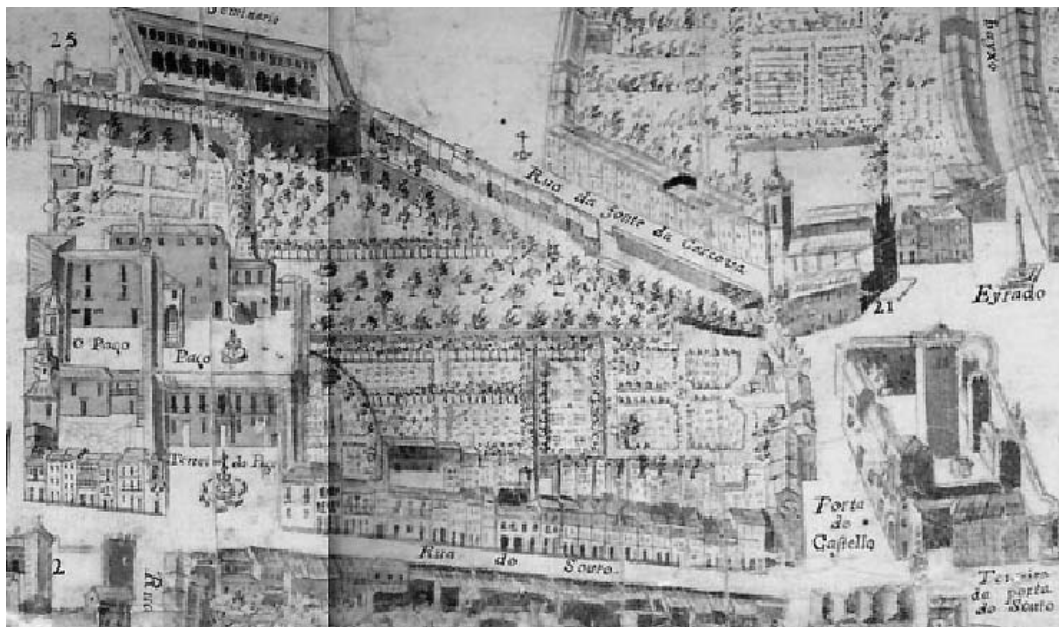


Figura 164 – Quarteirão B3 (Mapa de Braga Primas)



Figura 165 – Quarteirão B3 (planta 1883/84)

¹³⁰² Actual Rua do Castelo (AAVV 1989-91).

Até ao século XIX o quarteirão B3 encontrava-se unido aos identificados como B1 e B2 (Figura 33, p. 189), delimitados a sul pela Rua do Souto, formando uma vasta área intramuros, pouco urbanizada, onde sobressaem o edifício do Paço Arquiepiscopal e as casas da Rua do Souto e do Largo do Eirado (Figura 165, p. 397). De igual modo, a parte extramuros permanecerá praticamente sem construções adossadas à muralha, destacando-se naquela área a Igreja dos Terceiros, construída no século XVII, na parte nordeste do quarteirão, como se pode observar no *Mapa de Braga Primas* (Figura 164, p. 397).

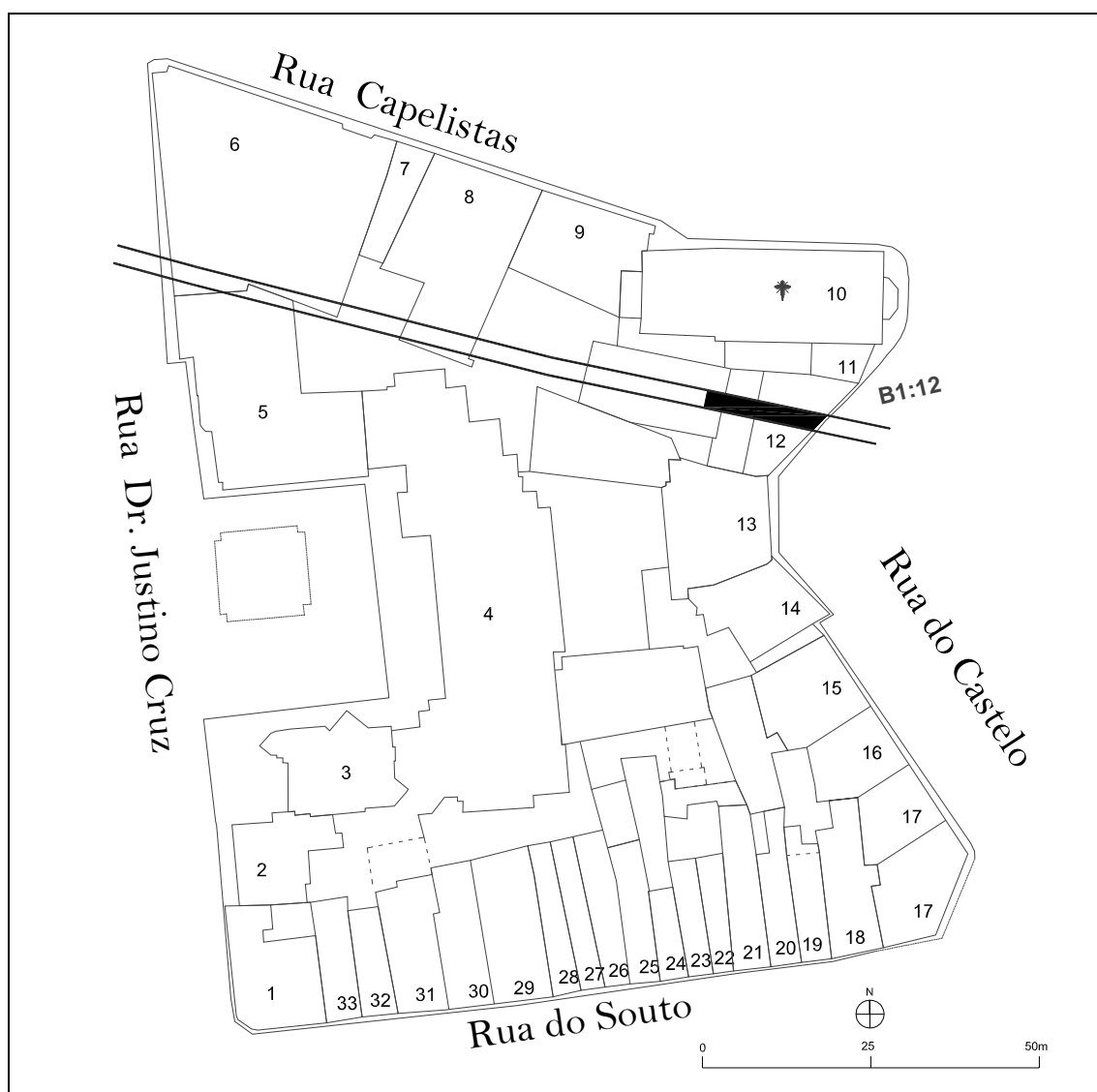


Figura 166 – Quarteirão B3

De facto, o quarteirão B3 constitui o resultado das profundas alterações que se irão registar nos inícios do século XX neste sector da cidade, mediante a

abertura de novas ruas, que originaram a divisão do anterior quarteirão em outros de menores dimensões.

A abertura da Rua Dr. Justino da Cruz, que dividiu quase a meio o anterior quarteirão, provocou uma profunda reorganização nesta zona. Desde logo, rompeu com o pano norte da muralha, destruindo grande parte da sua estrutura, ao mesmo tempo que originou a construção de edifícios nas suas margens, sobretudo na nascente.

Nos inícios do século XX, regista-se, igualmente, a destruição do troço da muralha do Castelo e da cadeia que nele se situava, no lado nascente do quarteirão. Este facto irá conferir ao quarteirão a delimitação actualmente existente, potenciando a urbanização do seu interior (Figura 166, p. 398).

O quarteirão B3 foi um dos mais sacrificados da cidade, não restando dentro dele praticamente nenhuma parcela por edificar. Esta situação terá originado a destruição ou integração da muralha medieval no edificado, dado que existem escassos vestígios conservados do seu traçado.

Em todo o quarteirão apenas pudemos identificar o traçado da muralha fernandina no edifício assinalado como B3: 12 (Figura 166, p. 398), o qual terá sido construído reaproveitando a própria muralha.

A primeira marca física desta constatação foi observada na própria fachada do supracitado edifício, onde se pode verificar a existência de uma mancha mais escura, na vertical, com cerca de 2,5 metros de largura (Figura 168, p. 400). As alterações observadas na cor da fachada, levam-nos a considerar que poderá ter sido realizado neste local um corte da muralha, uma vez que seria nesta zona que aqui que ela correria para se ligar ao Castelo (Figura 167, p. 400).

De facto, quando observamos o interior do edifício, onde existe uma loja, deparamo-nos com uma estrutura de granito, com algumas aberturas, uma das quais permite a comunicação entre dois compartimentos, mas que termina na fachada da construção, possuindo cerca de 2,5 metros de largura. Segundo informações recolhidas no local, este espaço comercial teria sido recentemente alargado, através da abertura de uma passagem na parede mediana. Por fim, podemos ainda referir que o interior do edifício se encontra praticamente todo construído com pedra aparelhada, a qual pode ter resultado do reaproveitamento de material resultante da demolição do Castelo, dos torreões e da cadeia, realizada nos inícios do século XX.



Figura 167 – Edifício B3:12¹³⁰³

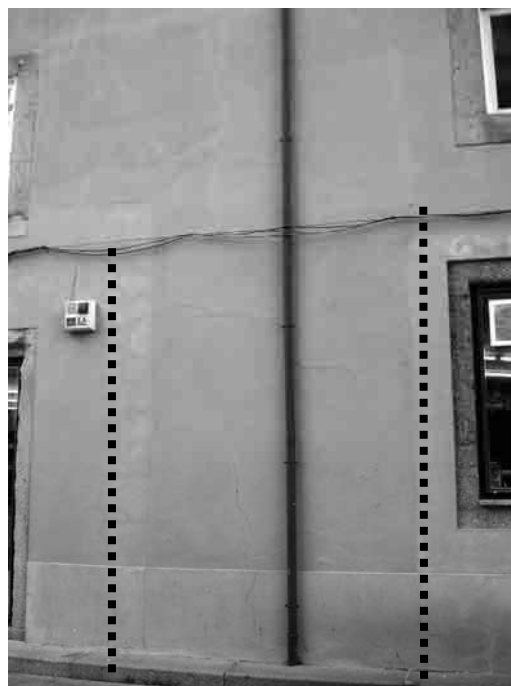


Figura 168 – Pormenor da fachada do edifício
B3:12¹³⁰⁴



Figura 169 – Pormenor do interior do edifício
B3:12 onde se observa a abertura na muralha



Figura 170 – Pormenor da muralha no interior
do edifício B3:12

¹³⁰³ Edifício por onde passava a muralha medieval, nas imediações do Castelo, localizado no sítio correspondente ao edifício situado do lado esquerdo da figura.

¹³⁰⁴ Assinala-se a tracejado as marcas fossilizadas da muralha medieval.

3.2.5 Tecnologia construtiva

3.2.5.1 Características gerais

As muralhas medievais oferecem uma grande variabilidade na morfologia, traçado e perímetro, mas, também no número e forma de torreões e portas que possuíam¹³⁰⁵.

De facto, os núcleos urbanos possuíam estruturas defensivas mais ou menos robustas, situação que variou consoante os espaços físicos, mas, também, consoante os períodos históricos em que foram erigidas, os quais determinaram as características gerais das defesas.

No caso da cidade de Braga, torna-se difícil de identificar a consistência da muralha medieval nas suas fases mais antigas (séculos XI e XIII/XIV). De facto, parece razoável admitir que a construção dos diferentes perímetros defensivo, bem como o seu reforço terão constituído um processo bastante prolongado no tempo, representando um facto constantemente adiado e arrastado, que terá acarretado graves problema para a própria cidade.

Não sendo nosso objectivo abordar os problemas políticos, económicos e até jurisdicionais que acompanharam a história da muralha medieval de Braga, destacaremos aqui, apenas, alguns aspectos relacionados com a sua construção que se apoiam em referências documentais. Estas registam, com alguma frequência, a debilidade da muralha e a sua desadequação a uma defesa eficaz, bem como problemas associados à sua construção e reparação invariavelmente articulados com a falta de matéria-prima e de recursos.

As referências escritas levam-nos a concluir que o sistema construtivo da muralha, anterior à reparação fernandina da última metade do século XIV, terá sido bastante débil.

Infelizmente não chegou até nós nenhum troço intacto da muralha. A sua análise encontra-se, por isso, limitada a um alicerce da mesma encontrado numa pequena extensão, nas escavações da área arqueologia da Escola da Sé¹³⁰⁶ (Figura 171, p.402), bem como aos poucos vestígios sobreviventes, ora integrados nos edifícios, ora constituindo divisórias de propriedade, e ainda, aos torreões e portas que se conservaram até hoje.

¹³⁰⁵ Barroca 1990-91; Dias 1994.

¹³⁰⁶ Anexo I – ZA 23.

Nas escavações da Escola da Sé foi exumado um pequeno troço da fortificação medieval, numa extensão de cerca de 7 metros, que inclui os paramentos interno e externo, facto que permite estimar a sua largura em cerca de 2,5 metros. Esta intervenção facultou igualmente algumas informações relativamente ao enchimento da muralha, ainda que as mesmas se circunscrevam à parte correspondente ao seu alicerce, como se pode observar na Figura 172, (p. 402).



Figura 171 – Alicerces da muralha medieval na ZA da Escola da Sé



Figura 172 – Plano do alicerce da muralha medieval

Os vestígios documentados na zona arqueológica referida, bem como os encontrados em alguns quarteirões, sobretudo no D7 (Figura 132, p. 367) e A2 (Figura 162, p. 395), parecem indicar que estamos perante uma muralha pouco robusta, formada por pedras de médias e pequenas proporções, pouco calibradas, o que parece condizer com a atribulada história que esteve na origem da sua construção.

Porém, os torreões que actualmente sobreviveram da estrutura defensiva medieval parecem ser de indiscutível melhor qualidade, tendo sido executados com outro cuidado arquitectónico. Para além dos torreões já referidos anteriormente,

designadamente o situado no Largo de Santiago (quarteirão C7) e do existente junto da Porta Nova (quarteirão A2), merece igualmente destaque um outro, posto parcialmente a descoberto na zona arqueologia da Escola da Sé. À semelhança dos anteriores, possui uma planta quadrangular com cerca de 10 m de lado, sendo as suas paredes exteriores constituídas por blocos regulares de granito. Do conjunto de torreões que integram ainda actualmente a paisagem urbana, iremos analisar apenas, o do Largo de Santiago.



Figura 173 – Torreão da muralha medieval descoberto da ZA da Escola da Sé

Por fim podemos referir que, no que se refere ao seu perímetro, Senna Freitas¹³⁰⁷ refere, no século XIX, que a circunferência que definia a última muralha de Braga possuía 1679 metros e 7 decímetros. Segundo a nossa projecção, esta possuiria aproximadamente 1600 metros, não incluindo o Castelo, definindo uma área urbana de cerca de 17 500 m² (Apêndice VI, Planta 7).

3.2.5.2 Torre e porta de Santiago

A Torre do Colégio de S. Paulo ou de Santiago, localizada no largo com o mesmo nome, constitui um dos poucos vestígios sobreviventes da estrutura defensiva medieval. Actualmente esta estrutura serve de torre sineira à Igreja de S.

¹³⁰⁷ Freitas 1890.

Paulo e funciona como Museu do Seminário de Santiago. Esta torre foi identificada com a letra D, na Planta 7, do Apêndice II.

A análise dos vestígios materiais que integram actualmente esta estrutura torna reconhecível a sobreposição de duas fases construtivas fundamentais. Uma, correspondente à própria torre medieval, outra estando definida pela capela barroca da N. S. da Glória, que se adossa ao lado norte da torre, no século XVIII.

A funcionalidade da estrutura medieval torna-se evidente pela sua relação com o traçado da muralha (Planta 7, do Apêndice II.), pela abertura da porta barroca actual (porta do Seminário) e pelo próprio sistema defensivo característico do período medieval. Para além do acesso à capela da N. S. da Glória existe uma outra porta lateral (Figura 144, p. 380 e Figura 176, p. 408). A primeira destas abria-se para o interior da muralha fernandina enquanto que a segunda permitia o acesso ao exterior da cidade. Esta última constitui, portanto, uma das portas do sistema defensivo medieval, que no século XVIII, foi substituída pela actual porta do Seminário e alterada com a construção da capela, alterações coincidentes com as transformações ocorridas no actual Seminário de Santiago. De igual modo, a primeira porta perdeu a sua função original, passando a permitir o acesso exclusivo à capela e à torre sineira da Igreja de S. Paulo. Esta operação explica-se pela paulatina perda das funções defensivas desta estrutura.

Deste modo, a referida torre representa um dos testemunhos mais antigos da muralha medieval bracarense que permitia o acesso ao interior da cidade, pelo lado sul.

As alterações sofridas por esta estrutura encontram-se parcialmente registadas na documentação historiográfica, através da qual sabemos que terá sido alterada após o terramoto de 1755, passando a ter anexa a capela da Senhora da Torre, construída em 1758¹³⁰⁸, a última obra levada a cabo pelos Jesuítas antes de serem expulsos do país¹³⁰⁹, tendo passado posteriormente para a posse das Ursulinas e, finalmente, para o Seminário de Santiago¹³¹⁰.

Através dos documentos escritos sabemos que a torre não se encontrava ainda completamente construída no século XV, tendo sido necessário colher uma sisa, no ano de 1477, para dar continuidade à sua construção desta a torre¹³¹¹. De igual modo, também a iconografia permite ilustrar algumas das alterações sofridas

¹³⁰⁸ Freitas 1890.

¹³⁰⁹ Marques 1986.

¹³¹⁰ Freitas 1890.

¹³¹¹ A.D.B., *Registo Geral*, doc. 330, fl. 446v, de 1477 (Marques 1986: 15).

por este torreão desde o século XVI. Assim, segundo a representação no *Mapa de Braunio* torna-se evidente que o acesso ao interior da muralha fernandina era feito através da torre, situação que só será alterada no século XVIII, pois a sua representação no *Mapa de Braga Primas* (1755) mantém-se muito semelhante. Por sua vez, a cartografia do século XIX regista já a abertura actual de acesso à cidade, datada da última metade do século XVIII.

Na primeira fase, correspondente ao período medieval, o torreão possuía uma planta quadrangular, com cerca de 10,5 m de lado. A largura das suas paredes aproximava-se dos 2,4 m, encontrando-se sustentada na base por uma estrutura de pedra com cerca de 1,6 m de espessura.

Internamente encontra-se dividida em 4 pisos, separados por soalho de madeira, erguendo-se numa altura de aproximadamente 20,5 metros.

O pé alto dos diferentes pisos é bastante variável. O piso térreo possui cerca de 6,2 m, o segundo 4,9 m, o terceiro 2,3 m e o último piso cerca de 3,4 m.

No primeiro piso, ou piso térreo, a torre integraria duas portas rasgadas nas paredes. Uma, situada a nascente ligava ao exterior, enquanto que a outra disposta a norte, permitia o acesso ao interior da cidade. Ambas as portas seriam encimadas por arcos quebrados, compostos por dois segmentos de curva que se cruzavam no topo. A porta nascente possuiria um sistema de mísulas laterais que permitia sustentar uma porta de madeira que fecharia a abertura, assim como sistemas de encaixe lateral e superior que permitiam o funcionamento da porta (Figura 176, p. 408).

Actualmente, a abertura nascente encontra-se entaipada, muito embora a sua arquitectura medieval seja bem evidente, quer do lado exterior da torre, quer do lado interno (Figura 175, p. 407).

No segundo piso não existiriam grandes aberturas, mas apenas pequenas frinchas, estreitas e alongadas, as seteiras, rasgadas nos muros laterais, que permitiam a utilização de armas de arremesso, como as lanças.

No terceiro e no quarto pisos existiriam duas janelas com molduras planas de tipo platibanda, algumas formadas por lintéis monolíticos. Todas possuem na parte inferior pequenos bancos de pedra com moldura em caveto.

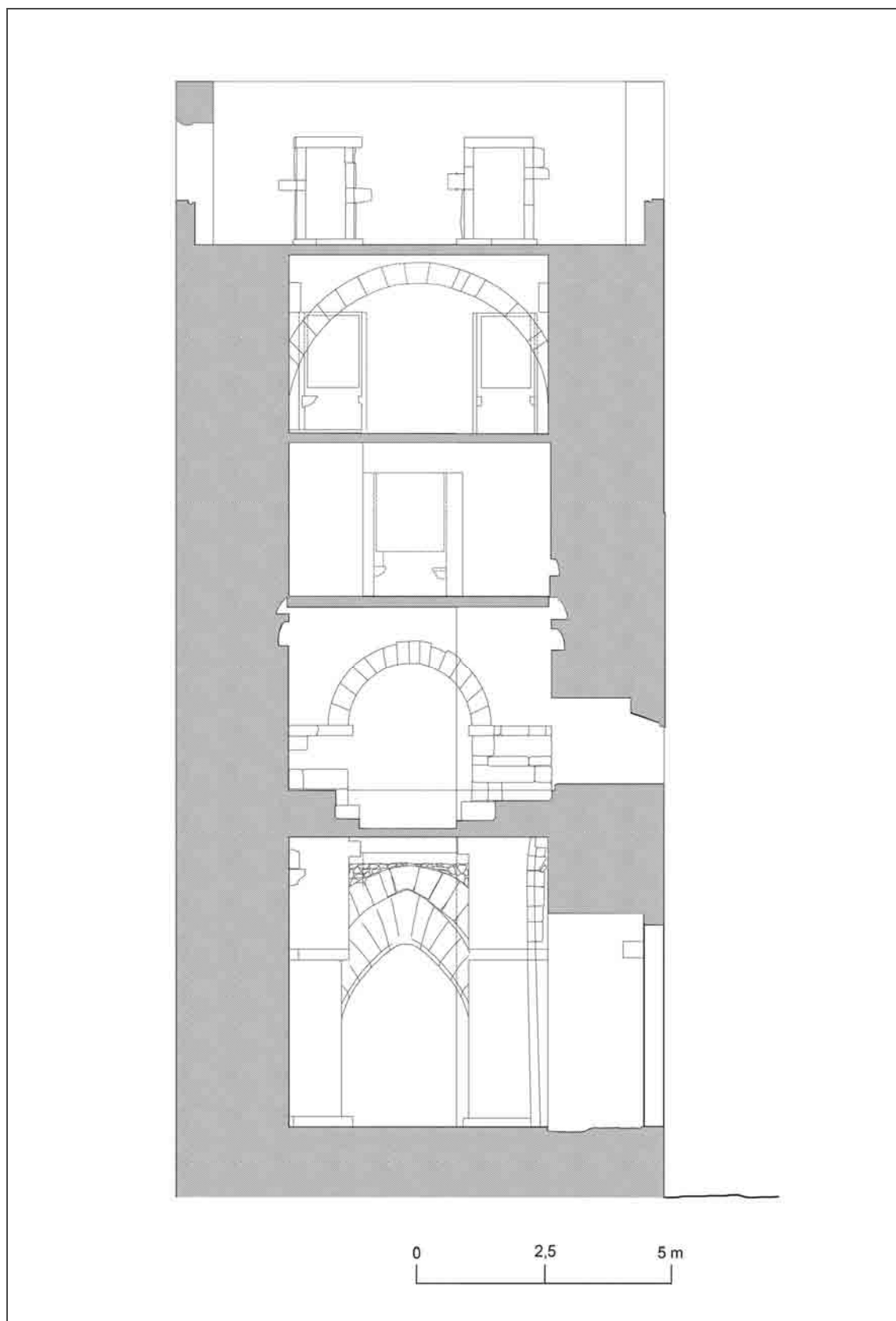


Figura 174 - Secção interior da Torre de Santiago

Na segunda fase, correspondente às modificações da época barroca, o torreão manterá a planta quadrangular original, sendo-lhe, todavia, anexado um conjunto de novas estruturas.



Figura 175 – Porta nascente da Torre de Santiago

Internamente as alterações mais significativas relacionam-se com a consolidação de toda a estrutura, através da substituição dos soalhos medievais de madeira por pavimentos de pedra, com cerca de 20 cm de espessura (Figura 174, p. 406), e pelo seu reforço com soluções construtivas em pedra, designadamente os arcos de descarga, que aliviam o peso das paredes, construídos no segundo e quatro pisos (Figura 177, p. 408).



Figura 176 – Porta nascente, vista interior



Figura 177 – Interior da Torre de Santiago

Desde logo, cabe destacar a sua elevação em altura através da construção de mais um piso, à semelhança do que existe actualmente, passando a possuir aproximadamente de 24 metros e encontrando-se dividida internamente em 5 pisos (Figura 178, p. 409). Paralelamente, a torre sineira da igreja de S. Paulo,

e elevar-se-á para além da altura do último piso, com cerca de 3,5 m, sobressaindo na fachada norte do torreão.



Figura 178 – 5º piso da torre da N. S. da Glória

No piso térreo destaca-se o encerramento da porta nascente que a ligava ao exterior da muralha que será parcialmente entaipada e transformada em grande janela, à semelhança da que existe actualmente. Em sua substituição será aberta a porta actual, através da qual se passará a realizar a entrada na cidade. De igual modo, a anexação da capela da N. Senhora da Glória na fachada norte da torre ditará a alteração do espaço envolvente da porta norte que, deste modo, será enquadrada por uma fachada barroca, passando o acesso à mesma a ser feito por escadas (Figura 179, p. 410).

Na realidade estamos perante uma estrutura cuja função defensiva original será lentamente alterada, a partir do século XVIII, através da sua reutilização e conversão num espaço religioso privilegiado, de estilo barroco.

Na sua fase original é caracterizada por um sistema de acesso lateral em cotovelo, que se encontra ligado às tradições defensivas ibéricas, à semelhança das portas da muralha de Toledo, ou das da Guarda.



Figura 179 – Torre da Glória¹³¹²

A planta da torre na época medieval seria muito idêntica à actual, muito embora tenha conhecido algumas alterações, entre as quais se destacam: o encerramento da porta nascente que a ligava ao exterior da muralha; a consolidação de toda a estrutura com a substituição dos soalhos medievais de madeira por pedra e o seu reforço com soluções construtivas em pedra; a anexação do último piso, bem como da capela da N. Senhora da Glória na fachada norte da torre, circunstância que terá ditado a alteração do espaço envolvente da porta da torre que permitia o acesso ao interior da cidade amuralhada.

¹³¹² Imagem existente no interior do edifício da Câmara Municipal de Braga.

3.3 As ruas medievais

O sistema viário da cidade de Braga foi sendo sucessivamente transformado e aumentado ao longo da Idade Média, através da integração de novas ruas suburbanas, em virtude da ampliação da cerca medieval, mas, também, das adaptações ocorridas nas já existentes.

Apesar da ideia tradicional de que a cidade de Braga se manteve praticamente inalterada desde a época medieval, sendo, por isso, o plano do centro urbano actual muito idêntico ao daquele período, na verdade, o sistema viário actual encontra-se bastante transformado relativamente aquele que terá caracterizado o centro urbano medieval.

O estudo da rede viária medieval encontra-se dificultado pela inexistência de fontes documentais directas que informem acerca das ruas existentes, tornando difícil a sua cartografia rigorosa. Assim, o seu conhecimento tem que basear-se na utilização conjugada de diferentes fontes histórico-documentais e iconográficas, mas, também, nos dados disponibilizados pela arqueologia.

Uma das primeiras premissas a considerar no estudo do sistema viário é a circunstância da cidade medieval se edificar no quadrante nordeste da anterior *urbs* romana, reaproveitando, desde logo, a parte do traçado norte da muralha do Baixo Império que ficará integrado na cerca como estrutura defensiva até ao século XIII. Outra, é o conhecimento de que o espaço urbano medieval foi sendo sucessivamente aumentado desde o século XII até ao XIV, integrando novas áreas onde já existiam ruas ou caminhos. Por fim, devem ainda ser levados em consideração os três séculos de desenvolvimento da cidade, desde a sua reabilitação urbana, no século XI, com a consagração da Sé Catedral, em 1089, até ao século XIV, quando se definem os limites máximos da muralha medieval. De facto, neste período ocorreram inevitáveis transformações do espaço urbano, decorrentes de factores políticos, económicos e culturais.

O sistema viário que caracterizou o primitivo recinto fortificado, entre os séculos XI e XII, torna-se bastante difícil de caracterizar, em virtude da total ausência de fontes (escritas, iconográficas, cartográficas) para este período. Todavia, é possível através da análise das fontes que se reportam aos períodos anteriores, designadamente da malha urbana romana, e aos posteriores,

designadamente ao *Liber Fidei*, aos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, ao *1º Livro do Tombo do Cabido* e ao *Mapa de Braunio*, aceitar que as ruas existentes no núcleo medieval primitivo fossem basicamente as mesmas que conhecemos para o século XIV, ainda que, muito provavelmente, apresentassem menor densidade de construções.

Sendo certo que no século XI a zona envolvente da Sé Catedral, delimitada a norte pela muralha, se encontrava reservada para a própria Sé e construções religiosas anexas, a parte urbanizada da cidade encontrava-se sobre o quadrante NE da cidade romana, delimitado a sul pelo primitivo perímetro da muralha medieval que se presume ter sido sempre o mesmo ao longo de toda a Idade Média. Este quadrante da cidade corresponde ao Bairro das Travessas, referido por vários autores e representado no *Mapa de Braunio*. A morfologia deste Bairro apresenta características distintas das conhecidas genericamente para as cidades medievais de crescimento espontâneo ou de plano irregular, quer ao nível das ruas, quer ao nível dos quarteirões. Com efeito, tratava-se de um bairro formado por ruas relativamente regulares, que se cruzavam quase perpendicularmente, particularidade que tem permitido considerar que o mesmo terá decalcado o sistema viário romano.

Segundo a nossa análise a primeira grande alteração que ocorre entre o plano romano e o medieval regista-se ao nível da redução do número de quarteirões. De facto, alguns quarteirões medievais chegam a ocupar duas *insulae* romanas (Figura 180, p. 413). Esta circunstância parece associada à redução do número de ruas deduzidas da morfologia romana relativamente às que podem ser identificadas como medievais, a partir das fontes disponíveis.

No processo de redução do número de eixos viários, parece terem sido sobretudo os decumanos que desaparecem, mantendo-se mais frequentemente os cardos, muito embora reduzindo, significativamente, a sua largura original. Esta situação pode encontrar justificação no facto de os cardos possuírem uma largura superior à dos decumanos, o que facilitaria a sua permanência no plano urbano, enquanto que a reduzida largura dos decumanos teria conduzido à sua mais fácil integração nas áreas construídas, acabando por ampliar a dimensão dos quarteirões no sentido N/S. Outra alteração relaciona-se com o aparecimento de ruas que, muito embora seguindo a orientação dos eixos viários romanos, passam a correr dentro dos espaços que anteriormente estavam destinados às insulas.

Porém, apesar destas adaptações, verificam-se permanências muito bem assinaladas. A primeira relaciona-se com a fossilização evidente de dois cardos romanos: um que irá corresponder a grande parte do traçado da Rua Verde e outro com a Rua D. Gualdim Pais. A outra permanência relaciona-se com a orientação e regularidade das ruas medievais neste sector da cidade que, muito embora afastadas do eixo das ruas romanas, mantêm a sua orientação.



Figura 180 – Ruas medievais sobre o plano urbano romano

Ao valorizarmos a permanência das características do plano romano no medieval, devemos, igualmente, considerar as consequências morfológicas decorrentes da construção do perímetro amuralhado medieval, projectado sobre o

plano romano, bem como as questões que envolvem a sua eficácia defensiva, que ditaram a desocupação das áreas que lhe eram contíguas.

De igual modo, as portas de entrada na cidade rasgadas na muralha, algumas das quais surgem nos eixos de cardos romanos, como a Porta na Torre do Largo de Santiago e o Postigo da Cividade ou de S. Sebastião, terão influenciado o posterior desenvolvimento da cidade, funcionando como pólos de atracção, intra e extramuros e densificando o tecido urbano.

A partir do século XIII a cidade expande-se, fazendo-o para nordeste, ou seja, no sentido oposto ao da cidade romana, situação que ditará o abandono definitivo daquele espaço, só retomado novamente na Braga do século XX.

Com alargamento da cerca medieval para nordeste, outras ruas passaram a fazer parte do núcleo urbano, sendo possível saber, através dos documentos escritos quais eram as ruas que integravam a paróquia extramuros de S. João do Souto, que será absorvida durante a primeira expansão do perímetro medieval.

Assim, segundo um documento do *Liber Fidei*, já referido anteriormente, ficamos a saber que em 1161¹³¹³ existiam quatro ruas na paróquia da Igreja de S. João. Uma ia desde a porta da quinta do arcebispo até à Igreja de S. João do Souto; outra, tinha início junto das casas dos mestres Pedro Eita e Alberto, passava junto do forno da Infanta D. Sancha e terminava na convergência de três vias, no casal de D. Mido; a terceira era a Rua dos Cegos e a quarta a Rua Nova, que se prolongava até ao postigo de acesso à vinha do Cabido ou canónica bracarense¹³¹⁴.

Face à descrição apresentada somos levados a concluir que os nomes das ruas medievais no século XII não se encontravam completamente fixados, provavelmente pelo facto de funcionarem como caminhos pouco urbanizados. Apesar da sua descrição pouco precisa pensamos corresponderem, respectivamente: a um caminho rural que correria a nordeste a muralha, pelo lado exterior, ligando a referida igreja à quinta do arcebispo, localizada a norte, cuja funcionalidade poderá ter sido substituída parcialmente pela futura Rua do Souto; à futura Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata, que teria continuidade na Rua do Forno ou dos Cegos (terceira rua descrita); à Rua Nova que, correndo extramuros,

¹³¹³ *Liber Fidei*, doc. 486, fls. 131v-132 onde se lê ... ad ipsa ianua de quintana domini archiepiscopi usque ad eandem ecclesiam ipsam ruam integram. Illam quoque ruam que incipit a domo magistri Petri Eite et fratris illius magistri Alberti quomodo vadit per illum furnum de infantissa domna Sancia cum Rua Cecorum et terminatur in illo trivio quod est iuxta casalem qui fuit domni Mitonis usque ad ipsam Sancti Iohannis ecclesiam et ex altera parte per illum furnum, extreman etiam partem de Rua Nova ab illo postico quo intratur ad vinea canonicorum usque dum terminatur... (Costa 1978).

¹³¹⁴ Marques 1983.

ligava a futura Rua do Souto à vinha do cabido, actualmente Campo da Vinha e às saídas para Dume e S. Frutuoso, localizadas na parte noroeste do núcleo urbano, extramuros. Porém, a descrição da segunda rua permite-nos considerar a existência de mais duas vias, que pensamos corresponderem à Rua das Travessas, com traçado aproximado à actual Rua Afonso Henriques, que atravessava todo o Bairro das Travessas, no sentido E/O, e à Rua de Palhas, que ligaria o forno da Infanta ao largo em frente à Porta de Santiago.

A partir dos inícios do século XIII as referências às ruas tornam-se mais abundantes e, em 1210, a Rua do Souto aparece já descrita como tal¹³¹⁵.

De facto, segundo o que nos é permitido conhecer, as primeiras referências escritas que mencionam os nomes dos espaços de circulação existentes no núcleo urbano medieval começam a surgir apenas nos documentos do século XII, momento em que Braga conhecerá um nível de organização urbano razoável e em que o Cabido começa a deixar registo das suas propriedades urbanas. A partir do século XIII as fontes começam a ser mais abundantes e precisas quanto ao sistema viário e ao edificado do núcleo urbano. Para o século XIV, através do *1º Livro do Tombo do Cabido*, ficamos a conhecer quais as ruas existentes intramuros, bem como as que se localizavam na periferia da cidade, assim como as propriedades eclesiásticas nelas existentes.

Com o alargamento para norte do perímetro defensivo, nos finais do século XIV, aquando da construção da muralha fernandina, a área urbana será significativamente aumentada, muito embora o número de ruas não conheça grande variação, situação que só será alterada com D. Diogo de Sousa, nos inícios do século XVI, cabendo-lhe a fixação do sistema viário que irá manter-se até ao século XVIII. Nos finais da Idade Média, o quadro das ruas intramuros, descrito nos documentos, é bastante claro e muito semelhante ao representado no século XVI, no *Mapa de Braunio*.

A rede viária que caracterizou o plano urbano medieval é, assim, possível de determinar, muito embora actualmente algumas das ruas medievais já não existam e outras tenham sido muito alteradas na sua morfologia, nos períodos subsequentes.

Através da utilização conjugada das fontes escritas, da iconografia e cartografia disponíveis, mas, também, dos indicadores indirectos, que decorrem da

¹³¹⁵ Segundo os *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto* a partir de 1210 (doc.2), as referências a esta rua multiplicam-se: documentos números 2, 28, 43, 47, 54, 58 (Marques 1982c).

análise arqueológica e cartográfica para outros períodos, procurar-se-á realizar uma abordagem dos espaços de circulação, designadamente das ruas e largos, procurando enunciar, igualmente, os edifícios públicos neles existentes, bem como algumas habitações.

O plano viário proposto para a cidade medieval, designadamente no que se refere à cartografia das ruas, foi elaborado tendo por base o levantamento topográfico de 1883/84, de Francisco Goullard, em virtude deste oferecer rigor cartográfico, aproximando-se das referências fornecidas pelos documentos escritos e pelo *Mapa de Braunio* (Apêndice II, Planta 8).

A cartografia das ruas medievais que já não aparecem representadas no referido mapa, foi calculada com base nas marcas fossilizadas que se conservam ainda no plano actual e na sua representação iconográfica, designadamente no mapa do século XIX, da autoria dos militares Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel.

3.3.1 Rua Verde

A Rua Verde já não consta do sistema viário actual, tendo sido rasgada pela abertura da Rua Frei Caetano Brandão, construída no século XIX. No entanto, parte dela encontra-se sedimentada nos terrenos anexos ao Ex-Albergue Distrital, tendo sido identificada arqueologicamente nas escavações que aí foram realizadas. Com base na documentação escrita sabemos que a rua se localizava entre a actual Rua Paio Mendes, a norte, sendo limitada a sul, pelo actual Largo Paulo Orósio.

A génese desta rua encontra-se no cardo romano que corria no lado poente da *insula* do Ex-Albergue, como foi comprovado pelas escavações realizadas, que permitiram identificar os restos da calçada pertencente à Rua Verde, implantada sobre o eixo da rua romana¹³¹⁶.

Esta rua aparece pela primeira vez referida nas fontes consultadas, nos finais do século XIV, designadamente no *1º Livro do Tombo do Cabido*. Segundo a descrição que dela nele é feita, ficamos a saber que a Rua Verde como *vay toda direyta desda cruz da Çapataria ataa o Postigo da Cividade ...*¹³¹⁷.

A partir de uma outra descrição, realizada no século XV, podemos verificar como o traçado desta artéria se manteve, uma vez que a fonte se refere a ela nos

¹³¹⁶ Parte destas ruínas encontram-se visíveis no edifício da Bibliopólis (Lemos & Leite 2000a). Ver Anexo I – ZA 18.

¹³¹⁷ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 124.

seguintes termos: “Rua Verde, como vai toda direita desde o canto da sapateira até ao Postigo da Cividade”¹³¹⁸.

Trata-se, por conseguinte, de uma longa rua, orientada N/S, com início no Postigo da Cividade, também designado de S. Sebastião ou S. Bento, terminando na Rua dos Burgueses, ligando-se aí à Rua da Sapataria. Aproximadamente a meio do seu percurso, do lado nascente, liga-se à Rua das Travessas, actual Rua Afonso Henriques.

Esta artéria constitui a mais ocidental do espaço medieval intramuros, encontrando-se separada da muralha por uma zona não construída, aparentemente arborizada ainda no século XVI, como podemos verificar pela representação no *Mapa de Braunio*. De resto, o nome medieval de Rua Verde deve derivar precisamente do vasto espaço arborizado, por construir, que existiria nesta zona. Este conhecimento leva-nos a considerar a possibilidade desta zona se ter ruralizado durante o período da Antiguidade Tardia, permanecendo assim até ao século passado, como documenta ainda a planta topográfica de 1883/84.

Segundo o *1º Livro do Tombo do Cabido* esta rua possuiria, como pertenças do Cabido, no século XIV, um grande número de casas, como por exemplo, na fachada nascente: “as casas em que morou Valente ...; um pardieiro que parte com pardieiro ...; a casa de Gil Domingez...; as casas que traz emprazadas o abade ...; as casas de Giral Perez...; uma casa que traz emprazada Domingos...; uma casa que está junto dela...; as casas com duas moradas...; e na fachada poente, uma casa pequena que está junto da torre ...; outra casa pequena está acima da dita torre...; uma casa sobradada em que mora Johana...; uma casa sobradada em que mora Joham branco...; uma casa terreira...; uns pardieiros juntos ...; um pardieiro no canto...”, entre outras¹³¹⁹.

A partir desta descrição ficamos a saber que na Rua Verde existiam casas pequenas, casas sobradadas, casas terreiras e pardieiros. Apesar da amostragem ser reduzida ela é coincidente com o tipo de casas características dos centros urbanos medievais, predominantemente pequenas, térreas, sendo poucas as que possuíam mais de um piso ou sobrado¹³²⁰.

Esta via constituía uma ligação directa e, por isso, privilegiada, entre a importante Rua dos Burgueses e o Postigo da Cividade, permitindo a partir desta

¹³¹⁸ A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 63v, de 1481 (transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³¹⁹ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 124, 124v e 125.

¹³²⁰ Ferreira 1999; Ferreira & Miguel 2005; Ferreira & Grenville 2003.

aceder à Igreja de S. Sebastião, já representada no *Mapa de Braunio*, bem como à Rua de S. Sebastião, que dava acesso ao Porto. A importância desta rua enquanto eixo viário, aliada ao próprio crescimento demográfico irá determinar o aumento de construções.



Figura 181 – Rua Verde Mapa de *Braunio*



Figura 182 – Rua Verde no Mapa de *Braga Primas*



Figura 183 – Rua Verde no Mapa do século XIX



Figura 184 – Reconstituição da Rua Verde na cartografia actual

Através da análise do MRB ficamos a saber que, em meados do século XVIII, esta rua se encontrava dividida em duas: uma situava-se a norte da Rua das Travessas, mantendo o nome de Rua Verde; a outra, situada a sul, chamava-se Couto do Arvoredo. No lado poente existiam 33 casas e no lado nascente 24 casas. Porém, dada a própria extensão da rua e como se pode observar pelo MRB (Figura 185, p. 419) uma parte significativa do seu lado poente, correspondente ao Couto do Arvoredo possuía poucas construções. De facto, a parte norte da rua, que se aproximava mais da Rua dos Burgueses e da Sé Catedral, seria a mais atractiva e procurada, conhecendo maior número de construções.

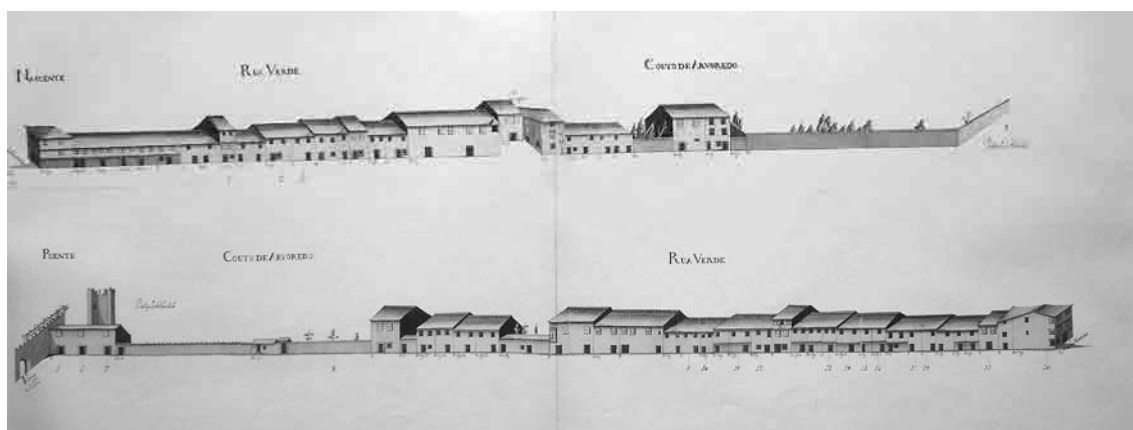


Figura 185 – Rua Verde (MRB)

A fisionomia e o edificado da Rua Verde, na representação do MRB, apresentam-se muito coincidentes com as do *Mapa de Braunio*, circunstância que nos permite admitir que fossem igualmente idênticas na Idade Média (Apêndice II, Planta 8.) De facto, quer o traçado, quer o parcelamento registados no plano medieval da Rua Verde não devem ter sofrido muitas alterações (Figura 181; Figura 182; Figura 183; Figura 184, p. 418). Trata-se de pequenas parcelas, estreitas, com os seus quintais nas traseiras. A comprovar esta afirmação refira-se, por exemplo, os documentos do *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido* (1476-1492)¹³²¹ onde aparecem descritas naquela rua: “o forno e a casa pequena”; “casas que são de duas moradas”¹³²²; “duas casas pequenas sobradadas”¹³²³; “casas que foram forno”¹³²⁴; “casas do cabido”¹³²⁵; entre outras.

De facto, a maior alteração do plano urbano medieval ao longo da Idade Moderna deve ter ocorrido precisamente ao nível do tipo de edificações, muito embora seja possível verificar através do MRB a existência de casas muito simples, algumas delas ainda térreas, muito embora já maioritariamente de dois pisos.

A construção pública de maior expressão da Rua Verde, ao longo da Idade Média, terá sido um hospital que se situaria no lado poente¹³²⁶.

¹³²¹ Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira

¹³²² A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 63v (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³²³ A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 64 (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³²⁴ A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 73, (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³²⁵ A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 112v (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³²⁶ Oliveira et al. 1982.

O único edifício conservado da Rua Verde, que sobreviveu à abertura da Rua Frei Caetano Brandão, corresponde a uma pequena casa com dois pisos, provavelmente com génese medieval, com uma inscrição na fachada. Apresenta uma pequena porta e uma janela no rés-do-chão, possuindo um pé alto muito pequeno. O segundo piso, onde estão rasgadas duas janelas, deve corresponder a um acréscimo devido à desproporcionalidade da sua altura relativamente ao primeiro (Apêndice I, ficha 10).

O traçado medieval desta artéria foi praticamente todo alterado nos finais do século XIX, muito embora o mapa de B. J. Gacez e M. B. Maciel, daquele século, represente ainda a sua fisionomia medieval (Figura 183, p. 418). As alterações ocorridas articulam-se, primeiramente, com o prolongamento da Rua das Travessas, actual Rua Afonso Henriques, até ao Largo das Carvalheiras, que irá romper com a muralha fernandina e dividir fisicamente a rua. Posteriormente, a Rua Verde será destruída com a abertura da actual Rua D. Frei Caetano Brandão, criada em 28-07-1890, por decisão camarária¹³²⁷.

3.3.2 Rua do Postigo

A Rua do Postigo pode fazer-se corresponder actualmente à Rua de S. Paulo e ao largo do mesmo nome, localizados sensivelmente entre o Largo Paulo Orósio e a Rua Gonçalo Pereira. Todavia, a história deste eixo viário, bem como a sua morfologia foram atribuladas desde a Idade Média.

Esta rua fazia parte do Bairro das Travessas, situando-se na parte mais meridional do referido bairro, bem como da área urbana medieval, correndo no sentido E/O.

Uma vez que o seu traçado foge por completo ao sistema viário romano, é possível que a sua génese se relacione com o troço sul da muralha medieval, pois o seu traçado acompanha praticamente a cerca defensiva que corre nesta zona, como se pode observar no *Mapa de Braunio* e na cartografia dos séculos seguintes (Figura 186; Figura 187, Figura 188 e Figura 189, p. 422). Esta circunstância é bastante evidente no lado sul da rua. Na parte norte, a rua encontra-se mais fragmentada, definindo os limites meridionais de quatro quarteirões que aí se

¹³²⁷ Oliveira 1993.

estabeleciam. De facto, para este eixo viário convergiam, de ocidente para oriente, as ruas Verde, da Triparia, de D. Gualdim Pais e a da Erva, ou de Judiaria Velha.

A primeira referência escrita a esta rua, nas fontes por nós consultadas, data dos finais do século XIV e encontra-se no *1º Livro do Tombo do Cabido*, onde é descrita como a “Rua Travessa que vai do Postigo até à porta da Igreja de Santiago da Cidade primeiramente da mão direita como vão para a dita Igreja”¹³²⁸. Ainda nos documentos do século XV esta via é descrita como a “Rua das travessas que vai do Postigo até à igreja de São Tiago”¹³²⁹. De facto, a Rua do Postigo constituía um elo de ligação directo entre o Postigo da Cidade e a porta na Torre de Santiago.

Algumas das propriedades do Cabido nesta rua seriam, na fachada sul, “uma casa em que mora Antoninho Mendes...; umas casas em que morou Gil...; outras casas em que mora Afonso...; uma casa terreira em que mora Senhorinha...; e na fachada norte uns pardieiros em que morou Marta...; os pardieiros que foram do ...; umas casas em que mora Manuel ...; uma casa pequena ao canto de São Tiago”¹³³⁰.

Esta pequena artéria, que até ao século XV aparece descrita, ora como Rua do Postigo e Rua Travessa do Postigo¹³³¹, ora como Eirado do Postigo¹³³² era uma importante rua no plano urbano medieval. De facto, os documentos referem recorrentemente o topónimo Postigo, que deverá corresponder a uma área situada a sul da referida rua, nas imediações da porta da muralha. O topónimo Postigo encontra-se invariavelmente associado às actividades económicas ou a eixos viários importantes, logo, a portas. Um deles seria certamente a Rua da Erva / Judiaria Velha, que, a julgar pelo topónimo e localização, deveria constituir um eixo viário com significativa actividade comercial, que convergia para o Postigo. No largo, em frente à Torre de Santiago, era realizada uma feira, desde o século XIV¹³³³. Ainda no lado nascente localizava-se a Capela de Santiago da Cidade¹³³⁴, ainda hoje existente, embora alterada, e a Sinagoga, localizada no fim da Rua da

¹³²⁸ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 125.

¹³²⁹ A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 64, datado de 1481 (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³³⁰ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 125 e 125v.

¹³³¹ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 125v “Rua Travessa que vay do Postigo pera a Egreia de Sam Tiago”.

¹³³² A.D.B., *Livro 4 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 74v, de 1501 (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³³³ Oliveira et al. 1982.

¹³³⁴ Documentada no *2º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 55 (Transcrição paleográfica M. Conceição Falcão Ferreira) e actualmente ainda lá existente.

Judiaria Velha, do lado nascente da rua¹³³⁵. Não menos importante era a acessibilidade da Rua do Postigo ao exterior da cidade, que podia ser feita quer pela Porta do Postigo da Cividade, que a ligava à Rua de S. Sebastião, quer pela Porta da Torre de Santiago, que a ligaria à Rua dos Pelames, actual Rua de S. Geraldo.

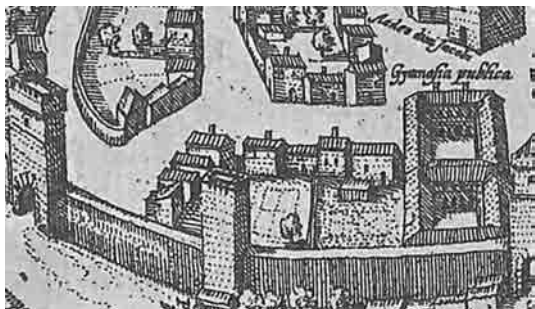


Figura 186 – Rua do Postigo (Mapa de Braunio)



Figura 187 – Rua do Postigo (Mapa de Braga Primas)



Figura 188 – Rua do Postigo (Planta de 1883/84)



Figura 189 – Rua do Postigo (Mapa do séc. XIX)

A Rua do Postigo terá beneficiado desde cedo de uma situação de desenvolvimento privilegiada, que terá continuidade nos séculos seguintes. Porém a partir do século XVI, as intervenções urbanísticas iniciadas com D. Diogo de Sousa, irão alterar a fisionomia da parte oriental desta rua. O edifício para os Estudos Públicos, irá situar-se no extremo nascente da fachada sul da Rua do Postigo, junto à capela de S. Paulo, como bem ilustra o *Mapa de Braunio* (Figura 186, p. 422) e o *Mapa de Braga Primas* (Figura 187, p. 422). Por sua vez, a Igreja e o Colégio de S. Paulo, serão construídos no início da Rua de Palhas, do lado sul,

¹³³⁵ Oliveira et al. 1982. As fontes documentais por nós consultadas indicam apenas que a primitiva sinagoga se localizava nesta rua. Referimo-nos concretamente ao fl. 13v, de 1466, do *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, que a designam como “as casas da rua de Santa Maria que foi sinagoga dos Judeus, assim como as trazia a comuna com sua pertença” (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

dando uma nova fisionomia à rua, que passa a contemplar uma espécie de “pátio académico”¹³³⁶, actualmente correspondente ao Largo de S. Paulo.

A nova fisionomia adquirida por este largo no século XVI encontra-se bem representada no *Mapa de Braunio*. Do mesmo modo, o MRB permite obter uma imagem da continuidade do tipo de parcela, registando-se as maiores alterações no tipo de edificado, muito embora as casas modestas continuem, a ser um claro exemplo do seu aspecto medieval, sobretudo no lado sul e a poente (Figura 190, p. 423)

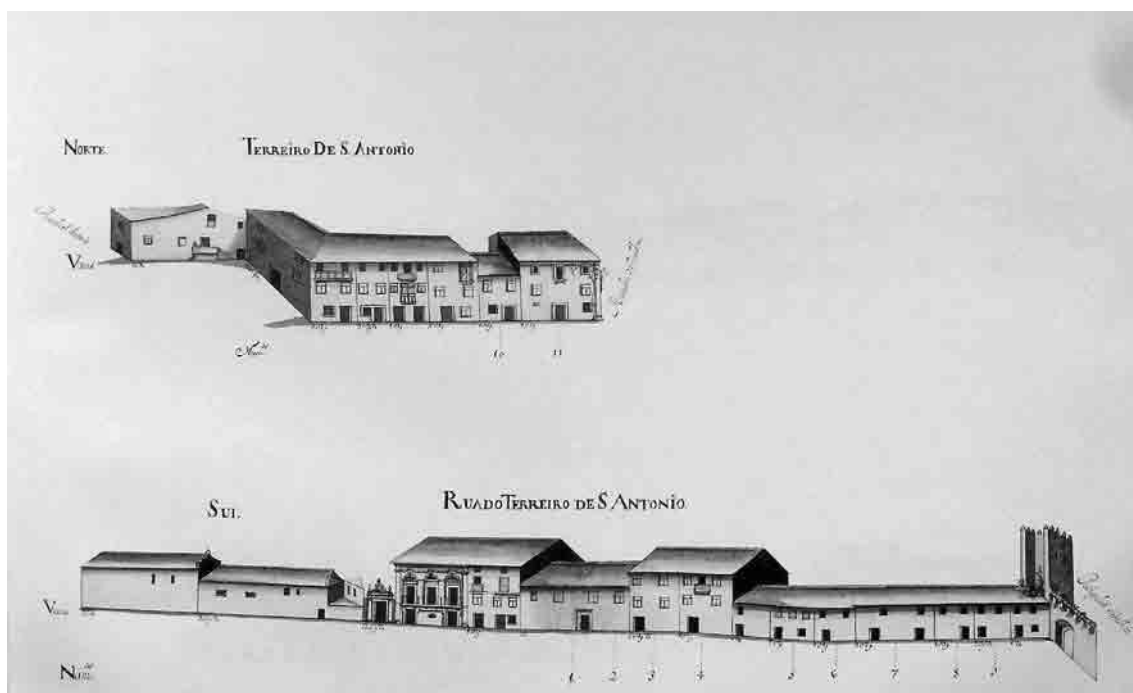


Figura 190 – Rua do Postigo (MRB)

Todavia, muito embora alterada em termos de edificado na parte nascente¹³³⁷, a restante rua deveria possuir uma fisionomia e parcelamento medievais muito aproximados aos que aparecem representados no *Mapa de Braunio*, no MRB, assim como na planta topográfica de 1883/84, onde predomina a pequena parcela, estreita e alongada pelos seus quintais, com aspecto irregular. Naquele último documento, já nada resta das construções realizadas no século XVI, no lado sul, a nascente, designadamente o Edifício dos Estudos Gerais e a Capela de S. Paulo. Também com o derrube do Postigo da Cidade e a abertura da Rua

¹³³⁶ Costa 1993.

¹³³⁷ A importância desta rua terá começado a decair em meados do século XVIII com o encerramento dos Estudos Gerais, após a expulsão dos Jesuítas, em 1759 (AAVV 1989-91).

Frei Caetano Brandão terão sido destruídos os edifícios da fachada norte, do lado poente da rua (Figura 188, p. 422).

3.3.3 Rua da Triparia / Rua da Judiaria Nova

A Rua da Triparia encontra-se actualmente fossilizada nas ruas de Santo António das Travessas e das Chagas, localizadas entre a Rua de S. Paulo e a Rua Paio Mendes, divididas pela Rua Afonso Henriques.

Na Idade Média era uma rua que corria quase paralela à Rua Verde, cortando a Rua das Travessas, no sentido N/S. Em virtude do nome que conhece deveria ser uma rua destinada ao comércio de carnes.

As primeiras referências escritas a esta rua encontram-se no *1º Livro do Tombo do Cabido*, que a refere como *Rua da Triparia como vay toda dereita des a Rua dos Burgueses ataa Rua Travessa que vay do Postigo pera a Egreja de Sam Tiago da Ciuidade*¹³³⁸.

No século XV esta rua continua a ser referida como: “Rua da Triparia como vai dos burgueses até à Rua da Travessa que vai do Postigo para a Igreja de São Tiago”¹³³⁹.

Tratava-se, portanto, de mais uma grande artéria que atravessava o Bairro das Travessas no sentido N/S, ligando a Rua dos Burgueses à Rua do Postigo.

As propriedades do Cabido existentes nesta rua eram várias, como sejam: na fachada nascente, “a casa que foi de Joham...; a casa ora está em pardieiro...; as casas que foram dos filhos de Cabeça...; as casas em que mora o abade...; uns pardieiros...; umas casas com sua torre...; ou na fachada poente: uma casa pequena terreira...; uma casa no canto da cruz...; outra casa terreira...”, entre outras¹³⁴⁰.

Segundo a representação do *Mapa de Braunio*, a Rua da Triparia era uma das maiores da parte sudoeste da cidade, encontrando-se toda edificada. A julgar pela quantidade de casas referidas no *1º Livro do Tombo do Cabido*, tratava-se de uma rua muito extensa e densamente construída, onde se localizavam alguns edifícios de destaque, como seja uma casa – torre.

¹³³⁸ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 125v.

¹³³⁹ A.D.B., *Livro 5 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 64 v. (Transcrição paleográfica de Maria do Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁴⁰ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 125v e 126.



Figura 191 – Rua da Triparia
(Mapa de Braunio)



Figura 192 – Rua da Triparia (Mapa de
Braga Primas), dividida já nas ruas das
Chagas e de S. António



Figura 193 – Rua da
Triparia no Mapa do
séc. XIX

A parte sul desta grande artéria irá ser renomeada com a instalação e a concentração dos elementos da comunidade judaica bracarense neste troço da rua. Tal terá ocorrido depois de uma contenda entre o Cabido e aquela comunidade, na segunda metade do século XV, passando os Judeus a ocupar as casas da, agora designada, Rua da Judiaria Nova¹³⁴¹, onde instalam a sua nova Sinagoga¹³⁴², ao que tudo indica na casa referida no *1º Livro do Tombo do Cabido* como casa - torre¹³⁴³. O edifício que correspondeu a este local de culto religioso é ainda a construção mais emblemática desta rua, constituída pelo Ex-Albergue Distrital¹³⁴⁴.

¹³⁴¹ Segundo as fontes uma parte significativa dos Judeus, bem como o seu local de culto localizava-se no troço sul da Rua da Erva, que passará a ser designada de Rua da Judiaria Velha (ver Rua da Erva, ponto 3.3.6)

¹³⁴² Marques 1983.

¹³⁴³ Vasconcelos 1993.

¹³⁴⁴ Este edifício será analisado no Apêndice I, ficha 8.

A primeira referência documental à Rua da Judiaria Nova data de 1467 e encontra-se no *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*¹³⁴⁵. Durante os séculos seguintes e até ao século XVIII passará a ser referida, ora como Rua de Santo António¹³⁴⁶, ora como da Judiaria Nova¹³⁴⁷, correspondendo actualmente à Rua de Santo António das Travessas, que se localiza entre a Rua de S. Paulo e a Rua D. Afonso Henriques.

Tratava-se, portanto, de uma rua mais pequena que a inicial, que passava a ligar a Rua das Travessas com a Rua do Postigo.

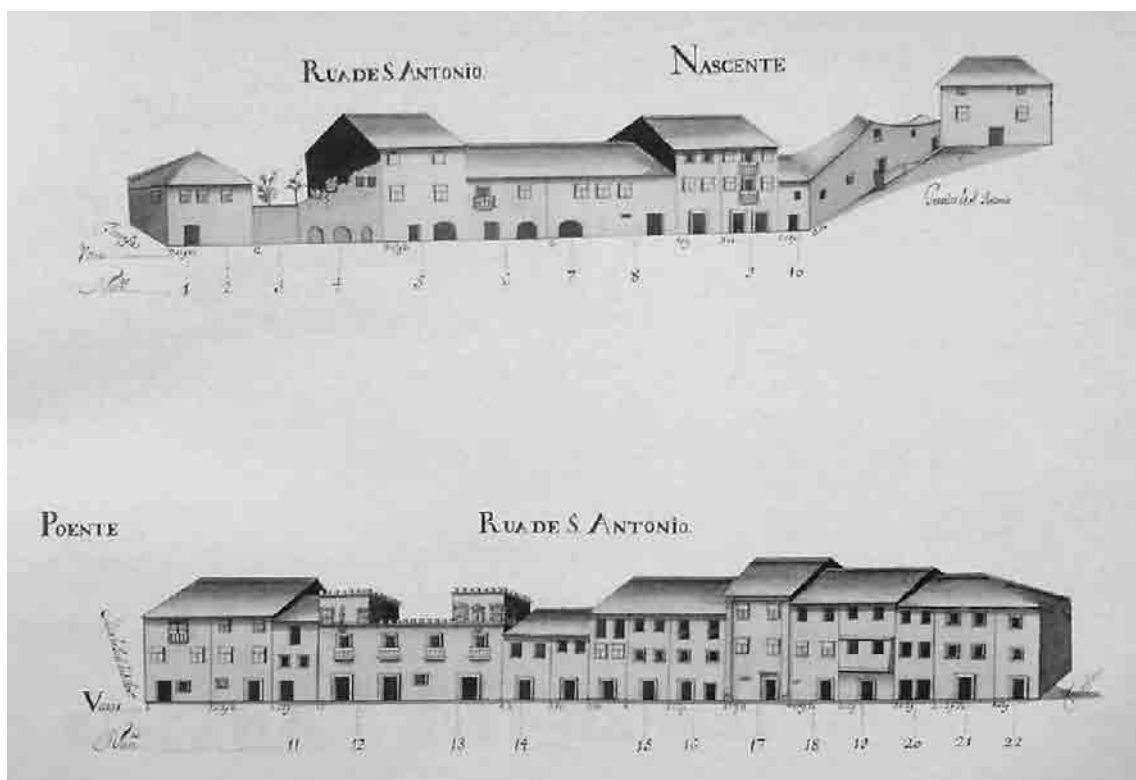


Figura 194 – Rua da Judiaria Nova ou de S. António (MRB)

A fisionomia da Rua da Judiaria Nova deveria ser a mesma que conhecemos actualmente, a julgar pela sua representação no *Mapa de Braunio*, no MRB (Figura 194, p. 426) e na planta topográfica de 1883/84 (Figura 195, p. 427). Do mesmo modo, o parcelamento apresentado nas fontes referidas mantém-se o mesmo, sendo caracterizado por pequenas parcelas, mantendo-se o interior do quarteirão

¹³⁴⁵ A.D.B., *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 20v (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁴⁶ A.D.B., *Livro 7 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 82, datado de 1515 (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁴⁷ Um documento do *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (Anexo V, do MRB), datado de 1796, ainda a refere como Rua de S. António ou da Judiaria Nova (AAVV 1989-91).

desocupado. Actualmente esta rua conserva o mesmo traçado, apresentando ainda alguns edifícios de cariz medieval, sobretudo no extremo norte do lado poente (Figura 196, p. 427), muito embora alguns se encontrem em estado de ruína ou até mesmo já demolidos, como ocorre no lado nascente.

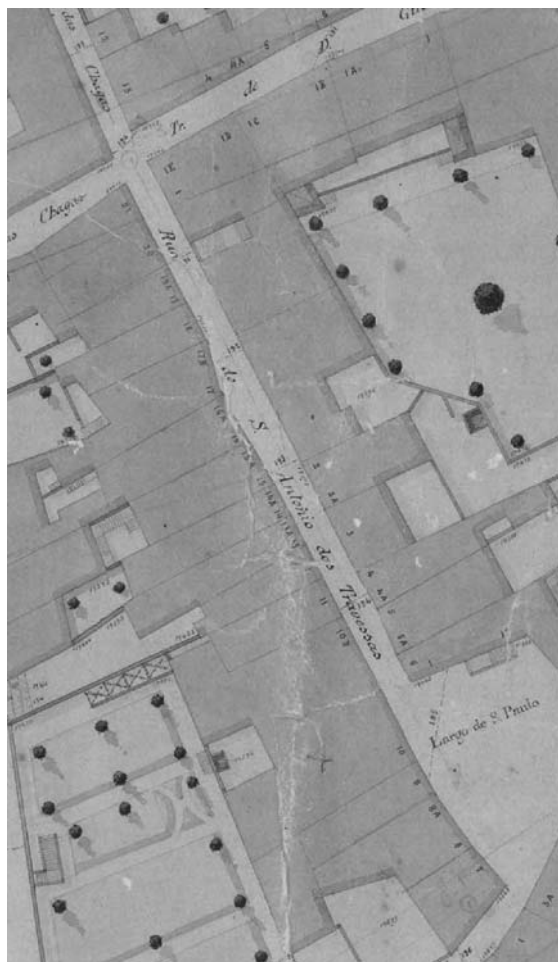


Figura 195 – Rua da Judiaria Nova (Planta de 1883/84)



Figura 196 – Rua da Triparia, actual Rua das Chagas e de S. António das Travessas, vista N/S)

A parte sul da Rua da Triparia passou a ser designada como Rua das Chagas, mantendo durante algum tempo os dois designativos, como aparece referido nalguns emprazamentos do Cabido, entre 1467 e 1552, passando posteriormente a ser designada de Rua das Chagas¹³⁴⁸.

¹³⁴⁸ Conforme consta no *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*, Anexo V, do MRB (AAVV 1989-91).

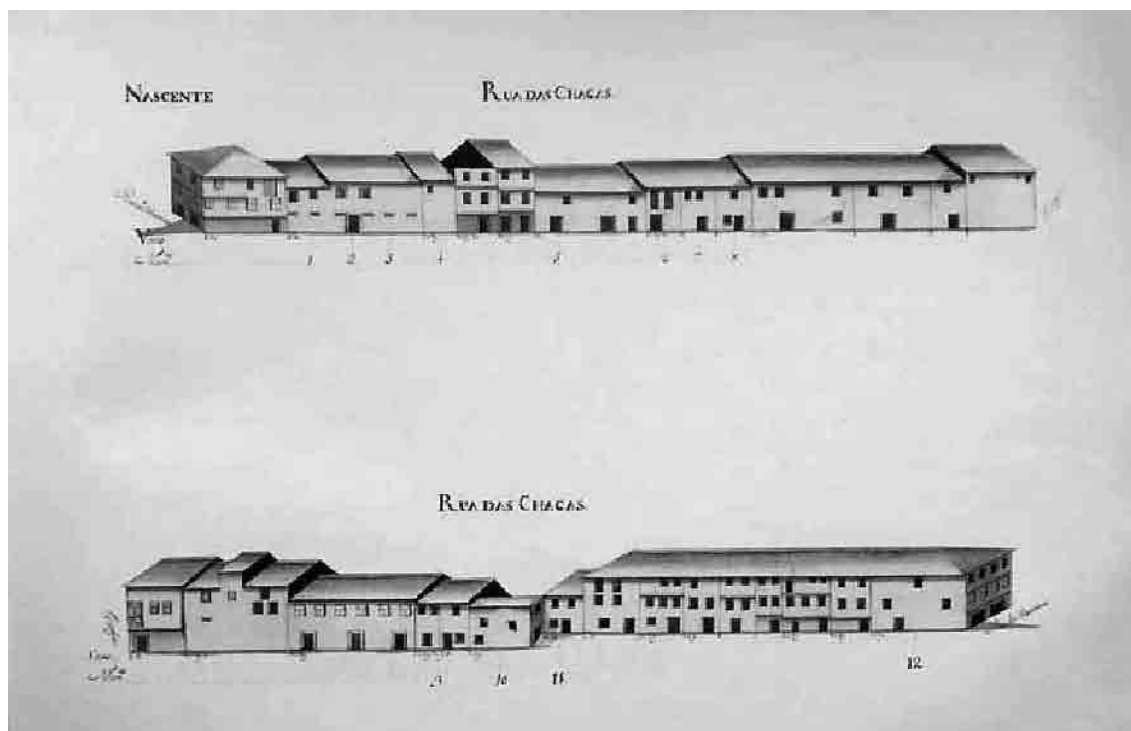


Figura 197 – Rua das Chagas (MRB)

Apesar da sua fisionomia e parcelamento se manterem praticamente os mesmos desde a Idade Média até ao século XVIII (Figura 197, p. 428) a rua encontra-se bastante alterada, devido ao alargamento da Rua Verde, actual Rua Frei Caetano Brandão, a poente, da Rua dos Burgueses, actual Rua Paio Mendes, a norte, e da Rua das Travessas, actual Rua Afonso Henriques, a sul, tendo sido destruídos muitos dos seus antigos prédios, sobretudo os situados no lado poente e no extremo norte, do lado nascente da rua.

Estas alterações condicionaram a extensão da via, sendo esta muito encurtada, deixando de desembocar, no sentido S/N, na Rua dos Burgueses, passando a ter o seu limite norte na actual Rua Frei Caetano Brandão.

Contudo, a parte que resta desta rua mantém a fisionomia medieval, muito embora o parcelamento e o tipo de construções se encontrem praticamente todos alterados. A excepção encontra-se numa pequena casa, localizada mesmo no fundo da Rua das Chagas, do lado nascente, que conserva ainda características medievais, descrita na ficha 9, do Apêndice I.

3.3.4 Rua das Travessas

A Rua das Travessas localizava-se no local actualmente ocupado pela Rua Afonso Henriques, que se situa entre o Largo das Carvalheiras e o Largo de S. João do Souto.

O *1º Livro do Tombo do Cabido* descreve esta artéria nos seguintes termos: “Rua travessa que se começa na rua Verde e vai toda direita e atravessa a cruz da Triparia e a cruz da rua de D. Gualdim e a cruz da rua da Erva e vai ferir na cruz que está ante o forno da Infanta”¹³⁴⁹.

Assim, a Rua das Travessas era composta por quatro pequenos troços, separados de poente para nascente, pela Rua da Triparia, pela Rua D. Gualdim Pais, pela Rua da Erva ou da Judiaria, que a cruzavam, mais o troço que se desenvolvia até à Rua do Forno. Apesar das grandes alterações que esta rua irá sofrer com a abertura da Rua D. Afonso Henriques o número de artérias existentes, que para ela convergiam mantém-se basicamente o mesmo.



Figura 198 – Rua das Travessas (Mapa de Braunio)



Figura 199 – Rua das Travessas (Mapa de Braga Primas)

Esta rua era, pois, um importante eixo viário, que rasgava todo o centro urbano medieval no sentido E/O, constituindo como que a espinha dorsal do velho bairro medieval das Travessas dividindo a cidade em duas metades, praticamente iguais.

¹³⁴⁹ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 130v.

Tal como refere a descrição do *1º Livro do Tombo do Cabido*, tratava-se de uma rua direita, pelo menos, para a época, facto, que deverá resultar desta artéria ter a sua origem num decumano romano que passava muito perto do seu traçado.

De igual modo, as ruas que para ela convergiam são mais ou menos perpendiculares, facto que resulta da fossilização do plano romano.

A morfologia desta rua na Idade Média terá sido a mesma que aparece representada no *Mapa de Braunio*. De igual modo, o traçado e o parcelamento existentes até aos finais do século XIX deverão corresponder aos que existiriam na Idade Média, dominando as pequenas parcelas, construídas na fachada da rua e com compridos quintais.

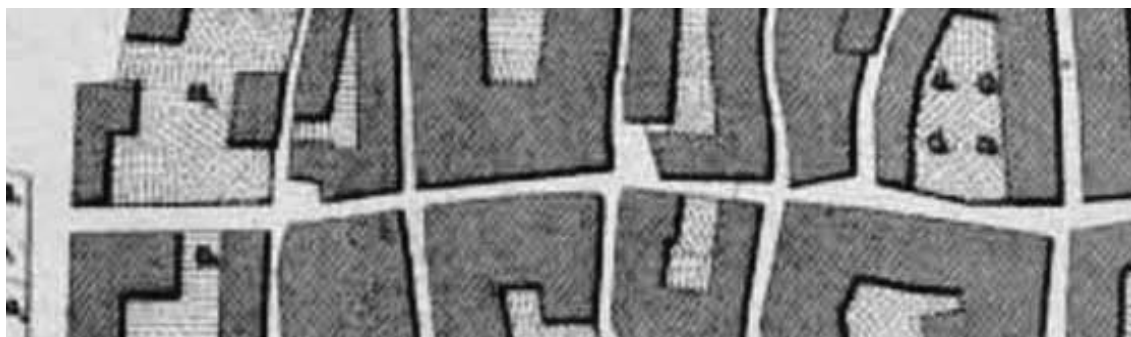


Figura 200 – Rua das Travessas (Mapa do século XIX)

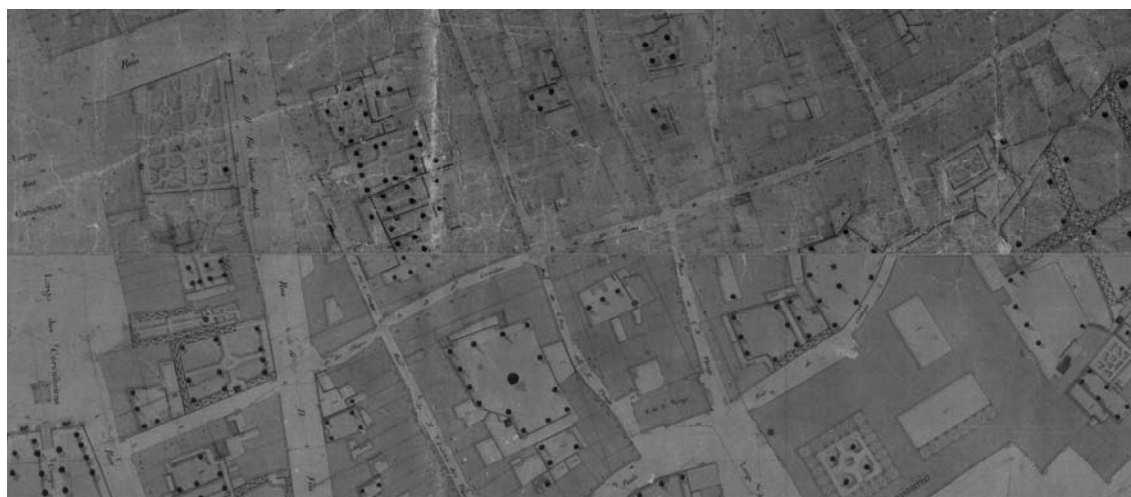


Figura 201 – Rua das Travessas

À semelhança de muitas outras ruas que compõem o Bairro das Travessas, esta irá sofrer alterações profundas desde os finais do século XIX, mas sobretudo no século XX com a abertura da Rua D. Afonso Henriques. Como já foi referido, nos finais do século XIX a Rua das Travessas será prolongada para nascente, rompendo

o traçado da Rua Verde e a muralha, para se ligar ao Campo das Carvalheiras. No século XX foi integrada na actual Rua de D. Afonso Henriques, deixando de existir.

De facto, a Rua das Travessas vai sofrer grandes transformações sendo substancialmente alargada em 1892¹³⁵⁰, passando a ter quase o dobro da sua inicial dimensão. Esta situação provocou a destruição de praticamente todas as casas que então ladeavam a rua, de ambos os lados. Os únicos edifícios que não foram afectados localizam-se na fachada sul, entre a Rua do Farto e do Forno, como se depreende da análise da planta topográfica de 1883/84.

3.3.5 Rua D. Gualdim Pais

A Rua de D. Gualdim Pais conhece actualmente o mesmo designativo e localiza-se entre a actual Rua D. Paio Mendes e a Rua D. Afonso Henriques, no sentido N/S, muito embora na Idade Média tivesse continuidade para sul, até à porta de Santiago, ocupando portanto uma maior extensão.

À semelhança da Rua Verde, esta artéria atravessava todo o Bairro das Travessas no sentido N/S, apresentando uma enorme regularidade. Na verdade, trata-se de uma rua de génese romana, localizando-se sobre o lado esquerdo de um cardo romano, mantendo, contudo, o alinhamento anterior. Possui cerca de 3 metros de largura.

Esta rua recebeu o nome do célebre guerreiro de D. Afonso Henriques, Gualdim Pais, que, segundo a tradição, terá nela vivido, se bem que seja desconhecida a casa onde terá habitado. Igualmente aqui terá existido a casa cedida aos Templários, pelo arcebispo D. Paio Mendes (1118-1138) para hospício dos peregrinos, também ela desconhecida¹³⁵¹.

A primeira referência documental a esta via encontrada nas fontes consultadas data do ano de 1314¹³⁵².

No *1º Livro do Tombo do Cabido* aparece descrita nos seguintes termos *Rua de dom Gualdim como vay toda direita des o quanto do açougue ataa porta de Egreja de Sam Tiago da Ciuidade*¹³⁵³.

Segundo a mesma fonte, nesta rua, o Cabido possuía inúmeras propriedades, quer na fachada poente, quer na fachada nascente, constituídas por casas, casas

¹³⁵⁰ Oliveira et al. 1982.

¹³⁵¹ Oliveira 1993.

¹³⁵² Documento nº 29 dos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto* (Marques 1982c).

¹³⁵³ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 126.

pequenas, casas sobradadas, casas pequenas sobradadas, casas terreiras e pardieiros¹³⁵⁴.

Esta rua apresenta um número significativamente superior de propriedades do Cabido comparativamente às anteriores. Esta circunstância pode dever-se ao facto de se tratar de uma rua muito próxima da Sé Catedral, mas, também, devido à sua importância social e localização geográfica privilegiada. Ela permitia um acesso directo entre a Sé e os Açougues que se aí se localizavam, com a já referida Rua do Postigo e com as portas de Santiago e do Postigo, lugares privilegiados de entrada na cidade durante a Idade Média.



Figura 202 – Rua D. Gualdim Pais (Mapa de Braunio)



Figura 203 – Rua D. Gualdim Pais (Mapa de Braga Primas)

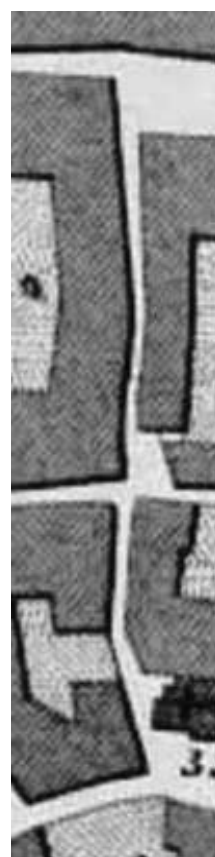


Figura 204 – Rua D. Gualdim Pais (Mapa do séc. XIX)

No tempo de D. Diogo de Sousa esta rua conheceu a construção do novo edifício da Câmara Municipal, que inutilizará “quatro casas que se derribarão pera fazer a dita camara”¹³⁵⁵ e se situava no início da rua, no ângulo que a mesma fazia com a Rua dos Burgueses (Figura 205, p. 433).

¹³⁵⁴ A.D.B., 1º Livro do Tombo do Cabido, fls. 126, 126v, 127, 127v e 128).

¹³⁵⁵ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329v, publicado por Maurício 2000, vol. II.



Figura 205 – Antigo Paço do Concelho¹³⁵⁶

Tratava-se de um grande edifício que se distinguia, quer pelas proporções, quer pela fisionomia que apresenta, comparativamente ao edificado que caracteriza esta zona, como se pode verificar pelo *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*¹³⁵⁷ e pela sua representação no *Mapa de Braunio* (Figura 202, p.432) e no MRB (Figura 206, 434). Em 1754, as instalações da Câmara foram mudadas para o então Campo de Touros, actual Praça do Município, pelo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756)¹³⁵⁸ e, em 1775, procedeu-se à demolição do anterior

¹³⁵⁶ Imagem existente no Salão Nobre da Câmara Municipal de Braga, instituição a quem agradecemos a possibilidade concedida para a sua obtenção.

¹³⁵⁷ AAVV 1989-91.

¹³⁵⁸ Bandeira 2000b.

edifício camarário. Este facto irá provocar a retracção espacial da parte norte da Rua D. Gualdim, assim como alterações na Rua de Maximinos, como analisaremos no ponto 3.3.17.

O tramo sul da Rua de D. Gualdim Pais aparece designado, a partir de meados do século XV, como Rua Direita ou Rua de Santiago¹³⁵⁹, conhecendo actualmente o designativo de Rua de Santiago.

Na parte sul desta rua, no século XVIII, mais concretamente no ano de 1791, a Igreja de Santiago viria a ser reconstruída, agora com planta invertida, passando a fachada a estar virada para a Rua D. Gonçalo Pereira¹³⁶⁰, correspondente à Rua da Erva ou Judiaria Velha.

Na planta topográfica de 1883/84 esta rua aparece dividida entre a Rua D. Gualdim Pais (na parte norte) e a Rua de Trás de Santiago, actual Rua de Santiago.

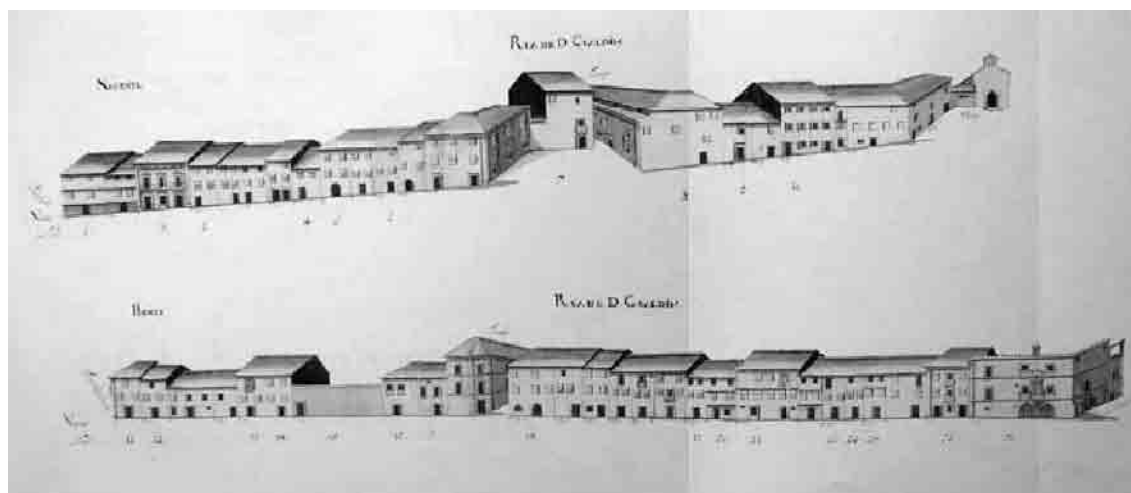


Figura 206 – Rua de D. Gualdim (MRB)

Actualmente, a parte norte da Rua Gualdim Pais constitui a rua que menores alterações sofreu desde a época romana até à actualidade. Através da sua imagem no *Mapa de Braunio*, no MRB, no *Mapa de Braga Primas* e na planta topográfica de 1883/84, bem como no plano actual da cidade, podemos afirmar que o seu traçado e parcelamento actuais deverão ser semelhantes aos que possuiria na Idade Média.

¹³⁵⁹ A.D.B., *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 13, de 1466, onde se lê “umas casas que estão acerca de Santiago na rua Direita” e fl. 118, de 12 de 1475, onde se lê “... parte com o muro da cidade e com a rua Direita que vai ter ao postigo...” (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁶⁰ Oliveira 1993.

Actualmente nela é ainda possível identificar um grande número de casas com características medievais (Figura 208, p. 435), ainda que as mesmas tenham aumentado ao número de pisos.



Figura 207 – Rua D. Gualdim Pais (Planta 1883/84)



Figura 208 – Rua de D. Gualdim, troço actual

Todavia, a metade sul da via foi completamente transformada, quer ao nível do traçado, quer ao nível do parcelamento, com as alterações decorrentes do alargamento da Rua de Santiago.

3.3.6 Rua da Erva / Rua da Judiaria Velha

A Rua da Erva corresponde à actual Rua de D. Gonçalo Pereira, que liga o Largo de S. Paulo ao Largo do Rossio da Sé, muito embora a sua fisionomia medieval tenha sido completamente alterada.

O designativo de Erva poderá resultar do facto desta rua se ligar, na Idade Média, ao Largo da Torre de Santiago, onde se localizava a feira e/ou de nela ter existido um mercado de forragens¹³⁶¹.



Figura 209 – Rua da Erva
(Mapa de Braunio)

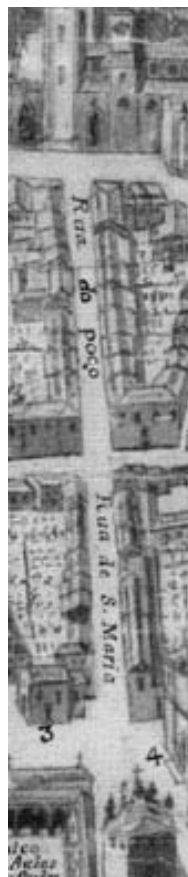


Figura 210 – Rua da Erva
(Mapa de Braga Primas)



Figura 211 – Rua da Erva
(Mapa do séc. XIX)

A primeira referência documental a esta via nas fontes consultadas encontra-se no 1º Livro do Tombo do Cabido, que a descreve nos seguintes termos *Rua da Herva como vay tods dereyta des o pee da torre dos sinos ataa Porta do Muro que chamam de Sam Tiago da Cividade*¹³⁶².

¹³⁶¹ AAVV 1989-91, vol. II.

¹³⁶² A.D.B., 1º Livro do Tombo do Cabido, fls. 128 a 129.

Uma descrição muito idêntica pode ser lida no *Livro 2 dos Prazos do Cabido*: “Rua da Erva como vai toda direita desde o pé da Torre dos Sírios até à Porta do muro que chamam Porta de São Tiago”¹³⁶³.

A Rua da Erva é paralela à Rua D. Gualdim Pais, rasgando o Bairro das Travessas no sentido N/S. Tal como é referido na descrição, e se pode comprovar ainda na planta topográfica de 1883/84 (Figura 213, p. 439), esta rua é muito regular e direita para a época, circunstância que poderá dever-se ao facto de ser paralela a um cardo romano, orientando-se aproximadamente segundo os eixos da cidade romana. Muito embora não decalque tão fielmente o traçado viário romano como a Rua de D. Gualdim Pais, localiza-se numa faixa paralela ao cardo, que podia corresponder aos pórticos das *inuslae* que compunham o plano romano no sentido N/S, neste sector da cidade.

Esta rua conheceu vários designativos ao longo da Idade Média, bem como uma alteração radical no século XX.

Nos inícios do século XV, devido às ordenações para que os Judeus se concentrassem numa só judiaria, a parte norte da Rua da Erva passou a albergar a comuna hebraica bracarense¹³⁶⁴. Porém, em meados do século XV, os Judeus foram transferidos para a parte sul da Rua da Triparia, que se passou a designar, então, Rua da Judiaria Nova¹³⁶⁵, enquanto que a Rua da Erva recebeu o nome Rua da Judiaria Velha ou de Santa Maria, como surge bem documentado no *Livro 1 dos Prazos da Cabido*¹³⁶⁶. Desde então, as referências documentais atribuem os prazos, ora à Rua da Judiaria Velha¹³⁶⁷, ora à Rua de Santa Maria, onde se localizava a antiga Sinagoga¹³⁶⁸, mas, também, à Rua do Poço. A última designação parece derivar da existência de um poço municipal, situado no extremo noroeste desta rua, que terá servido desde a Idade Média até ao século XIX. A comprovar a existência deste poço encontramos algumas referências no *Livro 1*

¹³⁶³ A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 66 v, de 1482 (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁶⁴ Segundo as fontes documentais, designadamente o 1º *Livro do Tombo do Cabido*, os Judeus residiam em diferentes ruas da cidade, não existindo, portanto, uma Judiaria, que terá sido criada somente no ano de 1400, por ordenação de D. João I., e instalada na Rua da Erva, nas proximidades da Sé Catedral (Marques 1983).

¹³⁶⁵ No ano de 1466, através de um contrato celebrado entre o Cabido e a comuna judaica, a mesma será transferida para a Rua de S. António das Travessas (Marques 1983).

¹³⁶⁶ No fólho 8 do *Livro 1 dos Prazos do Cabido*, datado de 18 de Junho 1466, pode ler-se “... as casas que estão na Rua de Santa Maria, que foi judiaria, que estão da mão esquerda quando vão para a porta de Santiago” (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁶⁷ Por exemplo no fólho 9v, de 1466, do *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, em que explicitamente é referida a Rua da Judiaria Velha (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁶⁸ Por exemplo, no fl. 13v, de 1466, do *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, que refere “as casas da rua de Santa Maria que foi sinagoga dos Judeus, assim como as trazia a comuna com sua pertença” (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

dos *Prazos das Propriedades do Cabido*¹³⁶⁹ e no MRB onde surge a designação de “Casa do Poço”¹³⁷⁰.

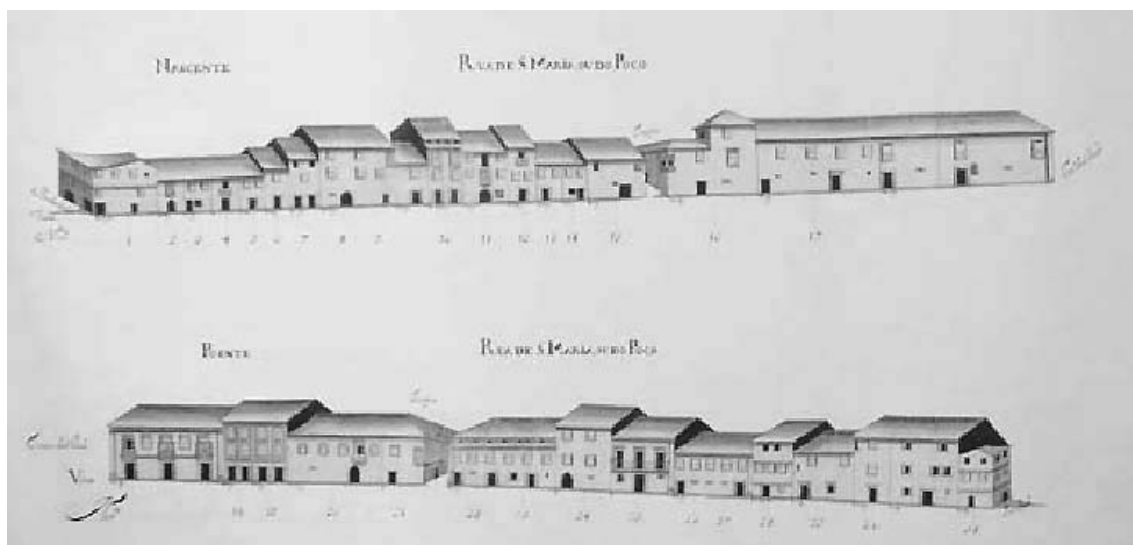


Figura 212 – Rua da Erva (de Santa Maria ou do Poço) (MRB)

Em 24/02/1944 esta rua passou a ser designada de Rua D. Gonçalo Pereira, nome que mantém actualmente¹³⁷¹.

Apesar da alteração toponímica que esta artéria conheceu ao longo dos séculos, podemos admitir que a sua fisionomia e parcelamento formam idênticos desde a Idade Média até ao século XIX, tendo por base a sua representação no *Mapa de Braunio* (Figura 209, p. 436), no *Mapa de Braga Primas* (Figura 210, p. 436), no MRB (Figura 212, p. 438), no Mapa do século XIX (Figura 211, p. 436) e na planta topográfica de 1883/84 (Figura 213, p. 439).

Porém, nos finais do século XIX esta rua vai conhecer obras de alargamento, que lhe alteraram completamente a fisionomia de origem medieval, da qual se conservara apenas a Capela de Santiago da Cividade, ainda que também ela tenha sido muito alterada (Figura 214, p. 439).

¹³⁶⁹ A.D.B., *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, Fólio 5 v., de 8 de Maio de 1466, onde se lê ... desde o poço e entradas dos judeus para contra Santiago ... (Transcrição paleográfica de M. Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁷⁰ Referente à casa nº 11 existente desde 1512 até 1727 nesta rua (AAVV 1989-91, vol. II).

¹³⁷¹ Oliveira 1993.

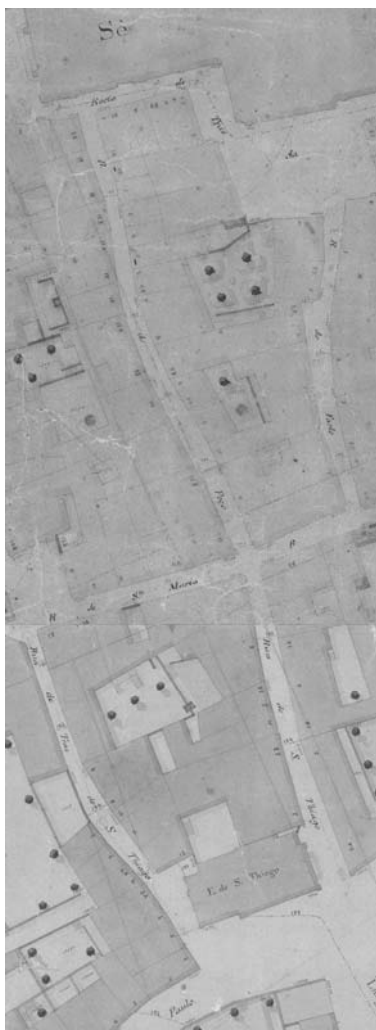


Figura 213 – Rua da Erva (Planta 1883/84)



Figura 214 – Rua da Erva (actual Rua D. Gonçalo Pereira)

3.3.7 Rua da Olaria

A Rua da Olaria localizava-se num local da cidade que actualmente se encontra transformado num largo, designado de Rossio ou Largo da Sé, tendo sido demolidos todas os vestígios correspondentes à referida rua de origem medieval.

O conhecimento que temos de que existiu e do sítio que ocupava no plano urbano é-nos fornecido pelas fontes histórico-documentais, que a referem nestes termos: “Rua que se chama da Olaria como vem da porta do sol até ao canto da Rua da Erva da mão esquerda”¹³⁷².

A referência à porta do Sol indica-nos que esta rua corria parcialmente paralela à fachada sul da Sé Catedral, desde a Porta do Sol, até ao canto da já referida Rua da Erva. Tratava-se, portanto, de uma pequena artéria que era

¹³⁷² A.D.B., 1º Livro do Tombo do Cabido, fl. 121.

formada, a norte, pela fachada sul da Sé Catedral e, a sul, pelo correntio de casas que, paralelo à parede da catedral, se ligava à Rua da Erva, no sentido E/O. Segundo a referência que é feita à Rua das Oussias, no *1º Livro do Tombo do Cabido*¹³⁷³, a Rua da Olaria estaria limitada a nascente por aquela rua.

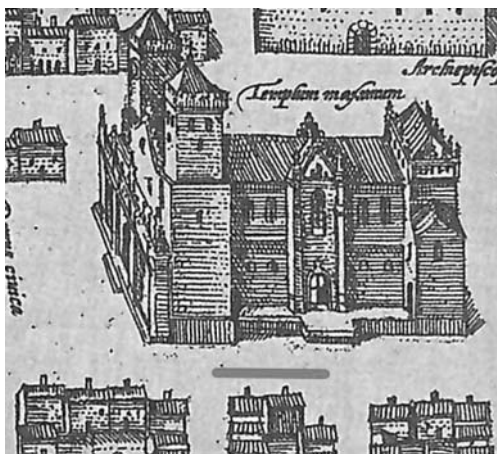


Figura 215 – Rua da Olaria (Mapa de Braunio)



Figura 216 – Porta do Sol

O topónimo da Olaria encontra-se certamente relacionado com a existência neste local de um mercado de olarias, que se realizava no pequeno largo aí existente, junto da fachada sul da Sé. As escavações arqueológicas realizadas na área da actual Rua da Nossa Senhora do Leite¹³⁷⁴, correspondente à Rua de Oussias, permitiram exumar uma grande quantidade de fragmentos de cerâmica, que possibilitaram a reconstituição de formas inteiras e admitir a existência, neste local, de um centro de produção ou venda de cerâmica nos séculos XIV/ XV¹³⁷⁵ (Figura 217, p. 441).

Nesta rua, as propriedades do Cabido que se encontram registadas no *1º Livro do Tombo do Cabido* são¹³⁷⁶: “as casas que traz emprazadas Gonçalo ...; a casa que traz emprazadas Catalina ...; a casa em que mora Domingos ...; a casa em que mora Joham Gonçalves ...; a casas em que mora”¹³⁷⁷. O reduzido número de propriedades referidas parece condizer com a pequena dimensão da rua.

¹³⁷³ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 121.

¹³⁷⁴ Anexo I – ZA

¹³⁷⁵ Gaspar 1985a.

¹³⁷⁶ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 121 e 122.

¹³⁷⁷ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 121.



Figura 217 – Formas cerâmicas medievais encontradas na ZA da N. S. do Leite¹³⁷⁸

A Rua da Olaria continuará a ser referida nos documentos do século XV, designadamente, no *Livro 2 das Propriedades do Cabido*, exactamente nos mesmos termos que encontramos no *1º Livro do Tombo do Cabido*, do século XIV¹³⁷⁹. De facto, continua a tratar-se de uma pequena travessa localizada entre a Rua da Erva e Rua Pequena, que seria apenas construída na sua parte sul, como documenta o *Livro 1 das Propriedades do Cabido*¹³⁸⁰.

O topónimo Olaria deixa de ser referido nas fontes já no século XVI, tendo sido o local da Rua integrado no “Rexio da Sé” como se verifica no *Índice dos Prazos do Cabido*¹³⁸¹.

No MRB a área correspondente à Rua da Olaria aparece representada em conjunto com a Rua de Oussias, enquanto que na planta topográfica de 1883/84 surge designada como Rossio de Traz da Sé (Figura 222, p. 445).

Segundo a documentação escrita, o *Mapa de Braga Primas* (Figura 218, p. 442) e a planta de 1883/84 (Figura 219, p. 442) podemos admitir que o parcelamento e fisionomia desta pequena rua poderá ter-se mantido sem grandes alterações desde a Idade Média até ao século XIX.

¹³⁷⁸ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹³⁷⁹ A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, no fólio 61v, do ano de 1481, onde se lê: “Rua da Olaria como vem da Porta da Sé que chamam Porta do Sol até ao canto da Rua da Erva da mão esquerda” (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁸⁰ A.D.B., *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, no fólio 83v, do ano de 1473, onde se lê: “as casas do cabido em que morou o tesoureiro velho, que são defronte da porta travessa da Sé, que se chama a Porta do Sol” (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁸¹ AAVV 1989-91, vol II.



Figura 218 – Rua da Olaria (Mapa de Braga Primas)

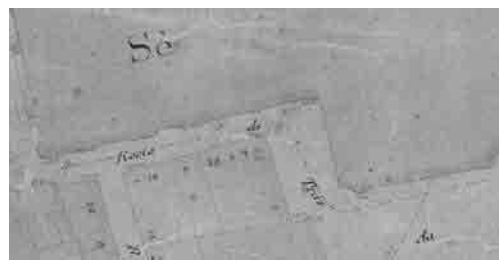


Figura 219 – Rua da Olaria (Planta de 1883/84)

Todavia, na década de quarenta do século XX, toda das casas com fachada para a antiga Rua da Olaria e para o Rossio da Sé foram destruídas com o objectivo de recuperar esta zona, que se encontrava socialmente degradada, criando-se o actual Rossio da Sé¹³⁸². Esta intervenção urbanística ditou o completo desaparecimento da Rua da Olaria.

3.3.8 Ruas das Oussias

A Rua das Oussias corresponde à actual Rua de Nossa Senhora do Leite, que contorna a cabeceira da Sé Catedral, localizada entre o Rossio da Sé e a Rua do Souto, correndo no sentido N/S.

A primeira referência escrita a esta artéria aparece no século XIV, nos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, em 1346¹³⁸³ e, posteriormente, no *1º Livro do Tombo do Cabido*.

O designativo medieval de Oussias, por vezes descrito como Ousias ou Oucias, parece constituir uma derivação da palavra Ousia, que significa capela-mor.

No século XIV esta rua encontra-se referida, no *1º Livro do Tombo do Cabido*, nos seguintes termos: *Rua das Oussias como vem do cano do canto ataa à porta do Sol da Sé*¹³⁸⁴. Segundo a mesma fonte as propriedades do Cabido encontravam-se “da mão esquerda em redor primeiramente: as casas que chamam do poço em que mora Pero Bermel, cónego...; as casas que traz emprazadas Francisco loiurecço cónego...; casa que foi cozinha ...; casas em que mora Vasco das Oussias ...; casas em que mora Vareiga, ...; casas em que mora Elvira...; as casa em que mora Lourenço Eanes...; as casas dos clérigos...; a casa que ora esta em pardieiro ...; as casas em que mora Gonçalves Esteves...; as casas em que mora Gil Vasques

¹³⁸² AAVV 1989-91, vol. II.

¹³⁸³ *Pergaminhos da Confraria de São João ...*, nº 55 (Marques 1982c).

¹³⁸⁴ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 121 e 121v.

..; as casas do canto do arco da pedra em que morou Martim....; casas da porta do sol que são três moradas....”

Esta rua conheceu, certamente, uma história atribulada, pois situa-se muito próxima do monumento mais emblemático da cidade medieval, a Sé Catedral, que foi sendo sucessivamente acrescentado para nascente, interferindo, deste modo, com a fisionomia da rua que, lhe deveria garantir o necessário isolamento.

O espaço geográfico ocupado por esta via oscilou, necessariamente, ao longo dos séculos. Tendo em conta o primitivo perímetro da muralha medieval, que reutilizava o traçado romano, esta rua encontrava-se limitada, a norte, pela referida linha de defesa. Num primeiro momento, ela estaria compreendida, a norte e nordeste, pela muralha, a poente, pela Sé e, a sul, pela Rua das Travessas, ao que tudo indica já existente no século XII. Contudo, com o alargamento da muralha para norte e nordeste, este espaço começará a adquirir contornos mais urbanos, com as edificações que surgem no seu lado direito, limitado a norte pela Rua do Souto e, a sul, pelas construções que pertencem à Rua dos Cegos.

No século XIV a rua adquiriu uma nova fisionomia na sua fachada poente, com a construção da capela de Nossa Senhora da Glória e da sua torre, mandadas edificar pelo Arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348).

A Rua das Oussias era uma rua com um traçado tortuoso, que se iniciava no “cano do canto” com a Rua do Souto e contornava a fachada lateral da Sé, que era pouco rectilínea, até à porta do Sol ou Rua da Olaria. O ponto de encontro da Rua das Oussias com a Rua do Souto realizava-se junto ao “cano” de água, que abastecia a principal fonte da cidade, a fonte de S. Geraldo, localizada junto à Igreja da Misericórdia¹³⁸⁵.

Deveria corresponder a uma rua estreita, irregular e pouco organizada, que ofuscaria a fachada sul da Sé, circunstância que terá levado o arcebispo D. Diogo de Sousa a proceder a uma profunda alteração urbanística nesta área da cidade.

¹³⁸⁵ Freitas 1890.



Figura 220 – Rua das Oussias (Mapa de Braunio)

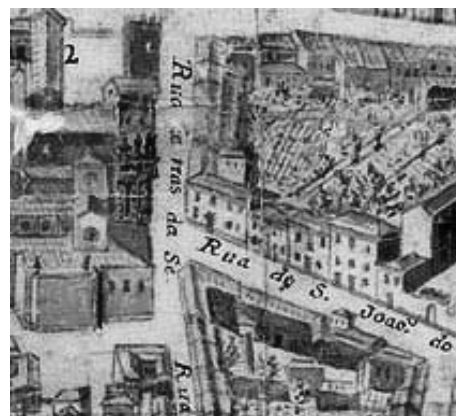


Figura 221 – Rua das Oussias (Mapa de Braga Primas)

Nos inícios do século XVI o referido arcebispo intervém na capela-mor da Sé, aumentando o espaço por ela ocupado na Rua das Oussias. Simultaneamente, mandou abrir a Rua de S. João que passou a ligar a cabeceira da Sé com a Porta de S. João e organizar o espaço a nascente da Catedral¹³⁸⁶, facto que conferiu uma nova vida a esta artéria, que passou a conhecer edifícios nobres, bem representados no MRB (Figura 222, p. 445).

A Rua de S. João do Souto foi projectada como uma ampla via, que desembocava na Rua das Oussias, criando-se aí uma espécie de largo que afastava as construções da Capela Mor, permitindo a sua melhor visibilidade, tal como é possível observar no *Mapa de Braunio* e no *Mapa de Braga Primas*.

A importância adquirida pela da Rua de Oussias terá originado a sua expansão geográfica, integrando no século XVIII todo o Rossio da Sé e a Rua da Olaria, que deixa de ser referida na fontes¹³⁸⁷.

Desde então, as primeiras alterações significativas a esta rua de que temos conhecimento referem-se ao século XVIII, quando são realizadas obras na sacristia da Sé e, por isso, demolidas algumas das casas que se situavam neste local¹³⁸⁸.

¹³⁸⁶ Tal como já referido. A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 329v, onde se lê: *fez a Rua de Sam Marcos, a qual he da capella major ataa a dita porta de Sam marcos e comprou muitas casas acerqua da See pera fazer a dita Rua e quintais atrás dellas porque tudo era cerrado de casas e quintais e nom avia hy rua nenhuã*, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

¹³⁸⁷ Como atesta o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (AAVV 1989-91, vol II).

¹³⁸⁸ A título de exemplo refira-se a destruição da casa nº 9, que foi demolida depois de 1750 para obras na sacristia da Sé, por conta da fábrica da Sé, tal como aparece indicado no *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (AAVV 1989-91, vol. II).



Figura 222 – Rua de Oussias (MRB)



Figura 223 – Rua de Oussias (Planta de 1883/84)



Figura 224 – Rua de Oussias (presentemente)

O traçado sinuoso e medieval desta via apenas se preservou na parte norte da mesma, sobrevivendo igualmente alguns dos edifícios criados no século XVI, construídos aquando da abertura da Rua de S. João do Souto (Figura 224,p. 445).

A Rua de Nossa Senhora do Leite é assim designada pela existência de uma imagem evocativa desta Virgem que se encontra na parede das traseiras da Sé Catedral, a qual foi oferecida por D. Diogo de Sousa.

3.3.9 Rua Pequena

A Rua Pequena corresponde à actual Rua do Farto, que se localiza entre o Rossio da Sé e a Rua D. Afonso Henriques.

Esta rua aparece descrita no *1º Livro do Tombo do Cabido* como a “Rua Pequena que se começa onde vendem os arcos até à porta das casas em que morou Gomes Pais”¹³⁸⁹.

Tratava-se, por conseguinte, de uma rua de extensão reduzida, localizada entre o largo existente junto da fachada sul da Sé, local de comércio, como já foi referido a propósito da contígua Rua da Olaria. Assim, a Rua Pequena corria no sentido N/S, terminando na Rua das Travessas.



Figura 225 – Rua Pequena
(Mapa de Braunio)



Figura 226 – Rua Pequena
(Mapa de Braga Primas)



Figura 227 – Rua Pequena
(Mapa do séc. XIX)

¹³⁸⁹ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 129.

As propriedades do Cabido que existiam na Rua Pequena, no século XIV, encontram-se referidas no *1º Livro do Tombo do Cabido*. De entre elas, destacam-se, na fachada nascente as seguintes: “as casas grandes que traz emprazadas ...; as casas que logo eram junto com estas ... e uns pardieiros...; e na fachada poente uma casa pequena sobradada em que mora...; umas casas grandes que têm os arcos de pedra...; a casa que chamam de Caal”¹³⁹⁰

O MRB oferece-nos uma imagem bastante elucidativa desta pequena rua, que deveria possuir ainda uma fisionomia medieval. De facto, nela encontram-se representadas grandes casas, para o conceito da época (Figura 228, p. 447), uma inclusivamente com um arco de pedra no lado poente, a qual poderá corresponder a uma das casas descritas no *1º Livro do Tombo do Cabido*.

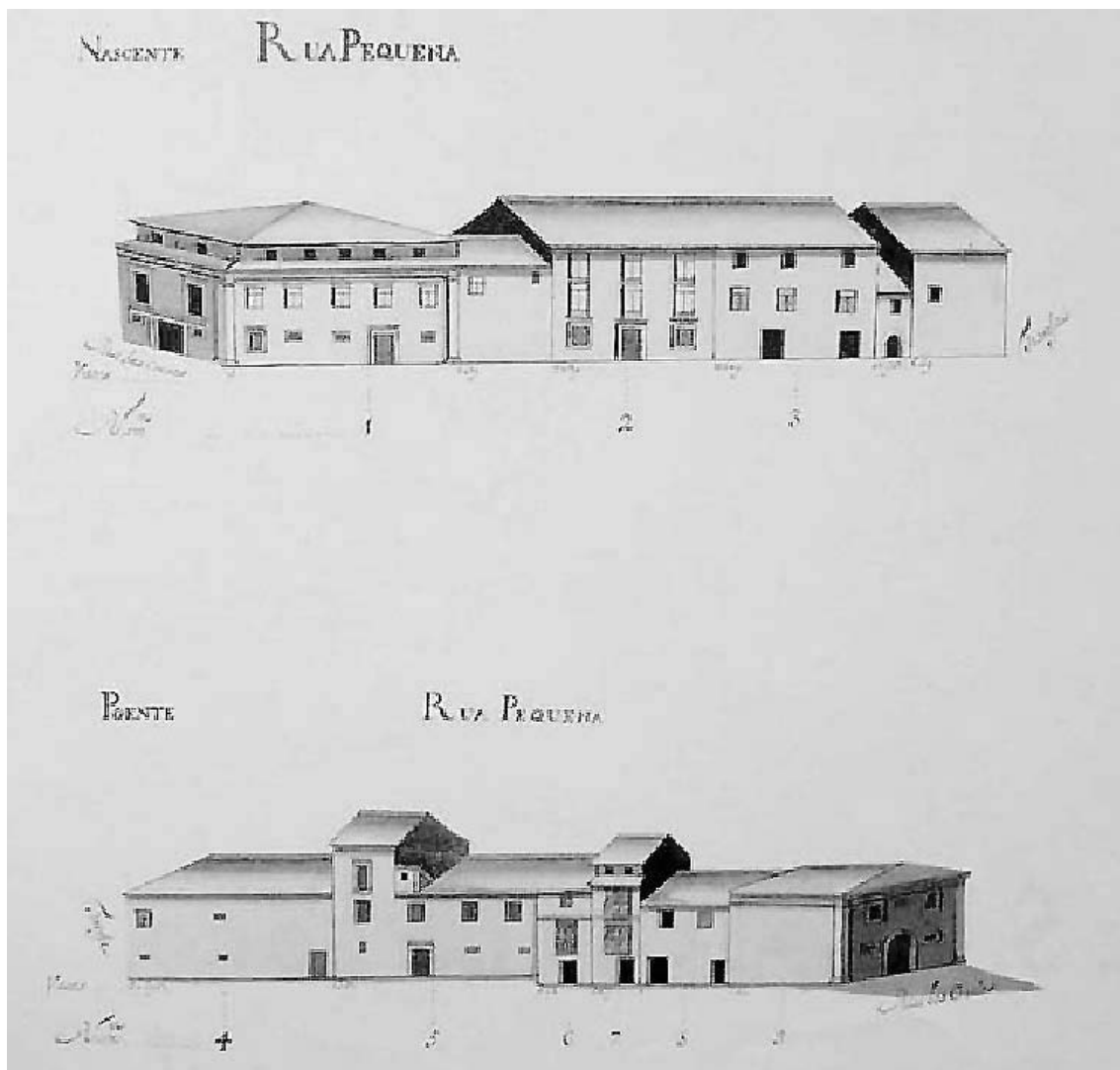


Figura 228 – Rua Pequena (MRB)

¹³⁹⁰ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 129v.

Esta rua terá sido importante na Idade Média pela sua localização privilegiada, que persistirá durante os séculos XVI e XVIII. Nela terão vivido alguns ilustres que deixaram o seu nome associado à Rua Pequena, como foi o caso do humanista Diogo de Teive, no século XVI, passando a rua a ser conhecida por Rua de Teive, mas, também, o político e economista Mateus Fernando Farto, no século XVII, que determinou o actual nome da rua¹³⁹¹, muito embora esta apareça, no século XVIII, no MRB, ainda referida, como Rua Pequena (Figura 228, p. 447).



Figura 229 – Rua Pequena (Planta de 1883/84)



Figura 230 – Rua Pequena, no presente

A fisionomia e o parcelamento da Rua Pequena mantêm-se praticamente inalterados até ao século XIX, como se pode documentar pela planta topográfica de 1883/84, onde já aparece designada por Rua do Farto (Figura 229, p. 448).

Através das diferentes informações recolhidas sobre este eixo viário é possível admitir que a sua fisionomia e parcelamento medievais fossem semelhantes às que se encontram registadas no MRB.

Actualmente esta rua encontra-se bastante alterada, em virtude da destruição de parte do edificado que lhe corresponderia, no lado sul, aquando da abertura da Rua Afonso Henriques, assim como do existente no lado poente, com a

¹³⁹¹ AAVV 1989-91, vol. II.

regularização das fachadas. Muito embora, na parte que não foi modificada possamos considerar que o seu traçado não tenha sofrido grandes alterações, o mesmo já não se verifica com o edificado. Dos poucos edifícios sobreviventes que apresentam ainda algumas características modernas, destaca-se o correspondente ao nº 1 do alçado nascente do MRB (Figura 231, p. 449).



Figura 231 – Edifício da Rua Pequena

3.3.10 Rua dos Cegos

A Rua dos Cegos corresponde à actual Rua do Forno, localizada entre a Rua de Nossa Senhora do Leite e a Rua Afonso Henriques.

A primeira referência a esta rua data do século XII, tal como já foi referido. Porém, os documentos só a situam de forma precisa no século XIV. De facto, a primeira menção que identifica a localização da Rua dos Cegos encontra-se no 1º *Livro do Tombo do Cabido*, que a descreve como a “*Rua que chamam dos Cegos como vai de donde vendem os Santos ataa Cruz Dante o forno da Infanta*”¹³⁹².

O Forno da Infanta constitui, desde o século XII, uma referência topográfica para a localização de muitos espaços da cidade medieval. De facto, este forno

¹³⁹² A.D.B., 1º *Livro do Tombo do Cabido*, fl. 129v.

deviria ser muito importante para a economia da cidade, situando-se num local privilegiado da mesma, numa área onde se cruzavam várias artérias, designadamente a Rua das Travessas, a Rua dos Cegos, a Rua Paio Manta e a Rua de Palhas.

O local onde se situaria este forno encontra-se identificado no MRB, como sendo o correspondente à casa nº 12 da Rua dos Cegos. De facto, esta casa herda o nome de “Forno da Infanta”, porque nela terá funcionado até 1481, o antigo forno¹³⁹³ (Figura 235, p. 451).

A Rua dos Cegos era na Idade Média uma importante artéria que ligava a Rua de Oussias, cujo traçado acompanhava o lado nascente e meridional da Sé Catedral, à Rua de Palhas, que, por sua vez, se ligava à Igreja de Santiago da Cividade. Era, por conseguinte, uma artéria que corria no sentido N/S e que terminava na Rua das Travessas.

Igualmente importante era o local onde, segundo o referido Tombo, se vendiam os Santos, ou seja, o espaço contíguo ao lado sul da Catedral. Tal como já referido, aí se localizariam um mercado de olarias (Rua da Olaria), de arcos (Rua Pequena), mas, também, de venda de panelas, ou Praça das Panelas, tal como é referida no *Livro 2 dos Prazos as Propriedades do Cabido*¹³⁹⁴.

As propriedades do Cabido existentes nesta artéria, no século XIV, repartiam-se pelas duas fachadas da rua. Assim, a título de exemplo, na fachada poente existiriam: “uma casa em que mora Afonso ...; uma casa que traz emprazada ...; as casas que são de duas moradas...; a casa do canto da Cruz.... Já na fachada aparecem referidas, entre outras: as casas que foram duas moradas ...; as casas que foram de Bernardo...; as casas que ora são em pardieiro ...; as casas grandes em que mora”¹³⁹⁵.

No século XVIII, segundo o MRB, a Rua dos Cegos terá incluído no seu traçado a parte norte da Rua de Palhas, com a qual, segundo a representação iconográfica, sempre esteve bastante alinhada. Porém, nos finais do século XIX a parte norte daquela última rua foi encerrada, confinando-se a Rua dos Cegos ao seu traçado original.

¹³⁹³ AAVV 1989-91, vol. II.

¹³⁹⁴ A.D.B. *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 40v, de 1479, onde se lê: “umas casas do cabido que partem de uma parte com casas de Diogo Fernandes, contra a rua dos Cegos e da outra contra a Praça das Panelas” (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹³⁹⁵ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 129v. e 130.

A representação iconográfica da Rua dos Cegos no MRB (Figura 235, p. 451), bastante semelhante àquela que surge na planta topográfica de 1883/84 (Figura 234, p. 451), permite considerar que a sua fisionomia, bem como o parcelamento nela registado seriam muito idênticos aos existentes na Idade Média.



Figura 232 – Rua dos Cegos / Forno (Mapa de Braunio)



Figura 233 – Rua dos Cegos / Forno (Mapa de Braga Primas)



Figura 234 – Rua dos Cegos ou do Forno (Planta de 1883/84)

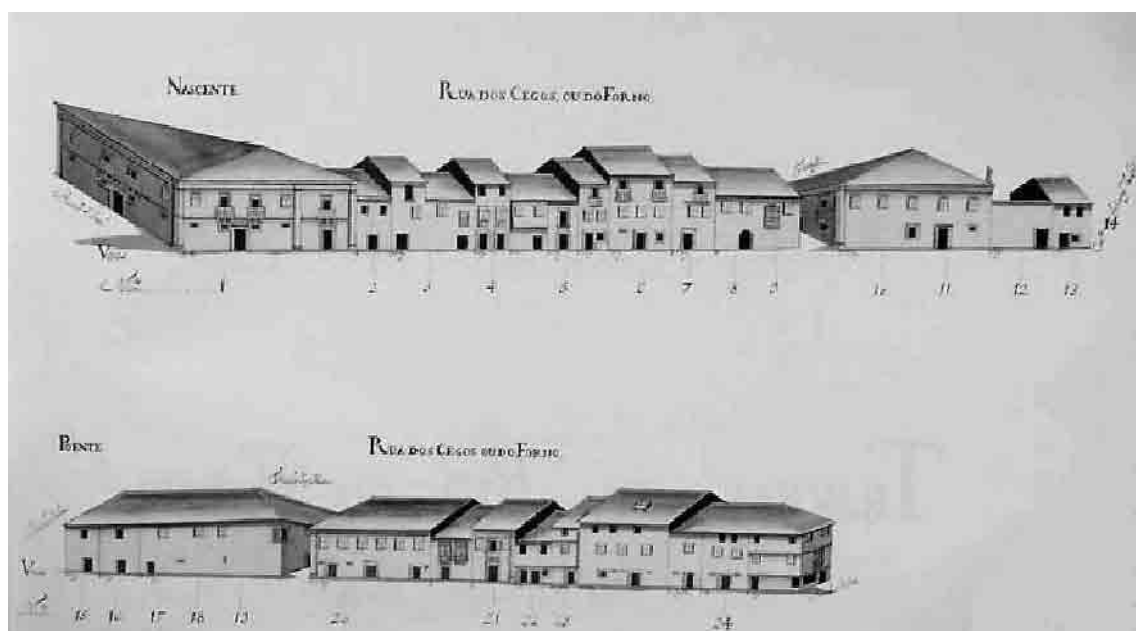


Figura 235 – Rua dos Cegos ou do Forno (MRB)

Todavia, esta artéria foi consecutivamente alterada desde os finais do século XIX e ao longo do século XX, restando actualmente muito pouco da sua fisionomia original. As obras realizadas no actual Rossio da Sé destruíram muitas das construções no lado poente da parte norte da Rua dos Cegos. Por sua vez, a abertura da Rua Afonso Henriques implicou a destruição dos edifícios de ambos os lados da sua parte sul. Igualmente, no século XX, as obras de reabilitação dos edifícios do lado poente da referida rua irão alterá-la por completo.



Figura 236 – Rua dos Cegos ou Forno, no presente

Actualmente, os edifícios mais antigos da Rua do Forno, antiga Rua dos Cegos, encontram-se na sua parte norte, do lado nascente. Alguns deles podem ser observados na Figura 236 (p. 452).

3.3.11 Rua de Palhas

A Rua de Palhas não possui correspondência com nenhuma rua actual, muito embora parte do seu traçado ainda se encontre fossilizado em pequenas parcelas por construir.

Esta rua pode situar-se no plano urbano medieval através da referência que a ela é feita no *1º Livro do Tombo do Cabido*, no século XIV, onde se pode ler: *a Rua de Palhaas Como vay des a Egreia de Sam Tiago ataa a cruz Dante o forno da Infanta primeyramente pera a dita cruz da mão dereyta*¹³⁹⁶.

A Rua de Palhas ligava a Igreja de Santiago, à Rua do Forno, através de um percurso pouco regular, formando um cotovelo, sensivelmente a meio do seu traçado. Actualmente, o percurso que ia desde a igreja, até ao referido cotovelo, correndo no sentido O/E, encontra-se integrado no Seminário de Santiago, junto à Igreja de S. Paulo, muito embora como espaço por edificar. Este pequeno troço da rua possui uma regularidade e traçado muito aproximados a um decumano romano. Porém, o troço norte da Rua de Palhas corria no sentido N/S e desembocava, junto do Forno da Infanta, na Rua dos Cegos.



Figura 237 – Rua de Palhas (Mapa de Braunio)



Figura 238 – Rua de Palhas (Mapa de Braga Primas)



Figura 239 – Rua de Palhas (Mapa do séc. XIX)

As propriedades que o Cabido possuía nesta rua, no século XIV, repartiam-se pelas duas fachadas. Assim, entre outras existiam, no lado direito da rua: “a casa que traz emprazada Pero...; o forno da Infanta com mais casas de campo ...; e no lado esquerdo umas casas grandes ...; as casas altas sobradadas que estavam ante o forno da Infanta que são duas moradas”¹³⁹⁷.

¹³⁹⁶ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 129v.

¹³⁹⁷ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 129v e 130.

No século XVIII, a parte norte da Rua de Palhas, será integrada na Rua dos Cegos ou do Forno. De facto, parece evidente a continuidade que desde sempre se estabeleceu entre a Rua dos Cegos e a parte norte da Rua de Palhas. Por outro lado, a parte sul daquela última artéria, que corre no sentido E/O, terá sido desde sempre pouco urbanizada, passando a possuir na fachada sul a Igreja de S. Paulo e edifícios religiosos anexas, a partir do século XVI.

A Rua de Palhas deveria ser uma rua pouco urbanizada no seu percurso interior, conhecendo a maior concentração de parcelas edificadas na parte norte, junto ao forno da Infanta e na parte sul, do lado esquerdo, na junção com a Rua da Erva ou da Judiaria. A partir do século XVI a sua parte sul, do lado nascente, será marcada pela construção da Igreja de S. Paulo.

A fisionomia e o parcelamento da parte norte da via, representados no MRB (Figura 235, p. 451) e na planta topográfica de 1884/84 deveriam ser muito idênticos aos registados na Idade Média.

Ainda que possamos admitir a total urbanização da parte sul da rua, no século XVI, tendo por base o *Mapa de Braunio*, ela terá sido progressivamente desocupada, talvez devido à construção de edifícios religiosos, na parte poente, que terão exigido espaços livres na sua envolvente.



Figura 240 – Ruas de Palhas (Planta de 1883/84)

No século XIX esta rua aparece designada, precisamente, como Rua do Colégio, na planta topográfica de 1883/84, a qual nos permite considerar que a fisionomia medieval da Rua de Palhas se manteve até àquele século (Anexo IV).

Por deliberação camarária, em 20-06-1896, a parte norte da Rua de Palhas terá conhecido o designativo de Rua do Vego, sendo a mesma fechada ao público¹³⁹⁸. Actualmente esta rua integra-se no complexo edificado do Seminário de Santiago, permanecendo apenas visível num pequeno troço paralelo à fachada norte da Igreja de S. Paulo, como já referimos anteriormente quando abordámos o quarteirão D2.

3.3.12 Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata

A Rua Paio Manta foi completamente destruída pela abertura da Rua Afonso Henriques no século XX. Na Idade Média este eixo viário ligava a Rua das Travessas à Cruz da Carrapata e daí à Igreja de S. João do Souto.

A primeira referência escrita a este eixo viário encontra-se no *1º Livro do Tombo do Cabido*, onde aparece descrita como “Rua de Paio Manta como vai desde a cruz ante o forno da Infanta para a albergaria de Rocamador primeiramente da mão direita como vão para a dita albergaria”¹³⁹⁹.

Segundo a descrição realizada nesta fonte, a Rua Paio Manta iniciava o seu percurso no fim a Rua das Travessas, no local onde convergiam a Rua dos Cegos e a de Palhas e terminava na Albergaria do Rocamador. Conforme a ilustração desta rua no *Mapa de Braunio* e no MRB tratava-se de uma artéria que corria primeiramente no sentido E/O, virando para norte, correndo no sentido N/S, no parte final do seu percurso, rematando no final da Rua Janes.

Alguns investigadores chamam Rua da Carrapata à parte final da Rua Paio Manta, muito embora nas fontes escritas, o topónimo Carrapata apareça sempre associado ao de Cruz e nunca ao de rua. A primeira referência escrita a este último topónimo regista-se no *Livro 1 das Propriedades do Cabido*, no ano de 1469, onde se lê: “casas que estão ao fundo da Cruz da Carrapata”¹⁴⁰⁰.

¹³⁹⁸ AAVV 1989-91, vol. II.

¹³⁹⁹ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 131v.

¹⁴⁰⁰ A.D.B., *Livro 1 das Propriedades do Cabido*, fl. 30v, de 1469 (transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).



Figura 241 – Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata (*Mapa de Braunio*)



Figura 242 – Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata (*Mapa de Braga Primas*)

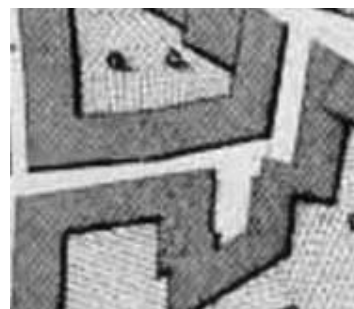


Figura 243 – Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata (*Mapa do séc. XIX*)

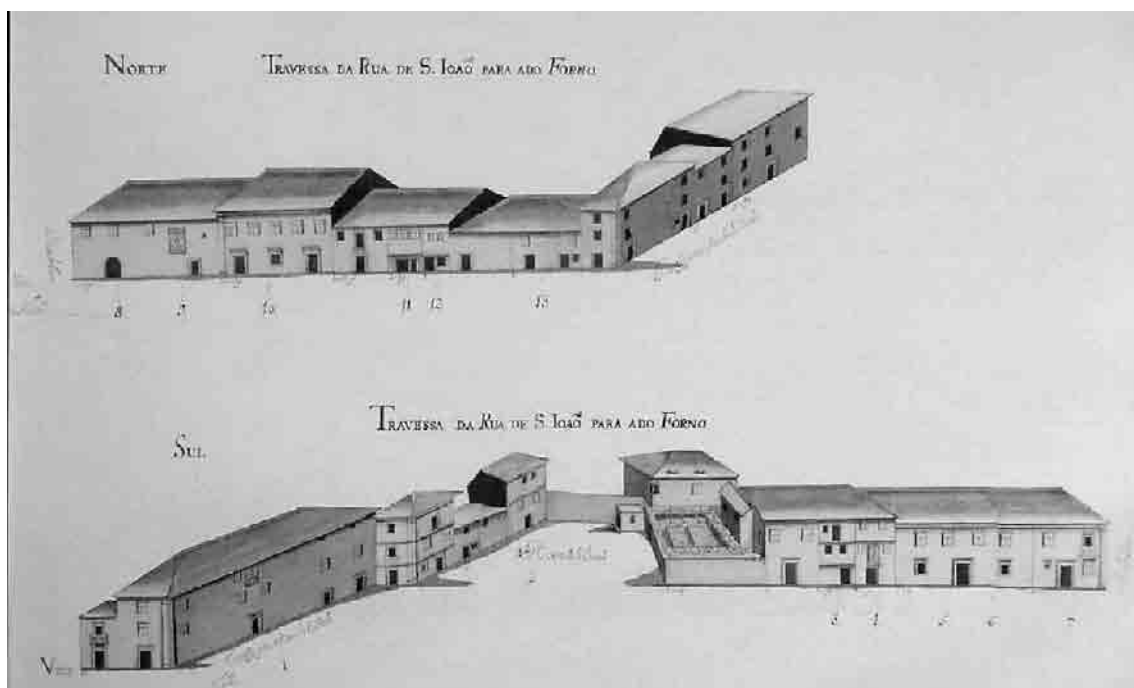


Figura 244 – Rua Paio Manta e Rua da Carrapata

A Rua da Carrapata parece fazer algum sentido, uma vez que existe uma clara divisão morfológica entre os dois tramos da Rua Paio Manta, que formam um ângulo recto, como se encontra representado no *Mapa de Braunio* e no MRB (Figura 244, p. 456).

No século XIV, segundo o *1º Livro do Tombo do Cabido*, existiam na Rua Paio Manta, várias propriedades do Cabido, entre as quais, se podem referir, no lado direito: “as casas que foram de Pedro Trigo ...; as duas casas terreiras em que mora Gonçalo Martins ...; as casas e pardieiros e exidos em que mora Martim Ferreira ...; a casa em que mora Domingos Afonso pedreiro ...; as casas grandes com sua torre

e pomares e poço em que morou Martim Domingues Mestre-Escola...”¹⁴⁰¹. Ainda segundo a mesma fonte existiam no lado esquerdo “na dita rua de Paio Manta como vão da mão siestra para a dita albergaria”, as seguintes propriedades do Cabido: “a casa em que jaziam os presos e a outra de a par dela ...; as casas em que mora Marinha Afonso e outras da par dela traz emprazadas ...; as casas da esmola em que mora Domingos Esteves ...; as casas em que mora Fernão Afonso ...; as casas em que morou o abade de ...; as casas em que mora “Pouca Gente” ferreiro; as outras casas junto com elas em que mora Pedro das Chaves ...; as outras casas junto com as de cima em que morou Geralda ...; as outras casas em que mora a mulher de Domingos Eanes ...; meias das ditas casas”.

A Rua Paio Manta deveria constituir um local privilegiado das propriedades do Cabido, a julgar pelo número de casas que o mesmo nela possuía no século XIV. No século XVIII e à semelhança do que ocorre no século XIV, o número de habitações naquela rua manteve-se elevado.



Figura 245 – Rua Paio Manta (planta topográfica 1883/84)

¹⁴⁰¹ A.D.B., 2º Livro do Tombo do Cabido, fls. 69 e 70 (transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

Assim, a fisionomia e o parcelamento da Rua Paio Manta na Idade Média devem ter sido semelhantes aos do período seguinte, até ao século XIX, conforme se pode observar, respectivamente, no *Mapa de Braunio*, no MRB e na planta topográfica de 1883/84. Esta artéria terá sido desde cedo muito urbanizada, possuindo mesmo alguns grandes edifícios, mas onde deveria predominar a parcela estreita, construída ao longo da rua, com os seus logradouros alongados nas traseiras.

No século XVI, a Rua Paio Manta recebeu o designativo de Rua do Coelho, nome que manteve até 19/12/1892, data em que passou a designar-se por Rua d'El-Rei. Em 24-02-1944 recebeu o nome de Rua D. Afonso Henriques, depois de ter sido alargada e rectilinearizada¹⁴⁰².

3.3.13 Rua de Janes

A Rua de Janoas, de origem medieval, mantém correspondência toponímica e morfológica na actual Rua de Janes, localizando-se entre o Largo de S. João do Souto e a Rua do Souto, junto ao Largo Barão de S. Martinho.

Esta rua terá tido origem num caminho suburbano, pertencente à paróquia de S. João do Souto, que foi integrado no núcleo urbano, quando ocorreu o alargamento do perímetro da muralha medieval, nos séculos XIII e XIV.

As primeiras referências a esta rua datam de 1265 e encontram-se em dois documentos. O primeiro refere-a indirectamente, nele se podendo ler “... sita na esquina junto à Porta do Souto ...”¹⁴⁰³. O outro já a refere explicitamente “... perto da Rua de Janes ou portas do muro do Souto ...”¹⁴⁰⁴.

A origem toponímica da designação da rua pode ser justificada pela afinidade da palavra Janes com a latina palavra “Jania”, que significava porta¹⁴⁰⁵, ou pelo facto do fundador da Igreja de S. João do Souto, em torno da qual se formou a paróquia, se chamar João Anes¹⁴⁰⁶.

No século XIV esta rua aparece referida como *Rua de Janoas como se começa no quanto da albergaria de Rocamador e vay ataa Rua do Souto*¹⁴⁰⁷. Segundo a mesma fonte, o Cabido possuiria nela várias propriedades distribuídas

¹⁴⁰² Oliveira 1993.

¹⁴⁰³ *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. n.º 8, de 1265 (Marques 1982c).

¹⁴⁰⁴ *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 28, de 1313 (Marques 1982c).

¹⁴⁰⁵ Marques 1983.

¹⁴⁰⁶ AAVV 1989-91, vol. II.

¹⁴⁰⁷ A.D.B., 1.º Livro do Tombo do Cabido, fl. 132.

por ambas as fachadas. Assim, a título de exemplo, do lado esquerdo, podemos referir: “as casas de Janoas que estão atrás os eixidos de Vasco Perez ...; as casas de Janoas que estão atrás de Afonso...; as casas de Janoas em que mora Pero...; as casas de Janoas que traz Gonçalves ...”. Do lado direito: “as casas de Janoas que tem uma casa pequena...; as casas em que moram pouca gente...; as casas contra o muro em que mora Giraldo...; as outras casas contra o muro ...”, entre outras¹⁴⁰⁸.



Figura 246 – Rua de Janes (Mapa de Braunio)

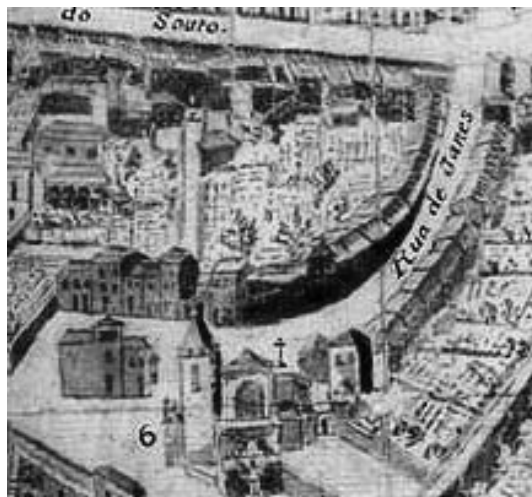


Figura 247 – Rua de Janes (Mapa de Braga Primas)

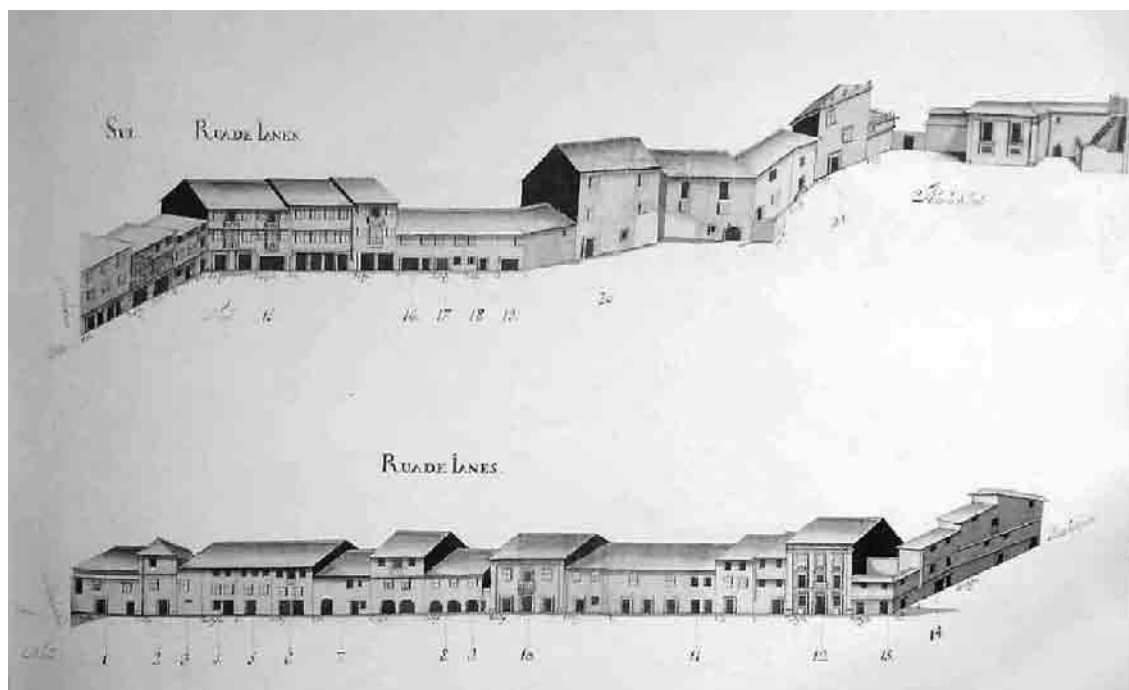


Figura 248 – Rua de Janes (MRB)

¹⁴⁰⁸ A.D.B., 1º Livro do Tombo do Cabido, fl. 132.

A Rua de Janes era um grande artéria que atravessava grande parte do núcleo urbano sudeste, correndo no sentido SO/NE, permitindo a ligação entre as duas portas da muralha, a de S. João e a do Souto.

Tratava-se de uma rua, à semelhança da actual, tortuosa e bastante recortada, que se encontra bem representado, no *Mapa de Braunio*, no MRB e na planta topográfica de 1883/84.

Segundo a representação da Rua de Janes no MRB, onde se observam ainda muitas construções com características medievais, com parcelas muito estreitas e com casas sobradadas e terreiras, sem grandes acabamentos exteriores, esta rua possuía, no século XVIII, uma fisionomia e um parcelamento muito idênticos aos medievais. As persistências podem ainda alargar-se ao tipo de edificado (Figura 248, p. 459).



Figura 249 – Rua de Janes (Planta de 1883/84)



Figura 250 – Rua de Janes, no presente

Actualmente esta artéria mantém ainda o traçado original, sinuoso e estreito, com cerca de 3 metros de largura, variando ao longo da rua, muito embora tenha sofrido algumas alterações nas suas extremidades. As primeiras relacionam-se com o derrube da muralha e da porta do Souto, na parte nascente, ocorrido nos finais do século XIX e nos inícios do século XX. Actualmente, esta zona mantém as construções alinhadas pelo lado sul da Rua do Souto.

A outra grande transformação decorre da abertura da Rua Francisco Sanches, em 1954¹⁴⁰⁹, que segue o enfiamento da actual Rua Justino da Cruz, que rasga a parte nascente da cidade medieval, no sentido N/S, facto que provocou a destruição do edificado da zona terminal sul da Rua de Janes.

3.3.14 Loura e Terreiro do Castelo

A Loura corresponde actualmente à Rua do Castelo, muito embora, nesta zona exista ainda o Largo do Terreiro do Castelo, criado em torno da torre de menagem, posteriormente à destruição do Castelo, que nada tem a ver com o original.

A Loura terá sido inicialmente um campo, provavelmente de loureiros, a julgar pelo topónimo e pela sua representação no *Mapa de Braunio*. Este topónimo terá servido para designar as casas que se encontravam em frente do Castelo, na parte intramuros.

A primeira referência à Loura encontra-se no *Livro 2 dos Prazos do Cabido* e refere-se precisamente ao “campo da Loura”, datado de 1480¹⁴¹⁰. Também nos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, no ano de 1485, encontramos a anotação de um prazo na Loura¹⁴¹¹.

Tendo em conta o primeiro perímetro da muralha, a zona da Loura estaria fora de muros, só com o alargamento da muralha para nordeste, nos séculos XIII/XIV e com a construção do Castelo, esta zona ficará dentro de muros e começará a ser habitada. A construção do Castelo terá dado origem a um pequeno largo que tomou o nome de Terreiro do Castelo, no século XVIII, como se representa no MRB (Figura 254, p. 462).

Segundo a representação deste Terreiro no *Mapa de Braunio*, podemos concluir que se trata de uma área muito bem organizada e regular, que conforma um grande largo, definido apenas por uma linha de construções, em frente do Castelo. A sua regularidade deve ter resultado, provavelmente, das reformas urbanísticas realizadas por D. Diogo de Sousa, no século XVI, pois a ruralidade desta zona, durante a Idade Média, terá originado um largo menos regular (Figura 251, p. 462).

¹⁴⁰⁹ Oliveira 1993.

¹⁴¹⁰ A.D.B., *Livro 2 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fólio 49 (transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹⁴¹¹ *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 69, de 1485 (Marques 1982c).

Só no século XVII deverá ter sido aberta a artéria da Loura, uma vez que esta não figurava, ainda, no *Mapa de Braunio* do século XVI. Ela passará a ligar o Terreiro do Castelo ao largo do Eirado, circunstância que terá determinado a destruição da muralha nesta zona. Esta artéria encontra-se já toda constituída no século XVIII, como se pode constatar no MRB.



Figura 251 – Loura e Terreiro do Castelo (*Mapa de Braunio*)



Figura 252 – Loura e Terreiro do Castelo (*Mapa de Braga Primas*)



Figura 253 – Loura e Terreiro do Castelo (*Mapa do século XIX*)

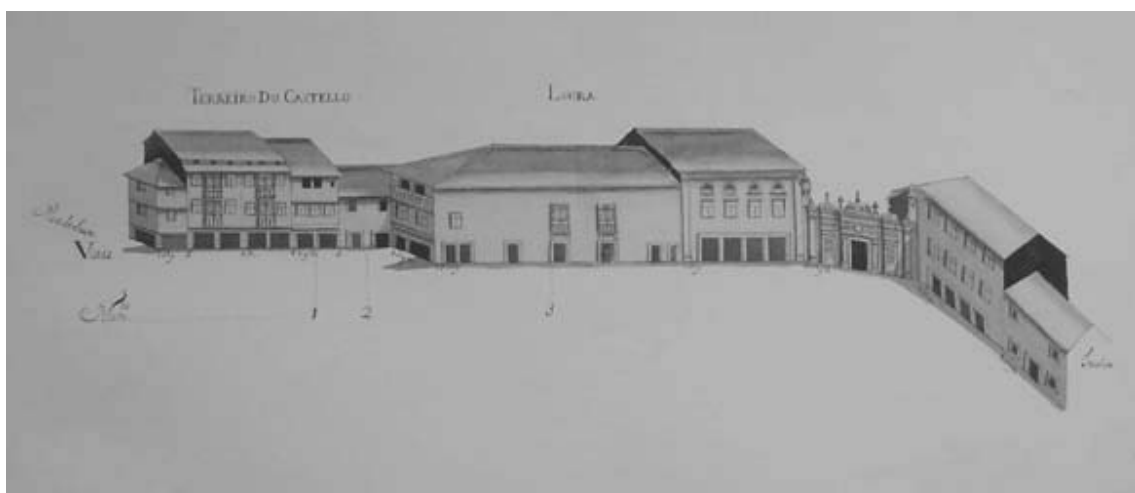


Figura 254 – Loura e Terreiro do Castelo

No século XVIII esta zona encontra-se já bastante alterada, certamente em virtude da perda da função defensiva do Castelo, que irá permitir a construção de edifícios mais próximos da fortificação. Todavia, é ainda possível identificar uma linha de casas, na parte contígua à Rua do Souto, que terá mantido o seu traçado original, muito embora a rua se apresente, na generalidade, pequena e tortuosa, mas com construções de algum requinte (Figura 254, p. 462).

No século XX, com a destruição do Castelo, toda esta zona irá ser reorganizada e a fachada da rua regularizada, o que provocou a destruição da parte mais antiga deste largo.

3.3.15 Rua do Souto

A Rua do Souto continua a ser designada como tal e situa-se entre a Rua D. Diogo de Sousa e o Largo Barão de S. Martinho.

A primeira referência escrita à Rua do Souto aparece no século XIII, no ano de 1210¹⁴¹², multiplicando-se desde então as citações que lhe são feitas¹⁴¹³.

A origem deste topónimo encontra-se, como já se disse, muito provavelmente, numa área arborizada que existia nesta zona¹⁴¹⁴, que, segundo a documentação escrita, terá sido substituída, no século XVI, pelo Rossio de Santa Ana, mandado abrir por D. Diogo de Sousa¹⁴¹⁵, correspondente actualmente à Avenida Central.

A origem da Rua do Souto é rural, integrando, até ao século XII, a paróquia suburbana de S. João do Souto. A julgar pela fisionomia do primitivo núcleo amuralhado da Idade Média, que reutiliza o traçado da muralha romana, esta artéria deveria contornar a fortificação pelo lado exterior. Com o alargamento do perímetro defensivo nos séculos XIII/XIV, a mesma passará a unir a porta do Souto, a nascente, com a Sé Catedral, correndo no sentido E/O. Através dos documentos escritos que referem a Rua do Souto e a Rua Nova, esta última poderia constituir o prolongamento para poente da via que partia da Porta do Souto e atravessaria toda a parte norte da cidade, muito embora inscrita num ambiente de grande ruralidade, como analisaremos no ponto 3.3.16.

Provavelmente pouco urbanizada nos primeiros séculos da Idade Média, este eixo viário terá conhecido, a partir do século XIII e ao longo do século XIV, um forte impulso construtivo, pois a sua localização transformou-a num eixo privilegiado que ligava a porta nascente da cidade, bem como o Castelo e a torre de menagem, já existentes em 1315¹⁴¹⁶, ao Paço Arquiepiscopal (do século XIV) e à Sé Catedral.

A primeira referência escrita que a localiza no plano medieval data do século XIV e encontra-se no *1º Livro do Tombo do Cabido*, que refere igualmente a grande

¹⁴¹² Pergaminhos da Confraria de São João ..., nº2 (Marques 1982c).

¹⁴¹³ Pergaminhos da Confraria de São João ..., nº 28, 43, 47, 54, 58, 66 (Marques 1982c).

¹⁴¹⁴ Cunha 1634-35.

¹⁴¹⁵ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 331, onde se lê: "Primeiramente mandou fazer o Resjo de sanctana o qual era todo cheo de vinhas e arvores, nem hy mais espaço nem campo sahindo da Porta do Souto pera Sancta maria a Branca", publicado por Maurício 2000, vol. II: 298.

¹⁴¹⁶ Marques 1986.

quantidade de propriedades da Igreja nela existentes. Neste documento pode ler-se “Rua do Souto desde o cano como vai da mão direita até à porta do muro primeiramente: ... as casas em que murou Vasco furtado traz as emprazadas Vasco Peres, que foi alcaide ... na rua do souto na mão esquerda como vai para a porta do muro uma casa ante o cano que está junto com o paço do Arcebispo em mora o recebedor e com o forno, a qual casa trouxe Fernão”¹⁴¹⁷.

Com a construção da muralha fernandina este eixo passa a dividir a parte nascente da cidade medieval praticamente em duas partes iguais, no sentido E/O. Contudo, a Rua do Souto inscrevia-se num forte ambiente de grande ruralidade, sendo ocupada por quintais e logradouros, como se pode observar ainda no *Mapa de Braunio*. Até finais do século XV não se encontram referidas outras ruas na parte norte da cidade. Por sua vez, o único edifício que se destaca neste ambiente, até ao século XIV, é o Paço Arquiepiscopal.

A Rua do Souto, em virtude da sua própria origem e desenvolvimento, a partir de um caminho onde, de forma espontânea, se foram anexando pequenas parcelas, estreitas e alongadas, deveria possuir um traçado mais irregular. Esta circunstância terá impulsionado e justificado as reformas urbanísticas empreendidas na rua, por D. Diogo de Sousa, no século XVI. Com elas a parte poente da Rua do Souto será alargada e transformada numa rua regular¹⁴¹⁸. De facto, esta rua torna-se na maior e mais recta rua da cidade intramuros, que terá o seu prolongamento natural na Rua Nova, também ela alargada, regularizada e redefinida espacialmente, tornando-se o eixo viário mais imponente e emblemático da cidade, como se pode observar no *Mapa de Braunio* e na iconografia subsequente.



Figura 255 – Rua do Souto no *Mapa de Braunio*

¹⁴¹⁷ A.D.B., 1º Livro do Tombo do Cabido, fls. 117, 117v e 118.

¹⁴¹⁸ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329-330v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 295-298.

Os séculos seguintes irão ser os grandes beneficiários desta alteração urbanística, pois no século XVIII o centro económico da cidade transfere-se do quadrante sudeste para a Rua do Souto e Arcada do Castelo, passando esta rua a constituir um dos eixos mais importantes da cidade, quer em termos urbanísticos quer económicos¹⁴¹⁹.



Figura 256 – Rua do Souto no Mapa de Braga Primas

As alterações nela ocorridas desde o século XVI encontram-se muito bem representadas no MRB e no *Mapa de Braga Primas*, de meados do século XVIII. Segundo estas fontes, a Rua do Souto encontra-se muito bem organizada, registando-se uma grande regularidade na altura dos prédios, quase todos com três pisos. A regularidade estende-se igualmente aos aspectos arquitectónicos das construções, que oferecem gelosias e grandes portas de madeira no rés-do-chão, o que demonstra também a importante actividade comercial desta artéria.

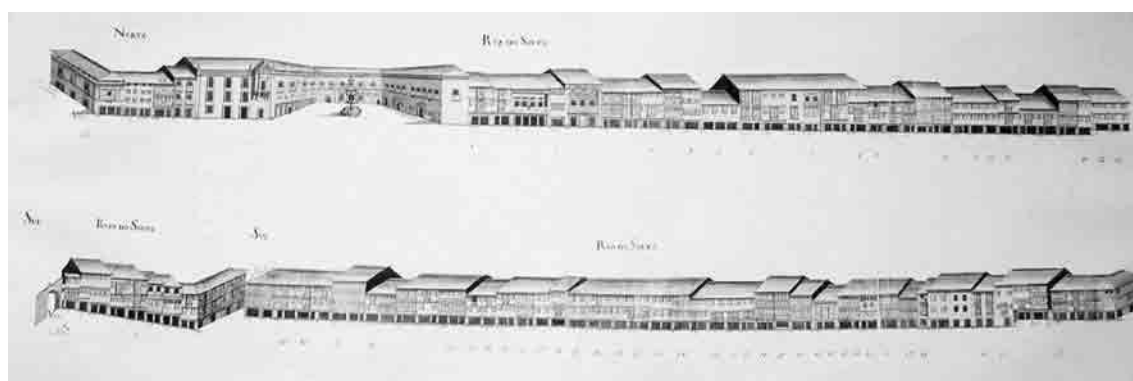


Figura 257 – Rua do Souto no MRB

No século XX, a Rua do Souto conhece uma outra alteração com a abertura de uma via que a passa a cortar, praticamente ao meio, no sentido N/S. Trata-se,

¹⁴¹⁹ Bandeira 2000b.

primeiramente, em 1923, da Rua Justino Cruz, que passa a ligar a Rua do Souto ao Campo da Vinha e, em 1954, da Rua Francisco Sanches, que segue o enfiamento da anterior e liga a Rua do Souto ao Largo de S. João do Souto¹⁴²⁰. Até àquela data, o acesso pedonal à Rua do Souto, na parte sul, era assegurado pela Casa do Passadiço que permitia a passagem aos transeuntes que entravam pela Porta de S. João.



Figura 258 – Rua do Souto, no presente

Actualmente, a Rua do Souto mantém-se como uma das artérias mais simbólicas e carismáticas do centro urbano, ocupando um papel privilegiado no comércio tradicional e no itinerário histórico-cultural da cidade, preservando, ainda, em algumas partes, um parcelamento constituído por estreitas e alongadas parcelas, com um edificado desenvolvido verticalmente, muito embora já muito descaracterizado (Figura 258, p. 466).

¹⁴²⁰ Oliveira 1993.

3.3.16 Rua da Sapataria e Rua Nova

A Rua da Sapataria foi praticamente toda destruída com a criação da actual Rua Frei Caetano Brandão, que rasgou a parte poente da cidade medieval no sentido N/S, afectando drasticamente a pequena Rua da Sapataria, que se localizaria entre as actuais Rua Paio Mendes e Rua D. Diogo de Sousa.

No século XIV esta rua aparece descrita no *1º Livro do Tombo do Cabido* como a “Rua que se começa na Cruz da Rua dos Burguesas como vai com a Sapataria com toda a rua nova até à porta do Muro”¹⁴²¹.

Esta fonte refere as propriedades do Cabido aí existentes do seguinte modo: “da rua nova primeiramente da mão esquerda como vai para o fundo: as casas da sapataria como homem vai da mão esquerda contra a porta da rua nova ...; as casas de Luís Gonçalves sapateiro ...; as casas em que mora Lourenço Fernandes abade ...; as casas com as de trás e seu eixido em que mora Gonçalo sapateiro...; as casa na dita sapataria em que mora Giraldo Domingues...; as outras casas Martins Afonso sapateiro...; as casas em que mora Aaron, judeu ...; casas em que morou Rodrigues Eanes...; as casas em que morou Martim Domingues...; as casas que forma de João..; as casas com seus eixidos...; o pardieiro que é de Montariol ...; as casas do Augueiro ...; um pardieiro que parte com a dita casa anterior e contra a porta do muro; um pardieiro junto contra o muro ...; outro pardieiro junto com o muro...”¹⁴²².

Ainda no *1º Livro do Tombo do Cabido* aparecem referidas as propriedades localizadas no lado esquerdo da rua do seguinte modo: “na dita Rua da Sapataria e Rua Nova como vai da mão direita para a dita porta do Muro da Rua Nova: as casas da sapataria em que mora João Esteves, sapateiro; pardieiro que traz emprazados; casas em que ora mora Afonso Gonçalves, sapateiro; casas em que mora Afonso Domingues; uns pardieiros em que murou Vicente conde; uns pardieiros; as casas traz emprazadas Afonso Martins, mercador; a casa que foi adega de Fernando Esteves, judeu; casa em que mora Samuel judeu tecelão; um pardieiro em que murou Maria; casas do arcebispo em que morou cabreiros; as casas em que morou Afonso Martins, mercador; uns pardieiros que forma de Bartolomeu Eanes; um

¹⁴²¹ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 122v.

¹⁴²² A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 122v, 123, 123v, 124.

pardieiro de Vicente galego; pardieiro que jaz junto com forno, um forno que jaz destruído como vai topar na porta do muro” ¹⁴²³.



Figura 259 – Rua da Sapataria (Mapa de Braunio)



Figura 260 – Rua dos Sapataria (Mapa de Braga Primas)

A Rua da Sapataria conhece esta designação em virtude da quantidade destes profissionais que nela residiam, como se testemunha no *1º Livro do Tombo do Cabido*. De igual modo, ainda na representação do MRB é visível o significativo número de edifícios que possuíam lojas no rés-do-chão, uma característica típica do edificado corrente medieval (Figura 261, p. 469).

De facto, a fisionomia e o parcelamento medieval da Rua da Sapataria encontram-se ainda bem presentes no MRB (Figura 261, p. 469), no *Mapa de Braga Primas* (Figura 260, 468), no Mapa do século XIX (Figura 97, p.332) e na planta topográfica de 1884/84 (Figura 98, p. 332).

Segundo as referências do *1º Livro do Tombo do Cabido*, a Rua da Sapataria ligava-se a norte à Rua Nova, localizada intramuros, pois o mesmo Tombo refere uma Rua Nova localizada extramuros¹⁴²⁴. Deste modo, a Rua Nova descrita no século XIV deveria acompanhar a continuidade do traçado da Rua da Sapataria, num trajecto semelhante àquele que se preservou até ao século XIX e corresponde

¹⁴²³ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 122v, 123, 123v, 124.

¹⁴²⁴ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 132v.

aos inícios da moderna Rua do Campo, como aparece representado no Mapa do século XIX (Figura 97, p.332) e na planta topográfica de 1883/84 (Figura 98, p. 332). Tendo em conta a proposta de um perímetro intermédio da muralha medieval, a Rua da Sapataria e a Rua Nova acompanhariam o traçado daquele perímetro pelo lado interior.

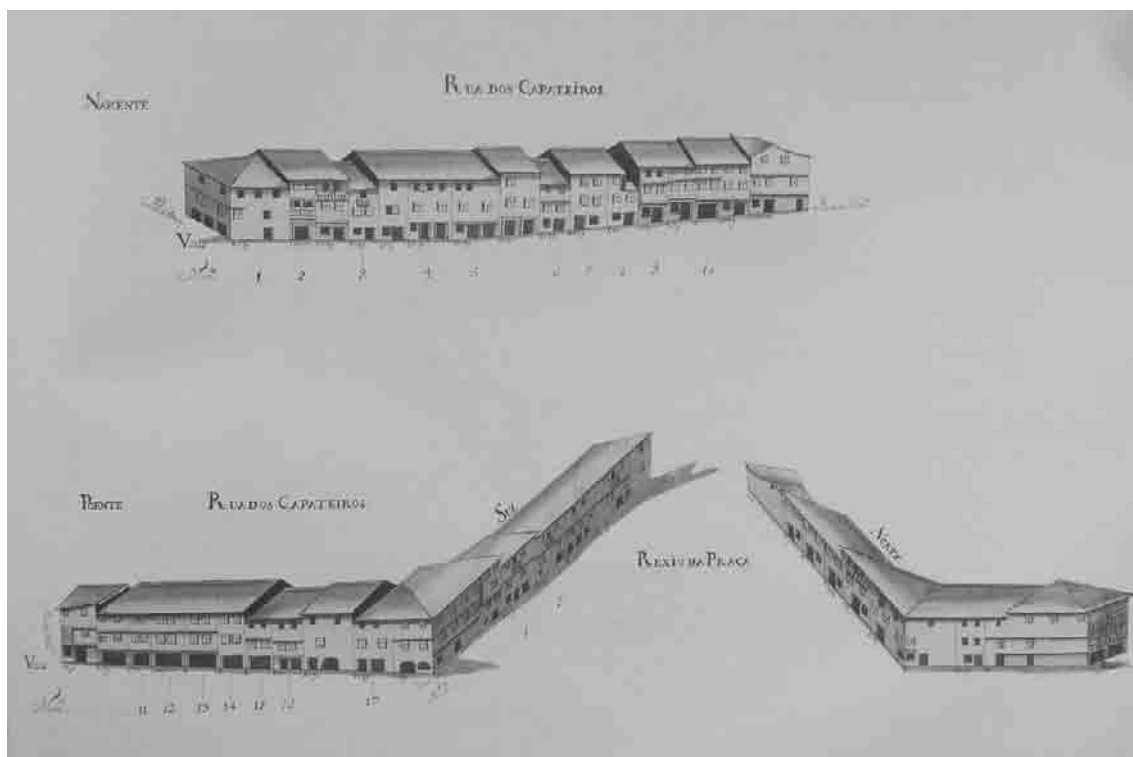


Figura 261 – Rua da Sapataria (MRB)

Porém, e tal como já mencionado, a primeira referência documental que alude ao topónimo e à Rua Nova reporta-se ao século XII¹⁴²⁵ e, segundo a mesma, esta artéria integraria a paróquia de S. João do Souto, prolongando-se desde aí até ao postigo de acesso à vinha do Cabido ou canónica bracarense, devendo, por isso, tratar-se de uma rua que circundava a parte norte do primitivo recinto amuralhado medieval, que reutiliza o romano. Alguns documentos com data do século XII voltam a referir casas e fornos nesta rua¹⁴²⁶. Todavia, só voltamos a encontrar referências precisas a esta artéria no *1º Livro do Tombo do Cabido*, que a localiza, ora no sentido N/S, no prolongamento da Rua da Sapataria, ora extramuros. Face a estes factos, duas hipóteses podem ser consideradas. Uma é a de que não

¹⁴²⁵ Liber Fidei, fls 131v e 132, doc. 486 (Costa 1978).

¹⁴²⁶ A.D.B. Gaveta 1 das Propriedades do Cabido, fl. 30 – que refere umas casas e forno na Rua Nova e fl. 31 – que alude à compra das casas dos fornos da Rua Nova (transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

estamos a falar da mesma rua, sendo por isso admissível que a Rua Nova possa ter passado a corresponder à Rua do Souto. Outra é a de que a Rua Nova, ainda que convertida, no seu traçado nascente, na Rua do Souto, constituiria o prolongamento desta, correndo no sentido E/O, indo desembocar na Rua da Sapataria, onde invertia o seu trajecto para norte, continuando o percurso anterior. Neste caso, o facto do referido Tombo não mencionar o percurso E/O, pode ser justificado pelo diminuto índice de construções que nele existiriam, designadamente pertencentes ao Cabido. Na realidade, esta parece ser a hipótese mais plausível a julgar quer pela exactidão do rol de ruas descritas no Tombo, quer pelo conhecimento das transformações urbanísticas mandadas realizar por D. Diogo de Sousa nesta zona da cidade¹⁴²⁷. Segundo as fontes documentais, o trajecto E/O da Rua Nova era de “chão cerrado e quintais” e o referido arcebispo mandou fazer “novamente (...) da fonte de Sam Geraldo ata porta de Sousa”¹⁴²⁸, passando esta a assumir a fisionomia que apresenta no *Mapa de Braunio* (Figura 262, p. 470) e que manterá até à actualidade (Figura 263, p. 471).



Figura 262 – Rua Nova de Sousa (*Mapa de Braunio*)

Deste modo, a fisionomia e o parcelamento da Rua Nova, descrita no *1º Livro do Tombo do Cabido*, bem como de parte da Rua da Sapataria terão sido destruídos com as regularizações realizadas por D. Diogo de Sousa, designadamente, da Rua Nova de Sousa, que se prolonga para poente, desde a Rua do Souto até à muralha, local onde é aberta uma porta, em 1512¹⁴²⁹, que passa a ligar o novo eixo viário ao Campo das Hortas e da Rua Nova¹⁴³⁰, que será

¹⁴²⁷ *Memorial das Obras que mandou fazer D. Diogo de Sousa* [1532 a 1565 (?)], realizado pelo cónego Tristão Luís. A.D.B. *Registo geral*, liv. 330, fls. 330-330v.

¹⁴²⁸ A.D.B. *Registo geral*, liv. 330, fl. 329, publicado por Maurício 2000, vol. II: 295.

¹⁴²⁹ Segundo José Augusto Ferreira existia uma inscrição sobre a Porta Nova que datava do ano de 1512 e a atribuía ao arcebispo D. Diogo de Sousa (Ferreira 1928-1934, Tomo II).

¹⁴³⁰ A Rua Nova recebe o nome de Rua do Campo na Idade Moderna (AAVV 1989-91, vol. II).

alargada e regularizada, no sentido N/S, porque “dantes era muito estereita e mais torta”¹⁴³¹, tal como já referido quando abordámos o quarteirão A2¹⁴³².



Figura 263 – Rua D. Diogo de Sousa, no presente,
ao fundo da qual se observa ainda a Porta Nova

Nas imediações da nova porta, o referido arcebispo irá igualmente criar um novo espaço aberto, imediato ao Arco da Porta Nova, mandando fazer na dita praça um mercado coberto para o peixe¹⁴³³. Esta Pracinha conheceu vários designativos até meados do século XVIII, sendo chamada de Praça da Hortaliça, Praça do Pescado e Praça do Pão, o que demonstra corresponder a um local de intensa actividade mercantil¹⁴³⁴. No *Mapa de Braunio* aparece ainda assinalado como Mercado do Pescado (*Forum piscarium*). Este espaço irá ligar-se por sua vez, à Rua da Sapataria através do Rossio da Praça, localizado mais ou menos na metade do alçado oeste da referida rua, no sentido E/O, que funciona como uma espécie de complemento a esta artéria, bem caracterizado no MRB (Figura 261, 469) e no *Mapa de Braga Primas* (Figura 264, p. 472).

¹⁴³¹ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

¹⁴³² Confrontar com a nota 1297, p. **Erro! Marcador não definido..**

¹⁴³³ Confrontar com a nota 1297, p. **Erro! Marcador não definido..**

¹⁴³⁴ AAVV 1989-91, vol. II.



Figura 264 – Rua Nova (Mapa de Braga Primas)



Figura 265 – Rua da Sapataria (reminiscências actuais)

Para além das alterações decorrentes das transformações urbanísticas levadas a cabo por D. Diogo de Sousa, as artérias medievais da Rua da Sapataria e da Rua Nova irão sofrer profundas alterações, no século XIX, com a criação da actual Rua Frei Caetano Brandão, que resultou do alargamento das vias medievais que corriam no sentido N/S, entre as quais a Rua da Sapataria. Nesta foram destruídas todas as casas do lado nascente. Do lado poente apenas sobreviveram alguns edifícios, por sinal bastante particulares (Figura 265, p. 472), como analisaremos na Ficha 10, do Apêndice I deste trabalho.

3.3.17 Rua dos Burgueses (Maximinos)

A Rua dos Burgueses corresponde à actual Rua D. Paio Mendes, que se localiza entre a fachada principal da Sé Catedral e o Largo das Carvalheiras.

No século XIV, o *1º Livro do Tombo do Cabido* refere esta rua como a “Rua dos Burgueses como vai desde a porta principal para a porta do muro de Maximinos”¹⁴³⁵. As propriedades do Cabido existentes nesta rua, no século XIV, eram abundantes e repartiam-se por ambos os seus lados. Assim, do lado direito existiam, entre outras: “a casa da conega ...; com umas casas pequenas ...; as casas em mora Afonso Esteves Leite ...; as outras casas em que mora Domingo Martins ...; as casas que traz emprazadas Maria ...; as casas em que mora Vasco Domingues ...; as casas em mora Lourenço Peres ...; as casas em que morou Vasco Gonçalves ...; as casa em que morou Pedro Alvares ...”

E “na dita Rua dos Burgueses desta outra parte da cripta (da Sé) desde o canto do açougue como vai da mão esquerda até à porta do muro”, o Cabido possuía ainda: “primeiramente per a casa do canto em que mora Pero Gonçalves alfaiate ...; as casas em que morou papa figo ... mercador ...; as casas em que morou Lourenço ...; as casas em que mora Afonso do Martins, mercador ...; as casas em que mora o abade ...; as casas que são de ...; as casas em que morou Vasco Fernandes cónego ...; as casas que estão a par da torre ...; as outras casas que estão junto com elas no canto da Triparia ...; as casas de João Peres ...”, entre outras¹⁴³⁶.

Esta artéria, que corria no sentido E/O era, assim, maioritariamente ocupada por propriedades do Cabido, onde moravam, a julgar pelo próprio topónimo, os mercadores da cidade. À semelhança de muitas ruas medievais, que recebem o nome devido ao tipo de residentes e de habitações que nela se localizavam¹⁴³⁷, também para a Rua dos Burgueses encontramos referências a indivíduos, que nela residiam, com profissões ligadas ao comércio.

¹⁴³⁵ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls.119, 119v e 120.

¹⁴³⁶ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 119, 119v e 120.

¹⁴³⁷ Leguay 1984.



Figura 266 – Rua dos Burgueses (Mapa de Braunio)



Figura 267 – Rua dos Burgueses / Maximinos no Mapa de Braga Primas

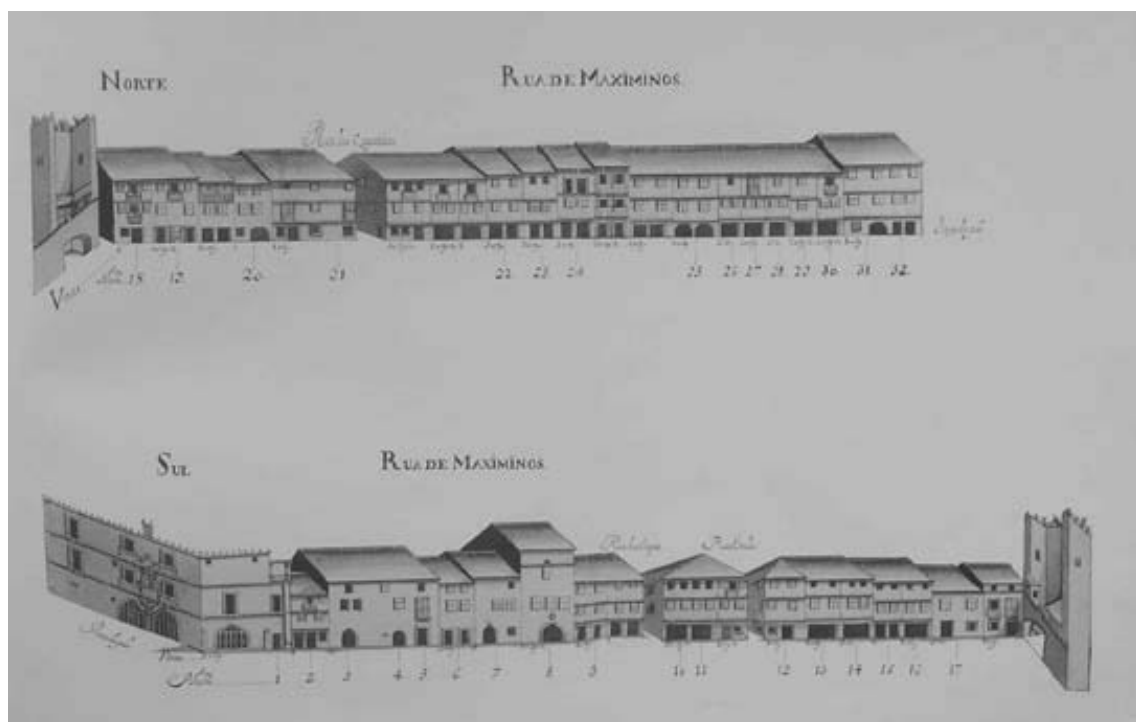


Figura 268 – Rua dos Burgueses / Maximinos no MRB

A representação desta rua no MRB e no *Mapa de Braga Primas* é igualmente ilustrativa da grande quantidade de lojas ainda existentes no século XVIII, abertas nas partes baixas das casas, onde se realizaria a actividade comercial (Figura 267, p. 474 e Figura 268, p. 474).

De facto, tratava-se de uma rua privilegiada pela sua localização geográfica, situada entre a fachada principal da Sé Catedral, onde se situavam os açougues e a porta da muralha, que permitia o acesso à Rua de Maximinos, importante eixo viário extramuros, por onde se fazia a saída para à cidade do Porto, passando perto da Igreja de Maximinos.

Para a Rua dos Burgueses convergiam, no sentido poente/nascente, na parte sul, a Rua Verde, a Rua da Triparia, a Rua Gualdim Pais e a Rua da Erva. Na parte norte, destaca-se, igualmente, a Rua da Sapataria. Segundo as fontes escritas, no extremo nascente do lado norte da rua estavam os açougues, não existindo aí passagem para a zona norte da cidade, tendo esta sido aberta só com D. Diogo de Sousa¹⁴³⁸.

Nos finais do século XV, a Rua dos Burgueses irá conhecer a alteração do seu nome para Rua de Maximinos, apropriando-se do topónimo que pertencia à artéria por onde se prolongava extramuros. Entre os finais do século XV e inícios do século XVI irá conhecer os dois designativos¹⁴³⁹. A razão que parece justificar esta alteração é a transferência da zona comercial da cidade para a Rua do Souto e para a Arcada do Castelo.

De igual modo, a fisionomia medieval da Rua de Maximinos será profundamente alterada no século XVI com as reformas urbanísticas realizadas por D. Diogo de Sousa. Segundo a documentação escrita o referido arcebispo “Mandou alargar a rua de meiximinhos a qual dantes era tam estreita e tam allta de logares que não se via a See senão chegando muito a ela”¹⁴⁴⁰. Para além de alterada na sua largura veria igualmente reduzida a sua extensão, com a criação da Praça do Pão, em frente à fachada da Sé¹⁴⁴¹, que seria definida, na parte sul, pelo troço entre a Rua de Gualdim Pais e a Rua do Poço, antiga Rua da Erva e, na parte norte, entre a Rua dos Açougues Velhos e a Rua de Maximinos, conforme a sua representação no MRB (Figura 268, p. 474). Por fim, e tal como já referido, na

¹⁴³⁸ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329, onde se lê: “Fez novamente a traveça que vaj da Rua de Sousa para a porta principal da See a qual dantes era cerrada e nom avia hy serventia”, publicado por Maurício 2000, vol. II: 295-296.

¹⁴³⁹ Como se pode verificar no Índice dos Prazos das Casas do cabido (AAVV 1989-91).

¹⁴⁴⁰ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

¹⁴⁴¹ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

intersecção da Rua de D. Gualdim com a Rua de Maximinos, o referido arcebispo mandou construir o novo edifício da câmara da cidade, sacrificando para o efeito algumas das casas aí existentes.

Todavia, através da análise do MRB podemos constatar que a Rua dos Burgueses conserva ainda, em meados do século XVIII, bastantes edifícios de cariz medieval, bem como uma fisionomia e parcelamento muito característicos da Idade Média.

Porém, esta artéria será alvo de outras alterações durante os séculos XVIII e XIX. Em 1775 é demolido o edifício da Câmara, mandado construir por D. Diogo de Sousa e, em 1831, é destruída a Porta e a Torre da Ajuda ou de Maximinos. Poucos anos depois, esta rua foi alargada em toda a sua extensão desde a fachada da Sé, passando a englobar a Praça do Pão e ligando-se ao Largo das Carvalheiras. As obras de alargamento da rua determinaram a destruição de todas as casas do lado sul da mesma, mantendo-se as do lado norte, como se pode analisar através da comparação do edificado representado no MRB e o existente presentemente.

A partir de então passa a existir uma única artéria, que integra a Praça do Pão e que deixa de se designar por Rua de Maximinos, passando a chamar-se Rua da Sé, como aparece referida na planta topográfica de 1883/84. Em 1925 irá conhecer o designativo actual de Rua D. Paio Mendes¹⁴⁴².



Figura 269 – Rua dos Burgueses / Maximinos (Planta de 1883/84)

¹⁴⁴² Oliveira 1993.



Figura 270 – Rua dos Burgueses – Paio Mendes, no presente



Figura 271 – Edifícios da Rua Paio Mendes (02-2006)

Esta rua irá sofrer outra importante alteração nos finais do século XIX com o surgimento de uma nova artéria, a Rua Frei Caetano Brandão, que cruza a cidade no sentido N/S. A abertura desta rua arrasará algumas das casas que se encontravam no lado norte da rua, designadamente, as que acompanhavam o lado nascente da Rua da Sapataria.

A fonte que mais se aproxima da fisionomia e parcelamento medieval da Rua dos Burgueses é o MRB. Por sua vez, através da planta topográfica de 1883/84 podemos ter acesso às características do parcelamento da parte norte da rua. De igual modo, algum do edificado ainda conservado mantém algumas características medievais, como se pode observar na Figura 271 (p. 477).

3.3.18 Rua de Trás dos Açougues

A Rua de Trás dos Açougues não consta do plano viário da cidade actual, tendo sido destruída com as alterações que ocorreram na actual Rua Paio Mendes, depois de uma atribulada história morfológica e toponímica.

Segundo o *1º Livro do Tombo do Cabido*, esta rua aparece referida como: “Rua de trás o Açougue como vai do canto da rua da erva até ao canto da Rua de Gualdim”¹⁴⁴³.

Tratava-se, por conseguinte, de uma pequena travessa que ocupava o espaço frontal à fachada da Sé Catedral, definido pela Rua da Erva e a Rua D. Gualdim, correndo no sentido E/O, em frente da qual existiriam uns açougues¹⁴⁴⁴.

As propriedades do Cabido nela existentes eram as seguintes: “da mão esquerda primeiramente as casas em que mora Esteves Vieira ...; as casas que traz emprazadas Afonso Matins ...; as casas em que mora Joana ...; as casas que traz emprazadas Chicarinho ...”¹⁴⁴⁵.

Uma vez que o *1º Livro do Tombo do Cabido*, não refere o lado norte da rua, podemos considerar este não estaria suficientemente urbanizado, ou corresponderia somente ao açougue referido nas fontes, ou ainda que o Cabido não possuía aí quaisquer edifícios. Todavia, no século XV as fontes referem já casas

¹⁴⁴³ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 122 a 122v.

¹⁴⁴⁴ Como aparece referido no *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 126 “Rua de dom Gualdim como vay toda direita des o quanto do açougue ataa porta de Egreia de Sam Tiago da Ciuidade”

¹⁴⁴⁵ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fl. 126.

naquele lado da rua¹⁴⁴⁶. Sabe-se, contudo, que, no mesmo século, o lado norte da rua irá sofrer alterações com a abertura de uma nova artéria no seu extremo nascente. Segundo as fontes escritas, o arcebispo D. Diogo de Sousa terá mandado abrir a “travessa da rua do Souto a qual dantes era cerrada e nom avia hy serventia”¹⁴⁴⁷ traçando, deste modo, uma artéria que ligava a fachada principal da Sé à Rua Nova, também ela aberta pelo referido arcebispo, que corria no sentido E/O e que passou a corresponder à Rua dos Açougues Velhos, actual Rua do Cabido, que, segundo o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*, possui o primeiro prazo em 1542¹⁴⁴⁸.

A Rua de Trás dos Açougues, identificada a partir da localização do edifício onde matavam o gado, aparece referida nas fontes, pelo menos, até ao ano de 1512¹⁴⁴⁹. Porém, esta pequena travessa deveria conformar um largo ou pequena praça definida em frente da porta principal da Sé, designada nas fontes documentais do século XV como a “Praça da Cidade”¹⁴⁵⁰. A fisionomia e ordenação deste espaço serão alteradas no século XVI com as intervenções urbanísticas de D. Diogo de Sousa. O referido arcebispo “Fez a praça dante a See acerqua major e metade do que dantes era porque avia hy huã camara da cidade antiga que vinha da Rua de Meiximinhos pera a See e ocupava toda a parte da praça que aguora mandou allargar”¹⁴⁵¹.

Os documentos que aludem às obras de D. Diogo de Sousa nesta zona da cidade já não mencionam o açougue, devendo a sua desactivação ter sido anterior, circunstância que dará origem à constituição de uma fachada edificada, a norte, e à organização da Praça do Pão, como se pode observar no MRB (Figura 274, p. 480).

¹⁴⁴⁶ A.D.B., *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fls. 58v a 59, de 1471, referem “umas casas sobradadas do cabido, ao canto dos açougues que partem com casas do cabido e da outra com rua pública ... e outras casas que o cabido há acima das sobreditas, terreiras, em que Martim Domingues matava a carne”.

¹⁴⁴⁷ Confrontar com a nota 1438, p. **Erro! Marcador não definido.**

¹⁴⁴⁸ AAVV 1989-91.

¹⁴⁴⁹ A.D.B., *Livro 7 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 68, de 1512, que refere umas casas sobradadas do cabido que são de frente dos açougues com outras casas terreiras que vão ter à rua onde matam o gado (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹⁴⁵⁰ A.D.B., *Livro 1 dos Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 34v, de 1469, onde se lê: “umas casas sobradas que estão na Praça desta cidade de Braga; fl. 67, de 1472, que se refere a umas casas que ora são danificadas situadas na Praça da dita cidade” (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹⁴⁵¹ A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329, publicado por Maurício 2000, vol. II: 295.

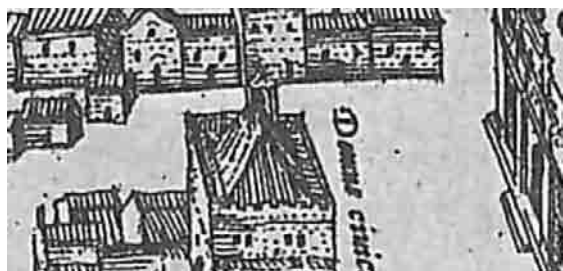


Figura 272 – Rua de Trás dos Açougues (Mapa de Braunio)



Figura 273 – Rua de Trás dos Açougues (Mapa de Braga Primas)

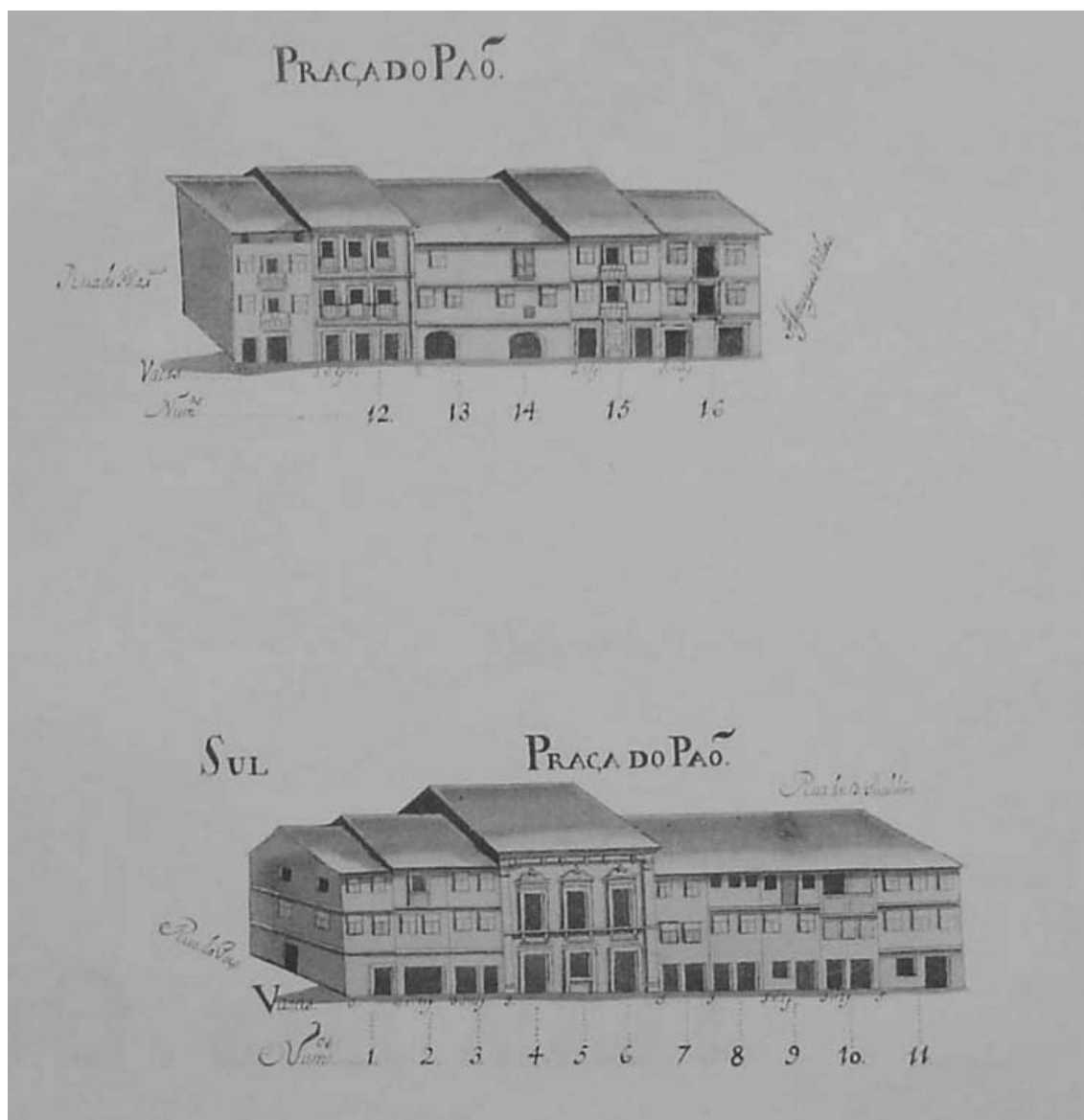


Figura 274 – Praça do Pão MRB

O edifício que passa a dominar a praça diante da Sé e a servir de referência para a designação da mesma é a nova câmara municipal localizada na extremidade poente, no ângulo da Rua de D. Gualdim com a Rua de Maximinos.

Trata-se de uma construção em cantaria de dois sobrados, com três entablamentos e ameias, possuindo em baixo um alpendre com dois arcos grandes e assentos de pedra para se vender pão¹⁴⁵².

Deste modo, a pequena rua e a praça diante da porta principal da Sé passam a integrar a Praça do Pão, que adquire uma nova expressão no urbanismo da cidade desde o século XVI até, pelo menos, ao século XVIII.

Porém, tal como já foi referido, o edifício da câmara será demolido em meados do século XVIII e, nos finais do século XIX, todo o eixo que ligava a Sé à Porta de Maximinos irá ser alargado, sendo destruídos os edifícios envolventes do lado sul da Praça do Pão, onde se localizava a Rua de Trás dos Açougues. De facto, a melhor aproximação a esta rua medieval encontra-se, precisamente, na fachada sul da Praça do Pão, representada no MRB (Figura 274, p. 480.)



Figura 275 – Rua Paio Manta, no presente

¹⁴⁵² A.D.B., Registo Geral, livro 330, fl. 329v, onde se lê: *Fez a camara da cidade de quantaria de dous sobrados com tres entabolamentos e ameas de fora e assentes pera as audiencias e em cima allmarios pera escripturas e cousas da cidade e em baixo hum allpendre com dous arquos grandes e assentos de pedraria pera se vender pão e allem do que esta camara custou comprou quatro casas que se derribarão pera se fazer a dita camara e pos bella huâ imagem de nossa Senhora com seu entabolamento como agora estaa*, publicado por Maurício 2000, vol. II: 296.

3.4. Os grandes edifícios públicos

Na organização do plano urbano medieval, para além dos distintos perímetros amuralhados e suas portas, do Castelo e do sistema viário, existem igualmente outros elementos urbanos, que foram fundamentais na génese e desenvolvimento da morfologia da cidade medieval. Referimo-nos aos grandes espaços públicos, como a Sé Catedral e o Paço Arquiepiscopal.

3.4.1. A Sé Catedral

A urbanização da cidade medieval de Braga encontra-se intimamente relacionada com a edificação da Sé Catedral, sagrada em 1089, que passará a constituir, desde então, o centro vital da cidade, em torno do qual se estruturará um pequeno e acanhado burgo, que manteve fora do seu modesto perímetro cerca dois terços da antiga cidade romana.

Ainda no tempo do arcebispo D. Pedro, paralelamente à edificação da Sé Catedral, serão construídos outros conjuntos de edifícios anexos à mesma, destinados ao Bispo, ao Cabido, à Escola Episcopal e aos serviços administrativos¹⁴⁵³.

Paralelamente ao engrandecimento arquitectónico e estilístico deste edifício religioso, o núcleo populacional que existiria na sua envolvência, desde a Antiguidade Tardia, irá ganhando contornos cada vez mais urbanos, sob o protectorado eclesiástico, organizando o seu plano em função do símbolo religioso dominante, que era a Catedral.

Tal como já analisámos anteriormente, o perímetro da cerca defensiva irá ser progressivamente alargado, englobando na sua última fase, nos finais do século XIV, uma área urbana que possui no seu centro a Catedral. De igual modo, o sistema viário medieval, herdeiro do plano urbano romano, irá desenvolver-se em função do elemento aglutinador principal, constituído pela Sé, em torno do qual se concentram grande parte das actividades comerciais da cidade.

De facto, a Sé Catedral, irá exercer um papel destacado na organização do primitivo núcleo urbano, constituindo-se, simultaneamente, como um dos

¹⁴⁵³ Costa 1997-2000.

edificados com maior riqueza histórica e arquitectónica, sendo o único edifício público que sobreviveu da primeira fase urbanística da cidade medieval, apesar de ter sofrido um longo processo de transformação. Com efeito, a construção da Sé conheceu, desde o seu projecto inicial, várias acrescentos e remodelações, encabeçadas por distintos arcebispos e pelo Cabido que, consecutivamente, promoveram obras de enriquecimento da Catedral, nela procurando deixar testemunhos do seu governo. Porém, este edifício terá sido igualmente afectado por algumas destruições, como as realizadas a mando de D. Teresa, em 1109-1110, ou as demolições provocadas por um terramoto, em 1135, que terão destruído as torres da fachada da Sé, mandadas restaurar posteriormente por D. Afonso Henriques¹⁴⁵⁴.

A Sé Catedral de Braga, também conhecida como Catedral de Santa Maria de Braga¹⁴⁵⁵ é um dos monumentos nacionais que mais alterações conheceu ao longo dos tempos.

A sua génese encontra-se um edifício da época romana, presumivelmente um mercado, datado de meados do século I/inícios do século II, o qual terá sido objecto de várias remodelações, até à sua transformação num amplo edifício rectangular, orientado E/O, entre os séculos IV e V. A configuração dos vestígios atribuíveis ao edifício aponta para a existência de 3 naves e de um espaço porticado a nascente, o que permite integrá-lo num modelo basilical paleocristão¹⁴⁵⁶. A corroborar a existência de um templo cristão no local da Sé encontram-se dois sarcófagos de mármore, datados dos séculos V-VI, encontrados na zona norte do transepto actual¹⁴⁵⁷ (Figura 276, p. 484).

Poucos metros a norte deste edifício ergueu-se, entre finais do século III/inícios do IV, a muralha tardia romana, que passou a defender a cidade, tendo parte do seu circuito, no lado norte, sido integrado na primitiva cerca defensiva medieval até aos séculos XII/XIII, centúrias em que a referida cerca medieval se alargará nos sentidos norte e nordeste.

Segundo os dados arqueológicos, a primitiva basílica paleocristã terá conhecido uma ocupação permanente até aos séculos X e XI, com uma eventual remodelação neste último período¹⁴⁵⁸.

¹⁴⁵⁴ Costa 1997-2000; Fontes *et al.* 1997/98.

¹⁴⁵⁵ Feio 1946.

¹⁴⁵⁶ Fontes *et al.* 1997/98.

¹⁴⁵⁷ Fontes *et al.* 1997/98.

¹⁴⁵⁸ Fontes *et al.* 1997/98.

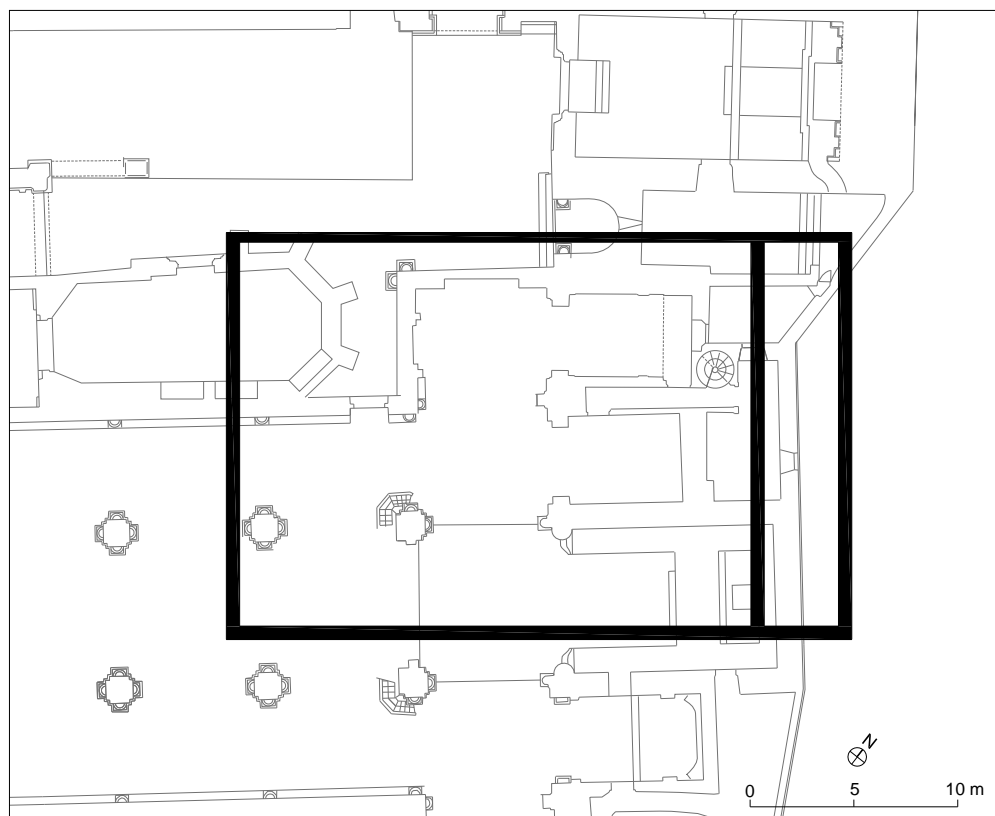


Figura 276 – Basílica paleo-cristã da Sé Catedral

No século XI, quando a cidade ficou definitivamente sob o controle cristão, a basílica terá sido demolida para dar lugar à nova catedral românica.

Segundo alguns investigadores, a catedral teria conhecido um projecto inicial de envergadura europeia, com três naves, transepto saliente, cabeceira e deambulatório, à semelhança dos grandes santuários de peregrinação europeus daquele tempo, como o de Santiago de Compostela¹⁴⁵⁹. Contudo, para outros autores, tratar-se-ia de uma edificação bem mais modesta¹⁴⁶⁰.

Através das acrescentos que sabemos terem sido posteriores ao projecto inicial, podemos admitir que aquele seria muito idêntico ao que existe actualmente, conforme se pode observar na Figura 277 (p. 485).

¹⁴⁵⁹ Real 1990.

¹⁴⁶⁰ Almeida 1978b:201.

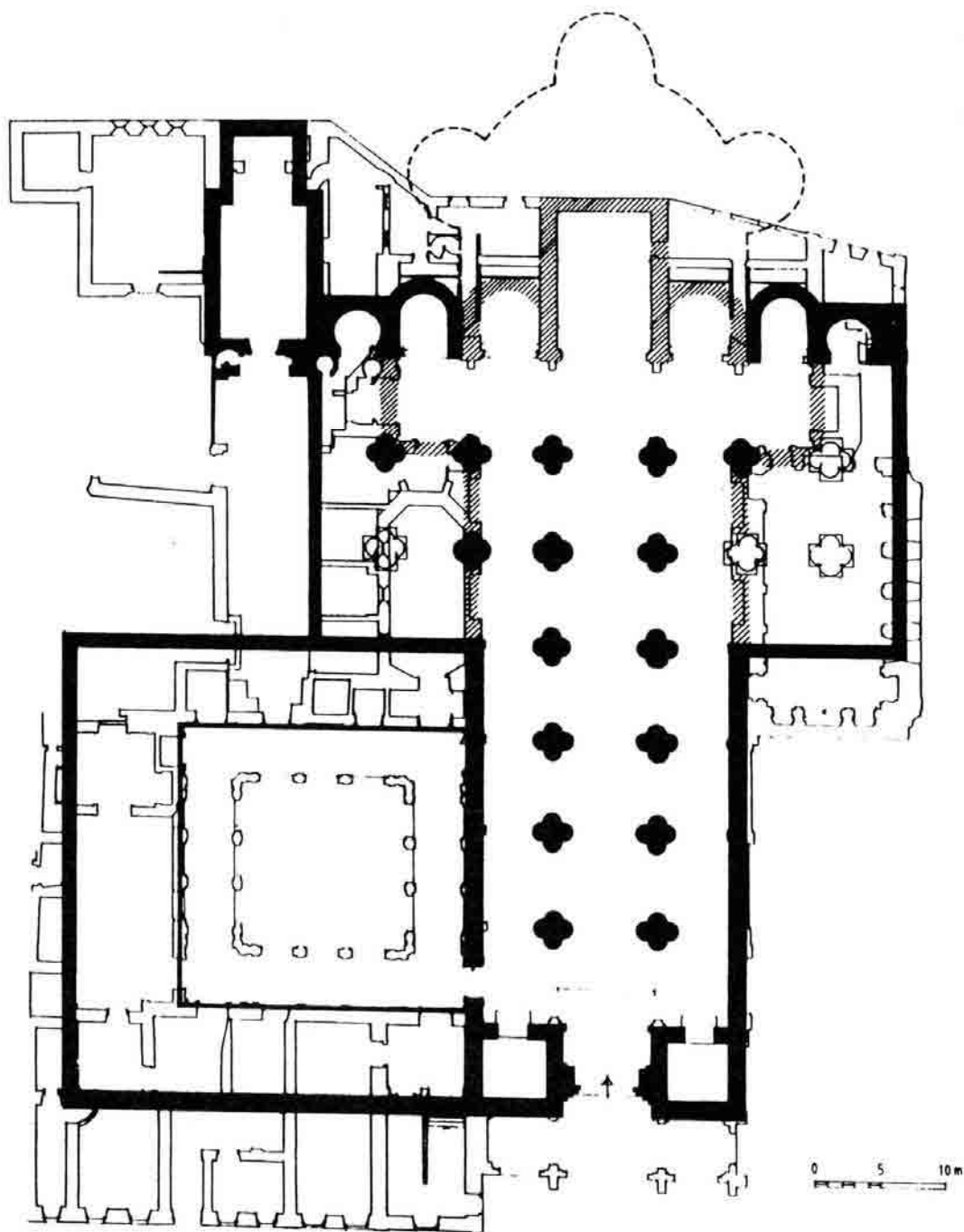


Figura 277 – Reconstituição do primitivo projecto basilical para a Sé de Braga¹⁴⁶¹

Alguns dos elementos que fariam parte do projecto inicial da Sé Catedral encontram-se ainda integrados no edifício actual. Deles destacam-se, a capela de S. Geraldo (1096-1118), muito remodelada, os restos da porta da fachada principal

¹⁴⁶¹ Real 1990: 510.

e o átrio contíguo, a designada “porta do sol”, localizada na fachada sul, o absidiólo do lado norte da cabeceira, junto à capela de S. Geraldo, actualmente localizado no exterior da Igreja, os pilares e arcos torais das naves, bem como elementos de decoração exterior, entre os quais algumas cachorradas que suportam as cornijas¹⁴⁶².

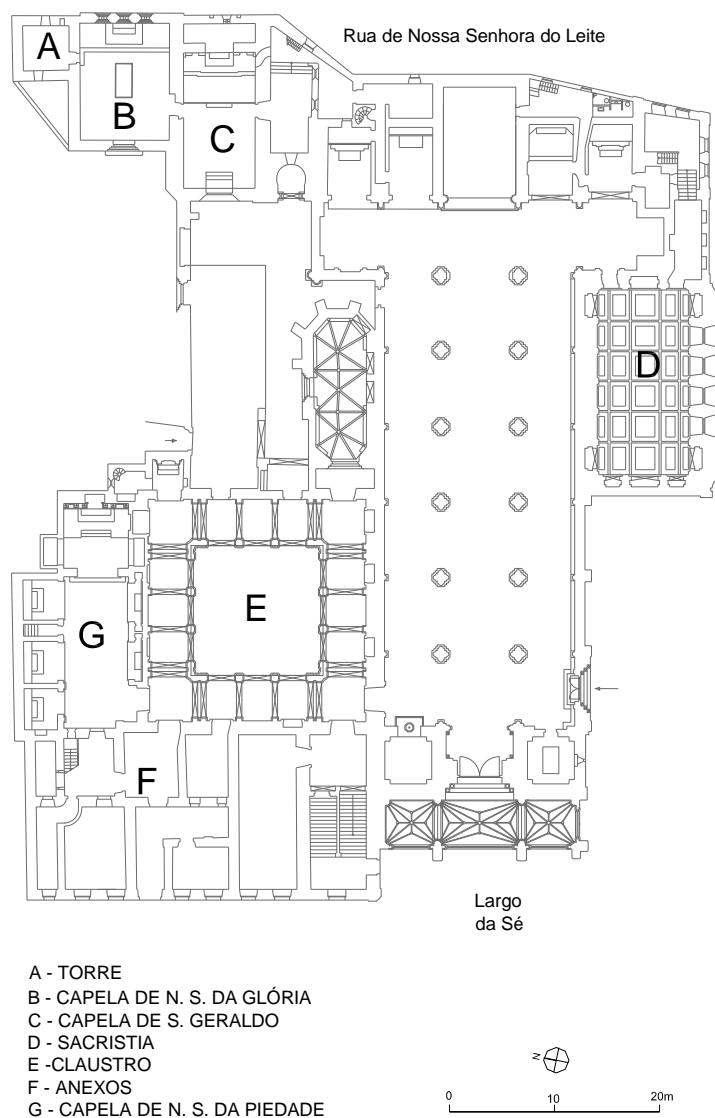


Figura 278 – Sé Catedral

Durante o século XIV a Catedral conhecerá algumas alterações no seu interior. Aquelas que tiveram maiores implicações na conformação do conjunto

¹⁴⁶² Fontes et al. 1997/98; Real 1990.

catedralício relacionam-se com a construção da capela e das torres de Nossa Senhora da Glória, mandadas erguer pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira, entre os anos de 1332 e 1334¹⁴⁶³, as quais definiram os limites máximos do edifício, a norte, sobrepondo-se aos vestígios da muralha romana.

A partir das referências documentais disponíveis para caracterizar o plano urbano da área envolvente da Sé Catedral, no século XIV, analisadas no ponto anterior, parece evidente que o espaço que melhor se adequava à sua expansão física seria aquele que se localizava a norte.

Segundo o projecto românico da Catedral, esta teria edifícios anexos e a fachada principal da Igreja situavam-se na parte poente, estando, por isso, de frente para a Rua dos Burgueses e para um açougue que, segundo as fontes, aí existiria. No início da fachada sul a Sé estaria ladeada pela Rua da Olaria, ocupando a Rua das Oussias o espaço envolvente entre esta última e a Capela de N. S. da Glória.

Uma vez que a primitiva cerca medieval, que reaproveitou parte da romana, deixou de servir propósitos defensivos, quando se expandiu para nordeste, com a abertura da Porta do Souto e a construção do Castelo (1315 ou antes), é perfeitamente compreensível a expansão física da Catedral para norte. Refira-se que será igualmente nesse lado, que será iniciada a construção do Paço Arquiepiscopal, no século XIV, com D. Gonçalo Pereira.

A circunstância da Catedral se expandir para norte irá potenciar nos séculos posteriores o desenvolvimento urbanístico da Rua do Souto, bem como o da Rua de Oussias, que logo nesse século vê o seu lado poente acrescentado e redefinido.

As alterações realizadas no conjunto catedralício no século XV e XVI voltaram a ter implicações na morfologia e na organização da cidade.

Na fachada principal, o arcebispo D. Jorge da Costa (1486-1501) terá mandado construir a galilé tardo-gótica, que será posteriormente restaurada por D. Diogo de Sousa, dotando a entrada principal de um acrescento que lhe proporcionará uma nova imagem, bem como um novo limite¹⁴⁶⁴. Esta intervenção terá sido simultânea ao desaparecimento da Rua de Trás dos Açougues, situada entre a Rua D. Gualdim e a Rua Pequena (primeiramente designada por Rua da Erva) e à destruição dos açougues, surgindo em sua substituição, a Praça do Pão. Será igualmente com D. Diogo de Sousa que será valorizada a área envolvente da

¹⁴⁶³ Ferreira 1928-1934.

¹⁴⁶⁴ Costa 1993.

fachada principal da Sé, sendo construído o novo edifício da Câmara Municipal, na fachada poente da parte norte da Rua D. Gualdim.

As intervenções na fachada nascente da Sé Catedral realizadas por D. Diogo de Sousa, com o propósito de substituir a antiga capela-mor por uma mais ampla e luminosa, de traça gótica e manuelina, cujas obras ficaram concluídas em 1509¹⁴⁶⁵, tiveram igualmente fortes repercussões na morfologia urbana do espaço envolvente situado a nascente, condicionando a abertura de uma nova artéria, que passará a ligar directamente a cabeceira da Sé à Porta de S. João, também ela restaurada pelo arcebispo. Por sua vez, a abertura desta nova rua terá implicações no traçado e no edificado da Rua de Oussias.

Do século XVI data igualmente a Capela de Nossa Senhora da Piedade, fundada por D. Diogo de Sousa, em 1513, para seu próprio sepulcro, localizada na parte setentrional da Catedral. Adjacente à referida capela, no lado norte, será também construída a Igreja da Misericórdia¹⁴⁶⁶, que se anexará à parede limite da Catedral, passando a assinalar a chamada Rua Nova, também ela alargada e redefinida no tempo de D. Diogo de Sousa. Por outro lado, a abertura da Rua dos Açougues Velhos, conjuntamente com as casas que se situam na actual Rua D. Diogo de Sousa ajudaram a conformar os limites de um novo quarteirão que tem a sua fachada poente na parte este da Rua dos Açougues Velhos, futura Rua do Cabido.

Nos séculos XVII e XVIII a Catedral conhecerá novos acrescentos no lado sul, com a construção de uma nova e imponente sacristia, em 1668, desenhada pelo arquitecto régio João Antunes e mandada executada pelo arcebispo D. João de Sousa (1696-1703)¹⁴⁶⁷, que passará a dominar a fachada sul da Sé. Porém, a sua construção terá implicações na morfologia do edificado que pertencia à Rua de Oussias, algum do qual será destruído. Ainda naqueles séculos, as dependências exteriores à Sé, localizadas no lado poente, que sempre mantiveram uma relação indissociável com a igreja, conhecem novos acrescentos, que ditarão a redução do espaço de circulação da actual Rua do Cabido, correspondente ao eixo medieval conhecido como Rua dos Açougues Velhos.

A Sé Catedral, enquanto espaço edificado de longa duração, teve um papel determinante na conformação da morfologia urbana medieval, mas, também, na

¹⁴⁶⁵ Como atesta a epígrafe colocada sobre a edícula que, no exterior da capela-mor, contém a imagem de Nossa Senhora do Leite (Costa 1993).

¹⁴⁶⁶ Na segunda metade do século XVI (Castro 1989/90).

¹⁴⁶⁷ Ferreira 1928-1934.

estruturação do plano urbano dos séculos posteriores. De facto, as sucessivas alterações e ampliações da Catedral tiveram uma interferência directa e marcante na organização do espaço urbano envolvente.

3.4.2. O Paço Arquiepiscopal

O complexo arquitectónico destinado à residência dos arcebispos que governaram a cidade de Braga até ao século XVIII permanece actualmente como um dos edifícios mais emblemáticos da cidade, não só pela sua longa permanência, mas, também, pelas complexas intervenções urbanísticas que desencadeou (Apêndice I, Ficha 2)¹⁴⁶⁸.

Apesar da sua longa história, o monumento conserva ainda muitas características e elementos arquitectónicos que resultaram das sucessivas remodelações e acrescentos que conheceu, sendo constituído, actualmente, por três grandes corpos: um gótico, a norte, voltado para o Jardim de Santa Bárbara; outro, a sul, datado dos séculos XVI, XVII e XVIII, com fachada para o Largo e Rua do Souto; outro barroco, a poente, também conhecido como Paço de D. José de Bragança, virado para a Praça do Município.

O antigo Paço Arquiepiscopal localiza-se no coração do centro histórico de Braga, tendo conhecido desde sempre uma situação destacada no plano urbanístico da cidade, localizando-se nas proximidades da Sé Catedral, abrindo a sua fachada principal para a Rua do Souto¹⁴⁶⁹.

A data exacta para o início da construção do Paço Arquiepiscopal permanece desconhecida, muito embora, a existência do brasão do Arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), encontrado na porta da torre medieval, da ala mais antiga do edifício, sugira que ele date do século XIV¹⁴⁷⁰.

A residência do Arcebispo e dos clérigos far-se-ia até então nos edificadoss anexos à Sé Catedral¹⁴⁷¹. Todavia, estes espaços deveriam ser bastante exíguos para albergar os Senhores de Braga e a sua corte. De facto, apesar da existência do Castelo, pelo menos desde 1315, a sede do poder religioso e político da cidade

¹⁴⁶⁸ A análise interpretativa das diferentes fases construtivas que actualmente ainda integram o Paço dos Arcebispos encontra-se no Apêndice I, na ficha 2).

¹⁴⁶⁹ Actualmente, este edifício serve outras funções que não as de residência do Arcebispo, encontrando-se nele sediados o Arquivo Distrital, a Biblioteca Pública e alguns serviços da Universidade do Minho, entre os quais a Reitoria.

¹⁴⁷⁰ Marques 1983.

¹⁴⁷¹ Costa 1997-2000.

não seria convenientemente destacada nem assegurada apenas com a Sé Catedral, sendo, por isso, necessária a construção de um Paço.

O espaço geográfico onde será construído o Paço dos Arcebispos estaria já destinado desde há muito às suas actividades, uma vez que se encontra designado nas fontes documentais como quinta ou vinha do Arcebispo, tal como já referido.

D. Gonçalo Pereira terá aproveitado o alargamento da cerca defensiva para norte para mandar edificar a residência dos arcebispos, elegendo para o efeito um espaço perto da Sé, protegido pela nova cintura da muralha e pelo Castelo. O local eleito, insere-se assim, na lógica da concepção urbana da cidade medieval.

Este edifício deveria encontrava-se inicialmente muito perto do perímetro da cerca medieval dos séculos XIII/XIV, possuindo uma grande torre, que deveria funcionar como torre de menagem, a qual deveria encontrar-se inclusivamente integrada no sistema defensivo. A partir desta torre seria possível controlar a Sé, o Castelo, bem como toda a cidade. O Paço terá sido construído como uma fortaleza, encontrando-se todo fechado por muros e edifícios, com as suas fachadas viradas para o interior, formando um conjunto privilegiado e destacado em toda a cidade, como se pode observar na sua representação no *Mapa de Braunio* (Apêndice I, Ficha 2).

Com o alargamento da linha de muralha para norte, no século XIV, o edifício passará a possuir neste sector um espaço de logradouro protegido, bem como um torreão integrado na muralha, construído no alinhamento da torre anterior, que permite o acesso exclusivo aos seus terrenos.

Este conjunto obedece a uma lógica construtiva onde a defesa e a imponência são critérios de organização do espaço, em harmonia com a Sé Catedral e o Castelo, destacando-se da restante organização urbanística da cidade medieval.

As acções construtivas levadas a cabo pelos sucessivos arcebispos irão transformar o Paço no segundo edifício mais importante da cidade.

No século XVI grande parte do espaço norte de Braga, compreendido entre a área da Sé Catedral e a muralha fernandina, é propriedade dos Arcebispos, integrando a vasta área destinada ao Paço, mas, também, o Campo de Touros dos Arcebispos, situado a poente do Paço, no espaço correspondente à actual Praça do Município, conforme se pode ver no *Mapa de Braunio*.

Os vestígios materiais que sobreviveram da primeira fase construtiva do Paço, datados dos séculos XIV/XV, relacionam-se com o corpo gótico, a norte, no actual Jardim de Santa Bárbara (Apêndice I, ficha 2). Este corpo constitui uma residência acastelada de planta em L, coroada por cubelos ameados, sendo a fachada do nível térreo rasgada por frestas e, no primeiro andar, por janelas góticas. No jardim de Santa Bárbara, anexo a este sector medieval do Paço são visíveis ainda três amplos arcos góticos.

Este conjunto terá sido ampliada no século XV pelo arcebispo D. Fernando da Guerra (1417-1467)¹⁴⁷², que mandou construir umas “câmaras” e significativos acréscimos no edifício, que, segundo o próprio registo da obras mandadas fazer por D. Diogo de Sousa¹⁴⁷³, deverão ter incidido na ala norte do corpo sul. Nas fontes¹⁴⁷⁴ aparece inclusivamente uma referência à câmara da torre que se encontrava feita no corpo dos ditos paços, da qual o arcebispo terá despachado correspondência para o Rei D. João I, em 1436¹⁴⁷⁵.

No século XVI, o arcebispo D. Diogo de Sousa, irá intervir igualmente no Paço, dotando-o de um conjunto de novas infra-estruturas, que conferem ao edifício a *firmitas*, *utilitas* e a *venustas* que regiam a sua actuação urbanística. Entre as intervenções deste arcebispo destacam-se, no corpo sul, virado para o actual Largo do Paço: uma escada nova em cantaria, construída no terreiro, do lado de fora do edifício, com um pátio grande em cima, sobre colunas e seis arcos; um novo chafariz na calçada diante do paço, porque o outro estava “roto”; um jardim entre os Paços e a Sé, no qual, do lado da Sé mandou fazer uma “sotea” muito grande sobre colunas, e do lado da rua, tem uma janela “ferrada” e uma porta para a Capela de S. Gonçalo; cinco novas câmaras na sala velha grande, que correm pela câmara grande que está sobre o dito jardim, com cinco janelas de assento com ferros e numa delas uma chaminé¹⁴⁷⁶ (Apêndice I, ficha 2).

¹⁴⁷² Limites cronológicos do seu governo – 1417-1467 (Marques 1983).

¹⁴⁷³ A.D.B. *Registo geral*, liv. 330, fls. 330-330v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 297-298.

¹⁴⁷⁴ *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, fólio 72 (A.D.B.) (Marques 1983)

¹⁴⁷⁵ *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, fólio 72 (A.D.B.) (Marques 1983: 88)

¹⁴⁷⁶ A.D.B. *Registo geral*, liv. 330, fls. 330-330v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 297-298.



Figura 279 – Inscrição de D. Manuel de Sousa (1544-1549)¹⁴⁷⁷



Figura 280 – Porta da ala nascente do Paço Arquiepiscopal

¹⁴⁷⁷ Desenho de Maurício Guerreiro

Em meados do século XVI o arcebispo D. Manuel de Sousa (1544-1549) mandou construir, no corpo sul, a ala nascente do actual Largo do Paço, no local onde se encontravam umas casas, mandando instalar no rés-do-chão, o Auditório e a Relação¹⁴⁷⁸. Naquela ala é ainda possível ver uma inscrição referente à obra do referido arcebispo que se encontra na ombreira da porta de entrada por debaixo das suas armas (Figura 280, p. 492 e Figura 279, p. 492).

Em 1593 o arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus mandou construir no corpo sul, na ala poente, a chamada Galeria¹⁴⁷⁹, em cuja fachada superior ainda se pode ler actualmente uma inscrição referente à sua construção (Figura 281, p. 493).



Figura 281 – Brasão e inscrição na fachada poente do Largo do Paço¹⁴⁸⁰

¹⁴⁷⁸ Vasconcelos 1992.

¹⁴⁷⁹ Vasconcelos 1992.

¹⁴⁸⁰ Desenho de Maurício Guerreiro.

No século XVII, D. Rodrigo da Cunha (1627-1635) mandou fazer a ligação das alas nascente e poente, do corpo sul, virado ao Largo do Paço, que até então se encontravam isoladas¹⁴⁸¹.

A última grande intervenção, no corpo sul, foi realizada por D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1728) em 1709 e 1713. A ele se ficou a dever a reconstrução das alas central, nascente e poente, que passaram a estar todas ligadas internamente, fazendo igualmente substituir o chafariz que havia sido colocado no actual Largo do Paço, por D. Diogo de Sousa, por aquele que actualmente ainda se encontra no referido largo, conhecido pelo nome de Chafariz dos Castelos¹⁴⁸². Na ala central mandou construir umas escadas interiores, com três lances, que davam acesso à Sala dos Arcebispos, as quais substituíram as que anteriormente se encontravam no exterior, manda construir por D. Diogo de Sousa, tendo procedido igualmente à reforma da Sala Grande dos Arcebispos¹⁴⁸³. Por sua vez, na ala nascente, mandou ampliar o edifício onde se encontrava a Relação e o Auditório, que passou a ocupar o espaço do aljube que aí se encontrava, o qual foi transferido para junto do Castelo. Como testemunho da sua obra D. Rodrigo de Moura Teles colocou as suas armas sobre a porta que passou a dar acesso à ala nascente, depois da sua ampliação, como ainda hoje lá se mantém.

Após a morte D. Rodrigo de Moura Telles, o Paço Arquiepiscopal ficou vago, devido aos problemas existentes entre Roma e o monarca português D. João V, só vindo a ser reocupado, em 1741, pelo novo arcebispo D. José de Bragança (1741-1756). Este prelado, ainda antes de ocupar a residência dos Arcebispos mandou realizar obras de restauro e alargamento do edifício, criando uma nova ala no corpo poente, virada para a actual Praça do Município, antigo Campo de Touros do Arcebispo¹⁴⁸⁴. A criação da nova fachada barroca, de autoria de André Soares, irá marcar a topografia urbana no sector a poente do Paço, correspondente ao Campo de Touros do Arcebispo, que conhece a edificação do edifício da Câmara Municipal de traça barroca e desenho de André Soares, construída entre 1753-1756, por ordem de D. José de Bragança, que fez da actual Praça do Município uma espécie de espaço pessoal¹⁴⁸⁵.

¹⁴⁸¹ Vasconcelos 1992.

¹⁴⁸² Vasconcelos 1992.

¹⁴⁸³ Vasconcelos 1992.

¹⁴⁸⁴ Vasconcelos 1997.

¹⁴⁸⁵ Smith 1968.

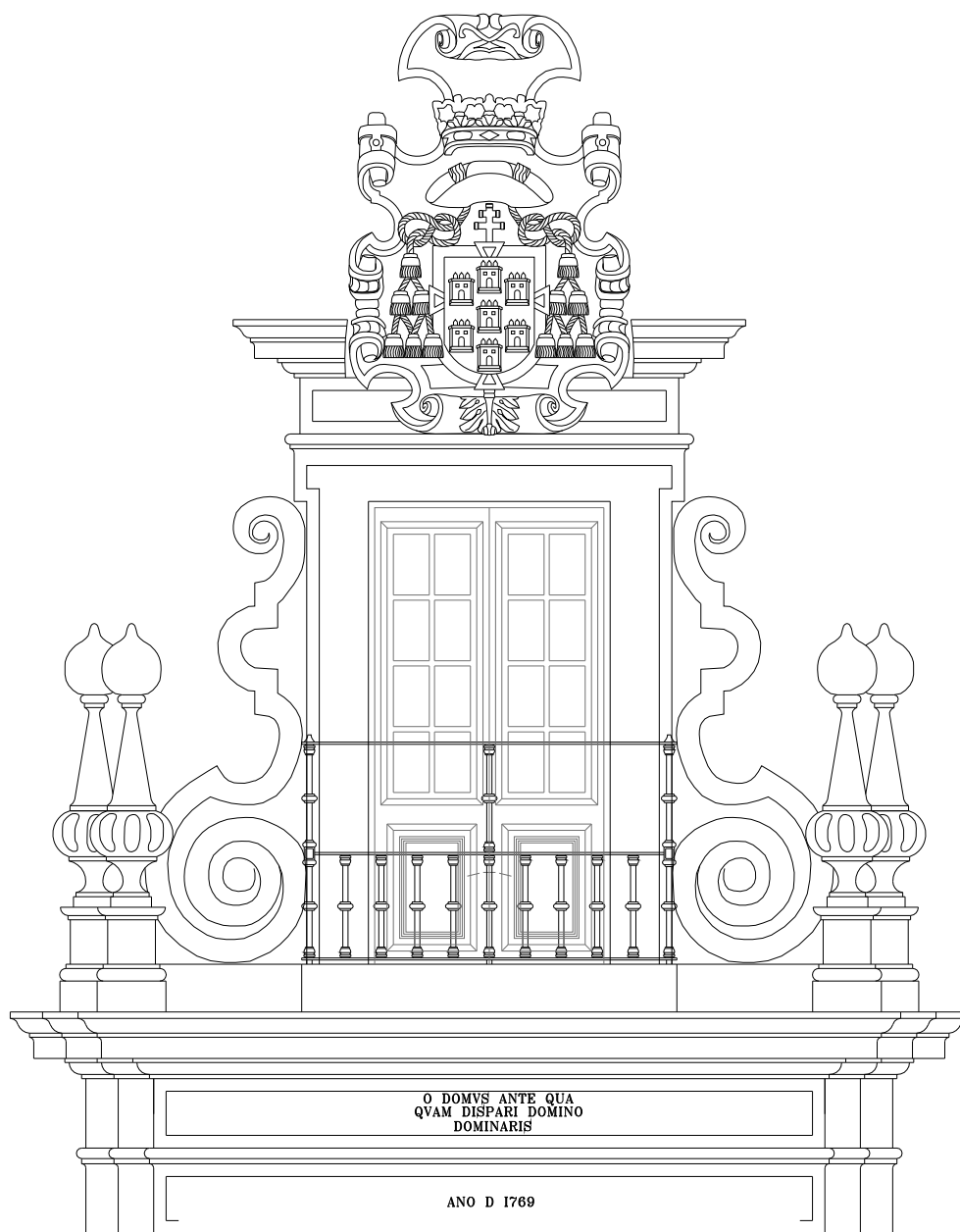


Figura 282 – Porta da ala central do Largo do Paço¹⁴⁸⁶

Assim, procedeu a uma profunda reforma e ampliação de todo o sector poente do Paço, mandando demolir a Casa da Roda, que, desde 1568, lhe era contígua, como se pode observar no *Mapa de Braga Primas*. Igualmente procedeu à ampliação da ala nascente, no corpo sul, virada para o actual Largo do Paço, adquirindo umas casas na Rua do Souto, para alargar a residência do bispo auxiliar. Este acréscimo é ainda hoje bem visível na fachada do Paço que

¹⁴⁸⁶ Desenho de Maurício Guerreiro.

acompanha a fachada da Rua do Souto, sendo igualmente bem visível quando comparado com o MRB¹⁴⁸⁷.

Todavia, devido aos problemas surgidos no reino português, e encontrando-se o arcebispo em Sede Vacante, desde 1827, o corpo poente do Paço passou a albergar a família real e o rei D. Miguel, desde finais do ano de 1832 até aos inícios de 1833. Em 1866 este corpo encontrava-se arruinado, tendo sido completamente destruído por um incêndio, como documentado na Figura 284 (p. 497).

O restauro deste corpo do Paço Arquiepiscopal só viria a ser realizado, em 1934, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para nele serem instalados o Arquivo Distrital e a Biblioteca Pública de Braga.

Assim, o Paço dos Arcebispos, à semelhança da Sé Catedral, constitui o produto de uma série de alterações arquitectónicas consecutivas, realizadas num mesmo espaço físico, que foram ocorrendo ao longo de diferentes fases construtivas, tendo cada uma delas deixado as suas marcas no edifício, tal como hoje ainda se pode ser observado.

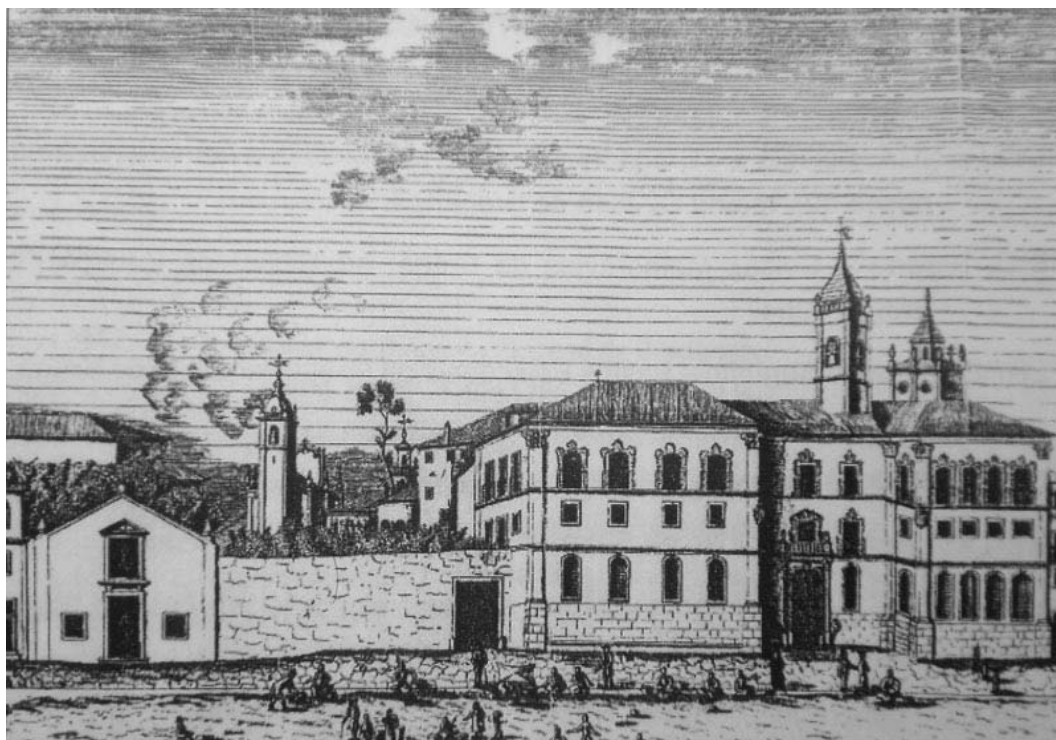


Figura 283 – Paço de D. José de Bragança¹⁴⁸⁸

¹⁴⁸⁷ Vasconcelos 1997.

¹⁴⁸⁸ Vasconcelos 1997: 80.



Figura 284 – Incêndio do Paço no século XIX¹⁴⁸⁹

3.5. Conclusão

A Igreja e os Arcebispos bracarenses tiveram um papel destacado no processo de reorganização e revitalização de Braga durante a Idade Média, contribuindo de forma determinante para que o pequeno núcleo urbano se fosse paulatinamente organizando e adquirindo as infra-estruturas necessárias para o seu progressivo desenvolvimento.

A génese do plano urbano medieval encontra-se no quadrante nordeste da anterior cidade romana e nos traços morfológicos que dela sobreviveram, que foram sendo sucessivamente reutilizados ao longo da Idade Média. Porém, o plano urbano herdado da *urbs* romana foi apenas continuado pontualmente, pois o quadro político e cultural da época medieval exigia uma lógica de organização e funcionamento da cidade, totalmente diferente daquela que caracterizava as formas urbanas anteriores.

A Braga medieval irá organizar-se em torno da antiga basílica paleocristã dos séculos IV-V, refundada no século XI e transformada na actual Sé Catedral, reutilizando, como parte da sua primitiva cerca, a norte, o traçado da própria muralha romana, construída entre finais do século III e inícios do IV.

¹⁴⁸⁹ Vasconcelos 1997: 81.

A basílica paleocristã, conjuntamente com os sectores reutilizados da fortificação romana, tiveram uma importância determinante na continuidade ocupacional da cidade de Braga, muito embora grande parte do espaço anteriormente ocupado pela *urbs* romana tenha sido abandonado e a população se tenha concentrado num quadrante da mesma, facto que implicou a construção de uma cintura defensiva de raiz nas partes sul e oeste que se ligou à parte reaproveitada da muralha romana, a norte e este.

O aumento demográfico ocorrido nos séculos XII e XIII terá impulsionado o alargamento do pequeno núcleo medieval, registando-se então a construção de uma nova cerca que irá englobar uma área urbana maior, para nordeste e norte, a qual, no século XIV passou a incluir o Castelo e o Paço Arquiepiscopal. A crise demográfica e económica sentida no século XIV, poderão ter estado na origem da debilidade apresentada por esta segunda cerca, sobretudo na parte norte¹⁴⁹⁰. De facto, o ataque feito à cidade, em 1369, pelas tropas de Castela e os danos nela causados constituem uma prova da ineficácia do sistema defensivo que protegia a sua parte norte, justificando a necessidade de uma muralha mais robusta, capaz de defender o núcleo urbano. Esta só viria a ser erguida no reinando de D. Fernando (1367-1383), constituindo o último perímetro assumido pela muralha medieval, tal como aparece representada no *Mapa de Braunio*, de 1594.

Os sucessivos alargamentos da cerca medieval bem como das suas portas irão ter repercussões muito significativas no plano urbano medieval, designadamente no que se refere ao sistema viário, aos quarteirões e às parcelas. Já os caminhos exteriores à muralha, que convergiam para as suas portas, são, na generalidade, os mesmos que foram herdados dos antigos eixos viários romanos que ligavam *Bracara Augusta* ao exterior, os quais se mantiveram activos na Antiguidade Tardia. Eles asseguraram a ligação do núcleo populacional que se concentra no quadrante nordeste da cidade aos pequenos aglomerados que se foram formando em torno das basílicas paleocristãs da periferia, os quais deram origem às paróquias suburbanas medievais de Braga, como aconteceu com as de S. Pedro de Maximinos, S. Vítor ou S. Vicente.

Porém, também as portas, os sucessivos perímetros da muralha, bem como os grandes espaços públicos, designadamente a Sé Catedral e o Paço

¹⁴⁹⁰ Apesar da crise económica e demográfica, o rei D. Pedro I (1357-1367) ordenou o lançamento de uma sisa para a prossecução das obras na muralha (Marques 1986).

Arquiepiscopal, tiveram fortes repercussões na morfologia do plano urbano medieval.

O sistema viário parece oferecer dois tipos ruas diferentes. De facto, encontramos ruas bastante regulares, algumas praticamente rectilíneas, que decalcam os antigos cardos romanos, como acontecia com a Rua Verde ou da Rua D. Gualdim, existindo outras que, correm nos espaços dos antigos quarteirões romanos, segmentando-os, mantendo a orientação e a regularidade do plano anterior, como acontecia com a Rua das Travessas ou a Rua da Erva.

O segundo tipo de ruas, mais irregulares e sinuosas, decorre de uma adaptação espontânea aos caminhos preexistentes, situação que se encontra bem documentada nas ruas que foram incluídas nos sucessivos perímetros da muralha, como a Rua de Janes. Irregulares são também, as ruas que resultaram da adaptação à topografia da muralha, como a Rua do Postigo, a Rua Nova ou a Rua da Sapataria. Por fim, ainda dentro deste último tipo, existem ruas que constituem mini-corredores de circulação, cuja funcionalidade servia o edificado, como aconteceu com aqueles que envolveram a Sé Catedral nas suas sucessivas ampliações, como sejam a Rua de Oussias ou a Rua da Olaria.

Um aspecto característico do sistema viário medieval está representado pelo aumento do número de topónimos que se refere às ruas. De facto, muito embora o espaço físico das ruas se mantenha, elas passam a conhecer nomes diferentes em pequenos troços das mesmas, quando, anteriormente ao século XV, o nome se referia à artéria em toda a sua extensão, mantendo-se muitos vezes de ambos os lados de uma rua transversal. Como exemplos podem referir-se os casos da Rua da Triparia, segmentada na Rua da Judiaria Nova e na Rua das Chagas, ou da Rua da Erva, posteriormente designada de Rua da Judiaria Velha, Rua de Santa Maria ou do Poço.

O sistema viário medieval é muito pouco hierarquizado, possuindo as ruas quase todas a mesma largura. A partir dos eixos que sobreviveram até à actualidade, podemos afirmar que, em média, eles deveriam possuir entre três a quatro metros de largura, como acontece com as actuais ruas de D. Gualdim Pais e de S. António das Travessas, que constituem, sem dúvida, os eixos medievais melhor conservado da cidade de Braga. A rua de maiores dimensões seria a Rua do Souto, cuja largura rondaria os cinco metros.

Os quarteirões medievais, em consequência da própria génese e morfologia do sistema viário, assumiram essencialmente duas tipologias. Existiam quarteirões pequenos, com forma geométrica, aproximadamente rectangular, os quais se localizavam sobretudo no Bairro das Travessas. Os outros eram de maiores dimensões, possuindo formas geométricas mais irregulares, localizando-se na parte norte e nascente da cidade, nas áreas que foram progressivamente incluídas dentro da cerca defensiva.

No que se refere ao parcelamento, bem como à tipologia da habitação corrente, a cidade medieval de Braga seria muito idêntica às restantes cidades da Europa Cristã. As parcelas seriam estreitas e alongadas, localizando-se o edificado junto à rua e os logradouros ou quintais no interior do quarteirão, como actualmente ainda é possível observar na Rua de D. Gualdim Pais.

Pese embora a escassez de dados disponíveis relativamente aos materiais empregues na construção, eles não deveriam ser diferentes dos utilizados na generalidade das cidades medievais. A madeira e seus derivados, tal como a taipa e a pedra deveriam ser as matérias-primas mais utilizadas, com predominância da pedra nas habitações mais qualificadas. Todavia, a utilização da pedra na construção corrente poderia não ser tão pontual quanto isso, a julgar pela sua abundância nas proximidades da cidade medieval, concretamente na vasta área anteriormente ocupada pela cidade romana, onde era fácil recolher pedra talhada para a construção.

O facto das parcelas se adaptarem aos caminhos, de forma espontânea e não planificada, determinou que as fachadas do edificado fossem pouco regulares. Nas ruas mais importantes, esta situação começou a ser corrigida com a intervenção do arcebispo D. Diogo de Sousa, designadamente na Rua do Souto, na Rua Nova e na Rua de Maximinos. Nas outras, as intervenções urbanísticas dos séculos XVIII e XIX acabaram por ditar a destruição das características típicas do parcelamento e do edificado medieval.

A construção comum era marcada pela componente vertical, com mais tendência para ocupar o espaço em altura do que em superfície, conformando edifícios de estrutura paralelepípedica, que se subdividiam internamente de forma simplificada, algumas com lojas no rés-do-chão e habitações nos sobrados superiores¹⁴⁹¹. A maioria das casas medievais deveria ter possuído, inicialmente,

¹⁴⁹¹ Ferreira 1999; Ferreira & Miguel 2005; Ferreira & Grenville 2003.

apenas um piso térreo, com uma porta e uma janela. Gradualmente devem ter sido sobradadas, aumentando a sua altura, marcada por novas janelas. Posteriormente, já nos finais da Idade Média, quer as portas, quer as janelas passaram a ser envolvidas por molduras em cantaria.

Segundo alguns autores, a cidade de Braga possuía, nos finais da Idade Média “*uma imagem de pequenez, modéstia e até pobreza*”¹⁴⁹², sobretudo quando comparada com outros núcleos urbanos como Guimarães¹⁴⁹³ ou o Porto¹⁴⁹⁴. Todavia, se era pequena no século XV foi-o ainda mais nos séculos anteriores. Comparativamente ao primitivo núcleo amuralhado, a cerca fernandina delimitará uma cidade que conheceu um forte aumento da área urbana, que duplicou praticamente a sua área. Todavia, a cidade dos finais da Idade Média, pouco havia crescido para a periferia, pois, na realidade, o número de habitantes que possuía era muito reduzido, situação que só se alterará nos inícios da Idade Moderna¹⁴⁹⁵, facto que permitiu que a cidade crescesse para o espaço suburbano e urbanizasse alguns dos seus caminhos e áreas.

¹⁴⁹² Marques 1983:

¹⁴⁹³ Ferreira 1997.

¹⁴⁹⁴ Marques 1982b.

¹⁴⁹⁵ Marques 1988.

4. Braga nos inícios da Idade Moderna

4.1 Introdução histórica

A partir do século XVI e ao longo do século XVII as cidades europeias tornam-se espaços privilegiados para a aplicação dos novos ideais culturais, que passam a valorizar os esquemas clássicos na organização do espaço urbano e o gosto pela beleza e pela cenografia, aplicado a ruas, praças ou a edifícios. Assim, as cidades serão alvo de profundas transformações, que assinalam novas formas de pensar e conceptualizar o espaço vivencial. A Europa encontra-se em fase de expansão, descobrindo novos mundos que irão trazer-lhe riqueza e permitir a consolidação dos Estados e das políticas absolutistas e imperialistas. Este reforço de riqueza e poder terá nas cidades o espaço privilegiado de representação, tanto mais que algumas das componentes urbanas que de forma mais sistemática caracterizavam as cidades medievais, subjacentes à própria concepção de espaço urbano, deixam de ter coerência e importância no contexto da cidade moderna. Em muitas cidades, os sistemas defensivos, à sombra dos quais se protegeram os acanhados centros urbanos medievais, perdem funcionalidade e são ora inutilizados, ora ultrapassados por novos espaços construídos que passam a reflectir as novas concepções de espaço que emergem com o Renascimento, muitas delas retomando ideias e pressupostos da cidade clássica. A racionalidade da organização viária, traduzida em eixos rectilíneos e amplos, que conforma planos ortogonais e a criação de grandes praças públicas, delimitadas por edifícios com fachadas cenográficas, constituem as duas linhas de intervenção urbanística que maior impacto terão na cidade moderna, sobretudo nas cidades capitais.

A mentalidade europeia será igualmente marcada, neste período, pela divisão que ocorre no seio da Igreja Católica, que vê a sua autoridade abalada e procura renovar alguns dos seus pilares, afirmando-se através da intervenção sistemática no tecido urbano, com a renovação e construção de novos espaços de culto.

Neste contexto, as cidades vão assistir ao protagonismo de dois tipos de construções públicas, os palácios e as igrejas, espaços que reflectem a importância e riqueza das elites dominantes.

Todos estes acontecimentos irão marcar profundamente as cidades e fazer emergir uma nova concepção de espaço urbano, que determina o alargamento e expansão dos núcleos anteriores de forma racional e estética.

A cidade de Braga não escapou às tendências europeias dominantes que caracterizaram os séculos XVI e XVII. De facto, estas centúrias marcam o desenvolvimento e prosperidade dos núcleos urbanos, para os quais contribuíram uma série de factores determinantes. Desde logo, o seu governo por arcebispos inovadores e empreendedores, mas, também, o aumento demográfico e o crescimento económico registados na cidade, aliados a uma conjuntura nacional favorável.

Braga, nos inícios da época moderna, irá beneficiar da actuação do Arcebispo de D. Diogo de Sousa, a quem coube o papel de renovar a cidade. De facto, ele soube intervir de forma audaciosa, mas consciente no plano da cidade anterior, alterando a sua fisionomia, adaptando e criando novos espaços intra e extramuros¹⁴⁹⁶.

O contexto político, económico e cultural da altura em que viveu foi-lhe em tudo favorável. De facto, D. Diogo de Sousa possuía, enquanto arcebispo, o poder e os meios para intervir livremente no espaço urbano.

A população havia praticamente duplicado, possuindo aproximadamente 3575 habitantes nos inícios do século XVI, comparativamente aos 1745 rastreados nos finais do século XV¹⁴⁹⁷. De igual modo, a situação económica e comercial da cidade era favorável, sendo potenciada pela presença de numerosos profissionais, documentados pelas fontes históricas¹⁴⁹⁸ e iconográficas¹⁴⁹⁹. Por sua vez, a cidade não necessitava mais da muralha fernandina como sistema defensivo, podendo, por isso, conhecer novas construções nas suas imediações.

D. Diogo de Sousa beneficiou, igualmente, do contacto pessoal que manteve com as novas tendências humanistas e renascentistas, aquando da sua estadia em Roma, facto que lhe permitiu adquirir uma sólida formação intelectual, bem como um espírito modernista¹⁵⁰⁰.

De facto, o arcebispo levou a cabo uma das reformas urbanas mais significativas da história da cidade. Aproveitando os espaços e os edifícios públicos

¹⁴⁹⁶ Acerca da vida e obra de D. Diogo de Sousa existem inúmeros trabalhos publicados, dos quais se salientam (AAVV 2006; Bandeira 2000a; Costa 1993; Maurício 2000).

¹⁴⁹⁷ Marques 1983.

¹⁴⁹⁸ Como se pode observar no Índice *dos Prazos das Casas do Cabido* (AAVV 1989-91).

¹⁴⁹⁹ Designadamente pelo número de lojas representadas no MRB, cujos prazos remontam ao século XVI e XVII.

¹⁵⁰⁰ Costa 1993; Bandeira 2000.

reguladores do urbanismo medievo, como eram a Sé Catedral, o Paço e o Castelo, renovou e recriou novas áreas na zona intramuros, procurando conciliar a estrutura preexistentes aos novos ideais de prestígio e modernidade¹⁵⁰¹.

Porém, as reformas urbanistas de D. Diogo de Sousa visaram igualmente a expansão física da cidade, tendo dedicado, por isso, particular atenção aos espaços extramuros, criando novos largos e ruas que permitiram o seu desenvolvimento para a periferia. Assim, de acordo com as portas da muralha e com as vias intramuros que a elas se ligavam, o arcebispo mandou abrir um conjunto de largos, designadamente o Campo de Santa Ana, o Campo dos Remédios, o Campo das Carvalheiras, o Campo das Hortas e o Campo da Vinha.

A importância destes espaços no crescimento da cidade, para fora dos seus muros, foi dupla. Desde logo, porque ao ligarem-se entre si vão originar o aparecimento de novas ruas, na periferia imediata da muralha, que assumem a fisionomia do traçado da cerca defensiva. Por outro lado, todos os largos referidos mantinham igualmente uma estreita relação com as vias suburbanas que, desde a época romana se ligavam à cidade, potenciando o seu desenvolvimento e a sua articulação com o espaço rural.

Deste modo, D. Diogo de Sousa traçou a linhas mestres do futuro desenvolvimento urbano de Braga, dotando-a de espaços e estruturas de continuidade, designadamente de um conjunto de saídas periféricas alternativas, que deram expressão a uma fisionomia perfeitamente radial, massivamente urbanizada durante os séculos seguintes.

Todavia, um número significativo de ruas extramuros teve a sua génese morfológica nas construções que se foram adossando ao lado exterior da muralha fernandina.

4.2 O centro urbano

A partir do conhecimento que possuímos do plano urbano medieval, da análise do *Mapa de Braunio*, bem como das fontes documentais que referem as intervenções realizadas no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa¹⁵⁰² é possível

¹⁵⁰¹ As intervenções urbanísticas na cidade foram abordadas por vários autores (Bandeira 2000a; Maurício 2000; Bandeira 2006).

¹⁵⁰² Tal como já foi referido, as obras realizadas na cidade por D. Diogo de Sousa encontram-se descritas num documento intitulado *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer (1532-1565)*, realizado pelo cônego Tristão Luís, pertencente ao A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fls. 329-334v. Este documento encontra-se publicado (Ferreira 1928-1934, vol. II; Costa 1993 e Maurício 2000, vol. II).

definir, com alguma exactidão, qual o plano urbano que caracterizou a cidade de Braga nos inícios da Idade Moderna. A comparação da informação disponibilizada por estes documentos torna evidente o modo como se articulavam os diferentes elementos do plano da cidade, no século XVI, quais as infra-estruturas mais representativas do espaço urbano intramuros, bem como a organização do espaço envolvente.

Nos inícios da Idade Moderna o centro urbano de Braga conheceu importantes alterações no seu sistema viário com a criação de novas ruas e a regularização de outras. Tal como já referido, D. Diogo de Sousa procedeu ao alargamento e regularização da Rua de Maximinos, antiga Rua dos Burgueses e actual Rua Paio Mendes, bem como da parte inicial da Rua do Souto e da Rua do Campo, conhecida anteriormente por Rua Nova, zona presentemente integrada no troço norte da Rua Frei Caetano Brandão. A ele se ficaram a dever, igualmente, a criação de novos espaços de circulação, designadamente, da Rua Nova de Sousa, actual Rua D. Diogo de Sousa, que prolonga a Rua do Souto até à porta da muralha, o Arco da Porta Nova, também por ele mandado abrir. A Rua dos Açougues Velhos, actual Rua do Cabido e a Rua de S. João do Souto, inicialmente designada de S. Marcos são outras das vias que devem a sua existência à intervenção do arcebispo. Também a abertura e/ou regularização de algumas praças, designadamente, da Praça do Pão, em frente da fachada principal da Sé, da Praça do Pescado, no final da Rua D. Diogo de Sousa, junto ao Arco da Porta Nova e de uma praça entre a fachada norte da Sé e o Largo do Paço, actualmente designada de Largo D. João Peculiar, foram igualmente obras de D. Diogo de Sousa.

O referido arcebispo interviu, ainda, na fisionomia e arquitectura dos edifícios mais emblemáticos da cidade, como a Sé Catedral, o Paço dos Arcebispos e o Castelo, tendo procedido ao melhoramento global das infra-estruturas urbanas, ordenando o calcetamento de ruas e praças e renovando o sistema de abastecimento de água à cidade, através da criação de novas fontes e chafarizes, ou da reparação dos já existentes.

Entre as novas ruas da cidade moderna merece destaque a Rua da Vielinha, actual Rua da Violinha, localizada entre a Rua Paio Mendes e a Praça Velha. O primeiro prazo que refere esta artéria data de 1515¹⁵⁰³, devendo, por conseguinte,

¹⁵⁰³ Oliveira 1993.

corresponder a uma rua intramuros recente de fisionomia medieval, cujo lado poente só terá sido construído a partir do século XVI, uma vez que, segundo o *Mapa de Braunio*, era apenas formada por uma linha de construções no lado nascente.

No século XVIII, esta rua aparece representada no MRB, como uma artéria que ligava a Rua de Maximinos ao Rossio da Praça, acompanhando o percurso da antiga muralha medieval, que a ladeia parcialmente. Era uma artéria estreita e pequena, oferecendo uma configuração invulgar e um traçado tortuoso.

O sistema viário representado no *Mapa de Braunio* é bastante claro quanto às transformações realizadas por D. Diogo de Sousa e corresponde, na generalidade, ao mesmo que se encontra ainda representado, três séculos mais tarde, na planta topográfica de 1883/84.

A área central, claramente demarcada pela representação da Sé Catedral, ocupava um local destacado na plano da cidade, para o qual confluíam as ruas mais importantes e em torno do qual gravitava a vida urbana. De facto, a cidade de Braga encontrava-se profundamente marcada pela sua dignidade Arquiepiscopal, que remontava aos séculos alto medievais, constituindo a Sé Catedral o monumento mais carismático da cidade.

O *Mapa de Braunio* permite verificar como as ruas e os principais edifícios religiosos e civis, bem como os quarteirões e a massa construída, se encontram hierarquicamente definidos, oferecendo-nos informações relacionadas com o uso do solo, fornecendo, mesmo, uma perspectiva tridimensional da cidade.

O espaço encerrado pela muralha medieval aparece claramente dividido em duas partes, a partir do eixo que corta toda a cidade no sentido E-O, correspondente às actuais Rua de D. Diogo de Sousa e Rua do Souto. Na parte norte, menos urbanizada e com escassos eixos viários, sobressaem os edifícios do Paço Arquiepiscopal e o Campo de Touros dos Arcebispos. Contrariamente, na parte sul, encontramos a área mais densamente urbanizada, correspondente à parte mais antiga da cidade, onde se destacam duas áreas morfológicas distintas. A oriente, na zona correspondente ao Bairro das Travessas, os arruamentos apresentam-se regulares, formando uma malha composta por eixos longitudinais que são cortados pela rua que, na Idade Média, se designava por Ruas das Travessas. A ocidente, o sistema viário é composto por eixos de carácter irregular.

No século XVI, como a própria fonte iconográfica demonstra, existem ainda algumas áreas não construídas, ocupadas como zonas verdes ou quintais,

sobretudo na parte norte da cidade. Neste sentido, se a própria área intramuros possuía espaços livres de construções, parece razoável admitir que a zona extramuros deveria encontrar-se ainda bastante ruralizada.

A análise do notável documento, constituído pelo *Mapa de Braunio*, permite obter uma clara imagem da estrutura da parte mais urbanizada da cidade quinhentista, correspondente à zona sudoeste, precisamente aquela que se sobrepôs à cidade romana, herdando elementos da sua estrutura viária. Apesar de sabermos que o centro da cidade medieval se deslocou relativamente ao centro da *urbs* romana, passando a gravitar inicialmente em torno da basílica paleocristã e, mais tarde, em torno da Sé Catedral, uma parte do plano da cidade romana sobrevive claramente nos traços morfológicos da Braga medieval, mas, também, da Braga moderna.

Apesar das alterações introduzidas por D. Diogo de Sousa, muitos dos traços medievais mantêm-se ainda no século XVI, situação que aliás se prolonga até ao século XVIII. Na realidade, a morfologia da área urbana intramuros de Braga, apresentada no *Mapa de Braunio*, manteve-se praticamente igual durante os séculos seguintes, designadamente no que se refere ao traçado da muralha, à estrutura viária e à distribuição das praças.

Os novos espaços criados e ampliados por D. Diogo de Sousa, para além da regularidade que introduzem no plano viário, determinaram o surgimento de novos quarteirões com uma divisão parcelar mais regular, que contrasta com o pequeno lote, estreito e alongado da generalidade das parcelas medievais, destinadas à habitação corrente. Esta alteração é indissociável das novas construções que nelas surgirão ao longo dos séculos posteriores, algumas das quais muito similares às que caracterizaram o edificado actual, como acontece com as actuais ruas de D. Diogo de Sousa, de S. João do Souto ou da Nossa Senhora do Leite.

4.3 A perda da função militar da muralha fernandina

Muito embora o crescimento adossado à muralha medieval de Braga já se verifique no século XVI, como nos demonstra o *Mapa de Braunio*, este processo vai tornar-se particularmente significativo a partir do século XVII, culminando no século XIX com a destruição quase total do que restava daquela fortificação.

Braga segue, assim, um processo que se observa em grande parte das cidades europeias, que deixam de necessitar das muralhas e dos castelos, enquanto sistema defensivo¹⁵⁰⁴. Por outro lado, elas constituíam uma barreira ao próprio desenvolvimento urbano, circunstância que determinou a sua destruição ou integração nos quarteirões, como aconteceu no caso de Braga.

Com a perda de função da muralha torna-se possível o crescimento da cidade para a zona imediata extramuros, facto que originou o aparecimento de novas ruas periféricas extramuros, que acompanham o traçado da muralha. Esta situação encontra-se bem registada com a abertura da Rua de S. Marcos, da Rua do Anjo, da Rua do Alcaide, do Campo dos Carvalheiras e da Rua dos Biscainhos, cujas características passaremos a analisar de seguida.

4.3.1 Rua de S. Marcos

A Rua de S. Marcos, localizada actualmente entre o Largo Carlos Amarante e o Largo Barão de S. Martinho, tem a sua origem no século XVI, em consequência da abertura, por D. Diogo de Sousa, do Campo dos Remédios e do Campo de Santa Ana, ficando a dever-se, também, à importância económica assumida pela zona do Castelo, surgindo, precisamente como uma rua que circundava a muralha, no lado sudeste, permitindo a ligação entre os dois campos referidos, bem como entre as portas de S. João e do Souto.

Todavia, tal como já foi mencionado, o eixo seguido por esta rua corresponderia aproximadamente ao traçado da via XVIII, também conhecida por Geira, que ligaria *Bracara Augusta* à cidade de *Asturica Augusta*, traçado esse que poderia ter acompanhado, também, o trajecto do aqueduto romano, que se presume corresponder ao moderno aqueduto das “Sete Fontes”. Com a retracção urbana ocorrida durante a Antiguidade Tardia e a construção da primitiva cerca medieval, esta área ter-se-á mantido durante séculos como área periférica, eventualmente com aproveitamento agrícola ou hortícola, constituindo uma espécie de prolongamento do campo de soutos da zona nordeste, que existia ainda no tempo de D. Diogo de Sousa¹⁵⁰⁵.

¹⁵⁰⁴ Tal como já foi referido anteriormente, esta não é uma característica de todas as cidades, pois muitas houve que se dotaram de novas muralhas ou reformularam as anteriores, construindo novos sistemas defensivos típicos da época moderna.

¹⁵⁰⁵ A.D.B., *Registo Geral*, Livro 330, fl. 331v, onde se lê: *Comprou hum recjo da Porta de Sam Marcos atee a fonte o qual era todo cheo de vinhas e nom avia passagem para baixo*, publicado por Maurício 2000, vol. II: 299.

No século XVI esta rua apresenta o lado nascente completamente construído, não registando edificadões no lado poente, segundo a representação do *Mapa de Braunio*. De acordo com o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* o primeiro emprazamento nesta rua data do ano de 1515 e refere-se à casa número 1, assinalada no MRB (Figura 287, p. 510).



Figura 285 – Rua de S. Marcos no Mapa de Braunio



Figura 286 – Rua de S. Marcos no Mapa de Braga Primas

Logo nos inícios da rua existia o Convento dos Remédios, fundado em 1544-1549, por D. Frei André de Torquemada, bispo de Dume, em terrenos cedidos pelo Cabido¹⁵⁰⁶ (Figura 287, p. 510).

Quase no final desta artéria, também do lado nascente, encontra-se a conhecida Casa dos Crivos, um dos poucos exemplares sobreviventes da típica casa bracarense do século XVII, denominada de gelosias, em virtude das janelas possuírem portadas formadas por pequenas ripas em madeira que compõem uma espécie de tabuleiro de xadrez, analisada na ficha 4 do Apêndice I deste trabalho.

¹⁵⁰⁶ AAVV 1989-91, vol. II. Este convento e a sua Igreja viriam a ser destruídos nos inícios do século XX.

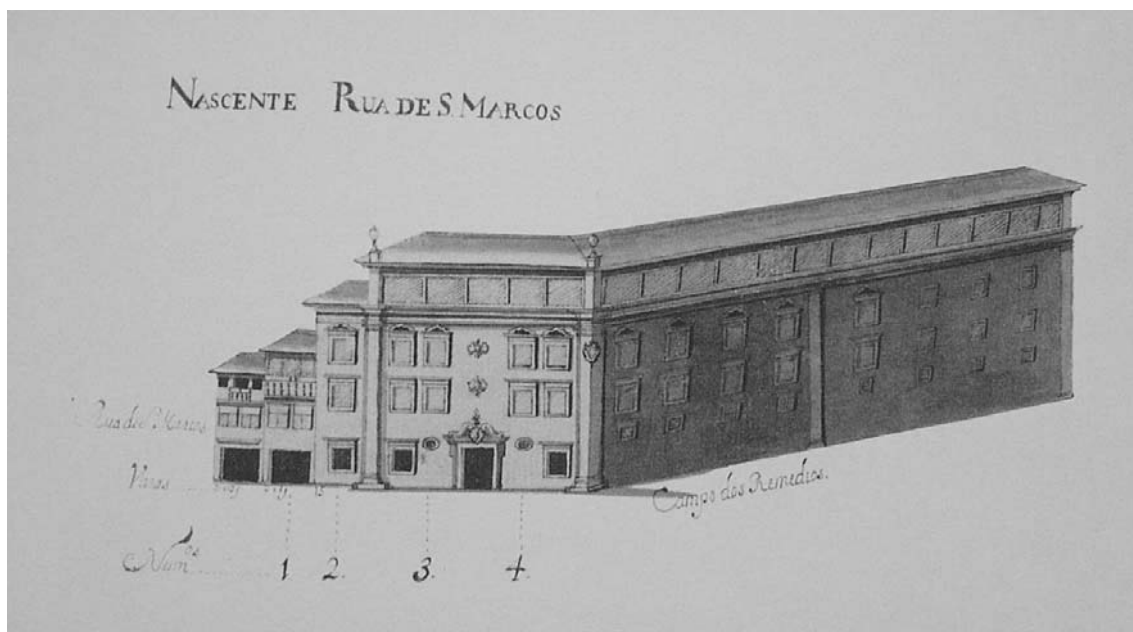


Figura 287 – Rua de S. Marcos no MRB

Durante o século XVII esta artéria terá conhecido um forte incremento construtivo, muito embora grande parte das casas aqui existentes, já no século XVIII, não se encontrem representadas no MRB. Todavia, quer a sua fisionomia, quer a densidade do seu edificado encontram-se bem ilustrados no *Mapa de Braga Primas*.

A Rua de S. Marcos representa uma das artérias mais interessantes do ponto de vista da preservação e do reaproveitamento dos materiais pertencentes da cerca fernandina. Esta afirmação baseia-se na simples observação dos materiais que ainda actualmente se encontram dentro das casas, localizados de ambos os lados da rua. A título de exemplo, referiam-se as casas assinaladas no quarteirão D7, analisadas no Apêndice I, ficha 3 deste trabalho.

O parcelamento original encontra-se ainda muito bem fossilizado na morfologia actual da rua. As parcelas encontravam-se parcialmente edificadas, em resultado da divisão do terreno em pequenos lotes, estreitos e alongados, apenas construídos na parte junto da rua, ocupados por habitações estreitas, com logradouros na parte posterior. Do lado poente da rua, junto à muralha, observa-se a existência de intervalo entre as paredes traseiras das casas e a face externa da fortificação. Contudo, cabe destacar que, comparativamente à divisão parcelar intramuros, destinada à habitação corrente, as parcelas apresentam uma frente sensivelmente mais larga (Apêndice I, ficha 3).

Recentemente, esta rua tem sido alvo de reparcelamentos, através da construção de grandes edifícios que juntam várias parcelas, muito embora seja ainda perceptível o parcelamento original.

O lado poente da rua é aquele que melhor documenta a sua história morfológica, bem perceptível nas parcelas que se localizam sensivelmente a meio do seu percurso, onde se pode observar a relação que estabelecem com a fortificação, bem como os vestígios que dela sobreviveram (Apêndice I, ficha 3).

4.3.2 Rua do Anjo

A Rua do Anjo localiza-se actualmente entre o Largo de S. Sebastião e o Largo de Carlos Amarante. Esta rua constitui um prolongamento da Rua de S. Marcos na forma como se adapta ao traçado sudeste da muralha medieval. Através dela fazia-se a ligação extramuros entre o Campo dos Remédios e o Campo de S. Sebastião, assegurando-se, igualmente, a circulação entre a Porta de S. João e a Porta de Santiago.

No século XVI esta rua encontrava-se já bem definida morfológicamente, constituindo um exemplo evidente do modo como as muralhas podem condicionar a morfologia das ruas.

O edificado do lado norte da rua encontrava-se bastante consolidado, ocupando uma vasta extensão, cuja morfologia seguia perfeitamente o traçado da muralha, situação que se manteve até à actualidade. Todavia, contrariamente ao que se verifica na Rua de S. Marcos, a Rua do Anjo conhecia já, no século XVI, bastantes construções no lado adjacente à muralha, sobretudo na parte junto ao Campo de Santiago.

Segundo o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*, o primeiro empraçamento na Rua do Anjo data de 1582¹⁵⁰⁷, muito embora, devessem já existir aí outras construções, face ao número de edifícios que aparecem representados no *Mapa de Braunio*, datado de 1594.

¹⁵⁰⁷ *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (AAVV 1989-91, vol. II).

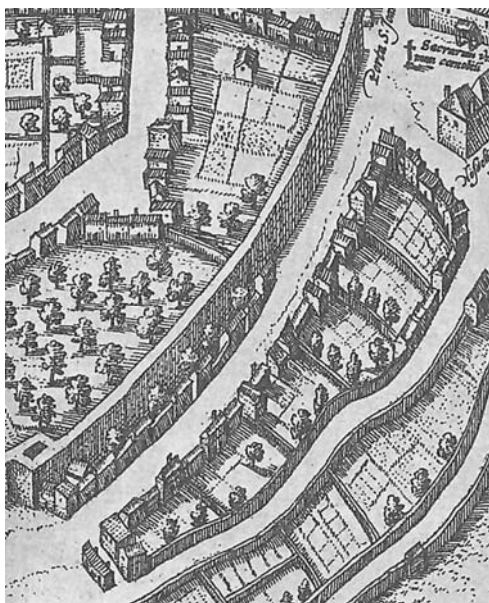


Figura 288 – Rua do Anjo no Mapa de Braunio

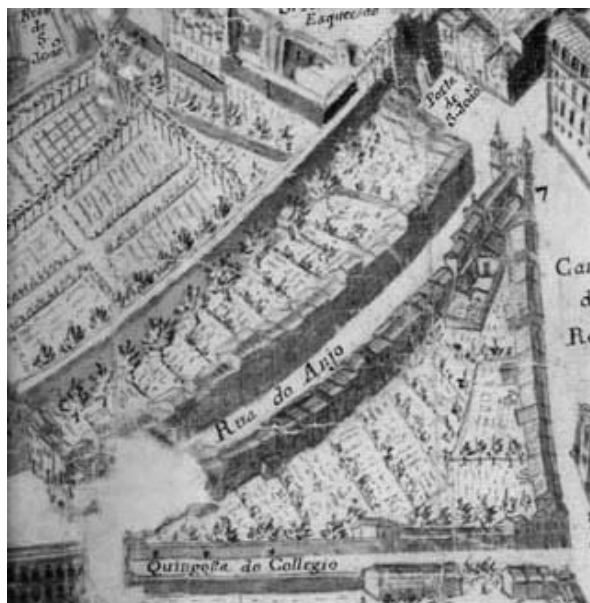


Figura 289 – Rua do Anjo no Mapa de Braga Primas

Os séculos seguintes irão transformar a Rua do Anjo numa artéria extensamente urbanizada. No lado norte ela encontrava-se toda edificada até à porta de S. João. No lado sul, o limite nascente passará a ser definido pela Igreja de Santa Cruz, com a fachada principal virada para o Campo dos Remédios, tendo o seu alçado lateral prolongado o limite da rua (Figura 289, p. 512 e Figura 290, p. 512).

Entre os edifícios mais emblemáticos da Rua do Anjo conta-se a Igreja de Santa Cruz, mandada edificar no ano de 1617, para cuja construção foi necessário comprar algumas casas da Rua do Anjo, encontrando-se a obra de pedreiro concluída em 1653¹⁵⁰⁸.

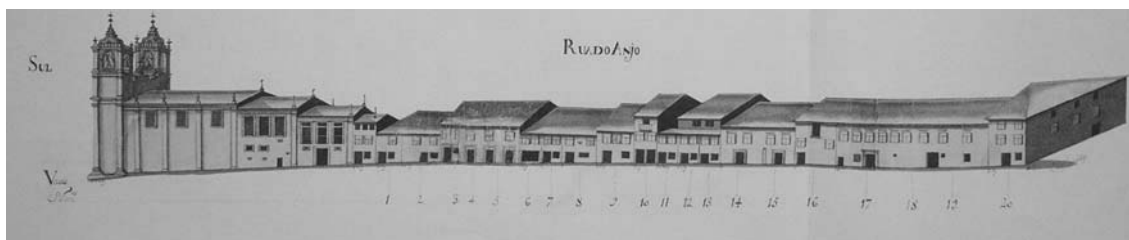


Figura 290 – Rua do Anjo no MRB

Muito embora a fachada norte da Rua do Anjo não apareça representada no MRB, podemos admitir que a tipologia das suas casas fosse idêntica às

¹⁵⁰⁸ Costa 1982.

representadas como integrantes da fachada sul da rua. Esta possuía maioritariamente casas pequenas que, no piso térreo, tinham uma porta ladeada por uma janela, segundo uma tipologia bem documentada para as ruas mais periféricas da cidade. Algumas destas casas ainda se encontram actualmente preservadas, como analisaremos na ficha 7 do Apêndice I deste trabalho.

Porém, existem, igualmente, ainda que em menor quantidade, algumas casas de maiores dimensões, com uma arquitectura mais elaborada. Este tipo de edifícios encontra-se nos dias de hoje ainda muito bem conservado no lado norte da rua. Do conjunto edificado desse lado, sobressaem vários edifícios de grande qualidade arquitectónica, pertencentes aos séculos XVII/XVIII e XIX, mas que reproduzem algumas características dos edifícios intramuros, pertencentes aos séculos XVI e XVII, muito embora, não se encontrem representados no MRB. Algumas destas construções serão objecto de análise na ficha 8 do Apêndice I deste trabalho.

A tipologia de parcelamento representada no *Mapa de Braga Primas* é ainda muito semelhante à actual, revelando parcelas heterogéneas, maioritariamente, médias e grandes, somente edificadas na parte junto à rua, alongando-se para o interior do quarteirão através de quintais.

Na fachada norte da rua, as casas somente se adossam à muralha nas extremidades da mesma, mantendo as restantes um espaço livre entre as construções e a face externa da fortificação. Actualmente, alguns destes espaços livres permanecem sem construções, como já analisámos no quarteirão D2.

4.3.3 Rua do Alcaide

A Rua do Alcaide localizava-se entre o Campo de Santiago e o Campo de S. Sebastião, permitindo ligar, pelo lado exterior da muralha, quer os referidos campos quer as portas de Santiago e do Postigo da Cividade.

A génese da Rua do Alcaide é romana, aproximando-se a sua morfologia ao traçado da parte nascente do decumano máximo nascente. Todavia, a construção da muralha medieval e as construções que se vão edificando de forma espontânea, acompanhando o ritmo da cerca defensiva, irão distorcer o seu original traçado regular.

No lado sul da Rua do Alcaide preserva-se um pequeno caminho, situado na sua parte poente, que corre no sentido N/S, correspondendo a um beco que permite o acesso às construções do interior do quarteirão. Segundo a nossa projecção do sistema viário romano, o referido caminho, coincide com o eixo de um antigo cardo, que assim se conservou fossilizado até à actualidade, ainda que integrado na construção (Figura 291, p. 514).



Figura 291 – Caminho romano na Rua do Alcaide

No século XVI a morfologia da Rua do Alcaide já se encontra perfeitamente definida, registando a edificação total dos seus dois lados, como se pode observar no *Mapa de Braunio*. Tratava-se de uma pequena artéria que acompanhava, pelo lado exterior, o traçado sul da muralha, compreendido entre duas torres, que fazem ainda parte da paisagem urbana actual.

Segundo o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*, a data do primeiro emprazamento desta rua data de 1550¹⁵⁰⁹. Porém, o ritmo de construções ao longo do século XVI teria sido bastante acelerado, como se pode observar pelo *Mapa de Braunio* (Figura 292, p. 515).

¹⁵⁰⁹ AAVV 1989-91, vol. II.



Figura 292 – Rua do Alcaide (Mapa de Braunio)



Figura 293 – Rua do Alcaide (MRB)

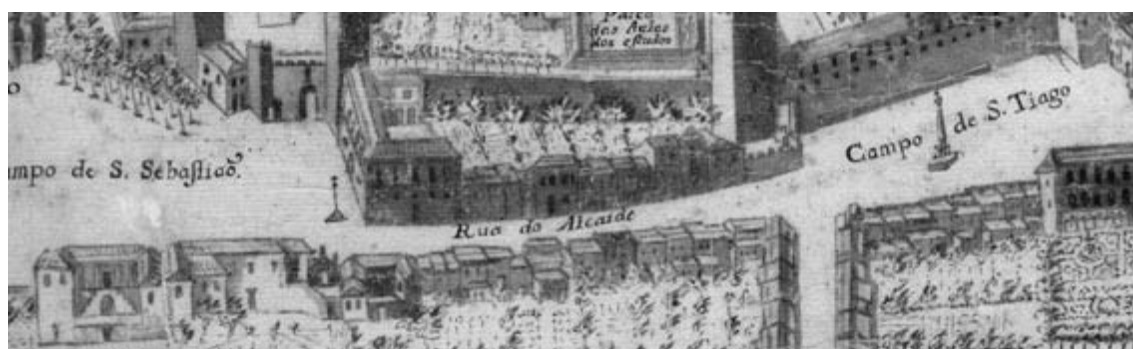


Figura 294 – Rua do Alcaide (Mapa de Braga Primas)

No século XVIII, segundo a representação do MRB, que apenas retrata o seu lado sul, e o *Mapa de Braga Primas*, esta rua possuiria um parcelamento sensivelmente distinto das anteriormente descritas, conhecendo parcelas de maiores dimensões, que são ocupadas por grandes edifícios, com pormenores arquitectónicos elaborados. Na generalidade, trata-se de casas com dois pisos, possuindo as aberturas do primeiro piso uma moldura de pedra em platibanda ou um cimácio e sobre as janelas do piso superior uma moldura em filete ou, por vezes, em quarto de bocel. De facto, a julgar pelo topónimo desta rua, nela deveriam ter vivido homens abastados da cidade.

O número de parcelas e o tipo de edifícios representados nas fontes atrás mencionadas, permanecem actualmente praticamente inalterados, estando preservadas quase todas as suas fachadas.

4.3.4 Campo das Carvalheiras e Campo das Hortas

O Campo da Carvalheiras, mandado alargar por D. Diogo de Sousa, localizava-se entre a capela de S. Sebastião e a igreja de S. Miguel¹⁵¹⁰, circundando, pelo lado exterior, a parte noroeste da muralha medieval. Entre a dita igreja e a Porta de Maximinos fez *a entrada e calçada e poyaes ... que dantes era muito fora de feição e pos nella a cruz que hy estaa com seus degraos e haste de marmore*¹⁵¹¹.

No seguimento para norte do Campo das Carvalheiras, até à Porta Nova, o referido arcebispo mandou igualmente abrir um Rossio, que rapidamente se urbanizou dando origem à Rua Em frente dos Açougues¹⁵¹² e ao Campo das Hortas, como aparece referido no *Mapa de Braunio*. Até à intervenção de D. Diogo de Sousa esta área *“não era senão caminho estreito ... chão tapado com parede em çosa e huã estrada somente antr´elle e o muro, e agora fica entrada grande ... que se fazem agora casas da banda de Sam Miguel”*¹⁵¹³.

Segundo a representação do *Mapa de Braunio* tratava-se de uma vasta área, que, em toda a sua extensão nascente estava limitada pelo conjunto de casas que se edificaram seguindo a linha da muralha. De facto, já nos finais do século XVI, a parte poente da muralha medieval encontrava-se toda rodeada por construções, que mantinham o esquema clássico de parcelamento. Ou seja, as parcelas apenas se encontravam edificadas na parte que faceava o Campo, não se adossando completamente à muralha.

Nos séculos posteriores a fisionomia desta zona irá ser profundamente alterada. No MRB, do século XVIII, apenas é representado o lado poente do Campo das Carvalheiras, sob a designação de Campo de S. Sebastião e da Rua Em Frente dos Açougues, muito embora o *Mapa de Braga Primas*, seu contemporâneo, ilustre o lado nascente daquele espaço, cuja fisionomia se assemelha muito à representada no *Mapa de Braunio*. Tal como no tempo do arcebispo D. Diogo de

¹⁵¹⁰ A.D.B., *Registo Geral*, Livro 330, fl. 332, onde se lê: “alargou muito o Recio que estaa antre S. Miguel e Sam Sebastião” publicado por Maurício 2000, vol. II: 299.

¹⁵¹¹ A.D.B., *Registo Geral*, Livro 330, fl. 332v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 299.

¹⁵¹² Segundo o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*, o primeiro prazo data de 1480 (AAVV 1989-91, vol. II).

¹⁵¹³ A.D.B., *Registo Geral*, Livro 330, fl. 332v, publicado por Maurício 2000, vol. II: 299.

Sousa, mantêm-se a capela de S. Sebastião, actualmente ainda existente, e a de S. Miguel, ausente já na planta topográfica de 1883/84.



Figura 295 - Campo das Carvalheiras e das Hortas (Mapa de Braunio)



Figura 296 - Campo das Carvalheiras e das Hortas (Mapa de Braga Primas)



Figura 297 - Campo das Carvalheiras e das Hortas (Planta de 1883/84)

A partir do século XIX, e devido ao prolongamento da Rua das Travessas até ao Campo das Carvalheiras, para além da muralha, também algum edificado terá sido destruído, surgindo novas construções a ladear o prolongamento da rua. Igualmente a edificação do antigo Campo, a sul, irá determinar a divisão deste espaço e o aparecimento de novas artérias, conservando-se, actualmente, apenas uma pequena praça que mantém o topónimo de Carvalheiras. Porém, apesar de muito alterada em termos de construção, a actual Rua Jerónimo Pimentel conserva ainda, na parte nascente, a morfologia do século XVI. Esta rua teve uma génese romana, correspondendo ao local aproximado onde correria o cardo máximo norte. No entanto, os quarteirões romanos que se localizariam a poente daquele eixo, ao ficarem fora do recinto amuralhado medieval, sofreram um inevitável processo de

ruralização até à criação do Campo das Carvalheiras, no século XVI, que dará início a um novo processo de urbanização.

Mesmo assim, e muito provavelmente devido à génese romana desta área, a própria muralha medieval conheceu nesta zona um traçado menos irregular do que nos restantes tramos, razão pela qual a fachada nascente da Rua Jerónimo Pimental, bem como do Largo das Carvalheiras beneficiaram de uma certa regularidade, como se pode observar na planta topográfica de 1883/84, que ainda hoje se conservam.

4.3.5 Rua dos Biscainhos

A rua dos Biscainhos, aberta pelo menos no século XVI, permitia a ligação entre o Campo da Vinha e o Campo das Hortas, mandados abrir por D. Diogo de Sousa. De facto, este eixo possibilitava o acesso, pelo lado exterior da muralha, entre o Arco da Porta Nova, mandado abrir pelo mesmo arcebispo e a Porta Limpa ou de S. Francisco, constituindo mais um exemplo do tipo de vias modernas surgidas extramuros, com a perda da funcionalidade defensiva das muralhas.

No século XVI, tal como se pode observar no *Mapa de Braunio*, a Rua dos Biscainhos encontrava-se já toda urbanizada no lado nascente, possuindo uma morfologia que resultava da adaptação das parcelas à linha da muralha medieval. À semelhança do que ocorre nas ruas já analisadas, as parcelas apenas se encontram edificadas na parte adjacente à rua, desenvolvendo-se os quintais na parte posterior até à cerca defensiva.

A fisionomia desta rua irá manter-se muito idêntica ao longo dos séculos seguintes. Na fachada poente da rua será construído, no século XVII, o Palácio dos Biscainhos¹⁵¹⁴.

Muito embora o MRB apenas represente uma pequena parte da fachada poente da rua, onde se encontra o Palácio, impedindo-nos de obter uma imagem do tipo de edifícios que existiam no lado nascente, ainda hoje podemos observar precisamente neste último lado, algumas das construções mais antigas desta rua. Referimo-nos, concretamente, às casas localizadas na parte sul da rua, junto ao torreão do quarteirão A2, algumas das quais se encontram actualmente em recuperação (Figura 300, p. 519).

¹⁵¹⁴ Eça 1990.

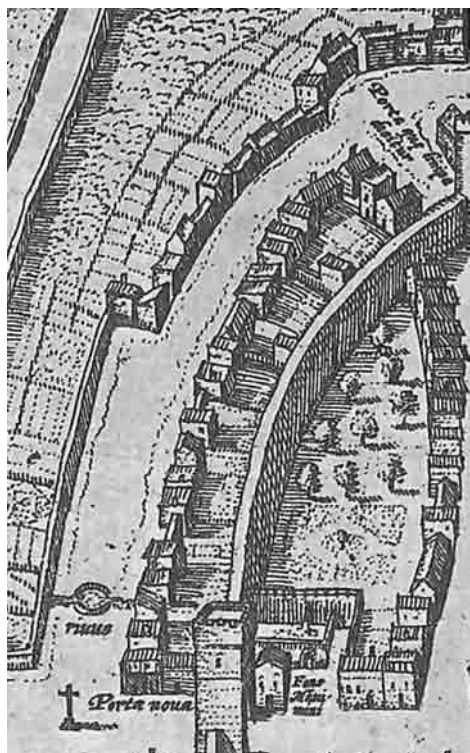


Figura 298 – Rua dos Biscainhos (Mapa de Braunio)



Figura 299 – Rua dos Biscainhos (Mapa de Braga Primas)



Figura 300 – Casas da Rua dos Biscainhos

4.4 A urbanização das vias suburbanas

A abertura dos Campos exteriores à muralha medieval, realizada por D. Diogo de Sousa, irá potenciar a urbanização das vias suburbanas que desde a época romana ligavam a cidade ao exterior, cruzando o território envolvente. Durante a Idade Média aqueles eixos passaram a ligar a cidade às paróquias suburbanas que se desenvolvem de forma espontânea desde a Antiguidade Tardia, ao longo dos caminhos e, normalmente, em torno de centros de culto cristão.

A urbanização destas vias irá conferir à cidade um plano perfeitamente radial, com um tipo de parcelamento bastante característico, designado de parcelamento gótico, em resultado da sua formação junto aos caminhos, bem evidente nos séculos XVIII e XIX (Figura 301, p. 520), bem como nalguns sectores do plano urbano da cidade actual.

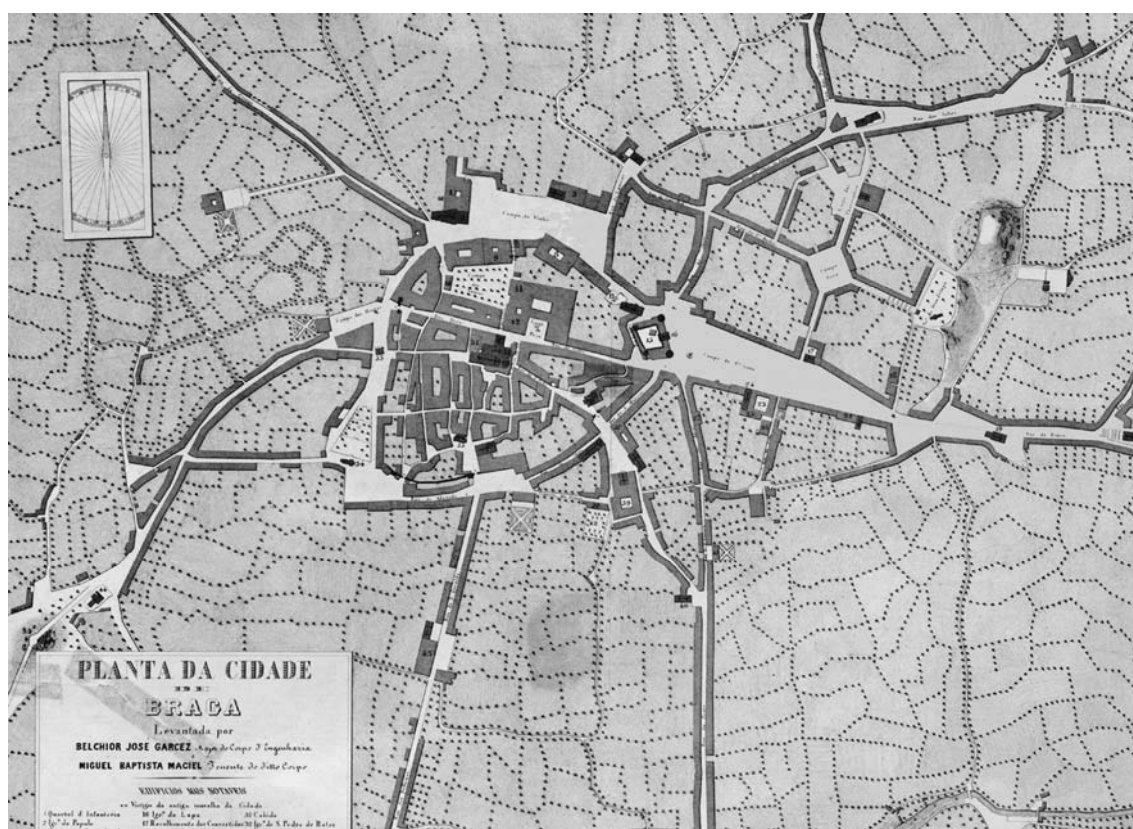


Figura 301 – Mapa do século XIX

As vias suburbanas mais importantes que sofreram um marcado processo de urbanização a partir do período moderno são: a Rua dos Chãos; a via formada pelo conjunto do Campo de Santa Ana, do Campo e Calçada da Senhora-a-Branca e pela

Rua da Régua, até à Igreja de S. Victor; a artéria formada pela Rua das Águas e a Rua da Ponte de Guimarães, correspondente à actual Avenida da Liberdade; a Rua dos Pelames; a via formada pela Rua de S. Miguel-o-Anjo, a Rua da Cruz de Pedra e a Rua Direita; e a Rua das Cónegas.

4.3.1. Rua dos Chãos

A Rua dos Chãos é uma grande via que deve seguramente ter tido a sua génese na época romana, correspondendo ao traçado da antiga via XVIII do Itinerário de Antonino, que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, construída nos inícios da época flávia. Esta via iniciaria o seu percurso numa porta que se situaria no quadrante nordeste da cidade, seguindo aproximadamente o eixo da actual Rua de S. Marcos em direcção à Rua dos Chãos (Planta 1, Apêndice II).

Este eixo suburbano terá tido um importante papel durante toda a época tardo antiga pois permitia ligar a cidade à paróquia de S. Vicente, que se terá organizado em torno de uma basílica paleocristã, sobre a qual terá sido erigida a igreja actual. Essa importância manteve-se durante toda a Idade Média, sendo a sua saída feita pela Porta do Souto, integrada na muralha no século XIII.

Na Idade Média, o topónimo Chãos aparece pela primeira vez referido num documento datado de 1219, que descreve a compra de uma herdade nos Chãos¹⁵¹⁵. Posteriormente, os documentos passam a mencionar, de forma mais sistemática, as propriedades do Cabido existentes nesta rua¹⁵¹⁶. No século XIV, o *1º Livro do Tombo do Cabido* refere a destruição de aproximadamente trinta casas nesta artéria, aquando da invasão da cidade pelas tropas castelhanas¹⁵¹⁷. Todavia, ao longo do século XV a rua terá recuperado os seus edifícios, pois, no século XVI, o *Mapa de Braunio* ilustra-a como praticamente toda urbanizada até à Igreja de S. Vicente.

As conjunturas política, económica e demográfica favoráveis, bem como a abertura do Campo de Santa Ana terão potenciado o processo de urbanização desta artéria.

¹⁵¹⁵ A.D.B., *Gaveta 1 das Propriedades do Cabido*, fl. 20, datado de 1219, onde se refere a compra de herdades nos Chãos, ou lugar dos Chãos (Transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira)

¹⁵¹⁶ Como por exemplo nos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, doc. 24, de 1307 (Marques 1982c).

¹⁵¹⁷ A.D.B., *1º Livro do Tombo do Cabido*, fls. 133 a 133v.

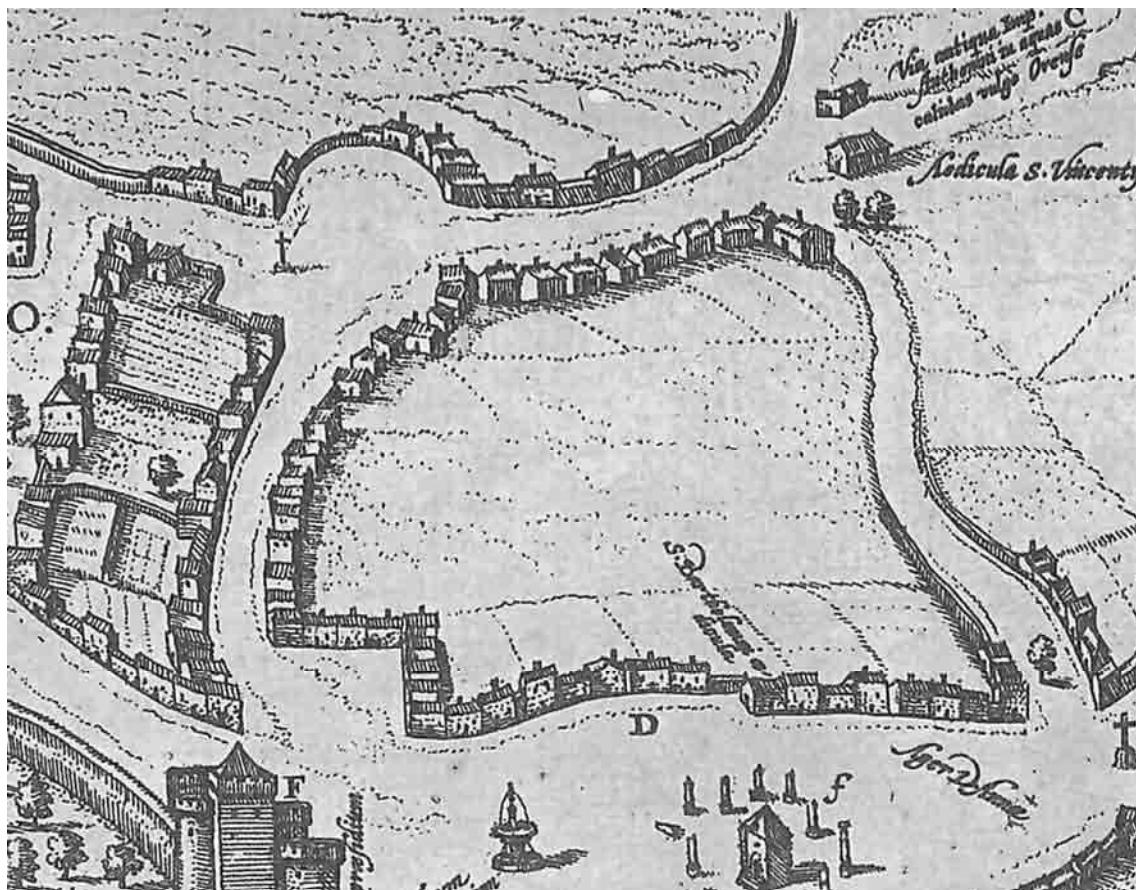


Figura 302 – Rua dos Chãos (Mapa de Braunio)



Figura 303 – Rua dos Chãos (Mapa de Braga Primas)



Figura 304 – Rua dos Chãos (Planta de 1883/84)

Em virtude da sua própria origem, esta rua apresentará, até ao século XIX um traçado irregular, e um claro parcelamento gótico, constituído maioritariamente por pequenas parcelas e por edifícios modestos, como se pode observar no *Mapa de Braga Primas* e na planta topográfica de 1883/84.

Devido à sua extensão, bem como à abertura de novas ruas que para ela convergiam, esta rua será dividida no século XVIII, em Rua dos Chãos de Baixo e Rua dos Chãos de Cima, conhecendo, igualmente, a introdução de alguns edifícios de maiores dimensões, com fachadas mais ornamentadas de estilo burguês, construídos na época barroca. A Rua dos Chãos de Cima passará a designar-se por Rua de S. Vicente, nos finais do século XIX.



Figura 305 – Casas antigas na Rua dos Chãos

Actualmente a fisionomia, o parcelamento e o edificado desta artéria encontram-se completamente alterados na parte sul da mesma, devido à sua regularização e alargamento realizados já no século XX. De igual modo, a sua parte norte foi objecto de algumas intervenções, mantendo-se, todavia, como uma rua estreita, onde se encontram misturadas parcelas de diferentes dimensões, assim

como construções modernas, conservando ainda algumas pequenas casas com a tipologia original, como as representadas na Figura 305, p. 523.

4.4.2 Campo de Santa Ana / Campo e Calçada da Senhora-a-Branca / Rua da Régua

A grande artéria formada pelo Campo de Santa Ana, pelo Campo e Calçada da Senhora-a-Branca e pela Rua da Régua, até à Igreja de S. Vítor, constitui umas das vias de maior desenvolvimento na Idade Moderna, a qual se transformou numa avenida que constitui o verdadeiro *ex-libris* do Barroco bracarense, pela perspectiva cenográfica que foi criada entre a Arcada e o santuário do Bom Jesus de Braga.

O local correspondente à parte poente desta artéria, actual Avenida Central, foi ocupado na época romana por uma necrópole que parece estar associada à via XVIII ou Via Nova. A parte nascente, correspondente à calçada e Campo da Senhora-a-Branca e Rua da Régua, até à Igreja de S. Victor, terá uma origem romana, pois, corresponde ao traçado da via XVII, que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*.

Na Antiguidade Tardia esta artéria deve ter-se constituído numa via suburbana importante, pois permitia ligar o núcleo populacional formado em torno da basílica paleo-cristã de S. Victor à cidade.

Na Idade Média este eixo viário conheceu o designativo de Rua da Corredoiira, local onde provavelmente eram treinados os cavalos. A primeira referência documental a este topónimo data de 1161 e refere-se à “vinea de Corredoiira”¹⁵¹⁸, o que indica o carácter rural dos terrenos cruzados pela via. No século seguinte, aparece já referida como Rua da Corredoura¹⁵¹⁹, que unia a Porta de São João do Souto à Igreja de S. Vítor.

Porém, o grande desenvolvimento desta artéria encontra-se relacionado com a intervenção realizada por D. Diogo de Sousa, nos inícios do XVI. Segundo as fontes, o arcebispo terá mandado abrir o rossio de Santa Ana, que se encontraria “cheo de vinha e arvores”, onde não existia “nenhum caminho direito”, somente entre as casas construídas e as vinhas havia uma estrada muito estreita que ia até Santa Maria-a-Branca¹⁵²⁰. As fontes referem ainda que D. Diogo de Sousa terá

¹⁵¹⁸ *Liber Fidei*, doc. 486, fls 131v-132 (Costa 1978: 280).

¹⁵¹⁹ *Pergaminhos da Confraria de São João do Souto*, nº7 de 23 de Maio de 1261 (Marques 1982c).

¹⁵²⁰ A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fls 131, publicado por Maurício 2000, vol. II: 298.

comprado todas as vinhas e campos para construir o referido Rossio que se estendia até à Igreja de Santa Maria-a-Branca, alargando igualmente o campo onde esta se encontrava¹⁵²¹.

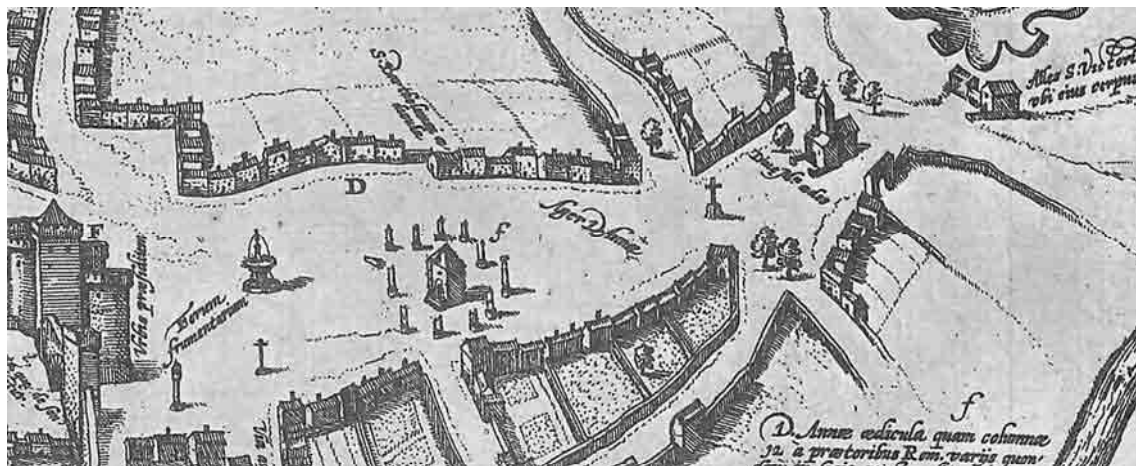


Figura 306 – Campo de Santa Ana (Mapa de Braunio)

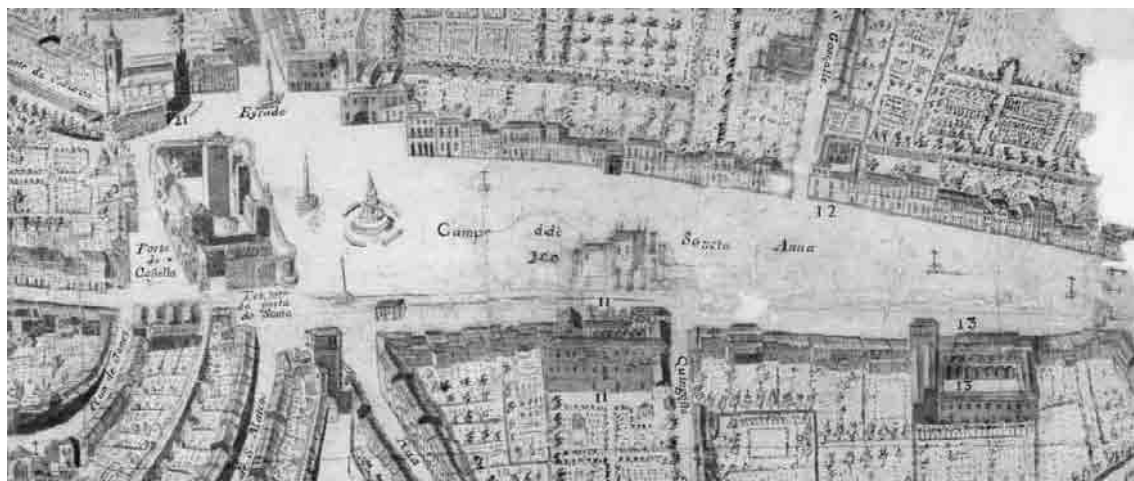


Figura 307 – Campo de Santa Ana (Mapa de Braga Primas)



Figura 308 – Campo de Santa Ana e Campo de N. S. a Branca

¹⁵²¹ A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fls 131, publicado por Maurício 2000, vol. II: 298.

Trata-se, de facto, de uma grande intervenção urbanística que veio alterar completamente a fisionomia rural desta zona, na qual passa a existir uma grande avenida que ligava o Castelo à Igreja de Nossa Senhora-a-Branca, como bem ilustra o *Mapa de Braunio* (Figura 306, p. 525).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII esta artéria foi sendo sucessivamente urbanizada e preenchida com alguns grandes edifícios de estilo barroco. Entre os mais relevantes refira-se a Igreja dos Congregados e algumas habitações, que ainda hoje integram a arquitectura da Avenida Central.

A criação deste grande espaço veio impulsionar o desenvolvimento da cidade para nascente, potenciando o aparecimento de um conjunto significativo de novas ruas perpendiculares aos Campos de Santa Ana e da Senhora-a-Branca, como a Rua de S. Gonçalo e a Rua da Regueira, actual Rua de Santa Margarida. Simultaneamente, processa-se a urbanização da actual Rua de S. Vítor, antiga Rua da Régua, a qual terá origem romana, pois correspondendo a parte do traçado da via XVII.

A fisionomia e parcelamento desta última rua, bem visíveis no *Mapa de Braga Primas* e na planta topográfica do século XIX, denotam a sua génese, resultante de um caminho, que foi sendo paulatinamente urbanizando, através da constituição de pequenas parcelas, edificadas apenas na parte junto à rua, com compridos quintais que se alongam para o interior dos quarteirões. A intervenção de D. Diogo de Sousa terá potenciado a urbanização da Rua da Régua, bem como a construção nas margens do caminho rural que lhe dava continuidade, correspondente à actual Rua de D. Pedro V. Estava assim constituído uma grande eixo de circulação que permitia ligar S. Victor à paróquia de Gualtar, seguindo provavelmente o antigo traçado via XVII.

4.4.3 Rua das Águas / Rua da Ponte de Guimarães

A grande via moderna constituída pela Rua das Águas e pela Rua de Guimarães permitia a ligação entre o Campo de Santa Ana e a Ponte para Guimarães, que representava o principal acesso àquela cidade. Actualmente, muito embora possamos estabelecer alguma relação entre a actual Avenida da Liberdade e a referida via, não existe uma verdadeira coincidência entre elas, uma vez que, no século XX, quer a Rua das Águas, quer a Rua da Ponte de Guimarães foram

bastante alargadas e regularizadas, circunstância que alterou completamente a fisionomia das ruas originais.

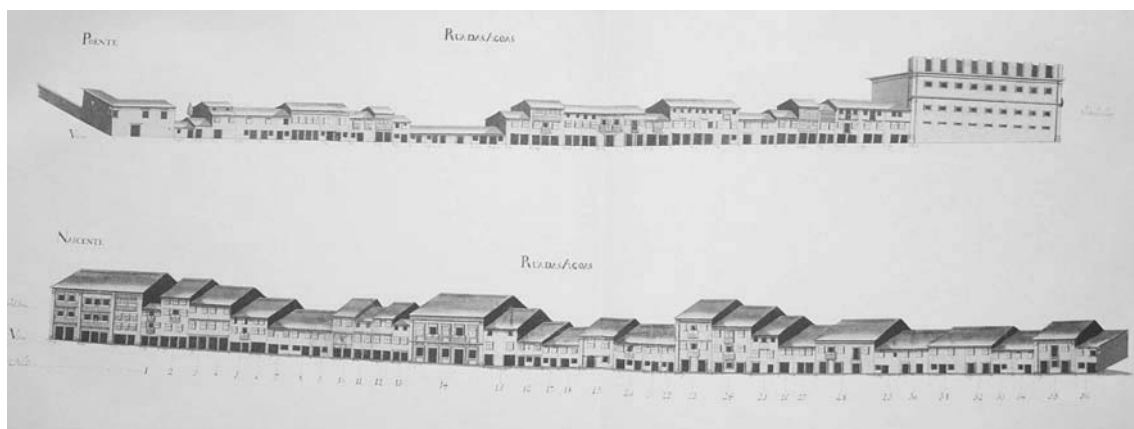


Figura 309 – Rua das Águas (MRB)



Figura 310 – Rua das Águas/Rua dos Granjinhos/Rua da Ponte de Guimarães (Mapa de Braunio)



Figura 311 – Rua das Águas/Rua dos Granjinhos/Rua da Ponte de Guimarães (Planta de 1883/84)

A Rua das Águas terá sido aberta ainda na Idade Média, pois nos finais do século XV e inícios do XVI existem referências a algumas habitações aí situadas¹⁵²².

¹⁵²² O primeiro prazo referente a esta rua, segundo o *Índice dos Prazos do Cabido* data de 1470 (AAVV 1989-91, vol. II).

No século XVI, a sua fisionomia já estaria muito bem definida, sendo muito elevado o número de construções que a ladeavam, como documenta o *Mapa de Braunio*. Esta circunstância poderá dever-se à abertura do Campo de Santa Ana e ao desenvolvimento do importante centro económico que se estruturou na Arcada. Porém, será sobretudo nos séculos XVII e XVIII que esta artéria se tornará num dos eixos comerciais mais importantes da cidade, conforme se pode observar no MRB.

No século XVI, a Rua da Ponte de Guimarães apresentava um elevado número de construções rurais até à Ponte de São João. Na verdade, esta rua deverá ser muito anterior à Rua das Águas, tendo a sua provável origem numa via romana, que saíria de *Bracara Augusta* em direcção a *Emerita Augusta*, pelo quadrante sudeste da cidade romana, como aparece assinalado no *Mapa de Braunio*. Esta rua constitui, desde a Idade Média, o eixo viário de entrada na cidade para quem procedia de Guimarães.

Quando D. Diogo de Sousa mandou abrir o Largo dos Remédios, terá contribuído para o desenvolvimento da Rua dos Granjinhos, aberta em terreno rural, nas traseiras do Hospital de S. Marcos, que ligava o Campo dos Remédios à Rua da Ponte de Guimarães¹⁵²³. A estratégia seria precisamente facilitar a circulação para quem viajava entre as duas cidades.

Durante os séculos seguintes a Rua da Ponte de Guimarães vai encher-se de pequenas casas, apresentando uma fisionomia e um parcelamento muito típico das vias suburbanas. A morfologia e o parcelamento desta artéria encontram-se muito bem representados na planta topográfica de 1883/84.

4.4.4 Rua dos Pelames

A Rua de Pelames, correspondente à actual Rua de S. Geraldo, corria no sentido N/S e permitia a ligação entre o Campo de Santiago e a Ponte dos Pelames, que assegurava o trajecto para a cidade do Porto.

Apesar de parte do percurso desta via poder ter eventual génese medieval, ela será aberta no século XVI, por decisão do cardeal D. Henrique, quando este foi arcebispo de Braga, entre 1533-1540¹⁵²⁴. Aliás, no *Mapa de Braunio* esta artéria aparece designada como *Via Infantis* (Figura 312, p. 529).

¹⁵²³ A.D.B., *Registo Geral*, livro 330, fl. 331v-332, publicado por Maurício 2000, vol. II: 299-230.

¹⁵²⁴ AAVV 1989-91; Freitas 1890, vol. II.

O nome da rua ficará a dever-se a fábrica de curtumes que aí existiria no século XVI. No século seguinte esta artéria receberá também o designativo de Rua de S. Geraldo, em virtude do Convento da Conceição, aí existente, ter sido dedicado a S. Geraldo¹⁵²⁵.

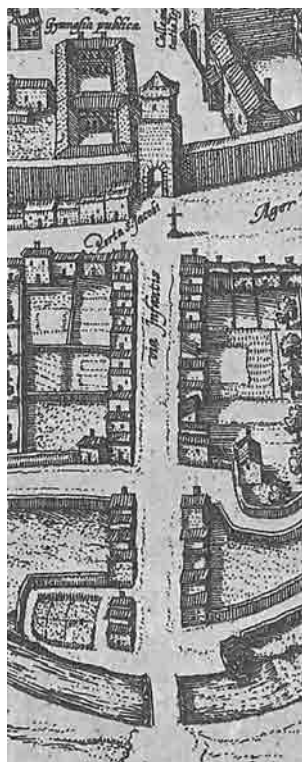


Figura 312 – Rua dos Pelames
(Mapa de Braunio)



Figura 313 – Troço norte da Rua
dos Pelames (Mapa de Braga
Primas)

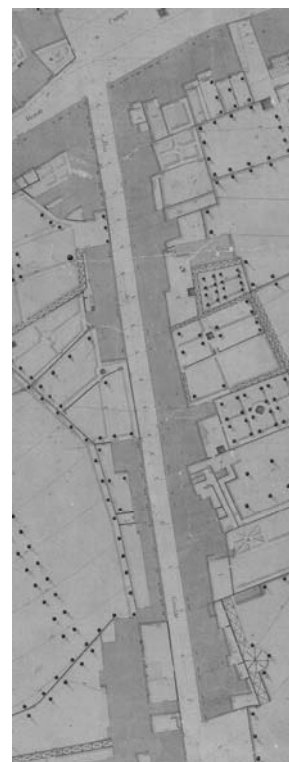


Figura 314 – Troço norte da
Rua dos Pelames (Planta de
1883/84)

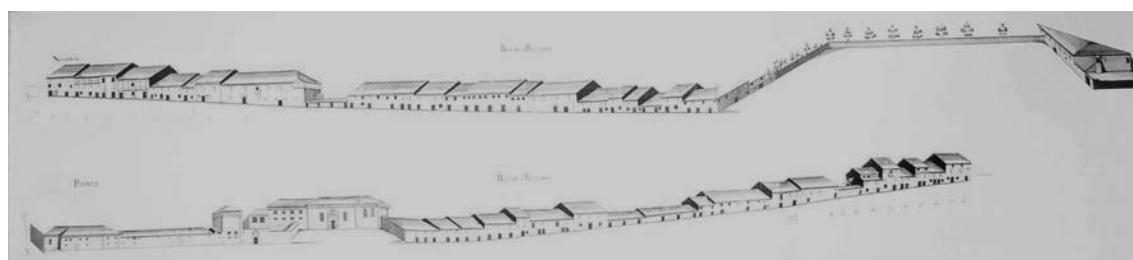


Figura 315 – Rua dos Pelames (MRB)

Nos finais do século XVI ambos os lados da rua estavam já edificadas, datando desse século a grande “Casa dos Avelar”, actualmente ainda conservada.

Esta artéria possuía um traçado mais regular junto ao Campo de S. Sebastião, onde as parcelas eram de maiores dimensões, sendo as casas de melhor

¹⁵²⁵ Freitas 1890.

qualidade. Alguns destes edifícios conservam actualmente fachadas muitas semelhanças às representadas no MRB (Figura 316, p. 530). No entanto, como se pode observar no MRB, a rua revela um parcelamento heterogéneo, onde se misturam casas pequenas e simples com outras maiores.

Esta rua encontrava-se dividida por um pequeno caminho que corria no sentido E/O, e que interrompia o seu percurso, no limite dos terrenos da Convento da Conceição. Este caminho, já representado no *Mapa de Braunio*, terá sido parcialmente aproveitado na abertura da Av. Imaculada Conceição, em meados do século XX. Por outro lado, este caminho parece acompanhar pelo lado exterior o traçado da muralha romana, podendo corresponder a uma fossilização topográfica de parte do traçado da mesma.



Figura 316 – Casas na Rua dos Pelames

A parte da rua dos Pelames, a sul do referido caminho, apresenta uma fisionomia mais irregular, em virtude da sua própria ruralidade e do facto das construções se adaptarem de forma espontânea ao seu trajecto. No século XVIII apresentava construções de pequena dimensão, na maior parte terreiras ou com um só piso, típicas das zonas suburbanas.

Actualmente esta parte da Rua dos Pelames encontra-se bastante descaracterizada em virtude das alterações ocorridas na segunda metade do século XX, posteriores à abertura da Av. Imaculada Conceição.

4.4.5 Rua de S. Miguel-o-Anjo / Rua da Cruz de Pedra / Rua Direita

A grande artéria formada pelo conjunto das ruas de S. Miguel o Anjo, Cruz de Pedra e Rua Direita poderá ter uma origem romana, correspondendo a um caminho que se teria desenvolvido no período baixo-imperial, como via de circulação exterior da parte poente da referida muralha. Este eixo asseguraria uma ligação à basílica paleocristã de S. Pedro de Maximinos, surgido na área anteriormente ocupada pelo anfiteatro romano e ao núcleo populacional que se terá formado em seu redor.

A urbanização desta artéria não deverá ser anterior ao século VIII, devendo resultar da perda da funcionalidade defensiva do traçado da muralha neste sector. A sua organização resultará da necessidade de ligar a parte poente do núcleo amuralhado medieval à paróquia de S. Pedro de Maximinos.

Na Idade Média, esta artéria é referida como Rua de Maximinos, articulando-se com a porta rasgada na muralha medieval com o mesmo nome, que possibilitava o acesso à Rua dos Burgueses, localizada intramuros e, a partir desta, à fachada principal da Sé Catedral.

A Rua de Maximinos corria no trajecto correspondente à actual Rua de S. Miguel-o-Anjo, pelo lado interior do traçado fossilizado da muralha romana, passando a fazê-lo pelo lado exterior da mesma, no trajecto já correspondente ao da Rua da Cruz de Pedra.

A Rua de Maximinos formaria, deste modo, uma artéria que, na sua parte inicial, corria no sentido E/O, para, posteriormente, girar o seu percurso para sul, acompanhando o traçado poente da muralha romana, até ao cruzamento da Rua de S. Sebastião, via que corresponderia ao traçado do decumano máximo ocidental. No local de intersecção das duas vias, a rua de Maximinos bifurcava-se em duas artérias, seguindo uma em direcção à Igreja de S. Pedro de Maximinos e outra, para a zona rural, que seguia o presumível traçado da via romana que seguia para *Olissipo* por *Cale*, conhecida como Via XVI. Este último traçado corresponde à actual Rua Direita.



Figura 317 – Ruas de S. Miguel-o-Anjo, Cruz de Pedra e Direita (Mapa de Braunio)



Figura 318 – Ruas de S. Miguel-o-Anjo, Cruz de Pedra e Direita (Mapa de Braga Primas)

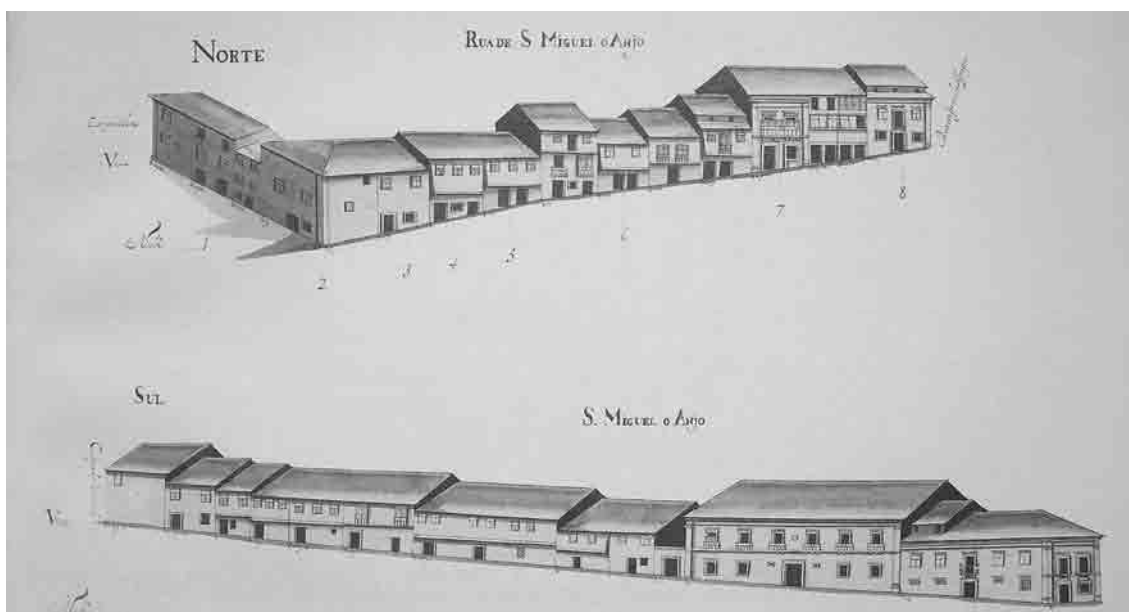


Figura 319 – Rua de S. Miguel-o-Anjo (MRB)

No século XIV, esta grande artéria encontrava-se já bastante construída, tendo em conta o número de casas destruídas, pertencentes ao Cabido, que estão documentadas no respectivo Tombo, o qual se aproximaria das três dezenas¹⁵²⁶. Porém, ao longo dos séculos posteriores, a Rua de Maximinos terá sido reabilitada, passando a designar, também, a partir dos finais do século XV, a anterior Rua dos Burgueses, localizada intramuros, entre a Porta de Maximinos e a fachada da Sé.

¹⁵²⁶ A.D.B., 1º Livro do Tombo do Cabido, fl. 134.

A partir do século XVI, a parte da Rua de Maximinos que corria no sentido E/O passa a ser designada de Rua de S. Miguel-o-Anjo¹⁵²⁷, sendo a parte que invertia para sul, conhecida como Rua da Cruz de Pedra e a restante como Rua Direita.

No século XVIII a Rua da Cruz de Pedra e a Rua Direita, segundo a representação do MRB, mantêm ainda uma morfologia irregular e o típico parcelamento gótico, constituído pela pequena parcela, estreita e alongada, conforme se pode observar no MRB. Apesar de existirem ainda espaços por construir, o edificado mostra-se bastante regular, sendo constituído maioritariamente por pequenas casas de dois pisos, mas, também, por algumas terreiras e outras às quais lhes foi acrescentado apenas um vão. O piso térreo possui quase sempre uma porta e uma janela, elementos típicos das casas suburbanas. Por sua vez, a Rua de S. Miguel o Anjo apresenta uma divisão parcelária onde se misturam pequenas, médias e grandes parcelas, muito embora se registre um predomínio das duas últimas. O edificado é composto essencialmente por casas sobradadas, muitas delas em ressalto, com varandas e janelas com gelsias, existindo nas extremidades de ambos os lados da rua algumas casas grandes, ladeadas por pilastras e com elevado pormenor de acabamentos, à semelhança de alguns edifícios das já referidas ruas do Alcaide e do Anjo.

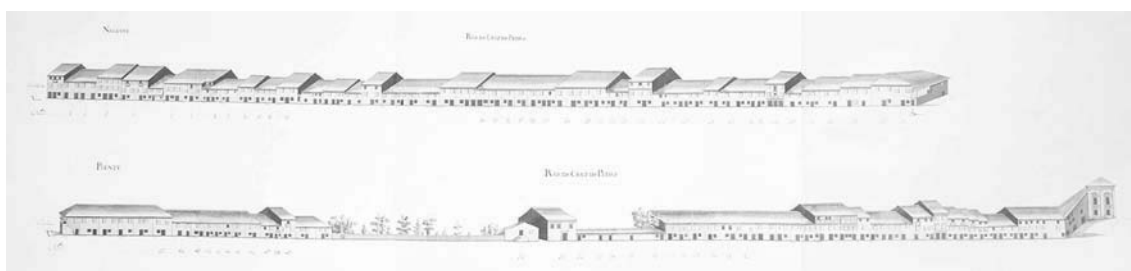


Figura 320 – Rua da Cruz de Pedra (MRB)

¹⁵²⁷ Segundo o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*, a casa nº1 representada no MRB, data de 1539 (AAVV 1989-91).

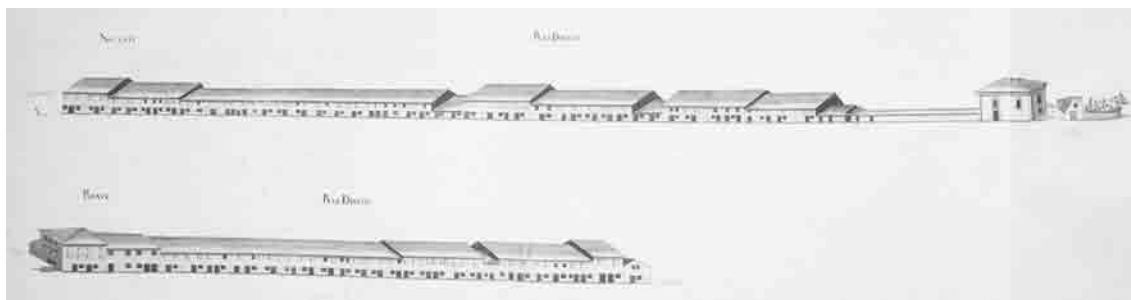


Figura 321 – Rua Direita (MRB)

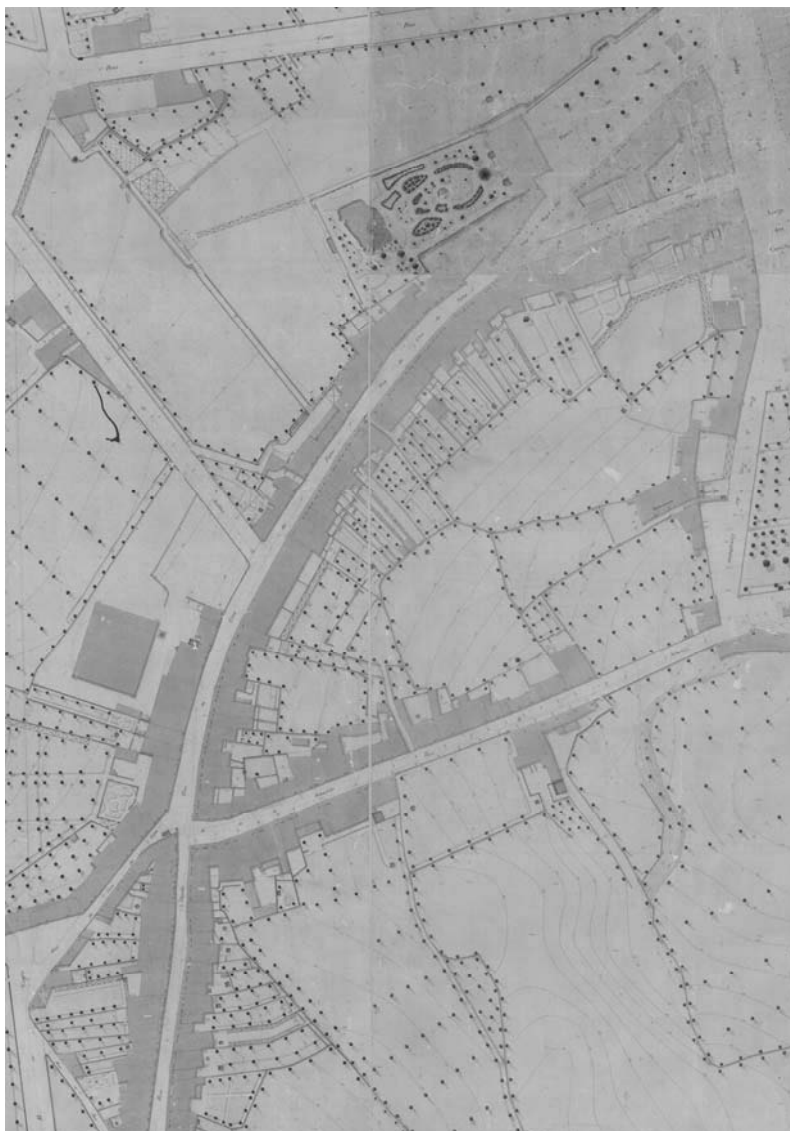


Figura 322 – Rua da Cruz de Pedra e Rua Direita (Planta de 1883/84)

A fisionomia e o parcelamento destas ruas mantêm-se praticamente inalterados até ao século XIX, como se pode observar pela planta topográfica de 1883/84. Actualmente, apenas sobrevivem alguns pequenos troços destas

artérias, as quais foram rasgadas pelas grandes vias criadas com a urbanização deste sector da cidade no século XX.

4.4.6 Rua das Cónegas

A Rua das Cónegas corresponde à actual Rua da Boavista, ligando o Campo da Vinha à freguesia de Real, atravessando uma extensa área suburbana até chegar à Igreja e Convento de S. Francisco, onde, no século VII, foi erigida a Capela sepulcral de S. Frutuoso.

Trata-se de uma via muito desenvolvida que, nos inícios da Idade Média, ligaria as propriedades da cónega ou canónica bracarense, localizadas a norte do primeiro perímetro amuralhado, a S. Frutuoso.

A génese desta rua é ambígua, podendo remontar à época romana, correspondendo presumivelmente a uma via vicinal. Na Alta Idade Média, terá servido como caminho de ligação entre Braga e Real, altura em que aparece referida como Lugar da Cónega¹⁵²⁸. Esta situação ter-se-á mantido até ao século XVI, muito embora, devendo tratar-se de um caminho rural que atravessava as propriedades agrárias do cabido.

No século XVI, as intervenções de D. Diogo de Sousa na igreja e convento de S. Francisco¹⁵²⁹ terão potenciado a revitalização deste caminho, que ligava a porta da muralha medieval, designada de S. Francisco, à referida igreja e convento, em S. Frutuoso, na paróquia de Real.

No século XVIII, constituía uma extensa artéria, com um grande número de parcelas construídas, como aparece representado no MRB. As datas de empraçamento, referidas no *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*, remontam ao século XVI¹⁵³⁰.

A partir do século XVII esta via constitui provavelmente a maior artéria suburbana da cidade, como se manterá até ao século XIX (Figura 323, P. 536). O tipo de parcelamento, tipicamente gótico, constituído por pequenas parcelas, estreitas e alongadas, assemelha-se ao das artérias que ligavam a cidade às paróquias suburbanas, como as já referidas, ruas dos Chãos, de S. Vítor, das Águas ou da Cruz de Pedra.

¹⁵²⁸ *Livro 2 dos Prazos do Cabido*, fl. 161 (transcrição paleográfica de Maria da Conceição Falcão Ferreira).

¹⁵²⁹ A.D.B., Registo Geral, Livro 330, fl. 332, publicado por Maurício 2000, vol. II: 299.

¹⁵³⁰ *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (AAVV 1989-91).

Actualmente, a parte inicial da Rua da Boavista quase desapareceu, encontrando-se fragmentada pelas novas ruas abertas no século XX, conservando-se, apenas, alguns pequenos troços originais, sobretudo em Real.



Figura 323 – Rua da Cónega (parcialmente) 1883/84

4.5. Conclusão

Na Idade Moderna a cidade de Braga conheceu a convergência de um número significativos de factores que determinaram o seu crescimento para a periferia, originado uma grande cidade, comparativamente à medieval e quase igualável à cidade romana.

O desenvolvimento da cidade far-se-á através da abertura de novos espaços, alguns dos quais na zona intramuros, muito embora as intervenções urbanísticas que ditaram a sua nova fisionomia tenham sido operadas na zona extramuros.

A nível do centro urbano cabe destacar o aparecimento de novas ruas e praças que determinaram um tecido urbano mais regular, destacando-se, fundamentalmente, pela maior largura das ruas e pelo aparecimento de parcelas mais homogéneas, também elas com uma frente maior para a rua e um menor desenvolvimento em profundidade. Paralelamente, as construções adquirem uma nova dimensão arquitectónica, inspiradas nos padrões clássicos, retomados no Renascimento.

Aproveitando a grande maioria dos caminhos suburbanos herdados, muitos deles da época romana, a cidade liga-se mais intimamente às paróquias suburbanas, através da construção de novos edifícios que desde a cidade se estendem até à periferia, assumindo uma forma verdadeiramente radial.

No século XVI e fazendo nossas as palavras de Senna Freitas, Braga assemelhava-se a uma aranha, por ter pequeno corpo e grandes pernas, tendo nos

espaços intermédios quintas, campos e hortas. No interior era fortificada por um espesso e elevado muro¹⁵³¹.

As alterações operadas na cidade, no século XVI, foram de tal forma profundas que quase podemos afirmar que, desde D. Diogo de Sousa até ao século XVIII, Braga se mantém estruturalmente idêntica.

Em virtude da própria ruralidade que caracterizava a zona envolvente e da falta de planeamento que regresse a construção nas suas margens, o parcelamento dominante ao longo das vias que ligavam a cidade à periferia caracteriza-se pelo predomínio da parcela gótica, com uma frente pequena para a rua e um amplo desenvolvimento em profundidade para o interior. A acompanhar este tipo de parcela encontramos, sobretudo nas zonas mais distantes do centro urbano, as casas de habitação típicas, formadas, no piso térreo, por uma porta e uma janela e, no piso superior, quando existe, uma ou duas pequenas janelas de madeira.

Todavia, nas ruas que passam a circundar o perímetro da cidade medieval as parcelas adquirem, por vezes, maiores dimensões, muito embora, os pequenos lotes surjam mesclados com outros mais regulares e maiores, onde a construção, para além de possuir uma frente mais larga para a rua, desenvolve-se igualmente em profundidade. A existência de mais espaço justifica um conjunto de novos edifícios de tipo burguês, construídos desde o século XVI, como analisaremos no Apêndice II deste trabalho.

Contrariamente ao que se verifica no interior da cidade, o sistema de ruas periféricas origina grandes quarteirões irregulares, que começaram a desaparecer à medida que surgem novas ruas, sobretudo ao longo do século XIX.

¹⁵³¹ Freitas 1890:23.

Considerações finais

A morfologia urbana assume-se, actualmente, como um domínio de estudo que analisa a estrutura física geral da cidade, através da identificação dos elementos morfológicos que a compõem e da articulação destes entre si e com o conjunto que os define. Estamos, por outro lado, perante uma área do conhecimento que estuda as formas urbanas, relacionando-as com os processos históricos que lhe deram origem.

Neste sentido, o estudo sobre a morfologia das cidades históricas implica uma metodologia multidisciplinar que beneficia de um conjunto de instrumentos de análise fornecidos por diferentes áreas do conhecimento, designadamente, pela História, Arqueologia, mas, também, pela Geografia, pela Arquitectura e pelo Urbanismo. Foram, aliás, estas últimas áreas que permitiram, nas últimas décadas, identificar os elementos que compõem o espaço físico das cidades, como sejam, o plano urbano, o sistema viário, as parcelas, os quarteirões e o edificado, elementos que foram sistematicamente analisados ao longo deste trabalho, para caracterizar a evolução morfológica de Braga.

Todavia, analisar o espaço urbano, tentando desmontar as diferentes formas que se sucederam ao longo dos tempos e perceber as sucessivas alterações ocorridas constitui um enorme desafio que requer, necessariamente, a articulação de diferentes fontes de informação. Na verdade, não podemos esquecer que o passado chega até nós de forma fragmentada e indirecta, seja através dos vestígios materiais recuperados pela Arqueologia, pelos documentos escritos, pelas representações iconográficas ou cartográficas ou mesmo até pelos vestígios materiais que se conservam, muitas vezes ainda camuflados, na estrutura das cidades actuais. Por isso, o conhecimento da morfologia das cidades será tanto mais aproximado quanto maior for a diversidade de fontes utilizadas, na certeza de que a restituição resultante do seu cruzamento será sempre incompleta.

Inserindo-se no âmbito das áreas disciplinares que valorizam o espaço urbano como facto histórico, este trabalho reflecte precisamente as limitações enunciadas. De facto, usando várias fontes, foi possível elaborar sucessivas planimetrias de Braga, correspondentes às diferentes fases de desenvolvimento da cidade, desde a sua forma prístina até ao século XVI. No entanto, apesar das vantagens decorrentes do facto de analisarmos uma cidade com características e

documentação particulares, temos consciência das debilidades do exercício realizado.

Todavia, consideramos que este trabalho constitui um exemplo do tipo de abordagem que deverá ser ensaiado para outras cidades históricas.

Para além de ter sido possível olhar a morfologia do espaço urbano bracarense, em termos de longa duração, sobretudo numa faixa temporal ainda pouco estudada no nosso país, situada entre a época romana e o século XVI, facto que permitiu observar o modo como se foi (r) estruturando o referido espaço, tivemos oportunidade de ensaiar, neste trabalho, uma metodologia de análise que se revelou particularmente útil na ausência de outros dados empíricos e que julgamos aplicável a outros casos de estudo.

Com efeito, consideramos que Braga dispõe de condições privilegiadas para realizar um trabalho de análise morfológica urbana, das quais destacaríamos as três que mais influenciaram a nossa abordagem.

A primeira relaciona-se com o facto de Braga ter sofrido até ao século XIX de uma evolução topográfica e morfológica pouco significativas e, simultaneamente, canónicas, isto é, a Braga do século XIX não seria substancialmente diferenciada da Braga do século XVI e esta, por sua vez, da Braga medieval. Por outro lado, as mudanças registadas na cidade, entre finais da Idade Média e o século passado correspondem a alterações características do Renascimento e do século XVIII, estando morfológicamente muito bem individualizadas e, nalguns casos, topograficamente descentradas. De facto, apesar das profundas alterações ocorridas no século XIX, com a abertura de algumas grandes artérias que regularizaram parte do sistema viário de matriz medieval, e da consequente destruição do correlativo parcelamento, a preservação temporal do tecido urbano de Braga pode considerar-se notável.

A segunda condição relaciona-se com a anterior e resulta do facto de Braga possuir um importante acervo de fontes iconográficas e cartográficas, de diferentes séculos, que permitem avaliar de forma continuada as alterações ocorridas na morfologia do espaço urbano entre o século XVI e o XIX, sendo certo que a estrutura da cidade quinhentista, extraídos os elementos da reforma de D. Diogo de Sousa, reflecte as características da Braga medieval. Assim, estas fontes assumem uma particular importância, pois permitem uma análise regressiva da estrutura do espaço urbano bracarense.

A terceira relaciona-se com o facto da cidade dispor de um notável conjunto de dados arqueológicos resultantes de uma investigação consolidada ao longo de mais de trinta anos de escavações consecutivas. Trata-se, naturalmente, de uma situação particular, pois poucas cidades históricas portuguesas, com origem romana, dispõem de elementos tão substantivos para ensaiarem uma restituição do seu plano urbano romano e verificarem a persistência ou alteração do mesmo relativamente à planimetria das cidades posteriores. No caso de Braga, a Arqueologia faculta uma análise da evolução da planimetria de *Bracara Augusta*, entre a sua fundação e a Alta Idade Média. De facto, as evidências materiais recuperadas permitem restituir as transformações ocorridas entre o Alto e o Baixo Império e entre este e o século VIII, na sequência dos processos históricos relacionados a vida do Império e da cidade. A leitura topográfica dessas transformações permite restituir as características da primitiva cidade medieval, cuja evolução pode ser valorizada através da documentação histórica, mas, também, pelos vestígios materiais conservados na morfologia da cidade nos séculos posteriores.

Podia-se sublinhar ainda que, de certo modo, a Braga medieval se situa numa posição charneira entre uma leitura arqueológica continuada do espaço, com base nos vestígios materiais e uma análise dos dados fornecidos pelas fontes iconográficas que permitem, numa abordagem regressiva, elaborar uma proposta de planimetria para a formação e evolução do núcleo urbano medievo.

Alguns dos dados materiais que permitiram documentar o plano da cidade medieval foram obtidos através de levantamentos cartográficos de pormenor realizados nos quarteirões, nas parcelas e no próprio edificado da cidade actual. A aplicação desta metodologia permitiu recuperar e registar um conjunto de evidências materiais e de marcas fossilizadas, visíveis à superfície, ou integradas em construções, associadas à muralha, ao parcelamento e ao sistema viário medievais.

De facto, as cidades constituem verdadeiros palimpsestos morfológicos, pelo que a identificação dos elementos caracterizadores dos seus diferentes planos conservados, carece de uma observação atenta da cidade actual, sendo indispensável proceder ao seu registo e consequente interpretação e contextualização.

Assim, se a Braga romana foi recuperada com base nos vestígios arqueológicos disponíveis, a restituição da Braga medieval beneficiou de uma análise cruzada dos dados, propiciados pela iconografia e cartografia dos séculos posteriores, com as evidências materiais fossilizadas no plano da actual.

Que a cidade medieval reaproveitou os traços morfológicos da cidade romana, bem evidentes nalguns dos arruamentos do bairro medieval das Travessas, é hoje um dado adquirido, aliás, já afirmado por outros investigadores.

De facto, a cidade medieval, que se formou no sector da antiga cidade romana, não só herdou a sua orientação, como se organizou em função dos seus antigos quarteirões, muito embora aqueles tivessem perdido, de há muito, a sua original planta quadrangular.

Sendo certo que a projecção da planimetria urbana da cidade romana se encontra facilitada pela existência de estruturas materiais que, pela sua natureza, podem ser contextualizadas e georeferenciadas, a massa edificada moderna que se sobrepõe ao espaço da cidade medieval, dificulta a recuperação das evidências arqueológicas que poderiam comprovar o plano urbano medieval, sugerido pelos restos materiais conservados e cartográficas.

A posposta elaborada para a planimetria medieval beneficiou do contributo de um conjunto seleccionado de fontes documentais que, não fornecendo dados susceptíveis de serem cartografados, permitiram, todavia, compreender o processo de formação e a evolução da cidade, designadamente no que se refere às sucessivas ampliações da muralha e ao sistema viário que os acompanhou.

O estudo realizado acerca da morfologia da cidade moderna valorizou, igualmente, a análise do tecido histórico construído, privilegiando as alterações urbanas que ocorreram nos espaços extramuros e o crescimento registado para a periferia. De facto, o plano actual da cidade, a documentação iconográfica e cartográfica bem como a análise do edificado possibilitaram documentar as inovações introduzidas na cidade durante o século XVI, as quais se fizeram sentir sobretudo na metade norte da antiga cidade medieval, definida pela cerca fernandina.

O estudo da morfologia urbana torna-se particularmente mais fácil com o aparecimento das primeiras representações cartográficas, surgidas no século XVI. Neste domínio, a cidade de Braga passa a dispor, a partir de então, de um conjunto

de documentos iconográficas, alguns de grande valor estético, que permitem documentar, não só o plano urbano, mas, também, as características do edificado.

Não tendo sido nosso objectivo realizar um estudo aprofundado da Braga moderna, tal como fizemos para os períodos anteriores, procurámos, tão só, analisar o processo de urbanização dos espaços periféricos, surgidos devido à perda da funcionalidade defensiva da muralha e à abertura de novas praças e ruas, elementos que se encontram documentados no *Mapa de Braunio*, mas, também, na iconografia e cartografia dos séculos XVIII e XIX.

A concretização do nosso objectivo foi realizado tendo por base o estudo do edificado actual que se localiza nos novos espaços surgidos no século XVI, através do qual procurámos avaliar as alterações ao nível do parcelamento e do edificado.

A análise das fachadas das construções actuais permitiu compreender o processo de transformação do edificado, facultando a identificação das características arquitectónicas medievais, renascentistas e barrocos, bem como a identificação das alterações contemporâneas. Este tipo de abordagem constitui um amplo campo de investigação a valorizar no âmbito dos estudos de História Urbana, sendo válido a partir da Idade Média.

O estudo realizado teve em vista compreender a génese e evolução da cidade de Braga ao longo de um amplo período cronológico, que contempla três grandes momentos na história do urbanismo europeu, representados por três concepções bem diferenciadas do espaço urbano, geradoras de três modelos de cidades: a cidade romana planificada; a cidade medieval fortificada e a cidade moderna influenciada pelos ideais renascentista.

A cidade romana encontra-se documentada arqueologicamente por três momentos históricos diferenciados, que resultam de diferentes conjunturas políticas. O primeiro, relaciona-se com a sua fundação augústea, nos inícios do Império. O segundo, articula-se com a sua promoção a capital da província da Galécia e com a construção de uma poderosa muralha, factos que se associam à reforma administrativa e militar empreendida por Diocleciano, nos finais do século III/inícios do IV. Finalmente, a terceiro momento decorre da progressiva difusão do Cristianismo, da instalação dos Suevos, em Braga, nos inícios do século V e das consequentes perturbações relacionadas com as incursões visigóticas (século V/VI) e Muçulmanas (século VIII).

Na primeira fase da cidade romana estamos perante a edificação de um centro urbano *ex novo*, planificado, assente numa estrutura pensada do espaço urbano que se prolonga na organização cadastral do território envolvente.

O modelo da cidade alto imperial de *Bracara Augusta* insere-se dentro da concepção geral das cidades romanas planificadas. Trata-se de uma cidade ortogonal, com quarteirões regulares e eixos viários estruturantes, um centro ou fórum, como pedra basilar do poder ideológico e político instituído, um conjunto de edifícios e espaços públicos que servem os cidadãos (termas, teatro, anfiteatro, pórticos, circo, templos) e edifícios residenciais integrados nos quarteirões.

O plano alto imperial vai evoluir em função da introdução de novos elementos estruturais, designadamente com a construção da muralha tardia, nos finais do século III/inícios do IV, e com a introdução de elementos urbanos de carácter cristão, que tiveram repercussões directas na morfologia urbana da cidade, articulando-se com os segundo e terceiro momentos históricos da cidade, anteriormente referidos.

A topografia tardo antiga adapta-se a imperativos de ordem defensiva, que se sobrepõem e adulteram o plano urbano anterior. Deste modo, encerram-se algumas ruas, que perdem funcionalidade, enquanto a construção avança sobre pórticos e eixos viários, agora desafectados da circulação.

No Baixo Império, a cidade transforma-se e adapta-se morfologicamente permanecendo, todavia, como núcleo urbano estratégico, vendo mesmo aumentar o seu poder, pois ascende a capital da nova província romana da Galécia, facto que justificará a intensa vida administrativa, económica e cultural que Braga conheceu no século IV.

. A adopção do cristianismo como ideologia religiosa única originará a paulatina introdução de edifícios de carácter cristão que, se irão estabelecendo em edifícios e espaços públicos anteriores, determinando a transformação funcional e arquitectónica dos mesmos. Todavia, será sobretudo na periferia urbana, junto das vias e necrópoles que estes novos edifícios irão surgir de forma mais sistemática.

A construção de locais de culto cristão marcará o terceiro momento de transformação morfológica da cidade romana, que culminará no século XI com a construção da Sé Catedral.

A alteração do poder político determinada pela dominação sueva, a partir do século V, não se fará aparentemente sentir nem na economia, nem na ocupação

urbana, que registam perfeita continuidade. Nos espaços intramuros os edifícios são remodelados, e as necrópoles ao longo das vias continuam em utilização. A actividade comercial está igualmente testemunhada pela actividade produtiva e pelas importações.

O processo de evolução da cidade romana culminará com o abandono de parte do núcleo amuralhado e a progressiva fixação da população em torno de edifícios de carácter cristão, criados na periferia, mas, também, intramuros, como acontece com a basílica paleocristã, existente sob a actual Sé Catedral, adaptada de um edifício romano anterior.

Desconhecendo-se a existência de outras basílicas na área intramuros, podemos admitir, com alguma probabilidade, que, na área da Sé, tenham passado a residir as elites religiosas da cidade que se tornou sede de bispado, entre os séculos IV e V. De facto, a documentação canónica testemunha a existência de um bispo em Braga, apenas a partir dos inícios do século V.

Tendo por base os dados arqueológicos, parece seguro que o centro urbano da Alta Idade Média se tenha constituído, algures entre os séculos VIII-XI, numa pequena área, situada no quadrante nordeste da cidade romana, estando limitada a norte por parte do circuito da muralha romana, em cujas imediações havia sido construído, entre os séculos IV/V, o centro religioso cristão da cidade, constituído pela basílica paleocristã, certamente alvo de sucessivas transformações até à consagração da Sé Catedral, no século XI.

A arqueologia testemunha que a primitiva cidade medieval reutilizou o traçado norte da muralha romana, até ao século XIV, muito embora seja impossível determinar a data da construção do perímetro sul da fortificação medieval, podendo este ser anterior ao século XIII, altura em que surgem as primeiras referências escritas ao alargamento da cerca medieva, para nordeste.

A primitiva cidade medieval reaproveita um número considerável de eixos viários do plano romano, presentes no quadrante nordeste da anterior cidade, estando, todavia, sujeita a processos de crescimento espontâneo, que originam a transformação dos quarteirões e alguns desvios na orientação dos eixos viários romanos.

No entanto, o núcleo urbano medieval encerra em si mesma uma nova concepção de espaço que, por sua vez, obedece a um novo conceito histórico e

ideológico de cidade, que admite formas de crescimento orgânico, polarizadas em função dos novos edifícios de prestígio.

A construção da Sé Catedral, que se arrastará por muitos séculos, atrairá necessariamente mais população que, por sua vez, originará novos edifícios e crescimento do aglomerado para além dos limites iniciais.

O desenvolvimento do espaço urbano intramuros acompanhará as sucessivas fases de construção e alargamento do perímetro amuralhado até ao momento em que serão definitivamente fixados os seus limites, no século XIV, favorecendo, deste modo, a paulatina formação do sistema viário e a consequente edificação das parcelas que lhe são contíguas.

Deste modo, o plano da cidade medieval apresenta claramente dois tipos de organização em resultado da sua própria génese. Na área em que a cidade se sobrepõem ao plano romano, e apesar dos processos de crescimento espontâneo aí ocorridos, as ruas e os quarteirões destacam-se pela regularidade, enquanto que nas áreas que resultaram da integração intramuros de anteriores zonas rurais periféricas, o tecido urbano caracteriza-se por eixos viários mais sinuosos e quarteirões claramente irregulares.

Em simultâneo com a evolução do espaço urbano desenvolve-se a ocupação e exploração do território extramuros, condicionadas pela persistência dos eixos viários antigos, articulados com a cidade romana, e pela existência de aglomerados populacionais desenvolvidos em torno das antigas basílicas paleocristãs, agora convertidas em igrejas.

As importantes funções religiosas desempenhadas pela cidade de Braga encontram uma verdadeira expressão urbanística com D. Diogo de Sousa, na primeira década do século XVI. Na realidade, a intervenção deste arcebispo ficou marcada pela introdução de uma nova concepção urbana, assente, desta feita, numa planificação do espaço. O seu projecto assentou na abertura de praças e ruas numa tentativa de racional a circulação da cidade. As alterações realizadas, quer no interior, quer no exterior do espaço urbano, encontram-se bem comprovadas nas fontes histórico-documentais, sendo o *Mapa de Braunio* o documento que melhor ilustra as suas reformas urbanísticas.

Assim, D. Diogo de Sousa teve um papel preponderante na definição das linhas mestres do crescimento urbano da cidade moderna, mas, também, na sua renovação arquitectónica, atraindo para a cidade artistas biscainhos que

introduziram em Braga o estilo renascentista, designadamente através da decoração do gótica tardia/manuelina.

A primeira grande alteração urbanística que se observa na cidade moderna decorre da perda da funcionalidade defensiva da muralha fernandina, circunstância irá originar o aparecimento de construções na sua envolvente e a formação de espaços viários circundantes da muralha, que paulatinamente serão urbanizados.

O crescimento periférico da cidade moderna e a morfologia decorrente da urbanização das vias limítrofes do centro urbano, bem como daquelas que o ligavam à envolvente, merecem particular destaque, por formalizarem e consolidarem, definitivamente o plano radiocêntrico que irá pautar o crescimento de Braga até ao século XX.

De igual modo, alguns dos edifícios que integram a cidade actual conservam ainda as características arquitectónicas e tipológicas dos inícios da Idade Moderna, designadamente as que foram edificadas nas novas artérias que surgem no exterior da muralha medieval, mas, também, em zonas intramuros.

A cidade moderna de Braga atinge o seu ponto áureo com a adopção dos modelos da cidade barroca que vão dominar o cenário urbano bracarense a partir do século XVIII, mais uma vez sobre influência dos arcebispos e pelas mãos dos arquitecto bracarense André Soares (1720-1769) e Carlos Amarante (1748-1815).

Tal como tivemos oportunidade de referir nas páginas anteriores, a cidade de Braga constitui um exemplo particularmente feliz para o estudo da evolução da morfologia histórica dos núcleos urbanos. Desde logo, porque corresponde a um espaço que viu sucederem-se diferentes cidades, num período temporal longo, com mais de 2000 anos. Depois, porque dispõe de um acervo bastante coeso e diversificado de fontes. Finalmente, porque a sua evolução foi lenta, facto que permitiu a longa permanência de marcas materiais das anteriores ocupações, que se integraram no tecido construído, sobrevivendo, por isso, ainda na actualidade.

Todavia, julgamos ter demonstrado que o estudo dos sucessivos planos urbanos e dos espaços construídos não constitui uma tarefa linear. Equacionar teórica e metodologicamente uma matéria tão complexa como a morfologia urbana, exige uma percepção transdisciplinar da cidade, bem como uma valorização dos factores endógenos e exógenos que influenciam a dinâmica da

evolução urbana. Neste sentido, o estudo das cidades é tão rico em perspectivas, quanto extenso no tempo e variado em cada caso de estudo, exigindo o cruzamento de diferentes fontes e saberes, e uma utilização sistemática da cartografia, instrumento fundamental para visibilizar e compreender as transformações, adaptações e reciclagens sofridas pelos diferentes componentes do plano urbano.

Por tudo isto, no momento de terminar este trabalho, é inevitável considerar que o estudo da morfologia histórica de Braga apenas deu os primeiros passos.

Bibliografia

- AAVV (1987) *Guia Urbanístico e Architectónico de Lisboa*, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- AAVV (1989-91) *Mapa das Ruas de Braga*, 2 volumes, Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa.
- AAVV (1990) *Porto percursos nos espaços e memórias*, Porto: Afrontamento.
- AAVV (1994) *La ciudad en el mundo romano*, Vol. 1, Actas del XIVè Congreso Internacional de Arqueología Clásica. 1993, Tarragona.
- AAVV (1996) *Lleida: de l'Islam al feudalisme (segles VIII-XII), a Coneixes la teva ciutat?*, Lleida: Ateneu Popular de Ponent.
- AAVV (1997) *Hispania. El Legado de Roma*, Mérida: Ministério de Educación y Cultura.
- AAVV (1998) *V Seminário - História da Cidade e do Urbanismo. Cidades: temporalidades em confronto*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas (CD-rom).
- AAVV (coord.) (2000) *'A construção do Brasil urbano'*. *Revista Oceanos*, Nº 41 (Jan-Mar). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- AAVV (2002) *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del occidente europeu. Estudios Arqueológicos*, Tarragona: Cultura 2000/Consorcio Urbium Hispaniae Romanae, <<http://www.cervantesvirtual.com/portal/simulacraromae/>>.
- AAVV (2003) *Rome An 2000 - Ville, maquette et modèle virtuel*, Collection Les Cahiers de la M.R.S.H., nº 33, Caen: Université de Caen.
- AAVV (2004) *Aspects of Anglo-Scandinavian York*, The Archaeology of York Anglo-Scandinavian York, The Council for British Archaeology.
- AAVV (2006) *'D. Diogo de Sousa e o seu tempo'*, *Actas do Simpósio do V Centenário do Início da sua Missão como Arcebispo de Braga (1505-1532)*, Braga: CMB/UCP.
- Aboulker, D. (2003) *'Inventaire sommaire du fond Pierre Lavedan'*, *Bibliothèque de l'Institut National d'Histoire de l'Art*, Collection Jacques Doucet, <<http://www.inha.fr/IMG/pdf/fonds-lavedan.pdf>> (10h, 24 de Janeiro 1997).
- Adam, J.-P. (1989) *La construction romaine - Matériaux et techniques*, Grands Manuels Picard, Paris: A Et J Picard.
- Afonso, J.F. (2000) *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*, Porto: FAUP.
- Alarcão, J. (1983) *Portugal Romano*, 3ª ed., Lisboa: Editorial Verbo.

- Alarcão, J. (1989) *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins.
- Alarcão, J. (dir.) (1990) *Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença.
- Alarcão, J. (1993) 'Las ciudades romanas de Portugal', VV., A. (ed.) *La ciudad Hispanorromana*, Barcelona: Ministerio de cultura, pp. 206-223.
- Alarcão, J. (1994) 'Lisboa romana e visigótica', *Lisboa subterrânea*, MNA, Lisboa: pp. 58-63.
- Alarcão, J. (1995-96) 'Las Civitates do Norte de Portugal', *Cadernos de Aqueologia*, N.º. 12-13, II série Braga: pp. 25-30.
- Álavarez Álvarez, C. (1992) *La ciudad de León en la baja Edad Media. El espacio urbano*, León: Sociedad Anonima Hullera Vasco-Leonesa.
- Alba Calzado, M.A. (1997) 'Ocupación diacrónica del área arqueológica de Moraria', *Mérida, excavaciones arqueológicas*, N.º. 1: pp. 283-315.
- Alba Calzado, M.A. (2000) 'Datos para la reconstrucción diacronica del paisaje urbano de Emerita: Las calles porticadas desde la etapa romana a la visigoda', *Mérida, excavaciones arqueológicas*, N.º. 6: pp. 371-396.
- Alba Calzado, M.A. (2001) 'Características del viario urbano de Emerita entre los siglos I y VIII', *Mérida, excavaciones arqueológicas*, N.º. 5: pp. 397-423.
- Alba Calzado, M.A. (2002) 'Revalorización de las vías urbanas de Emerita', *Mérida. Ciudad y Patrimonio. Revista de Arqueología, Arte y Urbanismo*, N.º. 6: pp. 133-148.
- Alba Calzado, M.A. (2004a) 'Evolución y final de los espacios romanos emeritenses a la luz de los datos arqueológicos (pautas de transformación de la ciudad tardoantigua y altomedieval)', *Augusta Emerita. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*: pp. 207-255.
- Alba Calzado, M.A. (2004b) 'Arquitectura doméstica', Dupré Raventos, X. (ed.) *Las capitales provinciales de Hispania. Mérida. Colonia Augusta Emerita*, Vol. 2, pp. 67-83.
- Allain, R. (2005) *Morphologie urbaine. Géographie, aménagement et architecture de la ville*, Paris: Armand Colin [publicação original: 2004].
- Allen, T.G. & Hiller, J. (2002) *The Excavation of a Medieval Manor House of the Bishops of Winchester at Mount House, Witney, Oxfordshire*, Oxford: Oxford Archaeology.
- Allix, A. (1960) *Manual de Geografía General Física, Humana y economica*, Madrid: Ediciones Rialps, S.A.
- Almagro-Gorbea, M. (1997) 'Hispania a la llegada de Roma', *Hispania. El Legado de Roma*, Mérida: Ministério de Educación y Cultura, pp. 39-52.

- Almeida, C.A.F. (1968) *Vias Medievais de Entre Douro e Minho*, Dissertação de Licenciatura em História (policopiada), Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Almeida, C.A.F. (1972) 'Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal', *Revista da Faculdade de Letras do Porto, série de História*, Vol. III, Porto: pp. 8-138, <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3315.pdf>> (7h, 13 de Setembro de 2007).
- Almeida, C.A.F. (1978a) *Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho*, Prova Complementar da Tese de Doutoramento (policopiada), Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Almeida, C.A.F. (1978b) *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Tese de Doutoramento (policopiada), Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Almeida, C.A.F. (1986) 'O Românico', *História da Arte em Portugal*, Vol. 3, Lisboa: Edições Alfa.
- Almeida, C.A.F. & Barroca, M.J. (2002) 'O Gótico', *História da Arte em Portugal*, Vol. 2, Lisboa: Editorial Presença.
- Alves, J.J.B.F. (1988/1990) *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, 2 volumes, Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Alves, L.D. (1956) 'Aspectos da arqueologia em Myrtilis', *Arquivo de Beja*, N.º. 13, Beja: pp. 21-98.
- Amaral, L.C. & Duarte, L.M. (1985) 'Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)', *Separata da Revista de História*, Vol. VI, CHUP, Porto: pp. 1-96.
- Andrade, A.A. (1990) *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Andrews, F.B. (1992) *The medieval builder and his methods*, New York: Dorset Press.
- Aquilué, X.; Dupré, X.; Massò, J. & Ruiz de Arbulo, J. (1991) *Tarraco. Guia arqueológica*, Tarragona: Ed. El Mèdol.
- Araújo, R. & Carita, H. (coords.) (1998) *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Arce Martínez, J. (1978) 'La crisis del s. III d. C. en Hispania y las invasiones bárbaras', *Hispania Antigua*, N.º. 8: pp. 257-269.
- Arce Martínez, J. (1993) 'La ciudad en la España tardorromana: ¿Continuidad o discontinuidad?' *Ciudad y comunidad cívica en Hispania (Siglos II y III después de J. C.)*, Casa de Velázquez y C. S. I. C. (Madrid, 1990) ,Madrid: pp. 177-187.

- Argote, J.C. (1728) *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa.
- Argote, J.C. (1732-34) *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga. Primaz das Hespanhas*, Vol. I, II, III e IV, Lisboa: Lisboa Occidental.
- Aristóteles (1998) *Política*, edição bilingue, trad. de A. Campelo Amaral e C. de Carvalho Gomes, Lisboa: Vega.
- Arizaga Bolumburu, B. (1990) *Urbanística medieval (Guipúzcoa)*, Donostia (San Sebastian): Izarberri S.A. (Usurbil).
- Arizaga Bolumburu, B. (1993) 'El paisaje urbano em la Europa Medieval', *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño: Governo de La Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 11-25.
- Arizaga Bolumburu, B. (1996) 'La recuperacion del paisaje urbano medieval: propuesta metodológica', *La ciudad medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*: pp. 13-33.
- Arizaga Bolumburu, B. (1998) 'Formation et évolution du tissu urbaine dans le Pays basque: l'exemple du Guipúzcoa', *La Ville au Moyen Âge (sous la direction de Noël Coulet et Olivier Guyotjeannin)*, Paris, Éditions du CTHS: pp. 41 - 50.
- Arizaga Bolumburu, B. & Solorzano Telechea, J.A. (eds.) (2005) *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media. Actas de Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo*. Logroño: IER.
- Armas Castro, J. (1974) 'Santiago en los siglos XI al XIII. Aproximación histórica a la morfología urbana compostellana', *Compostellanum*, Vol. XIX, N.º. 1-4: pp. 230-233.
- Armas Castro, J. (1992) *Pontevedra en los siglos XII a XV. Configuración y desarrollo de una villa marinera en la Galicia medieval*, Pontevedra: Fundación "Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa".
- Ashmore, W. & Sharer, R.J. (1996) *Discovering Our Past: A Brief Introduction to Archaeology* Mountain View: Mayfield Publishing Company.
- Aston, M. & Bond, J. (1987) *The Landscape of Towns*, Gloucester: Alan Sutton.
- Aymonino, C. (1984) *O significado das cidades*, Lisboa: Coleção dimensões. Editorial Presença [publicação original: *Significato della città* (1975)].
- Azevedo, P. (1916) 'As cartas de criação de cidade concedidas a povoações portuguesas', *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências*, Vol. X, Lisboa: pp. 930-917.
- Azevedo, R. (1958) *Documentos medievais portugueses. Documentos régios. Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques*, A . D. 1095 - 1185, Tomo I, Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Azkarate Garai-Olaun, A. (2002) 'De la Tardoantigüedad al Medievo Cristiano. Una Mirada a los Estudios Arqueológicos sobre el Mundo Funerário', Vaquerizo,

- D. (ed.) *Espacios y Usos Funerários en el Occidente Romano*, Córdoba: Universidade de Córdoba, pp. 115-139.
- Bairoch, P. (1985) *De Jéricho à Mexico. Villes et Économie dans l'Histoire*, Paris: Gallimard.
- Bandeira, M.S.M. (1994) 'Uma Panorâmica Seiscentista de Braga', *Forum*, N.º 15/16, Braga: pp. 25-36.
- Bandeira, M.S.M. (2000a) 'D. Diogo de Sousa, o urbanista – leituras e texturas de uma cidade refundada', *Bracara Augusta*, N.º 103 (116): pp. 19-58.
- Bandeira, M.S.M. (2000b) *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto: Edições Afrontamento.
- Bandeira, M.S.M. (2002) *O Espaço Urbano de Braga – obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974)*, dissertação de doutoramento, policopiada, 3 volumes, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Bandeira, M.S.M. (2006) 'D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, e a sua obra urbana 500 anos após a investidura', *Actas do Simpósio do V Centenário do Início da sua Missão como Arcebispo de Braga (1505-1532)*, Braga: pp. 102-117.
- Barber, B. & Bowsher, D. (2000) *The Eastern cemetery of Roman London: excavations 1983 – 1990*, MoLAS Monograph 4, London.
- Bardet, G. (1964) *L'urbanisme*, Barcelona: Edicions 62 [publicação original: *L'urbanisme* (1945)].
- Barley, M. (1986) *Houses and History*, London: Faber.
- Barlow, F.; Biddle, M.; Feilitzten, O.v. & Keene, D.J. (eds.) (1976) *Winchester in the Early Middle Ages: An Edition and Discussion of the Winton Domesday*, Oxford University Press.
- Barraud, D. & Caillabet-Duloum, G. (2002) 'Burdigala. Bilan de deux siècles de recherches et découvertes récentes à Bordeaux', *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del occidente europeo. Estudios Arqueológicos*, pp. 201-221.
- Barroca, M.J. (1990-91) 'Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XIII)', *Portugalia, Nova Série*, Vol. XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: pp. 89-134.
- Barroca, M.J. & Real, M.L. (1992) 'As Caixas-Relicário de São Torcato, Guimarães (séculos X-XIII)', *Arqueologia Medieval*, Vol. 1, Porto: CAM / Edições Afrontamento: pp. 135-168.
- Barros, J. (1919) *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto: Biblioteca Pública.
- Barry, T. (1999) *A history of settlement in Ireland*, London: Routledge.

- Battle, C. (1985) 'La maison barcelonaise au XIIIe siècle: caractéristiques, techniques et matériaux', *La construction dans la Péninsule Ibérique (XIe-XVIe)*, *Cahiers de la Méditerranée*, Nice, Centre de la Méditerranée Moderne et Contemporaine: pp. 24-53.
- Beaujeu-Garnier, J. & Chabot, G. (1970) *Tratado de Geografía urbana*, Barcelona: Vicens Vives [publicação original: *Traité de Géographie urbaine* (1963)].
- Beirante, M.Â.G.V.d.R. (1995) *Évora na Idade Média*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- Beirante, M.Â.G.V.R. (1980) *Santarém medieval*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH.
- Belino, A.R. (1895) *Inscrições romanas de Braga – Inéditas*, Braga.
- Belino, A.R. (1896) *Novas inscrições romanas de Braga*, Braga.
- Belino, A.R. (1900) *Acheologia Christã*, Braga.
- Belino, A.R. (1904) 'Epigraphia Romana de Braga', *O Arqueólogo Português*, Nº. 9: pp. 101-102.
- Belino, A.R. (1905) 'Bracara Augusta', *O Arqueólogo Português*, Nº. 10, Braga: pp. 118-119.
- Belino, A.R. (1906) *Novas inscrições romanas de Braga*, Braga.
- Belino, A.R. (1909) 'Cidades mortas', *O Arqueólogo Português*, Nº. 14 (Publicação póstuma), Braga: pp. 1-28.
- Beltrán de Heredia, J. (dir.) (2001) *De Barcino a Barcinona (segles I-VII): Les Restes Arqueològiques de la Plaça del Rei de Barcelona*, Barcelona: Museu d'Història de la Ciutat.
- Beltrán de Heredia, J. (2006) 'El urbanismo romano y tardoantiguo de "Barcino" (Barcelona): una aportación a la topografía de la colonia', *Civilización. Un viaje a las ciudades de la España antigua*, Alcalá de Henares, Ayuntamiento de Alcalá de Henares: pp. 87-96.
- Beltrán Lloris, M. (1997) 'Colonia Caesaraugusta', *Hispania. El Legado de Roma*, Mérida: Ministério de Educación y Cultura, pp. 457-461.
- Benevolo, L. (1982) *Diseño de la ciudad – 3 El Arte y la ciudad medieval*, Barcelona: Gustavo Gili [publicação original: 1977].
- Benevolo, L. (1994) *As origens da urbanística moderna*, Lisboa: Editorial Presença [publicação original: *Le origini Dell'Urbanistica Moderna*].
- Benevolo, L. (1995) *A Cidade na História da Europa*, Lisboa: Editora Perspectiva [publicação original: *La Città Nella Storia D'Europa* (1993)].

- Benito Martín, F. (2000) *La formación de la ciudad medieval*, Valladolid: Universidad de Valladolid.
- Bernardi, P. (1995) *Métiers du bâtiment et techniques de construction à Aix en Provence à la fin de l'époque gothique (1400 1550)*, Aix en Provence: Publications de l'Université de Provence.
- Bernardi, P. (1998a) 'Construction et politique en Provence: l'approvisionnement en matériaux, une affaire publique?', Coulet, N. & Guyotjeannin, O. (eds.), *La Ville au Moyen Âge*, Paris: Éditions du CTHS, p. 317 a 328.
- Bernardi, P. (1998b) 'Les bois utilisés dans le bâtiment au Moyen Âge: l'exemple d'Aix', Amouretti, M.C. & Comet, G. (eds.), *Artisanat et matériaux. La place des matériaux dans l'histoire des techniques*, Provence: Publications de l'Université de Provence, p. 49 a 59.
- Bernardi, P. (1998c) 'La construction en pierre', Esquieu, Y. & Pesez, J.M. (eds.), *Cent maisons médiévales en France (du Xlle au milieu du XVIe siècle). Un corpus et une esquisse*, Paris: CNRS Editions, p. 55 a 61.
- Biddle, M. (1974) 'The Future of Urban Past', Rahtz, P. (ed.) *Rescue Archaeology*, Harmonds-worth: Penguin pp. 95-112.
- Biddle, M. (1982) 'Vers une archéologie urbaine au service de la société', *Actes du Colloque International de Tours « Archéologie urbaine »*, 17-20 novembre 1980, Tours: pp. 47-54.
- Biddle, M. (1983) 'The Study of Winchester: Archaeology and History in a British Town', *Proceedings of the British Academy* 69 (1983), London: pp. 93-135.
- Biddle, M.; Hudson, D. & Heighway, C. (1973) *The future of London's Past. A survey of the archaeological implications of planning and development in the nation's Capital*, Worcester.
- Blanchard, R. (1911) *Grenoble: étude de géographie urbaine*, Paris.
- Blázquez Martínez, J.M. (1988) 'El urbanismo en Occidente', *Homenaje a Samuel de los Santos*, Instituto de Estudios Albacetenses, Albacete: pp. 179-183, <<http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/07033874389647340757857/013666.pdf?incr=1>> (19h, 23 Dezembro 2006).
- Boardman, J.; Griffin, J. & Murray, O. (eds.) (1986) *The Oxford History of the Classical World*. Oxford: Oxford University Press.
- Bonet Correa, A. (1978) *Morfología y ciudad. Urbanismo y arquitectura durante el Antiguo Régimen en España*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Bonet Correa, A. (1989) *Las claves del urbanismo*, Barcelona: Ariel.
- Bonet Correa, A. (1992) 'El concepto de puerta en la ciudad tradicional', *Las puertas de Madrid*, Madrid: pp. 17-40.

- Bonet Correa, A.; Lorenzo Fornies, S. & Miranda Regojo, F. (1985) *La polémica ingenieros-arquitectos en España: siglo XIX*, Madrid: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos.
- Bonnet, C. & Beltrán de Heredia, J. (2000) 'El primer grupo episcopal de Barcelona', *Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona, Sedes regiae ann. 400-800*, N.º. 25, Barcelona: pp. 467-490, <<http://www.raco.cat/index.php/MemoriasRABL/article/viewFile/23780/23617>> (20h, 16 de Dezembro 2007).
- Borges, N. (1987) *Coimbra e Região*, Lisboa: Editorial Presença.
- Botão, M.F. (1992) *Silves capital de um reino medievo*, Silves: CMS.
- Boudon, F. & Blécon, J. (1975) 'Tissu urbain et architecture. L'analyse parcellaire comme base de l'histoire architecturale', *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Vol. 30, N.º. 4, <http://www.persee.fr/showPage.do?zoom=0&urn=ahess_0395-2649_1975_num_30_4_293645&pageId=ahess_0395-2649_1975_num_30_4_T1_0773_0000>.
- Bowsher, D.; Dyson, T.; Holder, N. & Howell, I. (2007) *The London Guildhall: an archaeological history of a neighbourhood from early medieval to modern times*, London: Museum of London Archaeology Service (MoLAS).
- Braga, P.D. (1998) *Setúbal medieval (Séculos XIII a XV)*, Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.
- Bravo Castañeda, G. (1998) 'Para un nuevo debate sobre la crisis del s. III (en Hispania), al hilo de un estudio reciente', *Gerion*, N.º. 16: pp. 493-500.
- Briggs, A. (1971) *Victorian cities*, London: Penguin Books [publicação original: 1963].
- Brito, R.S. (1976) *Lisboa. Esboço geográfico*, Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa: Lisboa.
- Brogiolo, G.P. (1988) *Archeologia dell'edilizia storica*, Como.
- Brogiolo, G.P. (1996) 'Urbanistica ed edilizia nei quartieri orientali di Brescia nel XII secolo', Minicis, E.D. & Guidoni, E. (eds.), *Casa e torri medievali I*, Roma: Edizioni Kappa, pp. 22-27.
- Brogiolo, G.P. & Gelichi, S. (1996) 'La fine delle ville romane: trasformazioni nelle campagne tra tarda antichità e altomedioevo nel territorio gardesano. ' 1.º convegno archeologico del Garda - Gardone Riviera (Brescia), 14 ottobre, 1995, Mantova, SAP (Documenti di Archeologia, 11).
- Buenacasa, C.P. (2001) 'La arquitectura y el arte al servicio de la propaganda del emperador y de la iglesia (siglos IV-V): legislación imperial y postulados cristianos', *Siculorum Gymnasium*, Vol. 54, N.º. 1-2 (2001): pp. 233-258, <<http://www.ub.es/grat/grat58.pdf>> (Janeiro 2006).

- Buencasa, C.P. (1997a) 'La constitución y protección del patrimonio eclesiástico y la apropiación de los santuarios paganos por parte de la Iglesia en la legislación de Constancio II (337-361)', *Pyrenae*, N°. 28: pp. 229-240, <<http://www.ub.es/grat/grat29.htm>> (Janeiro 2006).
- Buencasa, C.P. (1997b) 'La decadencia y cristianización de los templos paganos a lo largo de la Antigüedad Tardía (313-423)', *Polis* N°. 9: pp. 25-50, <<http://www.ub.es/grat/grat32.htm>> (Janeiro 2006).
- Buencasa Pérez, C. (2001) 'La arquitectura y el arte al servicio de la propaganda del emperador y de la iglesia (siglos IV-V): legislación imperial y postulados cristianos', *Siculorum Gymnasium*, Vol. 54, N°. 1-2 (2001): pp. 233-258, <<http://www.ub.es/grat/grat58.pdf>> (Janeiro 2006).
- Burón Álvarez, M. (1997) 'El Trazado Urbano en las proximidades del Foro en Asturica Augusta. La casa del pavimento de opus signinum.' *Memorias*, León: Junta de Castilla y León, .
- Burón Álvarez, M. (2006) 'El Trazado Urbano de Asturica Augusta. Génesis y Evolución', *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana. III Congreso de las Obras Romanas*, Astorga: pp. 289-312, <<http://traianus.rediris.es/astorga2006/11buron.pdf>> (15h, 02 de Setembro de 2007).
- Busquets, J. (2005) *Barcelona. The urban evolution of a compact city*, Rovertó (Itália): Nicolodi.
- Butlin, R.A. (ed.) (1977) *The development of the Irish town*. London: Croom Helm.
- Caamaño Gesto, M. (1979) 'Alteraciones de las vías romanas y su difícil distinción con los caminos posteriores', *Bracara Augusta*, N°. 75-76, Braga: pp. 359-365.
- Caballero Zoreda, L. (1996) 'El análisis estratigráfico de construcciones históricas', *El método arqueológico aplicado al proceso de estudio y de intervención en edificios históricos. Actas de Arqueología de la Arquitectura*, Burgos: Junta de Castilla y León, pp. 55-74.
- Caballero Zoreda, L. & Escribano Velasco, C. (eds.) (1996) *El método arqueológico aplicado al proceso de estudio y de intervención en edificios históricos. Actas de Arqueología de la Arquitectura*. Burgos: Junta de Castilla y León.
- Calado, M. (1991) 'Os estudos históricos no contexto da reabilitação urbana', *Sociedade e Território*, N°. 14/15, Porto: pp. 8-15.
- Calado, M.; Lobo, M.S. & Ferreira, V.M. (1994) 'Lisboa', Guàrdia Bassols, M., et al. (eds.), *Atlas Histórico de Ciudades Europeas. 1. Península Ibérica*, Barcelona: pp. 95-126.
- Caldas, J.J.S.P. (1852) *Apontamentos gerais sobre os mais notáveis objectos que podem atrair as atenções de S.S. M.M. F.F., na sua viagem pelo distrito de Braga*, Braga.

- Cameron, A. (1998) *El Mundo mediterraneo en la Antigüedad Tardia (395-600)* - Barcelona: Crítica [publicação original: *The Mediterranean World in Late Antiquity, 395-600* (1993)].
- Canal i Roquet, J.; Eduard, C.i.d.D.; M, N.i.B.J. & Jordi, S.i.A. (1998a) *La ciutat de Girona l'any 1535*, Girona: Ajuntament de Girona.
- Canal i Roquet, J.; Eduard, C.i.d.D.; M, N.i.B.J. & Jordi, S.i.A. (1998b) *La ciutat de Girona en la 1ª meitat del segle XIV*, Girona: Ajuntament de Girona.
- Canclini, N.G. (1995) *Hybrid Cultures: strategies for entering and leaving modernity*, Minneapolis, Londres: University of Minnesota Press.
- Caniggia, G. (1963) *Lettura di una città*, Roma: Centro Studi di Storia Urbanistica.
- Caniggia, G. (1985) *Strutture dello spazio antropico. Studi e note*, 2ª ed, Firenze: Alinea [publicação original: 1976].
- Caniggia, G. & Maffei, G.L. (1984) *Composizione architettonica e tipologia edilizia. 2. Il progetto nell'edilizia di base*, Venezia: Marsilio.
- Caniggia, G. & Maffei, G.L. (1995) *Tipología de la edificación. Estructura del espacio antrópico*, Madrid: Celeste Ediciones [publicação original: *Lettura dell'edilizia di base* (1979)].
- Cantillon, R. (1959) *Essai sur la Nature du Commerce in General (Essay on the Nature of Trade in General)*, Library of Economics and Liberty, <<http://www.econlib.org/library/NPDBooks/Cantillon/cntNT1.html>> (15h, 21 de Janeiro de 2007).
- Capel, H. (1975) 'La definición de lo Urbano', *Estudios Geográficos*, Nº. 138-139: pp. 265-301, <<http://www.ub.es/geocrit/sv-33.htm>> (20h, 12 de Dezembro de 2006).
- Capel, H. (2002) *La morfología de las ciudades*, Vol. I - *Sociedad, cultura y paisaje urbano*, Vol. II - *Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios*, Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Capel, H. & Tatjer Mir, M.M. (1992) 'El Profesor Bonet Correa y la Historia del Urbanismo en España', *Ciudad y Territorio*, Nº. 9 (octubre-diciembre), Madrid: pp. 7-13, <<http://www.ub.es/geocrit/sv-16.htm>> (12h, 29 de Dezembro de 2006).
- Capela, J.V. (2003) *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*, Monção: Casa Museu de Monção.
- Carbonnières, P. (1997) *Lutèce. Paris, ville romaine*, coll. « Découvertes », Paris: Gallimard.
- Cardoso, J. (1652-1666) *Agiológio Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*, Vol. I, II, III, Lisboa: Oficina Craesbeekiana.

- Carita, H. (1990) *O Bairro Alto - tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Carita, H. (1997) 'O Bairro Alto e a legislação urbana para Lisboa no séc. XVI e XVII', *Lisboa Iluminista e o seu tempo*, Lisboa.
- Carita, H. (1999) *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa Horizonte.
- Carita, H. & Carita, R. (2000) 'Modelos, instituições e personagens na urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI', *Oceanos*, N.º. 41, Jan.-Mar.: pp. 174-190.
- Caro Baroja, J. (1984) *Paisajes y ciudades*, Madris: Taurus.
- Carrillo, J.R.; Hidalgo, R.; Murillo, J.F. & Ventura, Á. (1999) 'Córdoba. De los orígenes a la Antigüedad Tardía', García Verdugo, F. & Acosta, F. (eds.), *Córdoba en la Historia, la construcción de la Urbe*, Córdoba: pp. 37-74.
- Carter, H. (1987) *El estudio de la geografía urbana*, Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local [publicação original: *The study of urban Geography* (1972)].
- Carvalho, S.L. (1989) *Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Carvalho, T.P.; Guimarães, C.; Barroca, M. & (1996) *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*, Porto: Câmara municipal do Porto.
- Carver, M.O.H. (1987) *Underneath English Towns. Interpreting Urban Archaeology*, London: Blastford.
- Carver, M.O.H. (2003) *Archaeological Value and Evaluation*, SPA, Manuali per L'Archeologia 2, Mantova: Edizioni all'Insegna del Giglio.
- Castells, M. (2000) *A questão urbana*, Rio de Janeiro: Paz e Terra [publicação original: *La question urbaine* (1972)].
- Castro, M.F. (1989/90) 'Retábulos e grades da igreja e de outros espaços da Santa Casa da Misericórdia de Braga', *Bracara Augusta*, Vol. XLVIII, N.º. 101-102 (114-115), Braga: pp. 97-120.
- Castro Villalba, A. (1995) *Historia de la construcción arquitectónica*, Barcelona: Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, SL.
- Castro Villalba, A. (1996) *Historia de la construcción medieval. Aportaciones*, Quaderns d'Arquitectes 15, Barcelona: Edicions UPC.
- Cataldi, G. & Formichi, F. (2005) *Pienza Forma Urbis*, Firenze: Aión Edizioni.
- Cepeda Adán, J. (1993) 'La ciudad de Santa Fe, simbolo de una época', *Cuadernos de Historia Moderna*, N.º. 13, Servicio de Publicaciones de la Universidad

- Complutense, Madrid,
<<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02144018/articulos/CHM09292110073A.PDF>> (16h, 12 de Dezembro de 2006).
- Cerdá, I. (1968-1971) *Teoría General de la Urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y Ensanche de Barcelona*, (3 vols), Madrid: Instituto de Estudios Fiscales [publicação original: 1867].
- Cerdá, I. (1991) *Teoría de la Viabilidad Urbana y Reforma de la de Madrid*. Cerdá & Madrid, Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas / Ayuntamiento de Madrid [publicação original: *Teoría de la Viabilidad Urbana y Reforma de la de Madrid* (1861)].
- Chabot, G. (1972) *Las ciudades*, Barcelona: Editorial Labor [publicação original: *Les villes* (1948)].
- Chadych, D. & Leborgne, D. (1999) *Atlas de Paris. Evolution d'un paysage urbain*, Paris: Editions Parigramme.
- Chancelarias Portuguesas (1999) *Chancelaria de D. Duarte*, Vol. II, Lisboa: Instituto Arquivos Nacionais - Torre do Tombo.
- Châtelain, A. (1988) *L'Évolution des Chateaux Forts dans la France au Moyen Age*, Strasbourg: Publitotal.
- Checkland, S.G. (1981) *The Upas Tree: Glasgow, 1875-1975*, Glasgow: University of Glasgow Press.
- Cherubini, G. (1991) *Le città italiane dell' età di Dante*, Pisa: Pacini Editore.
- Childe, V.G. (1992) *Los orígenes de la civilización*, Madrid: Breviarios del Fondo de Cultura Económica [publicação original: *The Dawn of European Civilization* (1925)].
- Choay, F. (1970) *El urbanismo. Utopías y realidades*, Barcelona: Lumen [publicação original: *L'urbanisme, utopies et réalités* (1965)].
- Chombart de Lauwe, P.-H. (1965) *Des hommes et des villes*, Paris: Payot.
- Chombart de Lauwe, P.-H. (1982) *La fin des villes. Mythe ou réalité*, Paris: Calmann-Levy.
- Chueca Goitia, F. (1996) *Breve História do Urbanismo*, Lisboa: Editorial Presença [publicação original: *Breve Historia del Urbanismo* (1982)].
- Clark, P. & Slack, P. (eds.) (1972) *Crisis and Order in English the English Town, 1500-1700*. London: Routledge e K. Paul.
- Coelho, A.B. (1992a) 'Sobre Mértola e o Guadiana', *Arqueologia Medieval*, Vol. 1, Porto: Edições Afrontamento: pp. 203-207.
- Coelho, A.B. (2006) *Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista*, Lisboa: Editorial Caminho.

- Coelho, M.H.C. (1992b) 'Coimbra Trecentista: a cidade e o estudo', *Separata de Biblos*, Vol. LXVIII, Coimbra: pp. 335-356.
- Collins, R.G. & Collins, C.C. (1980) *Camillo Sitte e el Nacimiento del Urbanismo Moderno. Camillo Sitte, Construcción de Ciudades según Principios Artísticos*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Conde, M.S.A. (1996) *Tomar medieval, O espaço e os homens*, Cascais: Patrimonia.
- Conde, M.S.A. (1997) 'Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal, nos fins da Idade Média', *Separata de Arqueologia Medieval*, Ed. Afrontamento, Lisboa: pp. 243-265.
- Conde, M.S.A. (2000) *Uma paisagem humanizada. O médio Tejo nos finais da Idade Média*, Vol. II, Cascais: Patrimonia.
- Conde, M.S.A. (2000/01) 'Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média', *Media Aetas - Revista de Estudos Medievais*, N.º. 3/4, Patrimonia, Carnaxide: pp. 49-86.
- Conzen, M.R. (1960) *Alnwick: A Study in Town Plan Analysis*, London: Institute of British Geographers.
- Conzen, M.R.G. (1968) 'The use of Town Plans in the Study of Urban History', Dyos, H.J. (ed.) *The Study of Urban History*, London: Edward Arnold, pp. 113-130.
- Cordeiro, G.I.; Baptista, L.V. & Costa, A.F. (coords.) (2003) *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta.
- Correia, J.E.H. (1998) 'Urbanismo na época Barroca em Portugal', *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, Lisboa: pp. 143-154.
- Cortez, F.R. (1951) 'O culto do Imperador no Conventus bracaraugustanus', *Bracara Augusta* N.º. 2 (4): 368-382; N.º. 3 (1): 16-30; N.º. 3 (2): 147-165, Braga.
- Cortez, F.R. (1951-54) 'A Fonte do Ídolo e o culto de Asklepius em *Bracara Augusta*', *Bracara Augusta*, N.º. 4 (1-3): 32-45; N.º. 4 (4): 264-280; N.º. 5 (1-3): 90-103, Braga.
- Cortez, F.R. (1958) *Museu D. Diogo de Sousa*, Braga.
- Costa, A.C. (1706-1712) *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal ...*, Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, <<http://purl.pt/434>> (19h, 13 de Maio de 2007).
- Costa, A.F. (1999) *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras Celta Editora.
- Costa, A.J. (1978) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, (edição crítica), tomo I e II. Braga: Assembleia Distrital de Braga.

- Costa, A.J. (1979) 'Centenários natalícios dos Arcebispos de Braga D. Fr. Baltasar Limpo e D. Rodrigo da Cunha', *Bracara Augusta*, Vol. XXXIII, N.º. 75-76 (87-88), Braga: pp. 2-125.
- Costa, A.J. (1993) 'D. Diogo de Sousa - Novo fundador de Braga e grande Mecenaz da Cultura', *Separata do Livro de Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos de Dedicção da Catedral*, Braga: pp. 15-118.
- Costa, A.J. (1997-2000) *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Vol. I e II, 2ª edição, Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta [publicação original: 1959].
- Costa, L. (1982) *O Templo de Santa Cruz*, Braga: Irmandade de Santa Cruz.
- Costa, M.C. (a cura di) (2003) *Città Storica. Un centro per la città*, Reggio Emilia, Itália: Diabasis.
- Cristiano, L.C. (1986) 'A vila de Leiria em 1385', *Jornadas sobre Portugal medieval* (1983), Leiria, Ed. CML: pp. 171-220.
- Cruz, M.R.M.D. (2001) *Vidros romanos de Bracara Augusta*, Tese de Mestrado (policopiada), Braga: Universidade do Minho.
- Cullen, G. (1983) *Paisagem urbana*, Lisboa: Edições 70 [publicação original: *Townscape* (1971)].
- Cunha, A.; d'Encarnação, J. & Lemos, F.S. (2005) 'Ara aos Lares Viales, de *Bracara Augusta*', *Forum*, N.º. 37 (Jan-Jun), Braga: pp. 147-158.
- Cunha, R. (1634-35) *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Vol. I e II, Braga.
- Cunliffe, B. (1995) 'Diversity in the Landscape: The Geographical Background to Urbanism in Iberia', *Proceedings of the British Academy. The Development of Towns in Iberia*. 86, 1986, British Academy, pp. 1-5.
- Cunliffe, B. & Keay, S. (eds.) (1995) *Proceedings of the British Academy 86. The Development of Towns in Iberia*. London: British Academy: 1-263.
- Darin, M. (1998) 'The study of urban form in France', *Urban Morphology*, N.º. 2(2): pp. 63-76,
<http://urd.let.rug.nl/ekoster/isuf2/online_unlimited/um199802_63-76.pdf> (15h, 23 de Janeiro 2007).
- De Giovanni, L. (1985) *Il libro XVI del Codice Teodosiano. Alle origini della codificazione in tema di rapporti Chiesa-Stato*, Napoli .
- De Seta, C. (1991) 'Las murallas, símbolo de la ciudad', De Seta, C. & Le Goff, J. (eds.), *La ciudad y las murallas*, Madrid: Catedra, pp. 21-66.
- De Seta, C. & Le Goff, J. (eds.) (1991) *La ciudad y las murallas*. Madrid: Catedra.

- Delaigue, M.C. (2000) 'De la maison médiévale à la maison moderne: l'exemple de Senés', Bazzana, A. & Hubert, É. (eds.), *Maisons et espaces domestiques dans le monde méditerranéen au Moyen Âge. Castrum 6*, Rome Madrid: École Française de Rome, Casa de Velásquez, pp. 130-147.
- Delfante, C. & Pelletier, J. (2000) *Villes et urbanisme dans le monde*, Paris: Armand Colin.
- Delgado, M. (1984) 'Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante', *Lucerna. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto: pp. 179-196.
- Delgado, M. (1987) 'Salvamento no quarteirão na rua Gualdim Pais', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 4, série II, Braga: pp. 187-199.
- Delgado, M. & Gaspar, A. (1986) 'Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas cavalaria do Regimento de Infantaria de Braga)', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 3, série II: pp. 155-167.
- Delgado, M. & Martins, M. (1988) 'Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas cavalaria do Regimento de Infantaria de Braga)', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 5, série II, Braga: pp. 79-93.
- Delgado, M.; Martins, M. & Lemos, F.S. (1989) 'Dossier – Salvamento de *Bracara Augusta*', *Forum*, N.º. 6, Braga: pp. 3-41.
- Delgado, M.; Dias, L.A.T.; Lemos, F.S. & Gaspar, A. (1984) 'Intervenções na área urbana de *Bracara Augusta*, 1983', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 1, série II, Braga: pp. 95-106.
- Desbat, A. (2002) 'Nouvelles données sur les origines de Lyon et sur les premiers temps de la colonie de Lugdunum.' *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del occidente europeu. Estudios Arqueológicos*, pp. 201-221.
- Desmarais, G. (1995) *La morphogenèse de Paris: des origines à la révolution*, Paris: L'Hamattan.
- Dewsnup, E.R. (1909) 'The Housing Problem in England. Its Statistics, Legislation and Policy ', *The American Political Science Review*, Vol. 3, N.º. 1: pp. 129-131, <[http://links.jstor.org/sici?sici=0003-0554\(190902\)3%3A1%3C129%3ATHPIEI%3E2.O.CO%3B2-M](http://links.jstor.org/sici?sici=0003-0554(190902)3%3A1%3C129%3ATHPIEI%3E2.O.CO%3B2-M)> (mediante licença de utilização; Maio 2006).
- Dias, J.J.A. (1989a) *Paio de Pele. A vila e a região do século XII ao XV*, Vila Nova da Barquinha: Junta Distrital de Santarém.
- Dias, J.J.A. (1989b) 'Uma visita ao Porto nos começos do século XVI?' *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Actas*, Vol. I. D. João II e a política quatuorcentista, Universidade do Porto. Porto: pp. 465-470.

- Dias, J.J.A. (1996) *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT.
- Dias, L.A.T. (1997) *Tongobriga*, Lisboa: IPPAR.
- Dias, P. (1994) *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Dickinson, R.E. (1945) 'The morphology of the medieval town', *Geographical Review*, N.º. XXXV: pp. 74-97.
- Dickinson, R.E. (1951) *The West European City. A Geographical Interpretation*, London: Routledge & Kegan Paul.
- Domingues, Á.; Nonell, A.G. & Tavares, R. (1994) 'Oporto', Guàrdia Bassols, M., et al. (eds.), *Atlas Histórico de Ciudades Europeas. 1. Península Ibérica*, Barcelona: pp. 127-146.
- Duby, G. (1979) *O Tempo das Catedrais: a Arte e a Sociedade (980-1420)*, Lisboa: Editorial Estampa [publicação original: *Temps des Cathédrales*, 1976].
- Duby, G. (dir.) (1980-85) *Histoire de la France urbaine*. 5 volumes, Paris: Seuil.
- Duby, G. (1988) *A Europa na Idade Média*, São Paulo: Martins Fontes.
- Dupré Raventos, X. (1995) 'New Evidence for the Study of the Urbanism of Tarraco', *Proceedings of the British Academy. The Development of Towns in Iberia*. 86, British Academy, pp. 355-370.
- Dupré Raventós, X. (ed.) (2004a) *Las Capitales Provinciales de Hispania, 1. Córdova - Colonia Patricia Corbuba*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- Dupré Raventós, X. (ed.) (2004b) *Las Capitales Provinciales de Hispania, 3. Tarragona - Colonia Iulia Urbs Triumphalis Tarraco*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- Duval, P.-M. (1961) *Paris antique, des origines au troisième siècle*, Paris: Hermann.
- Duval, P.-M. (1993) *De Lutèce oppidum à Paris, capitale de la France*, Paris .
- Dyos, H.J. (ed.) (1968) *The Study of Urban History. The Proceedings of an International Round-Table Conference of the Urban History Group at the University of Leicester, 1966*. London: Edward Arnold.
- Dyos, H.J. & Wolf, M. (eds.) (1973) *The Victorian City. Images and Realities*. London: Routledge e Kegan Paul.
- Eça, T.A. (1990) *Museu dos Biscainhos. Guia Roteiro*, Braga: Instituto Português do Património Cultural.
- Estepa Díez , C. (1977) *Estructura social de la ciudad de León (siglos XI-XIII)*, León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", Archivo Histórico Diocesano, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León.

- Fabião, C. (1992) 'A romanização do actual território português', Matoso, J. (dir.) *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 203-299.
- Falcón Pérez, M.I. (1981) *Zaragoza en el siglo XV. Morfología urbana, huertas y término municipal*, Zaragoza: Institución "Fernando el Católico.
- Faria, C.V. (1981) *Novo fenómeno urbano aglomeração de Setúbal: ensaio de sociologia urbana*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Feio, A. (1944) 'O Missal Bracarense de 1558', *Minia*, Vol. 1, Nº. 1, Braga: pp. 4-12.
- Feio, A. (1946) 'Um arquitecto da românica Sé de Braga', *Minia*, Nº. 3, Braga: pp. 209-211.
- Feio, A. (1951) 'Um sarcófago bizantino da Sé de Braga', *Bracara Augusta*, Nº. 3 (1), Braga: pp. 31-35.
- Feio, A. (1953) 'Mais duas palavras sobre o sarcófago bizantino da Sé de Braga', *Bracara Augusta*, Nº. 4 (4), Braga: pp. 256-259.
- Feio, A. (1956a) 'Origens da cidade. Destruição de Bracara Augusta', *Diário do Minho*, 7 Outubro, Braga.
- Feio, A. (1956b) 'Origens da cidade. A Braga romana', *Diário do Minho*, 30 Setembro, Braga.
- Fernandes, E. & Cachinho, H. (1985) *Crescimento e Estrutura Urbana de Tavira*, Estudos de Geografia Humana e Regional, série C, nº12, Lisboa: CEG/INIC.
- Fernandes, F.B. (1999) *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*, Porto.
- Fernandes, M.G. (2005) *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal. Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852-1926*, Porto: FAUP publicações.
- Fernandes, M.L.C. (1996) 'História, santidade e identidade. O Agiologio Lusitano de Jorge Cardoso e o seu contexto', *Via Spiritus*, Nº. 3: pp. 25-68.
- Fernández Ochoa, C. (1993) 'La ciudad Hispanorromana en los territorios septentrionales de la Península Ibérica', *La ciudad Hispanorromana*: pp. 224-245.
- Fernández Ochoa, C. (1997) *La muralla de Gijón (Asturias)*, Patrimonio 3, Gijón: Ayuntamiento de Gijón.
- Fernández Ochoa, C. & Morillho Cerdán, A. (1991) 'Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica (Primera parte)', *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, Nº. 18: pp. 227-259.
- Fernández Ochoa, C. & Morillho Cerdán, A. (1992) 'Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica (Segunda parte)',

Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid, N.º. 19: pp. 319 - 360 .

Fernández Ochoa, C. & Morillho Cerdán, A. (2002) 'Entre el prestigio y la defensa: la problemática estratégico-defensiva de las murallas tardorromanas en Hispania', Morillo Cerdán, A. (coord.) *Arqueología Militar Romana en Hispania*, Anejos de Gladius 5, Madrid: Ediciones Polifemo, pp. 577-589.

Ferrão, B.J. (1997) *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758-1813: Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina.*, Porto: Faup Publicações.

Ferreira, J.A. (1928-1934) *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga* (séc. III-XX), 4 volumes, Braga: Mitra Bracarense.

Ferreira, M.C.F. (1989) *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento.

Ferreira, M.C.F. (1992) 'Barcelos terra de condes', *Separata de Barcelos Revista*, Barcelos: pp. 1-91.

Ferreira, M.C.F. (1996) 'Um percurso por Guimarães medieval no século XV', *Separata de Patrimonia*, N.º. 1, Cascais: pp. 9-16.

Ferreira, M.C.F. (1997) *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de História urbana (1250 1389)*, 3 vol., dact., (no prelo), Braga: Universidade do Minho.

Ferreira, M.C.F. (1999) 'Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo', *Separata de Edades, Revista de Historia*, Vol. 6, 2º semestre, Santander: pp. 11-37.

Ferreira, M.C.F. (2000) 'Construção corrente em Santarém, no século XV: alguns exemplos', *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Vol. 3, Porto: pp. 447 - 462 (no prelo).

Ferreira, M.C.F. (2001a) 'Habitação popular urbana, no Norte de Portugal medievo: Uma tipologia? Ou um modo de construir?' *Construções correntes - no Norte de Portugal, Cadernos do Noroeste*, (Série História 1), N.º. 15 (1-2), Braga: pp. 381-432.

Ferreira, M.C.F. (2001b) 'Subsídios para o estudo da construção corrente em Barcelos de Quatrocentos', *Construções correntes - no Norte de Portugal, Cadernos do Noroeste*, (Série História 1), N.º. 15 (1-2), Braga: pp. 433-450.

Ferreira, M.C.F. (2003) 'O Castelo e Guimarães: duas vilas e dois concelhos, até finais do século XIV', Fonseca, L.A., et al. (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Vol. II, Porto: Livraria Civilizações Editora, pp. 995-1007.

- Ferreira, M.C.F. (2004a) 'Guimarães entre poderes (do século XII a finais do século XV)', *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época, Actas*, Vol. I - Administração, Justiça e Direito, Guimarães, CMG: pp. 203-213.
- Ferreira, M.C.F. (2004b) 'A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV)', *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época, Actas*, Vol. III - População, Sociedade e Economia, Guimarães, CMG: pp. 125-142.
- Ferreira, M.C.F. & Grenville, J. (2003) 'Urban vernacular housing in medieval Northern Portugal and the usefulness of typologies', *The Medieval Household in Christian Europe, c. 850-c. 1550, Managing Power, Wealth, and the Body*, Turnhout, Belgium: Brepols Publishers, pp. 359-389.
- Ferreira, M.C.F. & Miguel, L. (2005) 'La construction courante au Portugal à la fin du Moyen Âge au debut de l'Époque Moderne', *L'Édilia Prima Della Rivoluzione Industriale Secc. XII-XVIII, Atti della "Trentaseisesima Settimana di Studi"*, 26-30 aprile 2004, Le Monnier, pp. 587-624.
- Février, P.-A. (1974) 'Permanence et héritages de l'Antiquité dans la topographie des villes de l'Occident durant le Haut Moyen Age', *Topographia urbana e vita cittadina nell'alto medioevo in Occidente*, 26 aprile-1 maggio 1973, *Settimane di studi del Centro Italiano di Studi sull'alto medioevo*, XXI, Spolète: pp. 41-138.
- Fijalkon, Y. (1995) 'La Vie Urbaine. Recueil exhaustif des articles, notes et chroniques (1919-1939)', <http://perso.orange.fr/sociologie-de-la-ville/documents/PRESENTATION_CATALOGUE_VIE_URBAINE.PDF> (Junho 2007).
- Finley, M.I. (1976) *Atlas of the Greek World*, London: Chatto & Windus.
- Fleury, M. (1997) *Naissance de Paris*, Paris: Imprimerie nationale.
- Fleury, P. (ed.) (2005) *La Rome antique. Plan-relief et reconstitutio virtuelle*. (livro e CD-Rom), Caen: Université de Caen, Maison de la Recherche en Sciences Humaines.
- Flórez, E. (1779) *La España Sagrada, ó teatro geográfico-histórico de la Iglesia de España ... t. XIV*, Madrid.
- Fontes, L. (1991-92) 'Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92', *Cadernos de Arqueologia*, Vol. 8/9, série II, Nº. 199-230, Braga.
- Fontes, L. (1992) 'O Norte de Portugal no Período Suevo -Visigótico. Elementos para o seu estudo', *Actas XXXIX Corso di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Edizione del Girasole, Ravenna: pp. 217-248.
- Fontes, L. (2007) 'O período suévico-visigótico e o papel da igreja na organização do território', *Minho Identidades*, Universidade do Minho, Braga (no prelo).

- Fontes, L.; Lemos, F.S. & Cruz, M. (1997-98) 'Mais Velho' que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar', *Cadernos de Arqueologia*, Vol. 14/15, série II, N.º. 137-164, Braga.
- Fontes, L.; Lemos, F.S. & Cruz, M. (1997/98) "'Mais Velho que a Sé de Braga'", *Cadernos de Arqueologia*, série II, N.º. 14/15: p. 137/164.
- Fournier, G. (1978) *Le Chateau dans la France Médiévale*, Paris: Aubier.
- França, J.A. (1967) 'A "Casa Portuguesa" e o "neo-Românico" no princípio do Novecentos', *Arquitectura*, N.º. 95, Lisboa pp. 30-34.
- França, J.A. (1972) 'Le six plans de la Lisbonne pombaline', *L' Evolution de l'urbanisme au XVIIIeme siècle*, Vol. XIV, N.º. 8, Colóquio/Artes, Lisboa: pp. 30-34.
- França, J.A. (1978) *A Reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, Lisboa ICALP.
- França, J.A. (1980) *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa: ICALP.
- França, J.A. (1987) *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, 3ª edição, Lisboa: Bertrand Editora [publicação original: 1962].
- França, J.A. (1990) *A arte em Portugal no século XIX*, Lisboa: Bertrand Editora.
- França, J.A. (1992) *A arte Portuguesa de Oitocentos*, Lisboa ICLP [publicação original: 1979].
- França, J.A. (1997) 'Lisboa Pombalina e a estética do Iluminismo', *Lisboa Iluminista e o seu Tempo*, UAL, Lisboa.
- Francastel, P. (dir.) (1969) *L'Urbanisme de Paris e de L'Europe - 1600-1800*. Paris: Editions Kincksieck.
- Fraser, D. & Sutcliffe, A. (eds.) (1983) *The Pursuit of Urban history*. London: Edward Arnold.
- Freitas, A.L.V. (2003) *Urbanismo de Bracara Augusta. Articulação e restituição arquitectónica de um cardo principal*, Tese de Mestrado (policopiada), Braga: Universidade do Minho.
- Freitas, B.J.S. (1890) *Memórias de Braga*, Braga: Imprensa Católica.
- Fresnillo Núñez, J. (1991) *Alberti, Leon Battista. De Re Aedificatoria, 1485*, Madrid: Akal.
- Gamito, T.J. (1990) 'Contribuição da arqueologia para o estudo da evolução urbana de Faro', *Actas das IV Jornadas Arqueológicas. Investigação e defesa do património*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa: pp. 19-21.
- Gamito, T.J. (1994) 'Osso noba', *Atlas de Arqueologia. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Edições Zairol, Lisboa: pp. 362-363.

- Gamito, T.J. (1996) 'As muralhas de Faro e os vestígios bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo', *Miscellanea, em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Edições Colibri, Lisboa: pp. 259-268.
- García-Bellido, J. (1999) *Coranomía. Los universales de la urbanística. Estudio sobre las estructuras generativas en las ciencias del territorio*, Tese de Doutoramento, Madrid: Universidad Politécnica de Madrid, Escuela Técnica Superior de Arquitectura.
- García Ballesteros, A. (1995a) 'La ciudad objecto de estudio pluridisciplinar', García Ballesteros, A. (ed.) *La Ciudad: objecto de estudio pluridisciplinar*, Barcelona: Oikos-tau, pp. 11-17.
- García Ballesteros, A. (ed.) (1995b) *La Ciudad: objecto de estudio pluridisciplinar*. Geografía Urbana 1. Barcelona: Oikos-tau.
- García Bellido, A. (1971) 'El recinto mural romano de Eborac Liberalitas Julia', *Conimbriga*, N.º. X: pp. 85-92.
- García Bellido, A.; Torres Balbás, L.; Cervera, L.; Chueca, F. & Bidagor, P. (1968) *Resumen Histórico del Urbanismo en España*, 2ª ed. aumentada, Madrid: Instituto de Estudio de Administración Local.
- García Espuche, A. & Guàrdia Bassols, M. (1984) 'L'estudi de l'espai urbà de la Barcelona de principis del s. XVIII: El cadastre de 1716', *Actes Primer Congrés d'Història Moderna de Catalunya*, Vol. I, Barcelona: pp. 643-674.
- García Marcos, V. (1996) 'La Romanización Urbana: Asturica Augusta e la implantación Romana de León', *ArqueoLeón. Historia de León a través de la Arqueología (Actas)*, León: pp. 69-81.
- García Marcos, V. & Vidal Encinas, J.M. (1990) *Arqueología en Asturica Augusta (Astorga, León)*, León: Junta de Castilla y León.
- García Marcos, V. & Vidal Encinas, J.M. (1993) *Astorga. Excavaciones y restos arqueológicos*, León: Junta de Castilla y León.
- García Marcos, V. & Vidal Encinas, J.M. (1995) 'Recente Archaeological Research at Asturica Augusta', *Proceedings of the British Academy. The Development of Towns in Iberia*. 86, British Academy, pp. 371-394.
- García Marcos, V. & Vidal Encinas, J.M. (1996) "'Asturica Augusta": recientes investigaciones sobre su implantación y desarrollo urbano', *Los Finisterres atlánticos en la Antigüedad*, Gijón: pp. 135-145.
- García Marcos, V.; Morillo, A. & Campomanes, E. (1997) 'Nuevos planteamientos sobre la cronología del recinto defensivo de Asturica Augusta (Astorga)', *Congreso Internacional la Hispania de Teodosio (Segovia 1995)*, Vol. 2, Salamanca, pp. 515-531.
- García Moreno, L.A. (1989) *Historia de España Visigoda*, Madrid: Cátedra.

- García Moreno, L.A. (2001) *La construcción de la Europa. Siglos VI-VIII*, Madrid: Editorial Síntesis.
- García Turza, F.J. (1993) 'Morfología de la ciudad de Nájera en la Edad Media', *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Governo de La Rioja, Instituto de Estudios Riojanos: pp. 63-88.
- García y Bellido, A. (1966) *Urbanística de las grandes ciudades del mundo antiguo*, Madrid: Instituto Español de Arqueología.
- Gaspar, A. (1985a) 'Escavações arqueológicas na rua de N.ª S.ª do Leite', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 2, série II, Braga: pp. 51-125.
- Gaspar, A.; Lemos, F.S. & Delgado, M. (1986) 'O Salvamento de *Bracara Augusta*', *Trabalhos de Arqueologia 3, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Setúbal, Lisboa: pp. 27-42.
- Gaspar, J. (1969) 'A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média', *Finisterra*, Vol. IV, N.º. 8, Lisboa: pp. 198-215.
- Gaspar, J. (1975a) 'Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental', *Finisterra*, Vol. X, N.º. 19, Lisboa: pp. 107-152.
- Gaspar, J. (1975b) 'Centro de comércio e serviços na cidade de Lisboa', *Finisterra*, N.º. 10 (20), Lisboa: pp. 37-150.
- Gaspar, J. (1983) 'Le réseau urbain et la campagne au Portugal (XII^e-XVIII^e siècles)', *Storia dell'a Città. Revista Internazionale di Storia Urbana e Territoriale*, N.º. 26/28, Milano, Electa: pp. 113-130.
- Gaspar, J. (1985b) 'A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e do desenvolvimento funcional', *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense: pp. 134-147.
- Gaspar, M.A.M.L. (2001) *Contributo para o estudo das cerâmicas cinzentas dos séculos V-IV de Braga*, Tese de Mestrado (policopiada), Braga: Universidade do Minho.
- Gautier Dalché, J. (1979) *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, Madrid: Siglo Veintiuno Editores, SA.
- Gautier Dalché, J. (1990) 'La ville hispanique au Moyen Age', *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispanica. II congreso de Estudios Medievales*, Móstoles: pp. 9-20.
- Geisler, W. (1918) *Danzing. Ein Seidlungsgeographischer Versuch*, Halle-Wittenberg.
- George, P. (1967) *Tratado de Geografía Urbana*, Barcelona: Ariel [publicação original: *Précis de Géographie Urbaine* (1961)].

- Giestal, C.D. (1998) *Sistema de Informação Geográfica para a Arqueologia Urbana: o Caso de Bracara Augusta*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana, Universidade do Minho, Braga.
- Gimeno Pascual, J. (1983) 'Barcino Augustea. Distribución de espacios urbanos y áreas centrales de la ciudad', *Boletín del Museu Arqueológico Nacional*, N.º. 1 (1), Madrid: pp. 9-30.
- Gomes, A.M.M. (2001) *Cerâmicas pintadas da época romana: tecnologia, morfologia e cronologia*, Tese de Mestrado (policopiada) Braga: Universidade do Minho.
- Gomes, P.V. & Rossa, W. (2001) 'O primeiro território. Bombaim e os portugueses', Rossa, W. (coord.) *A Construção do Brasil Urbano*, *Revista Oceanos*, Lisboa: CNCDP, pp. 210-224.
- Gomes, P.V. (ed.) (2006-2007) *Murphy - Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. N.º 1 e 2. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra / Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gomes, R.C. (1987) *A Guarda medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)* Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Gomes, S.A. (1993a) 'A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria medieval', *Separata A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares. Actas II*, Universidade Aberta, Lisboa: pp. 82 -113.
- Gomes, S.A. (1993b) 'A afirmação da freguesia de Santa Margarida do Arrabal (Leiria) da Idade Média ao século XVI', *Separata de Arrabal Terra de Santa Margarida, Quatro Séculos de História*, Ed. da C. Coord. das Comemorações do IV Centenário da F. do Arrabal, Leiria: pp. 145-194.
- Gomes, S.A. (1995) 'A população e o povoamento de Leiria do século XII ao XVI', *Separata de Leiria Fátima, Órgão oficial da diocese, Ano III*, N.º. 9, Setembro Dezembro: pp. 225-317.
- Gonçalves, I. (1996a) 'Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da rua Nova de Lisboa', *Um olhar sobre a cidade medieval*, Patrimonia. Cascais: pp. 117-137.
- Gonçalves, I. (1996b) 'Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa', *Um olhar sobre a cidade medieval*, Patrimonia. Cascais: pp. 77-95.
- Gonçalves, I. (1996c) 'Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média', *Um olhar sobre a cidade medieval*, Patrimonia. Cascais: pp. 61-95.
- Gonçalves, I. (1996d) 'Aspectos económico sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia', *Um olhar sobre a cidade medieval*, Patrimonia. Cascais: pp. 11-60.

- Gottdiener, M. (1994) *The new urban sociology*, New York: MacGraw-Hill.
- Gottdiener, M. (1997) *A produção social do espaço urbano*, 2ª, edição, São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo.
- Goycoolea Prado, R. (1994) 'La ciudad circulas ¿mito o realidad?' *Anales de geografía de la Universidad Complutense*, N°. 14: pp. 33-52, <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02119803/articulos/AGUC9595120033A.PDF>> (12h, 12 de Março de 2006).
- Granados, J.O. (1987a) 'Notas sobre el estudio del Foro de la Colonia Barcino', *Los Foros Romanos de las Provincias Occidentales*, Madrid: pp. 61-68.
- Granados, J.O. (1987b) 'La transformación de la Colonia Barcino. Reformas urbanas entre el siglo V y el s. IX', *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid: pp. 353-364.
- Granados, O. & Rodá, I. (1994) 'Barcelona a la Baixa romanitat', *III Congrès d'història de Barcelona (Barcelona, 1993)*, Barcelona: pp. 25-46.
- Greenville, J. (1997) *Medieval housing*, London and Washington Leicester Univerity Press.
- Gros, M. (1982) *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto: Afrontamento.
- Gros, P. (1996) *L'Architecture romaine*, Vol. 1. Les Monuments publics, Paris: Picard Éditeur.
- Gros, P. (1999) *L'Architecture romaine*, Vol. 2. Maisons, palais, villas et tombeaux du début du IIIe siècle avant J-C à la fin du Haut-Empire, Paris: Picard Éditeur.
- Grumbach, A. (1992) 'La ville comme collage', *Prague, avenir d'une ville historique capitale*, Paris: Editions de l'aube, pp. 229-235, <http://antoinegrumbach.com/pdf/media/1992_laVilleCommeCollage.pdf> (Fevereiro 2007).
- Guàrdia Bassols, M.; Monclús, F.J. & Oyón, J.L. (1994a) 'Barcelona', Guàrdia Bassols, M., et al. (eds.), *Atlas Histórico de Ciudades Europeas. 1. Península Ibérica*, Barcelona: pp. 63-94.
- Guàrdia Bassols, M.; Monclús, F.J. & Oyón, J.L. (eds.) (1994b) *Atlas Histórico de Ciudades Europeas. vol. I: Península Ibérica*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona y Salvat Editores.
- Gueddes, P. (1949) *Cities in evolution*, Londres.
- Guerreiro, J. (1992) 'O Templo romano de Évora e a Renovação Urbana do Centro Histórico', *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico*: pp. 168-172.
- Guilleré, C. (1991) *Girona medieval: l'etapa d'apogeu. 1285-1360*, Girona: Ajuntament de Girona.

- Guitart Durán, J. (1993) 'La ciudad romana en el ámbito de Cataluña', AAVV (ed.) *La ciudad Hispanorromana*, Barcelona: Ministerio de cultura, pp. 55-83.
- Gurt Esparraguera, J.M. & Godoy Fernández, C. (2000) 'Barcino, de sede imperial a urbs regia en época visigoda', *Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona, Sedes regiae ann. 400-800*, N°. 25, Barcelona: pp. 425-466,
<<http://www.raco.cat/index.php/MemoriasRABL/article/view/23775/23613>> (16h, 19 de Dezembro 2006).
- Gurt i Esparraguera, J.M.; Ripoll López, G. & Godoy Fernández, C. (1994) 'Topografía de la Antigüedad Tardía Hispánica', *Antiquité Tardive*, Vol. II, Paris: pp. 161-180.
- Gutiérrez González, J.A. & Miguel Hernández, F. (1999) 'Génesis del urbanismo en la ciudad de León y su transformación en la Edad Media', Valdés Fernández, F. (coord.) *Codex Aquilarensis. Quadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real*, Aguilar de Campoo (Palencia): pp. 42-90.
- Gutiérrez Lloret, S. (1995) 'La experiencia en el debate sobre las transformaciones del poblamiento altomedieval en el SE de Al-Andalus: el caso de Alicante, Murcia y Albacete', Boldrini, E. & Francovich, R. (eds.), *Aculturazione e Mutamenti: Prospettive nell'archeologia medievale del Mediterraneo* Firenze: Edizioni all'Insegna, pp. 165-189,
<<http://archeologiamedievale.unisi.it/NewPages/EDITORIA/SAP/10/10-04.pdf>> (14h, 11 de Dezembro 2006).
- Gutiérrez Lloret, S. (1996) 'Le città della Spagna tra Romanità e Islamismo', *Early Medieval Town in West Mediterranean (IV-IX secolo)*, Vol. 10, Ravello, 22-24 September 1994: Centro universitario europeo per i Beni Culturali, pp. 55-66, <<http://archeologiamedievale.unisi.it/NewPages/EDITORIA/SAP/10/10-04.pdf>> (14h, 11 de Dezembro 2006).
- Gutiérrez Lloret, S. (1997) *Arqueología. Introducción a la historia material de las sociedades del pasado*, Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante.
- Gutkind, E.A. (1964-72) *International History of City Development*, New York.
- Guyon, J. (1992) 'Implantations d'évêchés et ensembles paléochrétiens dans les villes romaines. Le cas de la Gaule et de l'Italie', *Simposi internacional sobre les Esglésias de Sant Pere de Terrassa*, Terrassa pp. 17-37.
- Hagget, P. (1976) *Análisis locacional en Geografía humana*, Barcelona: Gustavo Gili [publicação original: *Locational Analysis in Human Geography* (1965)].
- Halbwachs, M. (1970) *Morphologie Social*, Paris: Librairie Armand Colin,
<http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/morphologie/morphologie.pdf> [publicação original: 1938].
- Hall, R. (1994) *Viking Age York*, London: B.T. Batsford Ltd/English Heritage.

- Harouel, J.-L. (1998) *História do Urbanismo*, São Paulo: Papirus editora [publicação original: *Histoire de L'Urbanisme* (1985)].
- Hauschild, T. (1992) 'El templo romano de Évora', *Cuadernos de arquitectura romana*, Vol. 1: pp. 107 - 117.
- Heers, J. (1990a) *La ville au Moyen Âge en Occident. Paysages, pouvoirs et conflits*, Paris: Fayard.
- Heers, J. (1990b) *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Aspects économiques et sociaux*, coll. "Nouvelle Clio", 5^e édition refoudue, Paris: Press Universitaires de France [publicação original: 1963].
- Hénard, E. (1982) *Etudes sur les transformations de Paris, et autres écrits sur l'urbanisme*, Paris: L'Équerre [publicação original: fascículos separadas de 1903-1909 - reedição de ean-Louis Cohen].
- Hilton, R. (1989) *Les ciutats medievas*, Barcelona: L'avenc.
- Hilton, R. (1990) 'Towns in English medieval society', Rosser, R.H.G. (ed.) *The medieval town. A reader in English urban History 1200 1540*, London and New York: Longman, pp. 19 - 28.
- Hout, J.-L. (coord.) (1988) *La Ville Neuve. Une idée de l'Antiquité?* Paris: Errance.
- Howard, E. (1946) *Garden Cities of Tomorrow*, Londres: [publicação original: *Tomorrow: A Peaceful Path to Land Reform* (1902)].
- Hubert, É. (2000) 'Maisons urbaines et maisons rurales dans le Latium médiéval. L'apport de la documentation écrite', Bazzana, A. & Hubert, É. (eds.), *Maisons et espaces domestiques dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, *Castrum* 6, Rome Madrid: École Française de Rome, Casa de Velásquez, pp. 89-103.
- IPPAR (2001-2006) 'Castelo de Braga (restos da Torre de Menagem)', *Instituto Português do Património Arquitectónico*, <http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70652> (12h, 13 de Novembro de 2006).
- Jehel, G. & Racinet, P. (1999) *La ciudad medieval. Del Ocidente cristiano al Oriente Musulmán (siglos V-XV)*, Barcelona: Omega [publicação original: *La ville médiévale. De l'Occident Chrétien à l'Orient Musumman. Ve-XVe siècle* (1996)].
- Jiménez Sánchez, J.A. (2003) 'El emperador Juliano y su relación con los juegos romanos', *Polis* N.º. 15 pp. 105-127, <<http://www.ub.es/grat/grat74.pdf>> (09h, 13 de Janeiro de 2006).
- Johnson, S. (1983) *Late Roman Fortifications*, Totowa, New Jersey: Barnes & Noble Books [publicação original: 1947].
- Junyent, E.; Pérez, A. & Rafel, N. (1985) 'Lleida: Notes a l'arqueologia de la ciutat', *Cota Zero*, N.º. 1, Vic: pp. 23-29.

- Junyent, E.; Pérez, A. & Rafel, N. (1989) 'Arqueologia i ciutat, a Història urbana i intervenció en el centre històric', *III Setmana d'Estudis Urbans a Lleida*, (Lleida 1986), N°. 189-215, Barcelona.
- Jürgens, O. (1992) *Ciudades españolas. Su desarrollo y configuración urbanística*, Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas [publicação original: *Spanische Städte. Ihre bauliche Entwicklung und Ausgestaltung* (1926)].
- Keay, S. (1991) 'New light on the colonia Iulia Urbs Triumphalis Tarraco (Tarragona) during the late empire', *Journal of Roman Archeology*, N°. 4: pp. 387-97.
- Keay, S. (1995) 'Inovation and Adaptation: The Contribution of Rome To Urbanism in Iberia', *Proceedings of the British Academy. The Development of Towns in Iberia*. 86, 1986, British Academy, pp. 291-337.
- Kennedy, H. (1985) 'From *Polis* to *Medina*: Urban Change in Late Antique and Early Islamic Syria', *Past and Present*, , N°. 106 (Feb., 1985), Oxford: pp. 3-27.
- Kostof, S. (coord.) (1984) *El Arquitecto. Història de una profession*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Kostof, S. (1988) *Historia de la arquitectura*, 3 volumes, Madrid: Alianza Editorial [publicação original: *A History of Architecture*].
- Kostof, S. (1991) *The City Shaped. Urban Patterns and Meanings trough History* Londres: Thames and Hudson.
- Kostof, S. (1992) *The City Assembled: The elements of Urban Form through History*, Boston: Little Brown.
- La Pradelle, M.d. (2000) 'La ville des anthropologues', Paquot, T., et al. (eds.), *La ville et l'urbain, l'etat des savoirs*, Paris: La Découverte, pp. 45-52.
- Lacara, J.M. (1958) 'Panorama de la Història Urbana en la Península Ibèrica desde el siglo V al X', *La città nell' Alto Medioevo. VI Settimane di studi del centro italiano di studi sull' Alto Medioevo*, Spoleto: pp. 319-357.
- Lacarra, J.M. (1950) 'El desarrollo urbano de las ciudades de Navarra y Aragon en la Edad Media', *Pirineus*: pp. 5-34.
- Lacaze, J.-P. (1993) *Os métodos do urbanismo*, Caminas, S.P.: Papirus [publicação original: *Les méthodes de l'urbanisme* (1990)].
- Ladero Quesada, M.Á. (1995) 'Las ciudades en su dimensión histórica. Siglos X al XVIII', García Ballesteros, A. (ed.) *La Ciudad: objecto de estudio pluridisciplinar*, Barcelona: Oikos-tau, pp. 25-33.
- Ladero Quesada, M.F. (1991a). Consideraciones metodológicas sobre el estudio de los núcleos urbanos en la Castilla bajomedieval: notas para un modelo teórico de análisis. In *Fuentes y metodos de la Historia local*, Actas:47 - 55. Zamora: Instituto de Estudio Zamoranos "Florian de Ocampo"/CSIC..

- Ladero Quesada, M.F. (1991b) *La ciudad de Zamora en la época de los Reyes Católicos*, Zamora.
- Ladero Quesada, M.F. (1996) *Las ciudades de la Corona de Castilla en la baja edad media (siglos XIII al XV)*, Madrid: Arcos Libros.
- Ladero Quesada, M.F. (1998) 'La vivienda: espacio público y espacio privado en el paisaje urbano medieval', *Separata de La vida cotidiana en la Edad Media, VIII Semana de Estudios Medievales (Nájera del 4 al 8 de Agosto 1997)*, [Nájera], : pp. 111- 128.
- Lamas, J.M.R.G. (1993) *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Lara, F. (1973) *Lérida romana*, Lleida.
- Lavedan, P. (1926-1952) *Histoire de l'urbanisme*, Vol. I - Antiquité. Moyen Age (1926); II - Renaissance et Temps Modernes (1941); III - Époque contemporaine (1952), Paris: Henri Larnet Editeur.
- Le Corbusier (1970) *Maneira de pensar o Urbanismo*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Le Corbusier (1989) *Principios de Urbanismo (La Carta de Atenas)* Barcelona: Editorial Ariel [publicação original: 1943].
- Le Corbusier (1992) *O Urbanismo* S. Paulo: Martins Fontes [publicação original: *Urbanisme* (1925)].
- Le Goff, J. (1984) *A civilização do Ocidente Medieval*, Vol. I e II, trad. port., Lisboa: Ed. Estampa [publicação original: *La Civilisation de l'Occident médiéval*. Paris: Arthaud, 1967].
- Le Goff, J. (1991) 'Construcción y destrucción de la ciudad amurallada. Una aproximación a la reafección y a la investigación', De Seta, C. & Le Goff, J. (eds.), *La ciudad y las murallas*, Madrid: Catedra, pp. 11-20.
- Le Goff, J. (1999) *Por amor às cidades*, Lisboa: Teorema [publicação original: *Pour l'amour des villes*, 1998].
- Le Roux, P. (1974) 'Les stèles funéraires de Braga. Remarques sur une nouvelle inscription en vers', *Archeologica Opuscula*, N.º. 1: pp. 69-78.
- Le Roux, P. (1975) 'Aux Origines de Braga (*Bracara Augusta*)', *Bracara Augusta* N.º. 29 (67-68), Braga: pp. 155-159.
- Le Roux, P. (1980) 'Les auxilia romains recrutés chez les Bracari et l'organisation politique du Nord-ouest Hispanique', *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular* N.º. 3, Guimarães: pp. 43-65.

- Le Roux, P. (1994) 'Bracara Augusta, ville antique. I congresso de Arqueologia Peninsular', *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* N.º. 34 (3-4), Porto: pp. 229-242.
- Le Roux, P. (1999) 'La Ville Romaine en Hispanie', *Actas da Mesa Redonda. Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica*, Porto: Escola Profissional de Arqueologia. I.P.P.A no âmbito do PRONORTE.
- Lefebvre, H. (1968) *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1970) *La révolution urbaine*, Paris: Gallimard [publicação original: *La Révolution urbaine*].
- Lefebvre, H. (1974) *La Production de l'espace*, Paris: Anthropos.
- Leguay, J.-P. (1968) *La ville de Rennes au XIV^{me} siècle à travers les comptes des miseurs*, Rennes: Université de Rennes.
- Leguay, J.-P. (1975a) 'Vannes au X^{ve} s. étude de topographie urbaine (1^{ere} partie)', *Annales de Bretagne*, tome 82, n. 2: pp. 115-132.
- Leguay, J.-P. (1975b) 'Vannes au X^{ve} s. étude de topographie urbaine (2^e partie)', *Annales de Bretagne*, tome 82, n. 3: pp. 251-268.
- Leguay, J.-P. (1984) *La rue au Moyen Age*, Rennes: Ouest France.
- Leite, F.M.S.O. (1996) *Contribuição para o estudo da cerâmica fina de Braga, dita bracaraense*, Tese de Mestrado (policopiada), Braga: Universidade do Minho.
- Lemos, F.S. (1996) 'Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga', *Forum*, N.º. 19, Braga: pp. 49-56.
- Lemos, F.S. (1998) 'Bracara Dives. Capital da Callaecia', *Forum* N.º. 23, Braga: pp. 3-16.
- Lemos, F.S. (1999) 'O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*', *Forum*, N.º. 25, Braga: pp. 81-94.
- Lemos, F.S. (2001) 'Arredores de *Bracara Augusta* - escavações arqueológicas na necrópole de S. Vítor, no contexto da via romana *Aquae Flaviae*', *Forum*, N.º. 29 (Jan-Junh), Braga: pp. 9-38.
- Lemos, F.S. & Leite, J.M.F. (2000a) 'Trabalhos arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (ex-Albergue Distrial)', *Forum* N.º. 27, Braga: pp. 15-38.
- Lemos, F.S. & Leite, J.M.F. (2000b) 'A muralha de *Bracara Augusta* e a cerca medieval de Braga', *Actas do Simpósio Sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica (500-1500)*, Palmela: pp. 121-132.
- Lemos, F.S. & Cruz, G.C. (coords.) (2007) *Citânia de Briteiros. Povoado proto-histórico*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

- Lemos, F.S.; Delgado, M. & Martins, M. (1988) 'Sondagens arqueológicas no Largo do Paço', *Cadernos de Arqueologia*, N.º 5, série II, Braga: pp. 67-76.
- Lemos, F.S.; Leite, J.M.F. & Cunha, A. (2007) 'A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*', Rodrigues Comenero, A. & Rodá de Llanza, I. (eds.), *Actas dell Congreso Internacional. Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio. Lvcvs Avgvsti Como Paradigma*, Lugo: Diputación Provincial de Lugo, pp. 329-341.
- Lemos, F.S.; Martins, M.; Fontes, L.; Leite, J.M.F. & Cunha, A. (1998) 'A redescoberta da muralha suévico visigótica de «Bracara Augusta»', *Forum* N.º. 24 (Jul-Dez), Braga: pp. 11-25.
- Lemos, F.S.; Martins, M.; Fontes, L.F.O.; Leite, J.M.F. & Cunha, A. (2002) 'A muralha romana de *Bracara Augusta*', Morillo Cerdán, A. (coord.) *Arqueología Militar romana en Hispania*, Anejos de *Glaudius* 5, Madrid: Ediciones Polifemo, pp. 609-224.
- Lévi-Strauss, C. (1973) *Tristes Trópicos*, Lisboa: Edições 70 [publicação original: *Tristes Tropiques* (1955)].
- Levy, A. (2005) 'Formes urbaines et significations: revisiter la morphologie urbaine', *Especies et sociétés*, Vol. 4, N.º. 122: pp. 25-48.
- Lilley, K.D. (2002) *Urban Life in the Middle Ages, 1000-1450*, London / New York: Palgrave.
- Livro das Posturas Antigas* (1974), (leitura e transcrição paleográfica de Maria Teresa Campos Rodrigues), Lisboa: CML.
- Lôbo, M.S. (1995) *Planos de Urbanização: a Época de Duarte Pacheco*, Porto: FAUPpublicações/DGOTDU.
- Lopes, F. (1895-1896) *Chronica de el-rei D. Fernando*, Vol. I, II e III, Lisboa: Escritorio (Biblioteca de clássicos portugueses), <<http://purl.pt/419>> (11h, 23 de Janeiro de 2007).
- Lopes, M.d.C. (2003) *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia*, Anexos de Conimbriga 3, (2 vols.), Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- Lopes, V. (2004) *Mértola na Antiguidade Tardia*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- López Alsina, F. (1976) *Introducción al fenomeno urbano medieval galego, a traves de tres ejemplos: Mondoñedo, Vivero y Ribadeo*, Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- López Alsina, F. (1987). La formacion de los nucleos urbanos de la fachada atlantica del señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela en el siglo XII: Padron, Noya y Pontevedra. In *Jubilatio. Homenage de la Facultad de Geografía e Historia a los Profesores D. Manuel Lucas Alvarez y D. Angel*

- Rodriguez Gonzalez:107-117. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago.
- López Alsina, F. (1988) *La ciudad de Santiago de Compostela en la alta Edad Media*, Santiago de Compostela.
- López Carreira, A. (1998) *A cidade de Ourense no século XV. Sociedade urbana na Galicia baixomedieval*, Ourense: Deputación Provincial de Ourense.
- López Carreira, A. (1999) *A cidade medieval galega*, Vigo: Promoções Culturais Galegas S.A. .
- López Quiroga, J. (2004) *El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Colección Galicia Histórica, La Coruña: Fundación Pedro Barrie de la Maza.
- López Quiroga, J. & Martínez Tejera, A.M. (2006) 'Del templo pagano al templo cristiano en Hispania durante la Antigüedad Tardía (siglos IV-VII). Testimonios literarios y arqueológicos', *Archivo Español de Arqueología*, Vol. 79, Nº. 193: pp. 125-154.
- López Vilar, J. (2006) *Les Basíliques paleocristianes del suburbi occidental de Tarraco: el temple septentrional i el complex martirial de Sant Fructuós*, Sèrie Documenta, Tarraco: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- Loriente, A. (1990) *Restos de viviendas hispano-musulmanas en la ciudad de Lérida*, Granada: Cuadernos de la Alhambra.
- Loriente, A.; Oliver, A. & Pérez, A. (1995) 'El municipium de Ilerda y Medina Larida', *Diez años de Arqueología Urbana en Lleida a Revista de Arqueología*, Nº. 149, Madrid: pp. 16-25.
- Lynch, K. (2004) *La imagen de la ciudad*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili [publicação original: *The image of the city* (1960)].
- Macaulay, D. (1978) *A Cidade. Planificação e Construção de Uma Cidade Romana*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Macedo, A.M.C. (1993) 'A freguesia de S. Tiago da Cidade e as famílias elite em meados do século XVIII', *Mínia - 3ª Série*, Nº. 1: pp. 153-176.
- Macias, J.M. (2000) *L'urbanisme de Tàrraco a partir de les excavacions de l'entorn del fòrum de la ciutat*, Tàrraco 99. Arqueologia d'una capital provincial romana, Tarragona: DAC 3, URV.
- Macias, S. (1996) *Mértola Islâmica*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Maciel, M.J.P. (1996) *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa: ed. autor.
- Maciel, M.J.P. (2006) *Vitrúvio. Tratado de Arquitectura*, Lisboa: Instituto Superior Técnico, ICT Press.

- Maciel, M.J.P. & Coelho, T.C. (1994) 'A Basílica e o Baptistério Paleocristãos de Conimbriga', *Actas III Reunió D`Arqueología Cristiana Hispânica*, (Maó, 1988), Barcelona.
- Maffei, G.L. (2002) *Città di fondazione romana. Lettura di impianti urbani pianificati*, Firenze: Alinea.
- Mannoni, T. (1994) *1. Archeologia dell'Urbanistica*, Génova: ESCUM.
- Mantas, V.G. (1987) 'As primitivas formas de povoamento em Portugal', *A Cidade em Portugal: onde se vive, Povos e Culturas*, N.º. 2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa: pp. 13-55.
- Mantas, V.G. (1990) 'Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja', *Geociências*, Vol. 5. fasc. 1: pp. 75-88.
- Mar, R. (1991) 'La Formación dello Spazio Urbano nella Città di Ostia', *R M*, Roma: pp. 81-109.
- Mar, R. (1997) 'El urbanismo romano en la Península Ibérica', *Hispania Romana. Desde tierra de conquista a provincia del Imperio*, Roma: Electa, pp. 142-148.
- Mar, R. (2005) *El Palatí: la fornació dels palaus imperials a Roma*, Sèrie Documenta 3, Tarragona: Universitat Rovira i Virgili.
- Mar, R. & Ruiz de Arbulo, J. (1999) 'Veinte años de arqueología urbana en Tarragona', *XXV Congreso Nacional de Arqueología*: pp. 240-248.
- Margarido, A.P. (1988) *Leiria. História e Morfologia Urbana*, Leiria: Edições da Câmara Municipal de Leiria.
- Marques, A.H.O. (1982a) 'Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais)', *Separata da Revista de História Económica e Social*, N.º. 9, Lisboa: pp. 1-16.
- Marques, A.H.O.; Gonçalves, I. & Andrade, A.A. (1990) *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII a XIV)*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Marques, J. (1982b) 'Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (Subsídios para o seu estudo)', *Separata da Revista de História*, Vol. III, Porto, CHUP: pp. 73-97.
- Marques, J. (1982c) 'Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1185-1545)', *Bracara Augusta*, Vol. XXXVI (Jan-Dez), N.º. 81-82 (94-95): pp. 71-20.
- Marques, J. (1983) *Braga medieval*, Braga.
- Marques, J. (1986) 'O Castelo de Braga (1350-1450)', *Mínia*, N.º. 8, Braga: pp. 5-34.

- Marques, J. (1988) *A arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Marques, J. (1997) *O senhorio de Braga no século XV. Principais documentos para o seu estudo*, Braga.
- Martín, A.Z. (1991) *El Espacio interior de la ciudad*, Madrid: Editorial Síntesis.
- Martin, G.M. (1968) 'The town as palimpsest', Dyos, H.J. (ed.) *The Study of Urban History*, London: Edward Arnold, pp. 155-169.
- Martin, R. (1974) *L'Urbanisme dans la Grèce antique*, Paris: Picard.
- Martínez Tejera, A.M. (no prelo) 'Arquitectura Cristiana en Hispania durante da Antigüedad Tradía (Siglos IV-VIII)', *Estado de la cuestión (I), Mesa Redonda Hispano-Francesa "Galia e Hispania en el contexto de la presencia 'Germánica' (ss. V-VII): Balance y Perspectivas*, (UAM-MAR), Oxford, <<http://www.pem.ifcs.ufrj.br/Artemio1.pdf>> (20h, 23 de Agosto 2007).
- Martins, M. (1990) *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Monografias 5. Braga: UAUM.
- Martins, M. (1991-92) 'Bracara Augusta: a memória de uma cidade', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 8/9, série II, Braga: pp. 177-197.
- Martins, M. (1992-93) 'História e Memória de Bracara Augusta: um difícil diálogo passado-presente', *Forum*, N.º. 12/13, Braga: pp. 3-16.
- Martins, M. (1995) 'A ocupação romana da região de Braga: Balanço e perspectivas de investigação', *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 73-114.
- Martins, M. (1996) 'A cidade como elemento romanizador: o exemplo de Bracara Augusta', Morrillo, S.R. & Barja, L. (eds.), *A Cidade e o Mundo: Romanización e Cambio Social*, Xinzo de Lima: pp. 181-201.
- Martins, M. (1997-98) 'A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 14/15, série II, Braga: pp. 23-45.
- Martins, M. (1999) 'A urbanização do Noroeste peninsular: o caso de Bracara Augusta', *Actas da Mesa Redonda. Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica*, Porto: Escola Profissional de Arqueologia. I.P.P.A no âmbito do PRONORTE, .
- Martins, M. (2000a) *As termas romanas do Alto da Cividade*, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. (2000b) *A casa romana das Carvalheiras*, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- Martins, M. (2000c) *Bracara Augusta cidade romana*, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. (2004) 'Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana', *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del occidente europeu*. Estudios Arqueológicos, pp. 149-173.
- Martins, M. (2005) *As termas romanas do Alto da Cividade*, Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas I, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. (2006) 'Bracara Augusta: a Roman town in Atlantic area', Abal Casal, L., et al. (eds.), *Early Roman Towns in Hispania Tarraconensis*, Portsmouth: Rhode Island, pp. 213-222.
- Martins, M. (no prelo) 'A Arqueologia em busca da cidade', Rossa, W. & Aguiar, A. (eds.), *História da Cidade Portuguesa*, Vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Martins, M. & Delgado, M. (1989-90a) 'As necrópoles de *Bracara Augusta*: os dados arqueológicos', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 6/7, série II, Braga: pp. 41-186.
- Martins, M. & Delgado, M. (1989-90b) 'História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 6/7, série II, Braga: pp. 11-38.
- Martins, M. & Lemos, F.S. (1997-98) 'Duas décadas de vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 14-15, série II, Braga: pp. 9-22.
- Martins, M.; Ribeiro, J. & Magalhães, F. (2006) 'A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*', *Forum*, N.º. 40 (Jul-Dez), Braga: pp. 9-30.
- Mateos Cruz, P. (1997) 'El urbanismo emeritense en época paleocristiana (SS. V-VI)', *La tradición en la Antigüedad Tardía, Antig. crist. (Murcia)*, N.º. XIV: pp. 601-616.
- Mateos Cruz, P. (2004) 'Topografía e evolución urbana', Dupré Raventos, X. (ed.) *Las capitales provinciales de Hispania. Mérida. Colonia Augusta Emerita*, Vol. 2, pp. 27-41.
- Mateos Cruz, P. & Alba Calzado, M.A. (2001) 'De Emerita Augusta a Marida', *Visigodos y omeyas: un debate entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media*, Mérida, Abril de 1999: pp. 143-168.
- Mateos Cruz, P. & Alba Calzado, M.A. (2006) "' Augusta Emerita" en época romana e tardoantigua (ss.I-IV)', *Civilización: un viaje a las ciudades de la España antigua*: pp. 153-160.
- Matoso, J. (1985) 'A cidade de Leiria na História medieval de Portugal', *Ler História*, N.º. 4, Ed. Estampa, Lisboa: pp. 3-18.

- Matoso, J. (1988) *Identificação de um País - ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Matoso, J. (1992a) 'Introdução à história urbana: a cidade e o poder', *Cidade e História*, FCG, Lisboa: pp. 9-20.
- Matoso, J. (1992b) 'A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades', *Cidades e História*, FCG, Lisboa: pp. 21-33.
- Maure Rubio, M.Á. (1991) *La Ciudad Lineal de Arturo Soria*, Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos.
- Maurício, R. (2000) *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532)*, Vol. I e II, Urbanismo e arquitectura, Lisboa: Magno Edições.
- Merlin, P. (ed.) (1988) *Morphologie urbaine et parcellaire. Formes urbaines, villes en parallèle*. Paris: Presses Universitaires de Vincennes.
- Mesqui, J. (1994) *Chemins et ponts. Lien entre les hommes*, Paris: R.E.M.P.A.R.T.
- Monclús, F.J. (1994) 'Zaragoza', Guàrdia Bassols, M., et al. (eds.), *Atlas Histórico de Ciudades Europeas. 1. Península Ibérica*, Barcelona: pp. 240-167.
- Monsalvo, J.M. (1997) *Las ciudades europeas del medievo*, Madrid: Editorial Síntesis.
- Morais, R.M.L.S. (1998) *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contributo para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*, Cadernos de Arqueologia, Monografia 8, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Morais, R.M.L.S. (2001) 'Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Avgvsta', *Forum*, N.º. 30, Braga: pp. 55-76.
- Morais, R.M.L.S. (2004) *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas II, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Moreno Almenara, M. (1997) *La villa altoimperial de Cercadilla (Córdoba). Análisis arqueológico*, Sevilha: Junta de Andalucía.
- Moreno, H.B.; Ferreira, M.C.F.; Amaral, L.C.C.F.d. & Duarte, L.M. (1995) *História de Portugal Medieval*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Morris, A.E.J. (1992) *Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*, Barcelona: Collección Arquitectura/Perspectivas. Editorial Gustavo Gili S.A. [publicação original: *History of Urban Form. Before the Industrial Revolutions (1974)*].
- Moudon, A.V. (1997) 'Urban morphology as an emerging interdisciplinary field', *Urban Morphology*, N.º 1, Birmingham: pp. 3-10.

- Mumford, L. (2004) *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*, São Paulo: Martins Fontes [publicação original: *The city in History – its origins, its transformations and its prospects* (1961)].
- Muñoz Villarejo, F.; Campomanes Alvaredo, E. & Álvarez Ordás, J.C. (2002) 'El periodo Tardoantiguo en la ciudad de León. Reformas en algunas estructuras altoimperiales', Morillo Cerdán, A. (coord.) *Arqueología Militar Romana en Hispania*, Anejos de Gladius 5, Madrid: Ediciones Polifemo, pp. 651-659.
- Muratori, S. (1950) 'Vita e storia delle città', *Rassegna critica d'architettura*, N.º. 11-12: pp. 3-52.
- Muratori, S. (1960) *Studi per una operante storia urbana di Venezia. I: Quadro generale dalle origini agli sviluppi attuali*, Roma: Istituto Poligrafico dello Stato [publicação original: 1959].
- Muratori, S. (1963) *Architettura e civiltà in crisi*, Roma: Centro Studi di Storia Urbanistica.
- Muratori, S. (1967) *Civiltà e territorio*, Roma: Centro Studi di Storia Urbanistica.
- Murillo, J.F.; Hidalgo, R.; Carrillo, J.R.; Vallejo, A. & Ventura, A. (1997) 'Córdoba: 300-1236 d.C. Un milenio de transformaciones urbanas', *Papers of the Medieval Europe Brugge Conferencia*, Vol. 1. Urbanism in Medieval Europe, Zellik-Asse, pp. 47-60.
- Murteira, M.H. (1998) *Lisboa da Restauração às Luzes. Uma Análise da Evolução Urbana*, Lisboa Presença.
- Nolla, J.M. (1987) *Girona romana. De la fundació a la fi del món antic*, Girona: .
- Nolla, J.M. (1999) 'El Urbanismo de la Ciudad de Gerona en la alta Edad Media: Una primera aproximación', Fernández, F.V. (coord.) *Codex aquilarensis: Cuadernos de investigación del Monasterio de Santa María la Real*, Vol. 15, pp. 205-226.
- Nolla, J.M. (2007) 'La ciutat tardoantigua de Gerunda, bressol del cristianisme gironí', *Revista de Girona*, N.º. 240: pp. 62-66.
- Nolla, J.M.; Sagrera, J.; Grimal, L.P.; Codina, D.V.i.; Sureda, M. & Burch, J. (2000) 'La fundació de Gerunda: Dades noves sobre un procés complex de reorganització d'un territori', *Empúries*, N.º. 52: pp. 11-28.
- Nunes, H.B. (1994) 'Uma Imagem Inédita de Braga no Século XVII', *Forum*, N.º. 15/16, Braga: pp. 21-23.
- Nunes, H.B. & Oliveira, E.P. (1988) 'Documentos. Relíquias de Bracara Augusta. O Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha e a Defesa do Património Arqueológico de Braga', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 5, série II, Braga: pp. 93-152.
- Nunes, H.B. & Oliveira, E.P.d. (1997) 'Monumentos notáveis de Braga em 1882', *Mínia*, N.º. 5, série III: pp. 3-44.

- Oliveira, E.P. (1978) 'O salvamento de *Bracara Augusta*. IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira', *Minia*, N.º. 2, série 1(1), Braga: pp. 20-44.
- Oliveira, E.P. (1979) 'O Salvamento de *Bracara Augusta*. 6 - A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia', *Minia*, N.º. 2, série 2(3), Braga: pp. 164-197.
- Oliveira, E.P. (1982) 'Estudos Bracarenses. Para uma bibliografia do Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha', *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Vol. 37, Coimbra: pp. 161-188.
- Oliveira, E.P. (1985a) 'Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa II', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 2, série II, Braga: pp. 179-194.
- Oliveira, E.P. (1985b) 'Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses', *Conimbriga* N.º. 24, Coimbra: pp. 5-83.
- Oliveira, E.P. (1986) 'Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa. III', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 3, série II, Braga: pp. 171-195.
- Oliveira, E.P. (1993) *Estudos sobre o século XVIII em Braga. História e Arte*, Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga.
- Oliveira, E.P. (1994) 'Um Novo Mapa de Braga de Finais do Século XVII', *Forum*, N.º. 15/16, Braga: pp. 37-53.
- Oliveira, E.P. (2006) 'Braga Pittoresca ou a verdadeira Cyntra do Norte (Duas litografias de Braga, de 1858)', *Forum*, N.º. 39, Braga: pp. 131-159.
- Oliveira, E.P. & Fernandes, I. (1984) 'Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 1, série II, Braga: pp. 109-134.
- Oliveira, E.P.; Moura, E.S. & Mesquita, J. (1982) *Braga. Evolução da estrutura urbana*, Braga: Câmara Municipal de Braga.
- Oliveira, J.M.P. (1973) *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*, Coimbra: Instituto de Alta Cultura.
- Oliveira, J.M.P. (1983) 'A Cidade do Porto como Centro Histórico Urbano', *Cadernos de Geografia*, N.º. 2, Coimbra: pp. 3-22.
- Ordenações Manuelinas* (1984), "fac-simile", Livro II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ottaway, P. (1992) *Archaeology in British Towns*, London Routledge.
- Owens, E.J. (1994) *The City in the Greek and roman world*, London and New York.: Routledge [publicação original: 1991].
- Owens, E.J. (1995) 'Roman Town Planning', Barton, J.M. (ed.) *Roman Public Building*, Exeter: University of Exeter Press, pp. 7-30.

- Palet Martinez, J.M. (2005) 'Estructuras agrarias en el territorio de Tarraco (Tarragona): organizacion y dinámica del paisaje en época romana', Bouet, A. & Verdin, F. (dirs.), *Territoires et Paysages de l'âge du Fer au Moyen Âge - Mélanges offerts à Philippe Leveau*, Burdeos: Editions Ausonius, <<http://www.icac.net/upload/29122006182056.pdf>> (12h, 15 de Julho de 2007).
- Panerai, P.; Depaule, J.-C. & Demorgon, M. (2005) *Analyse urbaine*, Marseille: Éditions Parenthèses.
- Panerai, P.; Depaule, J.-C.; Demorgón, M. & Veyrenche, M. (1983) *Elementos de Analisis Urbano*, Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local [publicação original: *Éléments d'analyse urbaine* (1980)].
- Panerai, P.; Demorgon, M.; Sabatier, R. & Volpe, E. (1985) *La banlieue comme territoire structuré*, Versailles: LADRHAUS.
- Paquot, T.; Lussault, M. & Body-Gendrot, S. (eds.) (2000) *La ville et l'urbain, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte.
- Parenti, R. (1996) 'Una visión general de la Arqueología de la Arquitectura', *El método arqueológico aplicado al proceso de estudio y de intervención en edificios históricos. Actas de Arqueología de la Arquitectura*, Burgos: Junta de Castilla y León, pp. 13-22.
- Park, R.E. (1915) 'The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment', *The American Journal of Sociology*, Vol. 20, N.º. 5: pp. 577-612, <<http://links.jstor.org/sici?sici=0002-9602%28191503%2920%3A5%3C577%3ATCSFTI%3E2.0.CO%3B2-3&size=SMALL&origin=JSTOR-reducePage>> (17h, 12 de Julho de 2007).
- Pascual, J. & Soriano, R. (1993) 'La evolución urbana de Valencia desde época visigoda a época taifa (siglos V-XI)', *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, Vol. II, Octubre, Alicante: pp. 67-75.
- Paula, R. & Paula, F. (1993) *Faro, evolução urbana e património*, Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Pelletier, A. (1982) *L'Urbanisme Romain sous l'Empire*, Paris: Picard.
- Pereira, P. (ed.) (1995) *Historia de Arte Portuguesa*. 3 volumes. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores.
- Perez, A. (1991) *Lleida Romana*, Collecció Seminari, 4, Lleida: Pages Editors.
- Périn, P. (dir.) (1985) *Lutèce, Paris de César à Clovis*. Catalogue de l'exposition du musée Carnavalet, mai 1984-printemps 1985, Paris: Musée des Thermes et de L'Hotel de Cluny.
- Piccinato, L. (1993) *Urbanistica medievale*, Bari: Edizioni Dedalo.
- Pinçon, M. & Pinçon-Charlot, M. (2000) 'La ville des sociologues', Paquot, T., et al. (eds.), *La ville et l'urbain, l'état des savoirs*, Paris: La Découverte, pp. 53-62.

- Pinol, J.-L. (dir.) (1996) *Atlas Histórico de Ciudades Europeas*. vol II: França, Barcelona: Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona Hachette.
- Pinol, J.-L. (2000) 'La ville des historiens', Paquot, T., et al. (eds.), *La ville et l'urbain, l'état des savoirs*, Paris: La Découverte, pp. 36-44.
- Pinto, S.d.S. & Athaíde, A.d. (1957) 'A necrópole de S. Vítor (séc. IX-X)', *Bracara Augusta*, Vol. 8, Nº. 1-2 (35-36), Braga: pp. 106-118.
- Pirenne, H. (1958-1962) *Histoire de L'Europe*, Bruxelles: La Renaissance du Livre.
- Pirenne, H. (1989) *As cidades da Idade Média*, Nem Martins: Europa-América [publicação original: *Les villes du Moyen Age. Essai d'histoire économique et sociale (1927)*].
- Pöete, M. (1929) *Introduction á l'Urbanisme; l'évolution des villes: la leçon de l'antiquié*, Paris: Boivin & Cie.
- Portas, N.; Domingues, Á. & Cabral, J. (2003) *Políticas Urbanas Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Porter, S. (1990) *Exploring Urban History*, Bastford Local History Series, London: B. T. Bastford Ltd.
- Posturas do Concelho de Lisboa* (séc. XIV) (1974), Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.
- Potterton, M. (2005) *Medieval Trim: History and Archaeology*, Dublin: Four Courts Press.
- Prado, F. (1985) *Historia del urbanismo, siglos XIV y XV*, Ed. esapnhola, Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.
- Raul, L. (1929) *A Casa portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, Exposição Portuguesa de Sevilha.
- Real, M.L. (1990) 'O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português', *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Vol. 1, Braga, pp. 435-511.
- Real, M.L. (1995) 'Inovação e Resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular', *Actas IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Nº. 17-68, (Lisboa, 1992) Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- Real, M.L. & Tavares, R. (1987) 'Bases para a compreensão urbanística do Porto', *A Cidade em Portugal: onde se vive, Povos e Culturas*, Nº. 2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa: pp. 389-418.
- Redfield, R. (1948) *Folk Cultures of the Yucatan*, Chicago: University of Chicago Press.
- Redfield, R. (1956) *The little community*, Chicago: University of Chicago Press.

- Redman, C.L. (1990) *Los orígenes de la Civilización. Desde los primeros agricultores hasta la sociedad urbana en el Próximo Oriente*, Barcelona: Editorial Crítica.
- Renfrew, C. & Bahn, P. (1993) *Arqueología. Teorías. Metodos y práctica*, Madrid: Editorial Akal.
- Represa, A. (1969) 'Evolución urbana de León en los siglos XI-XIII', *Archivos Leoneses*, N°. 45/46, León: pp. 243-282.
- Represa, A. (1972) 'Genesis y evolución urbana de la Zamora medieval', *Hispania*, N°. 122: pp. 525-545.
- Resende, A. (1593) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora: Marinus Burgensis Academia Typographis.
- Reynaud, J.-F. (1998) *Lugdunum christianum. Lyon du IVe au VIIIe s.: topographie, nécropoles et édifices religieux*, Paris: Maison de Science de l'Homme .
- Ribeiro, O. (1985) 'Portugal, formação de', Serrão, J. (ed.) *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 130-149.
- Ripoll, G. (2001) 'La transformació de la ciutat de Barcino durant l'Antiguitat Tardana', Beltrán de Heredia, J. (ed.) *De Barcino a Barcinona (segles I-VII). Les restes arqueològiques de la plaça del Rei de Barcelona*, Barcelona: pp. 58-63.
- Rodà, I. (2001) 'Barcelona. De la seva fundació al segle IV dC', Beltrán de Heredia, J. (ed.) *De Barcino a Barcinona (segles I-VII). Les restes arqueològiques de la plaça del Rei de Barcelona*, Barcelona: pp. 22-31.
- Rodrigues, A.M.S.A. (1995) *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- Rodríguez Comenero, A. & Rodá de Llanza, I. (eds.) (2007) *Actas dell Congreso Internacional. Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio. Lvcvs Avgvsti Como Paradígma*. Lugo: Diputación Provincial de Lugo.
- Rodríguez Colmenero, A. (1997) 'La implantación de los modelos urbanísticos romanos en Gallaecia', *Galicia Castreña y Romana*, Lugo pp. 149-163.
- Rodríguez Colmenero, A. & Carreño, C. (1999) 'Lucus Augusti, capital romana del finisterre hispánico', *Actas da Mesa Redonda. Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica*, Porto: Escola Profissional de Arqueologia. I.P.P.A no âmbito do PRONORTE, pp. 115-132.
- Rodríguez Colmenero, A.; Carreño Gascón, C.; González Raigoso, E. & et al. (1995) *Urbs forma. As orixes da cidade de Lugo*, Lugo: concello de Lugo.
- Rodríguez Hidalgo, J.M. & Keay, S. (1995) 'Recent Work at Itálica', *Proceedings of the British Academy. The Development of Towns in Iberia*. 86, British Academy, pp. 395-420.

- Rodríguez Temiño, I. (2004) *Arqueología Urbana em Espanha*, Barcelona: Ariel Património.
- Rolo, R.A. (1982) 'O Colégio de São Paulo na Prelacia de D. Frei Bartolomeu dos Mártires', *Bracara Augusta*, Vol. XXXVI, N.º. 81-82 (92-95), Braga: pp. 201-220.
- Roncayola, M. (1991) 'Las murallas despois de las murallas. Realidad y representación de las murallas entre los siglos XIX y XX; Marsella y Paris', De Seta, C. & Le Goff, J. (eds.), *La ciudad y las murallas*, Madrid: Catedra, pp. 383-399.
- Rosenau, H. (1988) *A Cidade Ideal. Evolução Arquitectónica na Europa*, Lisboa: Editorial Presença [publicação original: *The Ideal City. Its Architectural Evolution in Europe* (1983)].
- Rossa, W. (1989) 'Elementos da estrutura urbana de Belém até ao século XVIII', *Concurso para o projecto do Centro Cultural de Belém, Catálogo da Exposição*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural: pp. 123-128.
- Rossa, W. (1994) 'Episódios da evolução de urbana de Lisboa entre a Restauração e as Invasões Francesas', *Rassegna*, Vol. /ano XVI - Setembro, N.º. 59, Bologna: pp. 28-43.
- Rossa, W. (1995) 'A cidade portuguesa', Pereira, P. (ed.) *Historia de Arte Portuguesa*, Vol. III, Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, pp. 233-323.
- Rossa, W. (1998) *Além da Baixa: Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa IPAR.
- Rossa, W. (2001) 'No primeiro dos elementos. Dados para uma leitura sintética do Urbanismo e da Urbanística portuguesas da Idade Moderna', *Revista Oceanos 'A Construção do Brasil Urbano'*, N.º. 41, Lisboa: pp. 8-21.
- Rossa, W. (2002a) *A Urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Rossa, W. (2002b) 'A engenharia militar e a cidade portuguesa', *A Urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra: Livraria Almedina, pp. 167-172.
- Rossi, A. (1982) *La arquitectura de la ciudad*, Barcelona: Gustavo Gili. 1ª edição [publicação original: *L'Architettura della città* (1971)].
- Roux, S. (1973) 'La construction courant a Paris du milieu du XIVe siècle a la fin du XVe siècle', *La construction au Moyen Age, Histoire et Archéologie, Actes du Congrès de la Société de l'Enseignement Supérieur Public*, Besançon, 2-4 juin 1972, Paris: Les Belles Lettres, pp. 175 -198.
- Roux, S. (1976) *La maison dans l'Histoire*, Paris: Albin Michel.
- Roux, S. (1994) *Le monde des villes au Moyen Age XIe XVe siècle*, Paris: Hachette.

- Rucquoi, A. (1987) *Valladolid en la Edad Media, I Genesis de un poder*, Valladolid: Junta de Castilla y León, CEC.
- Rui i Barbera, E. (1993) 'Barcelona: de la ciutat romana a la capital comtal (segles V-X)', *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, Vol. II, Octubre, 1993, Alicante: pp. 23-29.
- Ruiz de Arbulo, J. (2000) *Tàrraco '99. Arqueologia d'una capital provincial romana*, Tarragona: DAC 3, URV.
- Ruiz de la Rosa, J.A. (1987) *Traza y simetria de la arquitectura en la Antigüedad y Medioevo*, Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- Rykwert, J. (1985) *La idea de ciudad. Antropología de la forma urbana en el mundo antiguo*, Madrid: H. Blume [publicação original: *The Idea of the Town* (1926)].
- Sá, A. (2001) *Sinais de Guimarães em 1498*, Tese de Mestrado, Braga: Universidade do Minho, <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/dspace/handle/1822/701>> (10h, 10 de Julho de 2006).
- Salgado, M. & Lourenço, N. (coords.) (2006) *Atlas Urbanístico de Lisboa*. Lisboa: Argumentum.
- Salgueiro, T.B. (1983) *Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Area Suburbana de Lisboa*, Boletim Cultural nº 89, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa.
- Salgueiro, T.B. (1985) 'A Habitação na Area Metropolitana de Lisboa', *Sociedade e Território*, Vol. 3, Porto: pp. 54-66.
- Salgueiro, T.B. (1992) *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto: Afrontamento.
- Salgueiro, T.B. (2001) *Lisboa. Periferia e Centralidades*, Oeiras: Celta.
- Salgueiro, T.B. (coord.) (2002) *Lisboa e os Desafios da Nova Economia*. série Estudos de Geografia Humana e Regional, nº44, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Salgueiro, T.B. (2003) 'Desenvolvimento urbano de Lisboa', *Revista de Estudos Regionais* Nº. 5 (2002), Lisboa: pp. 7-22.
- Salgueiro, T.B. (2004) 'Da Baixa aos centros comerciais. A recomposição do centro de Lisboa', *Monumentos*, Nº. 21, Lisboa: pp. 214-223.
- Salzman, L.F. (1997) *Building in England down to 1540. A documentary history, special edition for Sanpiper Books*, Oxford: Clarendon Press.
- Schlüter, O. (1903) *Die Siedlungen im nordöstlichen Thüringen: ein Beispiel für die Behandlung siedlungsgeographischer Fragen*, Berlin: Costenoble.

- Schoenauer, N. (1984) *6.000 años de hábitat. De los poblados primitivos a la vivienda urbana en las culturas de oriente y occidente*, Barcelona: Gustavo Gili [publicação original: 1981].
- Schofield, J. & Vince, A. (1994) *Medieval Towns*, Leicester: Leicester University Press.
- Segura Graño, C. (1986) *Madrid en la Edad Media*, Madrid: A Z, Ediciones y Publicaciones, S.A. .
- Serrão, J. (dir.) (1985) *Lopes, Fernão. Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 56-57.
- Serrão, J.V. (1973) 'A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX', *Portugaliae Historica*, Vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique: pp. 13-80.
- Service, E.R. (1984) *Los orígenes del Estado y de la Civilización*, Madrid: Alianza Editorial [publicação original: *Origins of the State and Civilization* (1975)].
- Sevillano Funetes, M.A. & Vidal Encinas, J.M. (2002) *Urbs Magnífica. Una aproximación a la Arqueología de Astúrica Augusta (Astorga, León)*, Astorga: Museo Romano (Guía-Catálogo).
- Sica, P. (1977) *La imagen de la ciudad. De Esparta a Las Vegas*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Sica, P. (1987) *Historia del urbanismo. El siglo XIX*, Vol. I e II, Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.
- Silva, F.R. (1988a) *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os homens, as Instituições e o Poder* 2 volumes, Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Silva, J.H.P. & Calado, M. (2005) *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura* Lisboa: Editorial Presença.
- Silva, L.F. (2001) 'A forma urbana de Balsa. Uma reconstituição conjectural', *Jornadas de Arqueologia do Algarve*, Silves.
- Silva, L.F. (2007) *Balsa, cidade perdía*, Tavira: Campo Arqueológico de Tavira e Câmara Municipal de Tavira.
- Silva, M.J.V.B.M. (1991) *Aveiro medieval*, Aveiro: Ed. da Câmara Municipal de Aveiro.
- Silva, M.S. (1988b) 'Espaço defendido e estruturas de defesa em Óbidos durante a Idade Média', *Revista da Faculdade de Letras*, N.º. 10, 5ª série, Lisboa: pp. 71-77.
- Silva, M.S. (1997) *Estruturas urbanas e administração concelhia. Óbidos medieval*, Cascais: Patrimonia.

- Silva, M.T.C. (2004) 'A (ciber) geografia das cidades digitais', *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*, Vol. VII, Nº. 170(36), <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-36.htm>> (11h, 23 de Maio de 2006).
- Silva, P. (1999) *As termas romanas de Bracara Augusta*, Tese de Mestrado (policopiada) Braga: Universidade do Minho.
- Silva, R.C. (2000) *A Insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura Privada em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado (policopiada), Braga: Universidade do Minho.
- Simms, A. & Andrews, J.H. (eds.) (1995) *More Irish country towns*. Cork: Mercier Press.
- Sitte, C. (1996) *L'arte de bâtir les villes. L'urbanisme selon ses fondements artistiques*, Paris: Éditions du Seuil [publicação original: *Der Städtebau nach seinem künstlerischen Grundsätzen* (1889)].
- Smith, J.T. (1983) 'English town-house of the XVth and XVIth centuries', *La maison de ville a la Renaissance. Recherches sur l'habitat urbain en Europe aux XVe et XVIe siècles. Actes du colloque tenu à Tours du 10 au 14 mai 1977*, Paris: Éd. Picard, pp. 89-98.
- Smith, R.C. (1968) 'A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)', *Bracara Augusta*, Nº. 22 (63-66), Braga: pp. 283-310.
- Sobrequés i Callicó, J. (ed.) (1994) 'La estructura urbana de la ciudad romana'. In *Historia de Barcelona*, vol. I - *La ciutat antiga*, Barcelona, pp. 141-201.
- Solà-Morales, M. (1973-74) *La enseñanza del urbanismo*, 3 vols, Barcelona: Laboratorio de Urbanismo, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona.
- Solórzano Telechea, J.A. & Arizaga Bolumburu, B. (2002) 'El fenómeno urbano medieval entre el Cantábrico y el Duero', Santander: AJHC, .
- Sopra, L. (1983) *Palmanova: analisi duna città-fortezza*, Milano: Electa.
- Soriano, R. & Pascual, J. (1993) 'Aproximación al urbanismo de la Valencia medieval. De la Baja romanidad a la conquista feudal ', *Urbanismo medieval del País Valenciano*, Madrid: pp. 331-352.
- Sousa, J.J.R. (1966a) 'Subsídios para a arqueologia bracarense', *Lucerna* Nº. 5, Porto: pp. 589-599.
- Sousa, J.J.R. (1966b) 'Inventário de materiais para a arqueologia bracarense', *Bracara Augusta*, Nº. 20 (43-44), Braga: pp. 165-178.
- Sousa, J.J.R. (1968) 'Braga nos séculos IV e V. Notas arqueológicas', *Bracara Augusta* Nº. 22(51-54), Braga: pp. 194-196.
- Sousa, J.J.R. (1973) 'Subsídios para a Carta Arqueológica de Braga', *Studia Arqueológica*, Santiago de Compostela.

- Sousa, J.J.R. & Ponte, M.S. (1970) 'Novos elementos para a arqueologia bracarense', *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Vol. II, Lisboa: pp. 389-411.
- Spengler, O. (1926) *The Decline of the West*, New York: Oxford University Press, <<http://home.alphalink.com.au/~radnat/spengler/index.html>> (18h, 23 de de Abril 2007).
- Stillwell, R.; MacDonald, W.L. & McAllister, M.A. (1976) *The Princeton Encyclopaedia of Classical Sites*, Princeton: Princeton University Press .
- Tatjer Mir, M.M. (1982) 'El catastro, el registro de la propiedad y el suelo urbano', *CEUMT*, Nº. 55, octubre, Barcelona: pp. 36-43.
- Tatjer Mir, M.M. & López Guallar, M. (1985) 'Las fuentes fiscales y registrales y el estudio de la estructura urbana', Correa, A.B. (coord.) *Urbanismo e Historia Urbana en el Mundo Hispano: Segundo Simposio, 1982*, Vol. 1, Madrid: Universidad Complutense, pp. 445-494.
- Tavares, R. (1985/86) *Da Avenida da Cidade ao Plano para a zona Central. A intervenção de Barry Parker no Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Tavares, R. (1992) 'A Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892', *Porto - Projectar a Cidade*, Nº. 4, Porto, Arquivo Histórico Municipal.
- Tavares, R. (1996) 'Oporto, History and Urban Development', *The Dictionary of Art*, Londres, Macmillan Publishers.
- Taylor, G. (1954) *Geografía urbana. Un estudio del emplazamiento, evolución, forma y clasificación de pueblos, villas y ciudades*, Barcelona: Editorial Omega [publicação original: *Urban Geograph* (1948)].
- Teixeira, C. (1938) 'Subsídios para o estudo da Arqueologia Bracarense. III -A Fonte do Ídolo e o culto de Nabia', *Prisma* Vol. 2 (3), Porto: pp. 145-153.
- Teixeira, C. (1956) *Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense*, Braga: Ed. Bracara Augusta.
- Teixeira, J. (1910) *Apontamentos arqueológicos da cidade de Braga*, (manuscrito pertencente à Biblioteca Pública de Braga), Braga.
- Teixeira, J. (1912) *Braga antiga*, Braga.
- Teixeira, M. (1987) 'A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes', *Análise Social*, Nº. 98.
- Teixeira, M.C. (1996) *Habitação Popular na cidade oitocentista, as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
- Teixeira, M.C. & Valla, M. (1999) *O Urbanismo Português séculos XII-XVIII*, Lisboa: Livros Horizonte.

- Torres Balbás, L. (1985) *Ciudades hispanomusulmanas*, 2ª ed. Madrid: DGRC, Instituto Hispano Arabe de Cultura.
- Torres, C. & Macias, S. (coords.) (1993) *Basílica Paleocristã (catálogo exposição)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Torres, C. & Macias, S. (1994) 'Mértola romana', *Atlas de Arqueologia*, Ed. Zairol, Lisboa: pp. 366-367.
- Torres Rodriguez, C. (1958) 'Reintegración de los suevos en la Iglesia Católica. S. Martin de Braga', *Boletín de la Universidad Compostelana*, N.º. 66, Santiago de Compostela: pp. 11-30.
- Toy, S. (1955) *A History of Fortification from 3000 BC to AD 1700*, London: William Heinemann Ltd.
- Tranoy, A. (1981) *La Galice Romaine: Recherches sur le NW de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris: Diffusion du Bocard.
- Tranoy, A. (1995-96) 'La route, image et instrument de pouvoir impérial dans le nord-ouest ibérique', *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 12-13, série II, Braga: pp. 31-37.
- Tricart, J. (1954) *Cours de Géographie Urbaine*, fasc. II. *L'Habitat Urbain*, Paris: CDU.
- Ulubogian, F.M. (1991) 'De la ciudad "amurallada" a la ciudad "funcional". Demolición de las murallas y expansión urbana', De Seta, C. & Le Goff, J. (eds.), *La ciudad y las murallas*, Madrid: Catedra, p. 363.
- Valdeón Baroque, J. (1991) 'Reflexiones sobre las murallas urbanas de la Castilla medieval', De Seta, C. & Le Goff, J. (eds.), *La ciudad y las murallas*, Madrid: Catedra, pp. 67-87.
- Valdés Fernández, F. (ed.) (1999) *Urbanismo de los estados cristianos peninsulares (El). Actas del III curso sobre la Península Ibérica y el Mediterráneo entre los siglos XI y XII (1998)*. Palencia: Fundación Santa María la Real.
- Vasconcelos, J.L. (1903) 'Archeologia bracaraugustana: inscrições romanas', *O Arqueólogo Português*, N.º. 8 (10/12) Out.-Dez., Lisboa: pp. 296-299.
- Vasconcelos, J.L. (1905) *Religiões da Lusitânia*, Vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vasconcelos, J.L. (1913) *Religiões da Lusitânia*, Vol. III, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vasconcelos, J.L. (1916) 'Miscelanea Archeologica', *O Arqueólogo Português*, Vol. 21, Lisboa: pp. 343-363.
- Vasconcelos, J.L. (1918) 'Coisas Velhas: 96 - Braga romana', *O Arqueólogo Português* N.º. 23 (1/12), Lisboa: pp. 356-360.
- Vasconcelos, J.L. (1923-24) 'Monumentos arqueológicos', *O Arqueólogo Português* N.º. 26, Lisboa: pp. 164-165.

- Vasconcelos, M.A.J. (1992) 'Breve notícia das obras realizadas pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal', *Forum*, N.º. 11, Jan: pp. 3-8.
- Vasconcelos, M.A.J. (1993) 'A Casa Grande da Rua de St.º António das Travessas', *Forum*, N.º. 12/13, Jul. 92-Jan. 93: pp. 17-42.
- Vasconcelos, M.A.J. (1995) 'A casa dos Coimbras', *Forum*, N.º. 18, Julho: pp. 63-80.
- Vasconcelos, M.A.J. (1997) 'Achegas para o estudo do Paço do Arcebispo D. José de Bragança', *Forum*, N.º. 22, Jul-Dez: pp. 65-84.
- Vaz, J.L.I. (2000) 'Espaço e Tempo na Acrópole de Viseu', *Monumentos*, N.º. 13, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa: pp. 45-51.
- Velasquez, A. (1997) 'Colonia Augusta Emerita', Cultura, M.d.E.y. (ed.) *Hispania. El Legado de Roma*, Mérida: pp. 441-448.
- Velay, P. (1992) *De Lutèce à Paris - L'île et les deux rives*, Coll. Patrimoine au présent, Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, Paris: Presses du CNRS.
- Vilar, H.V. (1988) *Abrantes medieval (1300 1500)*, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.
- Villagrasa Ibarz, J. (1991) 'El estudio de la morfología urbana: una aproximación', *Geocrítica*, N.º. 92, <<http://www.ub.es/geocrit/geo92.htm>> (Março 2006).
- Villagrasa Ibarz, J. (1998) 'The study of urban form in Sapin', *Urban Morphology*, N.º. 2(1) Birmingham: pp. 35-44, <http://urd.let.rug.nl/ekoster/isuf2/online_unlimited/um199801_35-44.pdf> (15h, 23 de Janeiro de 2007).
- Wataghin, G.C.; Esparraguera, J.M.G. & Guyon, J. (1996) 'Topografia della civitas christiana tra IV e VI sec.' *Early Medieval Town in West Mediterranean (IV-IX secolo)*, Vol. 10, Ravello, 22-24 September 1994: Centro universitario europeo per i Beni Culturali, pp. 17-41, <<http://archeologiamedievale.unisi.it/NewPages/EDITORIA/SAP/10/10-02.pdf>> (14h, 11 de Dezembro de 2006).
- Watson, B.; Brigham, T. & Dyson, T. (2001) *London bridge: 2000 years of a river crossing*, London: Museum of London Archaeology Service (MoLAS).
- Weber, M. (1982) *La Ville*, Paris: Aubier [publicação original: *Die Stadt* (1947)].
- Whitehand, J.W.R. (1987) *The Changing Face of the Cities: a Study of Development Cycles and Urban Form*, Institute of British Geographers Publication, N.º. 21, Oxford: Blackwell.
- Whitehand, J.W.R. (1992) *The making of the urban landscape*, Institute of British Geographers Special Publications Series, N.º. 26, Oxford: Blackwell.

- Whitehand, J.W.R. & Carr, C.M.H. (2001) *Twentieth-Century Suburbs: A Morphological Approach*, London: Routledge.
- Whitehouse, R. & Wilkinds, J. (1986) *The making of civilization: history discovered through Archaeology*, New York: Alfred A. Knoff.
- Wirth, L. (1938) 'Urbanism as a way of life', *American Journal of Sociology*, Vol. 44: pp. 34-40.
- Youngson, A.J. (1966) *The making of Classical Edinburgh 1750-1840*, Edinburgo: Edinburgh University Press.
- Zabaleta Estévez, M. (1999) 'Breve síntese sobre o estudo das moedas de *Bracara Augusta*', *Forum*, N°. 26, Braga: pp. 80-85.
- Zucker, P. (1959) *Town and square: from the agora to the village*, New York: Columbia press.
- Zumthor, P. (1993) *La mesure do monde*, Paris: Ed. du Seuil.